

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TECNOLOGIA SOCIAL NA HABITAÇÃO:
Uma Análise Comparativa entre um mutirão em
Fortaleza (CE) e um conjunto em Arapiraca (AL)**

Simone Rachel Lopes Romão

**MACEIÓ
2014**

Simone Rachel Lopes Romão

**TECNOLOGIA SOCIAL NA HABITAÇÃO:
Uma Análise Comparativa entre um mutirão em
Fortaleza (CE) e um conjunto em Arapiraca (AL)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Dinâmica do Espaço Habitado – da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Augusto Aragão de Albuquerque

Maceió
2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Maria Auxiliadora G. da Cunha

R759t Romão, Simone Rachel Lopes.
Tecnologia social na habitação : uma análise comparativa entre um mutirão em Fortaleza (CE) e um conjunto em Arapiraca (AL) / Simone Rachel Lopes Romão. – 2014.
365 f. : il., color.

Orientador: Augusto Aragão de Albuquerque.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 193-197.
Apêndices: f. 198-365.

1. Tecnologia social. 2. Estudos da Habitação. 3. Habitação social. 4. Conservação da habitação social. I. Título.

CDU: 728.2 (813.1+813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Simone Rachel Lopes Romão

**TECNOLOGIA SOCIAL NA HABITAÇÃO:
Uma Análise Comparativa entre um mutirão em
Fortaleza (CE) e um conjunto em Arapiraca (AL)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Dinâmica do Espaço Habitado – da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

APROVADA em / / 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. AUGUSTO ARAGÃO DE ALBUQUERQUE
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

Prof. Dr. MIGUEL ANTONIO BUZZAR
Escola de Engenharia de São Carlos – USP

Prof. Dr. ODAIR BARBOSA DE MORAES
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

Prof^a. Dr^a. VERÔNICA ROBALINHO CAVALCANTI
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

DEDICATÓRIA

Com reverência a Deus Pai, ao amado Jesus e
ao amigo Espírito Santo, pela inspiração ...

E a meus pais, Manoel e Lucy,
meu esposo, Márcio e meu filho,
Samuel, razões do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os auxílios nesta trajetória de construção do conhecimento científico, entretanto, há uma relação seleta de pessoas, as quais eu reconheço a distinta participação e agradeço:

- Ao Rei do Universo e Senhor Jesus Cristo, ao Deus Pai Amado e a presença doce do Espírito Santo que me fortaleceu e iluminou nesta caminhada, conduzindo-me com equilíbrio e sabedoria capaz para a conquista dessa realização.
- Ao meu amado esposo, parceiro na execução, Márcio José, pela honrosa presença, compreensão e incentivo ímpares em todos os momentos.
- Ao meu bebê, Samuel, nascido na fase final do mestrado, que com sua alegria, força de vida e risos cativantes, foi fonte de inspiração.
- Aos meus amados pais, Manoel e Lucy, que cuidou de meu pequeno Samuel com amor, carinho e compreensão enquanto eu finalizava esta dissertação.
- À minha parentela, as famílias Romão, Araújo e Moura, pela força, incentivo, apoio e orações, e em especial, a minha amada irmã Juliana, que me auxiliou na formatação dessa dissertação.
- À cobertura espiritual dos pastores, suas esposas e dos irmãos e irmãs das Igrejas Evangélica Verbo da Vida – Praia (Maceió) e Arapiraca.
- Ao orientador Augusto A. Albuquerque, que através dos diálogos produtivos nos assessoramentos, conduziu a orientação desta pesquisa, com leveza e objetividade.
- À Arquiteta e Urbanista Débora Cavalcanti, que com sua sensibilidade social e profissional, auxiliou-me em relação aos temas abordados e fez a ponte de contato entre a mestranda e a ONG Cearah Periferia.
- À contribuição de Paulo Silva, líder comunitário da Associação do Jardim das Paineiras, e da ONG Cearah Periferia, na pessoa de Hilda Costa e Raimundo Nonato, que concordaram com esta pesquisa e fizeram a ponte entre a pesquisadora e a comunidade pesquisada em Arapiraca e Fortaleza, respectivamente.
- Aos(as) entrevistados(as) do Jardim das Paineiras - Paulo, Marta, Antonio, Duarte, Irami, Dona Leo, Alberto, Nilda, Rosangela, Paula e Rosa - e do Bom Sucesso – Hilda, Renato, Gorete, Ana Maria, Conceição, Nonato, Cristina, Rigoberto, Pierre, Penha, Vera e Débora - que compartilharam comigo, as suas vi-

sões críticas e analíticas. Cada um em seu modo particular de ser e viver ensinou-me lições para vida, que não se limitam a esfera deste trabalho.

- À minha banca examinadora, Verônica Robalinho, Miguel Buzzar e Odair Moraes que me orientaram no exame de qualificação com sugestões essenciais para o alcance desses resultados.
- À Jian Callil, que com seu olhar clínico, auxiliou-me na revisão desta dissertação.
- À Cleide Almeida e sua família, do Berçário Anjo Rafael, que me auxiliaram na reta final desse trabalho.
- Ao Grupo de Pesquisa Urbe – Estudos da Cidade, pelas bibliografias concedidas e pelos diálogos realizados, os quais foram importantes no despertar de elementos para esta investigação científica.
- À UFAL/FAU/DEHA – departamentos, secretaria, docentes e discentes – e o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade, pelo contributo dado em tempo oportuno.
- À Ediane (Lia) e seu esposo, da Xerox da FAU/UFAL, que cuidaram de maneira especial da impressão deste documento.
- À Prefeitura Municipal de Arapiraca, em especial, o Prefeito Luciano Barbosa e as Secretárias Helena Moreira e Edina Cavalcante, pelo incentivo na produção desta dissertação.
- A CAPES, pela bolsa de pesquisa concedida, que contribuiu para o crescimento científico da mestranda e para a produção científica brasileira.

MANIFESTO POPULAR DE 28 DE MARÇO DE 2008

Hoje, o povo pobre de vários cantos do Brasil se levanta num único gesto de resistência contra as condições de vida miseráveis que nos afetam. São ações desenvolvidas por movimentos populares em nove estados do país com o objetivo de fazer valer nossos direitos e fazer ouvir nossa voz. São milhares de favelas, de cortiços, de áreas de risco em que vivemos indignamente. São milhares de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, informais ou trabalhando em situação de extrema precariedade, submetidos à grande exploração que lhe arranca o sangue, o suor e, às vezes, a lágrima(...). Somos a voz de quem não tem voz. Hoje, não elegemos ninguém para falar, pois falamos nós mesmos por meio de nossas ações. Hoje, cada ocupação realizada neste país é a voz de milhares que foram calados e se cansaram. A cidade que queremos vamos por de pé, por ela vamos resistir e combater e por ela vamos nos organizar e mobilizar nossa esperança. Porque aprendemos que a esperança de muitos hoje é a realidade de amanhã, a que queremos deixar para os que virão.

ASSINAM ESTE MANIFESTO: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Urbano dos Sem Teto, Movimento Sem Teto da Bahia, Movimento dos Conselhos Populares – Ceará, Movimento Sem Teto de Luta – Amazonas, Movimento de Luta Popular Comunitária – Pernambuco, Movimento das Famílias Sem Teto – Pernambuco, Movimento Quilombo Urbano – Maranhão, Movimento das Mães Sem Creche, Fórum de Moradia – Minas Gerais, MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) Democrático Independente – Minas Gerais (Manifesto na íntegra no ANEXO A dessa dissertação).

RESUMO

O presente estudo fundamenta-se no pressuposto de que o empoderamento social é característica da Tecnologia Social (TS). Aqui o foco voltou-se para grupos sociais que protagonizam as tomadas de decisões em relação à conservação do conjunto habitacional e na conquista de melhorias urbanas. Teve-se como objetivo analisar os conceitos de tecnologia e de habitação social na perspectiva de verificar a relação entre os vínculos comunitários, bem como a conservação do entorno da habitação em duas intervenções urbanísticas distintas. Verificou-se, ainda, a organização política dos casos e a adoção de soluções coletivas para resolver os problemas habitacionais. O método utilizado foi a análise comparativa de estudo entre dois conjuntos habitacionais em fase de pós-ocupação, em níveis diferentes de organização social: o do Bom Sucesso (Fortaleza/CE), um processo de mutirão, e o do Jardim das Paineiras (Arapiraca/AL), uma intervenção governamental. Para analisar até que ponto a organização social nestes conjuntos favoreceram o enfrentamento dos problemas e a busca de soluções coletivas à conservação da habitação, esta pesquisa teve caráter qualitativo e exploratório através do uso de um questionário com perguntas semi-abertas aplicado a vinte e dois entrevistados, sendo onze entrevistas por caso. Houve também a avaliação da conservação urbana com visita de campo orientada e registro fotográfico. De um modo geral, os resultados encontrados, mostraram que a conservação do *habitat*, em ambos os casos, vem sendo feito de maneira desarticulada, através da ação de pequenos grupos de moradores. Por outro lado, as entrevistas mostraram a importância da presença de líderes comunitários nos conjuntos. Percebeu-se que vem ocorrendo certa divergência: há os que zelam e os que depredam o espaço coletivo. Verificou-se que, com a venda informal da moradia e a presença de novos moradores que desconhecem o projeto original, muito dos vínculos sociais foram enfraquecidos. A mobilização social para a conservação urbana, nos dois casos, passou a dividir a atenção com outras prioridades do coletivo. No caso de Fortaleza, destaca-se o grau de politização dos entrevistados que continuam lutando pelos seus direitos. Inclusive, houve um ganho social do Bom Sucesso em não depender de políticos que se promovem em conjuntos populares. O estudo tornou evidente a dinâmica urbana nos conjuntos habitacionais, com a existência do fenômeno da especulação imobiliária e a omissão do poder público em fiscalizar as reformas nas habitações. As entrevistas mostraram que o grupo social do Bom Sucesso tem reivindicado mais o seu direito como cidadão e cobrado ações de melhorias urbanas ao Estado, ao passo em que, o Jardim das Paineiras, existe uma preocupação dos entrevistados, entretanto, a desarticulação local tem impedido um protagonismo social em cobrar melhorias por serviços.

Palavras-chave: Tecnologia Social. Habitação Social. Estudos da Habitação. Conservação da Habitação Social.

ABSTRACT

This study is based in the assumption of the social empowerment as a characteristic of the Social Technology (ST). It focuses the social groups which lead decisions related to the housing set maintenance and urban improvement achievements. The objective was analyzing the concept of technology and social habitation in order to verify the relation between the community links, as well as the preservation of the area surrounding the set in two urban interventions. The research also verified the political organization of both cases and the adoption of collective solutions to solve the habitation problems. The adopted method was the comparative analysis of two housing sets in different social organizations after its occupancy. They are Bom Sucesso (Fortaleza/CE), a joint effort process and Conjunto Habitacional Jardim das Paineiras (Arapiraca/AL), a government intervention. In order to analyze to what extent the social organization favored the problems solving and the seek for collective solutions directed to the preservation of the set, the research was qualitative and explorative through a semi-open questionnaire applied to twenty-two interviewees. Eleven interviewees from each set. In addition, there was an evaluation of the urban preservation with tutored visit and photographic picturing. Generally, the results showed that the *habitat* preservation has been singly through the action of small groups of inhabitants in both cases. On the other hand, the interviews showed the importance of the existence of community leaders. It has been found some conflicts: there are people who preserves the collective space and the ones who damage it. It has been discovered that many of the community links were weakened after the informal sale of the inhabitations and the arrival of new residents who does not know the original project. The social actions in order to preserve the housing set started share the attention of the people with other priorities. In Fortaleza, the politicization degree of the interviewees who keep fighting for their rights is notorious. Further, there was a social gain in Bom Sucesso by not depending on politicians whom promotes themselves in popular housing sets. The study unveiled the urban dynamic in the housing sets, with the phenomenon of the real estate speculation and the government omission to police the renovation in the inhabitations. The interviews showed that the social group Bom Sucesso has been claiming its right as citizens and urban improvement over the government while the absence of group effort in Jardim das Paineiras stops any claim for improvement in the services although the show some worry.

Keywords: Social Technology. Social Habitation. Social Habitation Studies. Habitation Preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Quatro visões sobre tecnologia	36
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição dos recursos financeiros do PMCMV	74
--	----

Tabela 02 - Metas de contratação PMCMV II	78
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Conceituações de Tecnologia Social	46
Quadro 02 - Variáveis do Conceito 1	46
Quadro 03 - Variáveis do Conceito 2	47
Quadro 04 - Variáveis do Conceito 3	49
Quadro 05 - Variáveis do Conceito 4	49
Quadro 06 - Derivação das características da tecnologia	50
Quadro 07 - CASO 1: Categorias dos Entrevistados do Jardim das Paineiras/AL	97
Quadro 08 - CASO 2: Categorias dos Entrevistados do Bom Sucesso/CE	97
Quadro 09 - Legenda de Avaliação	172
Quadro 10 - Avaliação da conservação da parte externa da casa – Jardim das Paineiras	173
Quadro 11 - Avaliação da conservação da parte externa da casa – Bom Sucesso	174
Quadro 12 - Avaliação da conservação dos espaços públicos – Jardim das Paineiras ...	176
Quadro 13 - Avaliação da conservação dos espaços públicos – Bom Sucesso	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos
APO	Avaliação Pós Ocupação
ARAN	Associação de Recicladores Amigos da Natureza
AST	Adequação Sociotécnica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAF	Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
CASAL	Companhia de Abastecimento d'água e Saneamento de Alagoas
CDPDH	ONG - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CEARAH Periferia	ONG - Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos – Periferia
CEF	Caixa Econômica Federal
CEP	Código de Endereçamento Postal
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COHABs	Companhia de Habitação Popular
CLS	Conselho Local de Saúde
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DI	Desenvolvimento Institucional
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

EEE ou EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FACOMAR	Federação das Associações Comunitárias dos Moradores de Arapiraca
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FASE	ONG - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB	Fundação Banco do Brasil
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FEBFF	Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GPM	Guarita de Policiais Militares
HABITAFOR	Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
HBB/BID	Habitar Brasil BID / Banco Interamericano de Desenvolvimento
HIS	Habitação de Interesse Social
HPH	Habitat para a Humanidade
HS	Habitação Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
IPREDE	ONG – Instituto da Primeira Infância

ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITS	Instituto de Tecnologia Social
JDP	Jardim das Paineiras
MCIDADES	Ministério das Cidades
MCT&I	Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
MST	Movimento do Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PEHIS	Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
PEMAS	Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais
PET	Poli (Tereftalato de Etileno)
PIB	Produto Interno Bruto
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades
PROFILURB	Programa Federal de Lotes Urbanizados
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão do Jovem
PROMORAR	Programa de Erradicação de Subhabitação
PSH	Produção Social do <i>Habitat</i>
RTS	Rede de Tecnologia Social

SEAC	Secretaria Especial de Ações Comunitárias
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPURB	Secretaria de Política Urbana
SESC	Serviço Social do Comércio
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNDU	Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TA	Tecnologia Apropriada
TC	Tecnologia Convencional
TELECENTRO	Ambiente de computadores conectado a internet para capacitação de pessoas
TI	Tecnologia Intermediária
TS	Tecnologia Social
UAS	Urbanização de Assentamentos Subnormais
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UNMP	União Nacional de Moradia Popular
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1. TECNOLOGIA E TECNOLOGIA SOCIAL	22
1.1. TECNOLOGIA : Compreendendo o conceito	22
1.1.1. Tecnologia na Língua Portuguesa	23
1.1.2. Tecnologia na Língua Inglesa	25
1.1.3. Tecnologia na Língua Francesa	28
1.1.4. Tecnologia na Língua Alemã	30
1.2. TECNOLOGIA E SOCIEDADE: Abordagens Teóricas	34
1.3. TECNOLOGIA SOCIAL	38
1.3.1. Surgimento do Conceito	38
1.3.2. Tecnologia Apropriada (TA)	40
1.3.3. Instituições promotoras de TS no Brasil	44
1.3.4. Concepções de Tecnologia Social	46
1.3.5. Abordagem Sociotécnica para a Tecnologia Social	51
1.3.6. Desafios da TS	54
1.4. CONCEITO DE TS ADOTADO PARA ESTA DISSERTAÇÃO	55
CAPÍTULO 2. A QUESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA	57
2.1. A RELAÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL, O ESPAÇO URBANO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL	57
2.2. A POLÍTICA HABITACIONAL COM FOCO NAS QUESTÕES SOCIAIS	60
2.2.1. Período da Nova República (a partir de 1985)	61
2.2.2. Período do Presidente Collor (1990-1992)	64
2.2.3. Período do Presidente Itamar Franco (1992-1994)	67
2.2.4. Período do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	69
2.2.5. Período do Presidente Lula (2003-2010)	71
2.2.6. Período da Presidenta Dilma Rousseff (2011 até atualidade)	78
2.3. AGENTES DE PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL	81
2.4. CONCEITO DE HABITAÇÃO SOCIAL PARA ESTA DISSERTAÇÃO	84

CAPÍTULO 3. DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO	93
3.1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS CASOS	93
3.2. RECORTE ESPACIAL DO OBJETO DE ESTUDO	94
3.3. PERFIL DOS ENTREVISTADOS	95
3.4. CASO 1 – CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM DAS PAINEIRAS	97
3.4.1. Localização – As áreas de Intervenção do Projeto	98
3.4.2. Perfil das comunidades beneficiadas	100
3.4.3. Aspectos relevantes do Projeto	103
3.4.4. Os Projetos Implantados e o Papel do ‘Arquiteto Social’	105
3.4.5. Participação da comunidade no processo e o trabalho técnico social	109
3.4.6. Principais reivindicações e a questão da regularização fundiária	111
3.5. CASO 2 – CONJUNTO HABITACIONAL BOM SUCESSO	112
3.5.1. Localização – As áreas de Intervenção do Projeto	113
3.5.2. Perfil da comunidade beneficiada	116
3.5.3. Aspectos relevantes do Projeto	118
3.5.4. Os Projetos Implantados e o Papel do ‘Arquiteto Social’	122
3.5.5. Participação da comunidade no processo e o trabalho técnico social	126
3.5.6. Principais reivindicações e a questão da regularização fundiária	129
3.6. A QUESTÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL NOS ESTUDOS DE CASO	131
CAPÍTULO 4. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ESTUDOS DE CASO	137
4.1. MÉTODO INVESTIGATIVO: Estudo de Caso	137
4.2. RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS	139
4.3. PERGUNTA INTRODUTÓRIA: Quando Vocês Vieram Morar Aqui?	140
4.4. BLOCO 1 - ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE	141
4.5. BLOCO 2 - ESPAÇO PÚBLICO DE PERMANÊNCIA	147
4.6. BLOCO 3 - CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E COLETIVO	151
4.7. BLOCO 4 - POSSE E REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL	156
4.8. BLOCO 5 - ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	161
4.9. AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO URBANA PELA PESQUISADORA	172
4.9.1. Avaliação da Conservação da Parte Externa da Casa	173
4.9.2. Avaliação da Conservação dos Espaços Coletivos e Públicos	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181

APÊNDICE A – Relação dos entrevistados – Jardim das Paineiras

APÊNDICE B – Relação dos entrevistados – Bom Sucesso

APÊNDICE C – Decupagem: Débora Cavalcanti

APÊNDICE D – Sistematização dos Questionários

APÊNDICE E – Álbum Fotográfico – Jardim das Paineiras

APÊNDICE F – Álbum Fotográfico – Bom Sucesso

APÊNDICE G – Modelos - Questionário e Quadros Avaliativos

APÊNDICE H – Termos de Consentimento e Livre Esclarecido – Jardim das Paineiras

APÊNDICE I - Termos de Consentimento e Livre Esclarecido – Bom Sucesso

ANEXO A – MANIFESTO POPULAR DE 28 DE MARÇO DE 2008

ANEXO B – Projeto Urbanístico e Arquitetônico – Jardim das Paineiras

ANEXO C – Projeto Urbanístico e Arquitetônico – Bom Sucesso

INTRODUÇÃO

Verificar a existência da relação entre os vínculos sociais e a conservação da habitação — unidades habitacionais, espaços públicos e coletivos —, em intervenções urbanísticas, consiste no objetivo geral desta dissertação. O pressuposto consiste na seguinte ideia: *“Quanto mais tecnologia social, mais conservação do espaço físico”* ou, como também pode ser compreendida: *“É mais fácil conservar estruturas físicas quando há organização social”*. Para este estudo, a Tecnologia Social, um conceito contemporâneo em fase de maturação no campo da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil, aqui é visto, como uma estratégia de protagonismo social para a conservação de espaços coletivos e públicos nos conjuntos habitacionais. Pretendeu-se avaliar a organização social existente nos conjuntos habitacionais observando-se o vínculo entre as pessoas e como essas permitiram a adoção de soluções coletivas para resolver os problemas do assentamento habitacional.

A Tecnologia Social (TS) está ancorada em movimentos sociais ligados à tecnologia, que tiveram origem em meados do século XX, com o exemplo pioneiro de Gandhi, que criou a roca, um produto técnico que se tornou o símbolo da autonomia de indianos pobres que lutaram contra a opressão do domínio do governo britânico. Sua mobilização social conseguiu a libertação socioeconômica e política do povo hindu, através do ato de afirmação de se produzir roupas através da roca, ao invés de fomentar o consumo dos produtos provenientes da indústria têxtil britânica.

O exemplo de Gandhi surtiu uma transformação social na Índia e propagou-se internacionalmente, favorecendo, no campo teórico, o surgimento de propostas tecnológicas inovadoras de sociodesenvolvimento conduzidas por pesquisadores nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da crise mundial do Petróleo. Tal proposta foi idealizada por Schumacher para a civilização ocidental através do movimento da Tecnologia Apropriada (TA) e capitaneada também por Amílcar Herrera, para a América Latina, o que favoreceu o surgimento de movimentos sociais que passaram a propagar a ideia de tecnologia alternativa face à tecnologia convencional (SCHUMACHER, 1987; DAGNINO, 2010). Assim como Gandhi, a proposta da TA e dos diversos movimentos estiveram baseadas na ideia central de libertar a população pobre da opressão do desenvolvimento econômico desigual e da tecnologia de ponta que não favorecia os excluídos do sistema produtivo industrial. Ao mesmo tempo em que as cidades cresciam e se desenvolviam, a pobreza e a miséria, nos países subdesenvolvidos, foram vistas como uma característica da desigualdade socioespacial. Um dos fatores que favoreciam essa situação era a tecnologia.

A questão do protagonismo e do empoderamento sociais são aspectos chaves da TS. Consistem na ideia de que grupos sociais conscientes dos seus direitos, mobilizados e

organizados, assumem o papel na tomada de decisões frente aos problemas do grupo. Como exemplo, no âmbito da produção habitacional, pode-se citar a atuação dos movimentos sociais que lutam por melhorias nas condições de vida, do direito à cidade e à moradia digna. Outra questão em relação à TS é a discussão acerca do controle social da tecnologia. Conforme defendido por Feenberg (2010) e Dagnino (2010), o grupo social decide a respeito do uso de uma determinada tecnologia, ou seja, corresponde à ideia da democratização social da tecnologia. Então, a TS e o controle social da tecnologia são conceitos precursores da ideia de descentralização do poder sobre a tecnologia.

Em se tratando da abordagem conceitual sobre habitação, a Produção Social do Habitat (PSH) está de acordo com o conceito de TS, por reconhecer o protagonismo da sociedade civil na produção da moradia digna. Pactuada na Agenda Habitat e na Carta Mundial do Direito à Cidade, a PSH consiste em satisfazer as necessidades individuais e coletivas ao promover a construção de um *habitat* sustentável que contribui para o fortalecimento da solidariedade, dos vínculos sociais, da cidadania, das economias locais, do protagonismo e do empoderamento de famílias e grupos. Segundo Moraes (2008), as experiências da sociedade civil como protagonista dos processos habitacionais, tanto individuais e familiares quanto aqueles coletivamente organizados, como mutirões, cooperativas habitacionais e pelo financiamento de soluções habitacionais caracterizam-se como exemplos de PSH. A PSH significa o acesso a um espaço urbano qualificado, ao considerar o espaço valorizado no entorno da casa com infraestrutura e serviços urbanos. A perspectiva é apontada para uma visão abrangente, intersetorial e sistêmica sobre o acesso à moradia, envolvendo outras dimensões como: saneamento ambiental, regularização fundiária, mobilidade, transportes e acessibilidade; acesso a equipamentos e espaços de educação, saúde, lazer e cultura; e a relação entre a localização da moradia com as oportunidades de trabalho. A ideia de protagonismo social na produção e na manutenção do espaço habitado foi o fator determinante para a escolha desse conceito.

Esses conceitos foram identificados como relevantes para verificar o nível de organização dos grupos sociais nos assentamentos habitacionais, sob esta perspectiva, verificar a conservação do espaço habitado. Dessa forma, a conservação representa uma ação protagonizada pelo grupo social para a manutenção dos espaços coletivos e públicos.

É importante esclarecer que a ação dos grupos com grande organização social não substitui a responsabilidade do Estado na manutenção desse espaço. Ao contrário a conservação da habitação pelo grupo social pode significar, sim a luta pela cidadania expressa na conservação do espaço e nas melhorias habitacionais.

A questão da conservação foi definida como um critério na escolha dos casos, por compreender que estes projetos habitacionais foram implantados e se encontram na fase de

pós-moradia. As estruturas físicas tipificam os equipamentos urbanos das intervenções urbanísticas implantados nos dois conjuntos habitacionais.

Ao cruzar a questão da “conservação da habitação” com a “tecnologia social”, questionou-se: **como cada grupo social vem-se organizando coletivamente para a manutenção da habitação?** Então, este estudo partiu para a análise da habitação a partir da área externa da casa, os espaços públicos e coletivos, que pressupõem uma vida coletiva e uma organização social. Adotou-se essa abordagem como questão chave para análise da pesquisa: a casa sendo vista do seu limite particular para o coletivo, pois é exatamente esta visão que nos dá a ideia de superação dos conflitos sociais.

Para tanto, foi realizado uma análise comparativa, através do método de estudo de casos, entre duas experiências de conjuntos habitacionais populares nordestinos distintos, em níveis diferentes de organização social, sendo avaliados à luz do conceito de tecnologia social e da PSH. Definiu-se como critério, para escolha das experiências de produção de habitação social, dois tipos de casos pré-definidos: um caso de protagonismo social, representado pelo Conjunto Habitacional do Bom Sucesso (Fortaleza/CE), construído em 1996, por meio da cultura de organização social. E o caso de mobilização social aparentemente reduzida, representado pelo Conjunto Habitacional do Jardim das Paineiras. Trata-se de uma intervenção governamental realizada pela Prefeitura de Arapiraca/AL em 2002.

Portanto, os conceitos de TS e da PSH sugerem outra forma de produzir habitação social e produzir cidades, que difere da forma de promoção da moradia pelo “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV). Embora esta dissertação não vise analisar tal Programa como objeto de estudo, ele foi o mote inicial de questionamento que auxiliou na formulação deste Projeto de Pesquisa, no sentido de pensar a questão da habitação social. O PMCMV, iniciado em 2009, na segunda gestão do Presidente Lula, fez com que a moradia se tornasse uma questão estratégica para investimento financeiro no setor. Tal iniciativa gerou forte especulação imobiliária, e o objetivo de minimizar o déficit habitacional está aquém das metas sociais esperadas. Ocorreu que este programa federal fragilizou o pacto nacional pela moradia digna — o PlanHab —, uma vez que se verificou que os recursos não estão vinculados ao Sistema Nacional nem ao Fundo Habitacional e nem aos mecanismos de controle social, que foram conquistas reivindicadas pelos movimentos sociais. Os conjuntos habitacionais de interesse social do PMCMV foram concebidos dentro de uma natureza mercadológica, pelos agentes da construção civil, o que impactou na supervalorização dos vazios urbanos em áreas consolidadas da cidade, favorecendo a geração de bairros habitacionais com casas de péssimas qualidades construtivas localizadas em periferias urbanas. Esse fenômeno foi denominado por Ermínia Maricato (2009) e Raquel Rolnik (2012) como lugares de “depósito de gente” ou lugares de “não-cidade”, respectivamente.

Esta forma de produção habitacional pelo Estado continuou na gestão da Presidenta Dilma Rousseff.

Contrapondo-se a esta visão, desenvolveu-se esta pesquisa no intuito de pensar a produção social da moradia a partir do conceito de TS. Dessa forma, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No Capítulo Um foi desenvolvido um panorama conceitual referente à questão da tecnologia e tecnologia social. Entre a variedade conceitual, destacam-se o conceito sobre tecnologia de Milton Vargas (1994), o quadrante conceitual de Feenberg (2010) e o de Dagnino (2010). Estes dois últimos autores afirmam que pode haver uma transformação social a partir do protagonismo de um grupo social no controle da tecnologia. Apresenta-se também a derivação conceitual dos conceitos TS no Brasil. Argumenta-se, ao final do capítulo, o conceito de TS para esta dissertação. O Capítulo Dois apresenta a questão da moradia sob o ponto de vista das políticas habitacionais brasileiras, ressaltando as iniciativas dos movimentos sociais no contexto sociopolítico da redemocratização do país. No final, expõe-se a visão dos principais protagonistas de habitação e argumenta-se a respeito da escolha da PSH, como um conceito de habitação social alinhado à TS. O Capítulo Três relata a produção habitacional nas duas experiências selecionadas. O caso do Bom Sucesso (CE) foi protagonizado por uma parceria entre instituições do Terceiro Setor – Rede Cáritas, ONG CDPDH e ONG Cearah Periferia - e o Governo Municipal, que promoveu moradia social através do regime de mutirão. E o caso do Jardim das Paineiras (AL) foi protagonizado pelos Governos Federal e Municipal, com recurso do HBB/BID, representando um modelo convencional de produção da moradia. A construção desse capítulo está pautada nos documentos referenciais, mas, principalmente, nas entrevistadas realizadas com lideranças, moradores, e técnicos que participaram ativamente desses processos. O Capítulo Quatro, baseado nas entrevistas, resultou na análise comparativa entre os casos ao verificar se a mobilização social foi capaz de manter conservados os espaços físicos no entorno da moradia. Também é apresentada a análise da pesquisadora que, ao realizar as visitas de campo, produziu uma avaliação do estado de conservação do espaço urbano dos conjuntos habitacionais. E, nas Considerações Finais, apresentam-se as conclusões, que consiste numa síntese das maturações encontradas sobre a produção social da moradia em relação à Tecnologia Social.

CAPÍTULO 1. TECNOLOGIA E TECNOLOGIA SOCIAL

Este capítulo objetiva definir um conceito de Tecnologia Social (TS) aplicável a esta dissertação. Para compreender a relação entre tecnologia e sociedade, definiram-se três momentos. O primeiro momento parte de um percurso conceitual realizado por Gama (1986) que apresenta a aceção da origem da palavra tecnologia na Europa, nas línguas portuguesa, inglesa, francesa e alemã. Sem a intenção de construir uma abordagem histórica, este subtópico apresenta marcos relevantes no desenvolvimento das sociedades antigas para compreender a tecnologia sob diversos pontos de vista teóricos. O segundo momento apresenta como a tecnologia é vista na contemporaneidade através do ponto de vista de autores brasileiros e a “visão quadrante” desenvolvida por Feenberg (2010). Num terceiro momento, desenvolve-se o conceito de TS para esta dissertação, apresentando sua origem; as definições de TS em voga no país; a abordagem sociotécnica para a TS; e os desafios que a TS enfrenta para se tornar efetiva.

1.1. TECNOLOGIA: Compreendendo o conceito

Etimologicamente, a palavra “tecnologia” origina do grego *techné* e *logos* que significam conceito e doutrina. Ruy Gama (1986, p. 11) classifica duas vertentes que conceituam tecnologia: a de L. White Jr. refere-se ao próprio fazer (aquilo que chamaríamos de técnicas) e a de G. Childe refere-se ao estudo daquelas atividades dirigidas à satisfação das necessidades humanas.

Gromeka (1982) compreende tecnologia como um conjunto de conhecimentos sobre processos e pelo qual os objetos de trabalho são transformados associando-a ao modo de produção e de processo de trabalho (GAMA, 1986, p. 16). Kranzberg (1981) vai além da visão de Gromeka (1982) e tendo a mesma compreensão que G. Childe, evidencia a satisfação dos desejos humanos em detrimento dos processos de trabalho:

A tecnologia é, portanto, muito mais do que ferramentas e artistas, máquinas e processos. Ela põe em evidência o *trabalho humano*, as tentativas do homem para satisfazer seus desejos mediante a ação humana sobre objetos físicos. [...]. Devemos utilizar o termo *desejos* em vez de necessidades humanas, porque os desejos humanos vão muito além das necessidades humanas, especialmente aquelas necessidades básicas de alimentação, vestuário e habitação (*apud* GAMA 1986, p. 12).

Outra característica da tecnologia, segundo David Noble (1980 *apud* GAMA, 1986, p. 18), é a sua abordagem como um instrumento que detém poder de controle e dominação, por ser a manifestação do pensamento dominante, dos padrões de comportamento e da

organização das relações sociais. Em sua visão, a tecnologia também caracteriza a idade da máquina, com a totalidade de seus instrumentos, dispositivos, invenções e artifícios.

Neste demonstrativo conceitual, nota-se a variação de significados para tecnologia como: conceito; técnica; satisfação das necessidades humanas; conjunto de conhecimentos associado ao processo de produção e trabalho; evidência do trabalho humano; instrumento que detém poder de controle e dominação; e representante da idade da máquina. Dessa forma, definiu-se como critério compreender o termo, a partir da classificação dada por Ruy Gama (1986), em sua tese publicada como livro, sob o título *A Tecnologia e o Trabalho na História*, que realiza uma análise dos diversos conceitos sobre tecnologia na história, dentro de um contexto sociocultural de diversos pensadores das línguas portuguesa, inglesa, francesa e alemã, visto que, para as nações que foram pioneiras no emprego da palavra tecnologia, os termos obtiveram variações de acordo com o seu estágio cultural de desenvolvimento.

Gama (1986) afirma que o rastreamento da palavra tecnologia é difícil, pois a ela se associam, ao longo de sua história, contextos sociais extremamente diferentes, pois, à medida que foram ocorrendo às transformações socioeconômicas, a palavra tecnologia foi-se alterando, alargando-se ou restringindo-se de acordo com a história das técnicas e da ciência. É difícil limitar onde inicia a tecnologia e se encerra a técnica ou onde se encerra a ciência e se inicia a tecnologia. Apresenta-se a seguir um panorama dos significados classificados pelas nações europeias, destacando-se também os conceitos brasileiros.

1.1.1. Tecnologia na Língua Portuguesa

A palavra tecnologia não é nova na língua portuguesa. Sua acepção baseada no inglês *technology* possuiu diversas traduções. No século XVII, o termo significou o trato de todas as artes liberais e mecânicas, semelhante ao conceito de Bluteau, empregado na Inglaterra no século XVI. A mudança de visão sobre tecnologia ocorre com mais propriedade, a partir do século XIX, quando se acentua a discussão sobre o termo, devido às diversas inovações e criações de produtos no período da Revolução Industrial.

No século XIX, a palavra tecnologia representava um termo novo no campo teórico. Essa constatação pode ser verificada a partir do discurso de José Bonifácio de Andrada e Silva (1973 *apud* GAMA, 1986, p. 40; 49) feito à Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1815, ao afirmar que era um termo pouco utilizado entre os intelectuais.

Em fins do século XIX, ocorre à ideia da tecnologia ser empregada como ciência aplicada ao processo de trabalho, ao se criar a cadeira de disciplina na Escola Politécnica de São Paulo,

em 1895, para os cursos de engenharia civil e mecânica, que tratavam do conhecimento de materiais e de seu emprego, presente até hoje, nos memoriais descritivos e orçamentos de obras. Destaca-se que essa forma de operação da tecnologia criou uma vinculação entre tecnologia e trabalho, através do entendimento dos materiais e meios de trabalho que fazem parte do processo de produção. Dentro desta perspectiva, em 1924, Victor da Silva Freire publicou um artigo na Revista Politécnica, conceituando a tecnologia como “doutrina ou ciência industrial que fundamente o exercício da engenharia”. Então, a tecnologia se consolida oficialmente no âmbito da engenharia e do sistema produtivo vigente.

Além destas aplicações, o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), ao analisar o conceito, conseguiu sistematizar quatro definições, o que demonstra que embora se tenha definido a tecnologia como ciência aplicada à engenharia, ainda assim, era um termo sem consenso no âmbito intelectual. Na primeira definição, o autor define que a tecnologia corresponde à teoria, à ciência, ao estudo, à discussão da técnica, abrangendo a noção de artes, as habilidades de fazer, as profissões e os modos de produzir alguma coisa. No segundo significado, Pinto equivale à tecnologia como puramente técnica, o sentido mais frequente e popular da palavra em sua época. O terceiro significado, muito semelhante ao segundo significado, à palavra tecnologia como sinônimo do conjunto de todas as técnicas, assume importância por procurar medir o grau de avanço do processo de forças produtivas de uma dada sociedade, em qualquer fase histórica e aplicada às civilizações do passado (CÔRREA, 2010).

No quarto significado, Pinto propõe a relação da tecnologia com a noção de subdesenvolvimento do país, no que tange a dominação do centro sobre a periferia. Este conceito procura explicar o atraso tecnológico brasileiro. A partir dessa visão, o autor elabora uma teoria sobre a temática do desenvolvimento da tecnologia na realidade brasileira, que chamou de “trabalho tecnologicamente elaborado” (CÔRREA, 2010). Com efeito, a reflexão sobre a tecnologia em relação ao local e às condições em que é produzida, leva à ideia do caráter social que a tecnologia pode assumir enquanto realização humana. Então, entre todas as acepções definidas por Pinto, a quarta acepção possui uma correlação com a ideia da tecnologia representar um instrumento de poder e um critério de definição do atraso de desenvolvimento do Brasil, o que está embutido a ideia da noção social. Esse aspecto aponta, futuramente, o porquê da necessidade de repensar a tecnologia como resposta para o enfrentamento da pobreza no mundo, ideia que será desenvolvida a partir do século XIX e XX, com os movimentos sociais da tecnologia.

Portanto, na língua portuguesa, o emprego da palavra tecnologia ocorre desde o período medieval e teve, ao longo do seu desenvolvimento, os seguintes significados: a) trato das artes liberais e mecânicas; b) um termo que significa contemporaneidade, ao sinalizar um

novo tempo, pós-medieval; c) uma doutrina ou ciência que trata dos conhecimentos de materiais físicos e de seu uso nos cursos de engenharia; d) e, por fim, as quatro definições criadas por Pinto: teoria ou ciência; equivalente à técnica; mede o grau de avanço da força produtiva e explica o atraso tecnológico brasileiro ao relacionar a questão do desenvolvimento com a noção de subdesenvolvimento. Estas acepções para tecnologia demonstram que o conceito estava em fase de formação, e que a variação conceitual tornou a palavra tecnologia como um termo polissêmico. Em se tratando da tecnologia social, nenhum dos conceitos acima, trouxe a ideia da tecnologia ser uma forma de mudança social de grupos marginalizados, com exceção do quarto conceito desenvolvido por Pinto.

1.1.2. Tecnologia na Língua Inglesa

Na língua inglesa, a confusão conceitual é ainda maior em relação à língua portuguesa. A definição dada por Lynn White Jr. (1940 *apud* GAMA, 1986), que não distingue técnica de tecnologia, representa uma característica básica na língua inglesa, em razão do peso da herança nominalista e empirista: “*technology* é a maneira pela qual as pessoas fazem coisas”, como andar de bicicleta, dirigir um carro, jogar futebol, enfim, quem realiza a ação é visto como tecnólogos. Na linha conceitual de L. White Jr., outros pensadores que endossam esta acepção são:

- **M. J. Hersikovitz** (1978 *apud* GAMA, 1986, p. 11) quando cita que “os homens extraem do seu *habitat*, por meio de sua tecnologia, os alimentos, o abrigo, as roupas e as ferramentas de que necessitam para sobreviver”.
- **R. J. Forbes** (1981 *apud* GAMA, 1986, p. 11) reconhece que a “tecnologia é tão antiga como o próprio homem”.
- **Melvin Kranzberg** (1981 *apud* GAMA 1986, p. 12) afirma que “a tecnologia consiste nos esforços do homem para enfrentar e controlar seu entorno físico — tanto naquilo que diz respeito à natureza quanto no que foi criado pelas próprias conquistas tecnológicas do homem, como por exemplo, as cidades —”.
- **José Ortega y Gasset** (1963 *apud* GAMA 1986, p. 14), como R. J. Forbes, afirma que “o homem começa quando começa a técnica”.
- **André Haudricourt** (1964 *apud* GAMA 1986, p. 17) centra o interesse da tecnologia na “civilização material”, em que a tecnologia está intimamente relacionada, de forma sinônima, com a história das técnicas.

- **Waldimir Pirró e Longo** (1978 *apud* GAMA 1986, p. 19) compreende “tecnologia como conjunto ordenado de todos os conhecimentos — científicos, empíricos ou intuitivos — empregados na produção e comercialização de bens e serviços”.

Os autores acima afirmam que a tecnologia representa a técnica, um modo de fazer humano, em que o homem detém o domínio sobre a cultura material. Esta abordagem representa a ideia de tecnologia instrumentalista, desenvolvida por Feenberg (2010), concepção que será vista mais adiante. Vê-se também, a constatação de que a tecnologia não tinha um cunho social. Essa abordagem se assemelha ao conceito desenvolvido por Pinto, em que a tecnologia representa um instrumento de dominação social.

Outra abordagem distinta se refere à ideia de Francis Bacon (1561-1626) e John Locke (1632-1704), que ao pensar acerca das técnicas e suas terminologias, reafirmam a importância da linguagem e do tratamento sistemático das técnicas, e nesse sentido, a tecnologia seria uma espécie de gramática das técnicas, ou seja, a tecnologia está associada ao conceito de técnica e está subordinada a esta.

Com o progresso da ciência, entre os séculos XVII e XVIII, Christian Wolff (1679-1754) inaugura um novo significado à palavra, definindo-a como conhecimento científico das artes e das obras de arte, inaugurando a ideia de tecnologia como ciência. Devido a esse avanço, Paolo Rossi afirma a necessidade de reflexão e estudo desse novo tempo:

O progresso da ciência, a melhoria das condições do homem requer, pois, segundo Bacon, que o saber dos técnicos se insira no campo – que lhe tem sido vedado por uma tradição multissecular – da ciência e da filosofia natural. Os métodos, os procedimentos, as operações, a linguagem das artes mecânicas iam se afirmando e aperfeiçoando fora do mundo da ciência oficial, no mundo dos engenheiros, dos arquitetos, dos artesãos qualificados, dos construtores de máquinas e de instrumentos. Esses métodos, esses procedimentos e essas linguagens devem passar agora a ser objeto de exame, de reflexão e de estudo (GAMA, 1986, p.46).

A questão da relação entre tecnologia e linguagem aparece, na década de sessenta do século XVII, como um importante instrumento de domínio, de poder, e uma barreira para os estranhos. A tecnologia nesse período cumpre o papel de solapar as corporações, através da criação de escolas artesanais, no entendimento de que “Saber é poder”, expressão de Bacon, e os segredos dos ofícios e das corporações precisavam ser revelados, pois, ao capitalismo nascente, interessava o recrutamento de mão de obra e a mobilização para o trabalho. As corporações, por sua vez, dificultavam o ingresso do capital na produção ou na reprodução em série. As corporações tinham a ideia de que a linguagem era a porta por onde entrava o domínio dos segredos dos ofícios (GAMA, 1986). Então, a tecnologia passa a conotar um instrumento de poder sobre um grupo social. Este aspecto já revela como nasceu à ideia da tecnologia convencional associada ao modo de produção capitalista e que se mantém até hoje. A tecnologia representa um poder de uma determinada classe dominante.

Segundo Postman (1994), Bacon foi o primeiro homem da tecnocracia¹ e a sua mentalidade influenciou o mundo moderno. Bacon acreditava que “conhecimento ou o saber é poder”. De acordo com esta afirmação, o avanço da ciência, da técnica e da tecnologia foi alterando a cultura europeia, em relação à moral e aos valores intelectuais. O fruto da ciência de Bacon foi a Revolução Industrial do século XIX, que era a única esperança da maioria dos camponeses empobrecidos de terem uma vida melhor em relação ao trabalho. Entretanto, a Revolução Industrial não atendeu ao ideário dos pobres, antes intensificou a luta de classes, subjulgou o operário nas indústrias, conforme exposto na obra de Karl Marx. Este fato representa um exemplo de tecnologia social, em relação a um grupo social lutar pelos seus direitos no contexto do sistema capitalista. Expõe que o homem se tornou cativo ao poder da tecnologia controlada por um grupo social dominante.

A partir do século XIX, a produção artesanal foi substituída pela produção tecnológica, através da introdução de maquinarias nas indústrias. A tecnologia mudou radicalmente a forma de produção do homem, o que impulsionou uma série de invenções. Dado a este aspecto, a tecnologia passa a representar a ideia de técnica como ciência aplicada à indústria. Essa abordagem foi adotada pelo *Massachusetts Institut of Technology*, em 1865, que teve o entendimento sobre a palavra tecnologia como a ideia da reunião da ciência com a técnica, formulada pelo médico Jacob Bigelow. Desde o século XVIII, com a invenção da máquina a vapor de James Watt (1765) em diante, não se passou uma década sem a invenção de alguma maquinaria importante, que foi extinguindo a manufatura.

A definição de tecnologia, desenvolvida Gordon Childe (século XVII) constata que a tecnologia é um termo moderno e que a partir do século XIX tornou-se sinônimo de ciência aplicada:

technology deveria designar o tratamento sistemático de qualquer coisa ou assunto. Em inglês, ela é de formação moderna (século XVII) e artificial, inventada para designar o discurso sistemático sobre as artes (utilitárias). Até o século XIX, o termo não tinha adquirido conteúdo científico e passou a ser posteriormente considerado como sinônimo da ciência aplicada. (...). Os editores consideram que ela abrange as maneiras como são feitas e fabricadas as coisas (SINGER, 1954 *apud* GAMA, p.10; 38).

Esse conceito evidencia que a tecnologia é aplicação direta da ciência, ao relacionar o tratamento sistemático das artes utilitárias associada à fabricação de objetos, neste aspecto, está embutido também, o conhecimento intelectual.

Dentro dessa multiplicidade de visões sobre o significado da tecnologia, o americano John Ziman (1981) propõe o esclarecimento de que a complexidade crescente da vida civilizada e a divisão do trabalho criam um novo nível de perícia técnica e que a tecnologia se constitui na ciência de uma habilidade, arte ou técnica. Coloca também que o termo tem sido usado

¹ Segundo o crítico social norteamericano, Neil Postman (1994, p.50), a tecnocracia corresponde a uma sociedade controlada pelos costumes sociais, pela tradição religiosa e pelo impulso para inventar.

como habilidade técnica ou adquirida, assim como a ciência se refere à atividade racionalizada. O aperfeiçoamento das técnicas, tecnologias e ciência estão inter-relacionados. Ele reconhece que as habilidades práticas ou técnicas são características de todas as sociedades humanas e são independentes dos conjuntos formalizados do conhecimento ou teorias (GAMA, 1986, p. 54; 55).

Em síntese, na exposição dos significados sobre tecnologia, nota-se que, no espaço temporal entre o século XVII até o século XIX, a tecnologia na língua inglesa tinha uma concepção modesta e superficial, diferente da concepção na atualidade. A tecnologia esteve à sombra da técnica, diferenciando-se desta por ter o atributo de organizar de forma sistemática a maneira como as coisas ou objetos são fabricados. A Revolução Industrial criou um marco divisório entre os termos, em que a tecnologia se distancia da técnica, incorpora novas definições e utilidades devido à sucessão de invenções tecnológicas e passa a agregar o sentido de ciência e de produção de conhecimento para expansão do capitalismo, o que solapou as corporações medievais na Inglaterra. Neste período da Revolução Industrial, a luta dos operários em busca de melhoria de vida e no trabalho é um exemplo de tecnologia social, mostrando que a população pobre esteve subjulgada por meio da tecnologia. A tecnologia representou um meio de coibir e manipular grupos populares através do controle social da tecnologia pela classe dominante.

1.1.3. Tecnologia na Língua Francesa

A discussão teórica acerca do termo tecnologia tinha a mesma importância que na Inglaterra. A relação entre técnica, tecnologia e ciência na França está relacionada à questão da difusão do conhecimento através do trabalho e da indústria (POSTMAN, 1994). Diferentemente da Inglaterra, o caminho conceitual da palavra *technologie* é curto. No século XIV, tem-se uma demonstração de uma ferramenta tecnológica que interferiu no poder de instituições medievais, no reinado de Carlos V, que ordenou que todos os cidadãos de Paris regulassem sua vida privada, comercial e industrial pelos sinos do relógio mecânico do Palácio Real que batiam a cada sessenta minutos, inclusive as igrejas católicas². Este fato demonstra como uma ferramenta tecnológica regulou a vida social dos franceses.

A disseminação da tecnologia na França ocorreu a partir do século XVII³ quando Leibniz (1646-1716) propôs a criação de casas de trabalho, escolas artesãs e de escolas técnicas para difusão do conhecimento técnico. Para compreensão do termo, em 1675, Colbert encomendou um estudo sobre as artes e ofícios à Academia de Ciências de Paris,

² Segundo Postman (1994), a leitura das horas canônicas da Igreja Católica foi substituída pelo relógio mecânico.

³ GAMA, 1986, p. 56 ; 57.

resultando em 76 volumes. A Enciclopédia de Diderot e D'Alembert participantes desta visão de Colbert assinalou a dificuldade para compreensão da linguagem técnica, que não estava constituída como um conjunto elaborado devido à existência de poucos termos técnicos e ainda havia ocorrência de sinônimos entre os termos.

No período da Revolução Francesa, ocorrem avanços que contribuem para a ampliação do sentido da palavra tecnologia e sua relação com o trabalho. Em 1795, ocorre a criação da Escola Politécnica francesa, que possibilitou a sistematização do conhecimento e sua incorporação ao processo produtivo do capitalismo recente, visando assegurar a expansão da indústria nacional e do mercado de trabalho. Neste contexto, a tecnologia é conceituada como um estudo que compreende a descrição de todos os objetos (ferramentas e máquinas) usados para fabricação; bem como “os meios de aperfeiçoamento; as invenções; a preparação de matérias-primas; os segredos relativos aos ofícios e os novos instrumentos” (GAMA, 1986, p. 59).

Entre fins do século XVIII até meados do século XIX, a *technologie* foi vista como uma nova ciência do novo tempo da produção baseada nas máquinas e no trabalho assalariado, afastando-se das artes dos técnicos, artistas (artesãos) e suas ferramentas ligadas ao capitalismo. Enquanto Ampère (1834) compreende tecnologia como ciência, o médico escocês Andrew Ure (1835) denomina como “*Filosofia das Manufaturas* — uma exposição dos princípios gerais pelos quais a indústria produtiva deve ser conduzida através de máquinas automáticas” —, mostra a sua atenção ao processo de automatização. Manufatura passa a significar o fazer pelas máquinas. Esta visão está pautada no processo de transformação da manufatura na grande indústria, que passou a se desenvolver no início do século XIX na Inglaterra.

O conceito da tecnologia como ciência foi criado em países onde o Estado teve papel importante no desenvolvimento das técnicas, da manufatura e do Ensino Técnico, incluindo o Ensino da Engenharia. Desde a época de Luís XIV, o Estado incentivava o desenvolvimento das manufaturas, em que Estado e Universidade se entrosaram. A “ciência centralizada” comanda o processo e o controle da técnica, do ensino das artes e das técnicas. Na Revolução Francesa, essa política ganhou novas características, mobilizou os cientistas e os colocaram a serviço do desenvolvimento da indústria com a reorganização da Academia de Ciências, a fundação da Escola Politécnica e o apoio à Lei da Liberdade do Trabalho (1791). Essa lei suprimiu privilégios das profissões, extinguiu corporações e proibia a organização dos operários. O trabalho assalariado passa a ser a única forma regulada pelo mercado de trabalho e, embora o Código Civil da Revolução garanta a liberdade do indivíduo, sucedeu-se a ditadura dos patrões ou companhias poderosas que se impõem a

uma multidão mais fraca⁴.

No período da Revolução Francesa, esperava-se que a razão, vista como característica da ciência, cumprisse um papel de mobilizar os sábios e cientistas, com o objetivo de iluminar o caminho da indústria, para superar o atraso em que a França estava em relação à Inglaterra. A exaltação da razão por meio da ciência desempenhou papel na direção de destruir os últimos vestígios feudais e de incorporar o espírito de progresso dos filósofos e da proposta de reforma adequada da máquina do Estado e da promoção da educação segundo princípios científicos. Os cientistas se ocuparam da reforma da máquina do Estado, em fins do século XVIII, sendo esta, a primeira mudança real da educação desde o Renascimento.

Essas conquistas e mudanças ocorridas por meio da Revolução Francesa legitima a técnica subordinada à ciência. Os franceses vão buscar na língua grega a palavra *politécnico*, que significa entender de muitas artes e habilidades. Por razões filosóficas, além da Revolução Francesa, o Positivismo supervalorizou a ciência a ponto de considerá-la perfeita e acabada. Devido ao seu substrato absoluto, a ciência adquirira um formato finalizado, pronta para ser ensinada e não carecia de ser pesquisada (VARGAS, 1994, p. 211). Em conformidade com Augusto Comte, Bacon sustentava a ideia de que uma das tarefas principais da ciência consistia em aumentar o poder do homem sobre o mundo, o fundador do positivismo reduz a função da técnica a uma categoria meramente servil (GAMA, 1986, p. 67).

Portanto, foi demonstrado que o caminho conceitual da tecnologia na França é curto. E que o referido termo está associado à ciência e à técnica para promover o conhecimento do trabalho e da indústria. Para tanto, foram criadas as Escolas Técnicas e o Liceu de Artes para consolidar uma educação científica. O Estado também apoia o desenvolvimento da tecnologia como ciência ao se associar as Universidades. O termo tecnologia também significa teoria ou filosofia das técnicas; ou técnicas ou conjunto de técnicas. Passou a ser vista como ciência física do processo industrial.

1.1.4. Tecnologia na Língua Alemã

No século XVI, com o advento da prensa tipográfica pelo alemão Gutenberg, iniciou-se um curso irreversível do crescimento da ciência. A imprensa pôs um fim aos segredos dos alquimistas, tornando a ciência um empreendimento público, aumentando a comunicação entre os cientistas da esfera continental. O impacto da imprensa sobre o pensamento medieval criou um novo ambiente de informação (POSTMAN, 1994).

⁴ Id., 1986, p. 64.

A tecnologia, também na Alemanha, esteve associada ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Embora a visão que se tenha de tecnologia, nesta fase, é que ela muda todo um contexto sociocultural de um país. Segundo examinou Postman (1994, p.27; p.29), uma tecnologia nova não acrescenta nem subtrai coisa alguma. Ela muda tudo. No ano de 1500, após a invenção da prensa tipográfica, não se tinha a velha Europa e a imprensa. Tinha uma Europa diferente. As novas tecnologias alteraram a estrutura de nossos interesses: as coisas sobre as quais pensamos. Alteraram o caráter de nossos símbolos: as coisas com que pensamos. E alteraram a natureza da comunidade: a arena na qual os pensamentos se desenvolvem.

No século XVIII, o filósofo e matemático Christian Wolff foi o primeiro a definir a palavra no sentido moderno, ao retomar a discussão sobre o sentido da palavra tecnologia para designar um discurso racional sobre a atividade técnica. Baseado nos princípios da física experimental, ele compreendeu a tecnologia como o conhecimento desses corpos, da estrutura e do funcionamento dos dispositivos instrumentais. Em suma, tecnologia é o estudo das regras operatórias e das obras (GAMA, 1986).

Em 1700, ocorreu a fundação da Academia de Berlim que abrangia as ciências matemáticas, físicas e suas respectivas aplicações técnicas, como também propagaria a língua alemã e a história da Alemanha. A finalidade era melhorar a existência humana em todas as suas manifestações e atividades, resultado do ideário político do iluminismo alemão no então nascente Estado Moderno. A universidade de Halle, fundada em 1693-1694, foi à pioneira em introduzir estudos sobre a ciência em escala verdadeiramente ampla. A época em que a produção manufatureira apareceu na Alemanha data a ocorrência da reinvenção da tecnologia que passou a denominar-se tecnologia moderna. Na manufatura, o artesão tinha um papel primordial, dando seus segredos e habilidades. Já na fábrica, não se aproveita sua bagagem de saber. Ele passou a ser igual a todos os trabalhadores, separados pela divisão de trabalho e passou a trabalhar por “tempo”, ou seja, o relógio passou a cronometrar a produção humana na indústria e o indivíduo passou a ser pressionado para produzir cada vez mais. O homem tornou-se uma peça de produção no ambiente tecnológico das maquinarias nas indústrias.

Ocorreram também novas formas de compilar e transmitir conhecimentos técnicos. Como disciplina, a tecnologia moderna surgiu na universidade separada do processo produtivo. O saber técnico se escolarizou no século XVIII, sob a égide do Estado. Em 1806, Beckmann pretendia fomentar a união entre sábios e fabricantes, sendo a escola o ponto de encontro. Em 1787, em seu *Manual de Tecnologia*⁵ ou instrução para o conhecimento dos trabalhos manuais, fábricas e manufaturas, Georg Friedrich van Lamprech define tecnologia como: “...

⁵ Grifo do autor.

a ciência que ensina a forma e a maneira como se há de trabalhar, por meio da técnica humana, os produtos brutos da natureza, tendo em vista as necessidades da vida” (GAMA, 1986, p. 75). Esta definição é bem clara de que a tecnologia se refere a um conhecimento aplicável, chamado de ciência, a uma atividade produtiva, que o autor denomina de técnica. Ou seja, o conceito de tecnologia é mais amplo, por contemplar tanto a ciência quanto a técnica. Na realidade, demonstra que a tecnologia está ancorada nos conceitos de técnica e de ciência.

Sobre a reinvenção da tecnologia, A. Timm explica a sua finalidade, como também o seu fomento pelo Estado, e expõe sobre o desejo de se ter controle social por meio da tecnologia. Seu conceito expõe que, já no século XVIII, pretendia-se ter um controle social da tecnologia, a partir da estruturação de métodos e processos da tecnologia. A questão social aqui é vista sob o aspecto econômico e centralizador e não como um processo democrático, conforme defende Feenberg, e que será visto mais adiante.

Essa relação da tecnologia com a questão econômica fez com que, inicialmente, os autores alemães tateassem o caminho, ao examinar os elementos do processo e meio de trabalho (Gama, 1986, p. 75; 76): (i) fábrica⁶: seriam os lugares de trabalho que usam fogo e martelo; (ii) manufatura⁷: usam-se as mãos ou sem as mãos, utilizando máquinas para a produção de mercadorias. Segundo Gama (1986, p. 77), a tecnologia entra na fábrica, junto com as máquinas, e apresenta uma distinção entre técnica e tecnologia: “se a técnica refere-se ao trabalhador e suas ferramentas, a tecnologia refere-se às máquinas e seus operadores, ao conjunto do processo produtivo cujo saber escapa do trabalhador individual”. Ensina-se nas escolas, fora das condições reais do trabalho — a esses argumentos pode-se datar tecnologia moderna⁸ —. Outra evidência que marca o surgimento da tecnologia como matéria escolar na Alemanha é a vinculação entre o Estado e a Universidade. Tratar da coisa pública é tecnologia, pois o Estado é uma máquina artificial, articulada, que deve servir a um determinado fim.

Harry Braverman, sem empregar a palavra tecnologia, aborda a relação da ciência e a produção industrial referente ao século XX e o papel da Alemanha no contexto da história mundial como hegemônica na capacitação dos países capitalistas demonstrados através das duas grandes guerras mundiais (GAMA, 1986, p. 79). Essa visão expõe a capacidade perigosa da tecnologia promover a indústria da guerra. Mostra que ela pode ser também desenvolvida para resultados catastróficos que afetam a vida em sociedade. Postman (1994) afirma a condição da tecnologia ser tanto amiga como inimiga do homem. Essa questão já foi discutida por autores convictos e de grande saber, a exemplo de Lewis

⁶ 'Grifo nosso'.

⁷ 'Grifo nosso'.

⁸ 'Grifo nosso'.

Mumford, Jacques Ellul, Herbert Read, Arnold Gehlen e Ivan Illich. Explica que a tecnologia é uma amiga leal, por tornar a vida mais fácil, limpa e longa. A tecnologia não convida a um exame rigoroso das suas consequências. É um tipo de amiga que pede confiança e obediência. Porém é vista também como inimiga, pode-se fazer a acusação de que o crescimento descontrolado da tecnologia destrói as fontes vitais de nossa humanidade. Devido ao poder inerente à tecnologia, é inevitável que cada cultura de um determinado país precise negociar com a tecnologia, fazendo-a de maneira inteligente ou não. Novas tecnologias introduzem novos estilos de se viver. A quem a tecnologia dará maior poder e liberdade? Em culturas que têm o espírito democrático, tradições relativamente fracas e alta receptividade a tecnologias novas, todo o mundo está inclinado a se entusiasmar com a mudança tecnológica, acreditando que seus benefícios se espalharão, em um dado momento, por igual sobre toda a população. Nos estágios de invasão de uma nova tecnologia em uma cultura, nem sempre está claro quem vai ganhar mais e perder mais. Isto porque as mudanças forjadas pela tecnologia são sutis, quando não completos mistérios e, às vezes, imprevisíveis (POSTMAN, 1994).

Em suma, a tecnologia na Alemanha, assim como ocorreram em outros países europeus estudados, também está fortemente associada à ideia de ciência e técnica. Compreendeu-se que a tecnologia muda todo um contexto sociocultural, a exemplo da invenção da tipografia. A partir do século XVIII, a palavra tecnologia já ganha um sentido moderno, que seria um discurso racional sobre a atividade técnica. Ela surge separada diretamente da atividade industrial. Sob a égide do Estado, surgem as escolas para propagar este conhecimento. Essa estratégia dá certo, a Alemanha se desenvolve tecnologicamente a tal ponto que dela partiu as duas grandes guerras que mudaram o estilo de vida em sociedade no mundo. Este fato expõe que, além de promover bem estar, a tecnologia também pode ser perigosa e prejudicar o indivíduo. Esse resultado vai depender de quem a controla.

Esta primeira exposição do capítulo um expôs uma discussão conceitual sobre a diversidade de significados associado à “tecnologia” e da sua relação entre técnica e ciência. No tocante a “técnica”, verificou-se que os seus significados se sobrepõem. Por serem termos usados desde a antiguidade, seus significados foram-se ampliando e se tornando complexos à medida que, com o passar do tempo, ocorreram mudanças estruturais nas sociedades antigas, em especial nas artes, nos ofícios, na economia, tendo a Ciência Moderna e a Revolução Industrial como marcos históricos das revoluções tecnológicas. Dada à proximidade etimológica e de significados entre estes termos, descortina-se uma percepção clara: a dificuldade de limitação de cada um deles, como também reflete a fragilidade conceitual de cada termo.

Embora a questão social, importante aspecto do conceito de tecnologia social, tenha sido

introduzida de maneira indireta e superficial neste primeiro momento, esta expressão será analisada na terceira parte deste capítulo, quando será exposto o conceito de tecnologia social, momento também em que se justifica a adoção do conceito para esta dissertação.

Na sequência, segue a visão crítica desenvolvida por autores brasileiros que definem conceitualmente a tecnologia para a contemporaneidade e o conceito inovador de Feenberg (2010) ao dar relevância à questão social como uma condição inerente à aceção de tecnologia.

1.2. TECNOLOGIA E SOCIEDADE: Abordagens Teóricas

Motoyama e et al (1994) expõe que a humanidade está vivendo um momento histórico no qual os valores tradicionais se encontram em crise, momento propício para repensar o nosso próprio desenvolvimento a partir da compreensão do significado da tecnologia. A contemporaneidade está marcada por uma manifestação de inovações tecnológicas transitórias. Essa época retrata um número significativo de fenômenos contraditórios e perturbadores, como a inflação no cenário capitalista, a globalização, as invenções tecnológicas constantes, o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, o medo de uma possível guerra nuclear, a violência crescente, as catástrofes ambientais, a desigualdade social exposta pela miséria e pobreza mundiais, a decomposição dos costumes, alimentado pelas diversas formas de discriminação racial, sexual, religiosa e ideológica, nos revela os rumos incertos de um período de transição que a humanidade tem enfrentado.

As mudanças do tempo presente estão ligadas ao desenvolvimento da tecnologia, da técnica e da ciência. Ainda hoje, a técnica e a ciência estão intimamente ligadas ao conceito de tecnologia. Segundo Milton Vargas (1994), as palavras técnica e tecnologia são empregadas com sentido confuso, conforme foi visto em diversos autores que usaram este termo nas antigas civilizações europeias. Milton Vargas (1994) detalha a aceção de técnica como *uma habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos*. Esse autor afirma que ela é tão antiga quanto a humanidade. Motoyama também (1994) afirma que, desde os tempos imemoriais, a atividade técnica esteve presente no cotidiano da humanidade, em sua vida cultural, social e econômica. Neste mesmo raciocínio, Vargas (1994) expõe a ideia de que, para alguns antropólogos, um fóssil humano é visto como um símbolo que demonstra a capacidade humana de manejar objetos. Além da questão da cultura material, a própria linguagem se revela como o mais primitivo sistema simbólico da humanidade. Assim, homem, técnica e linguagem apareceram num só momento na História. Com o fim das civilizações míticas, a técnica veio a compreender o conjunto de regras, invenções,

operações e habilidades correlacionadas à construção de edifícios, estradas e pontes, à fabricação de instrumentos e utensílios, à agricultura, à extração e preparação de materiais para construção ou fabricação, ensinada pelos mestres a seus aprendizes. A partir das técnicas modernas, foram sendo incorporados os conhecimentos de origem científica que eram obtidos através da experiência direta.

A tecnologia passa a existir após o estabelecimento da Ciência Moderna. Na segunda metade do século XIX, surge a disciplina Tecnologia nos estudos das técnicas e da engenharia. Na virada do século XIX para o século XX, a tecnologia passa a se constituir como o estudo ou atividade que utiliza teorias, métodos e processos científicos para a solução de problemas técnicos, relacionados aos materiais e processos construtivos, fabricação de produtos industriais, organização do trabalho, cálculos e projetos de engenharia. Resumindo, a tecnologia é uma cultura, cuja aquisição se dá por uma inserção de todo o sistema sociocultural de uma determinada localidade ou de um grupo social no mundo *moderno*⁹ (VARGAS, 1994).

Percebe-se que a técnica, a ciência e a tecnologia se inter-relacionam conceitualmente. Assim, a técnica pode ser feita cientificamente, quando ganha o termo de tecnologia. A metodologia da técnica é a mesma da ciência, por isso, ambas tiveram o seu desenvolvimento com os mesmos padrões. O conhecimento científico é resultante do diálogo entre sujeito e objeto, sob o ponto de vista real, tendo estruturas e processos objetivos capazes de serem apreendidos pela atividade mental (substrato mental) e pela prática do homem (substrato técnico). O sujeito e o objeto servem de base à ação científica. Portanto, a ciência é uma construção cultural, não sendo uma representação pura e simples da realidade (MOTOYAMA et al, 1994). Tendo em vista o desenvolvimento conceitual da tecnologia e seus sinônimos, Motoyama et al (1994, p.317) afirma que ocorre o consenso entre os pesquisadores brasileiros sobre o termo tecnologia, desenvolvido por Milton Vargas. Segundo Vargas (1994), a tecnologia associada à técnica e à ciência é entendida como: “a aplicação de métodos, teorias, experiências e conclusões das Ciências ao conhecimento dos materiais e processos utilizados pelas técnicas”. Quando o sujeito aplica um método ou uma teoria, ou uma experiência, que resulta em conclusões para a ciência, então, está ocorrendo um processo de desenvolvimento tecnológico, ou seja, resulta na elaboração de um produto, que incide tipos variados de materiais e processos produtivos que, por meio da técnica, resultam em objetos. Neste conceito a ciência é compreendida como “o conhecimento objetivo acerca de um domínio da natureza, resultante do diálogo dialético entre sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido”. Embora na academia não seja tão pacífica a relação entre sujeito e objeto, o conhecimento objetivo representa a ação prática

⁹ *Moderno* empregado no texto no sentido temporal, ou seja, contemporâneo.

do sujeito em relação ao objeto. Neste conceito, admite-se a existência de nexos inteligíveis por trás da aparência do objeto que permitem o diálogo. A técnica será compreendida como “utilização consciente das propriedades (regularidades) objetivas da natureza (expressáveis na forma de leis naturais) na prática humana (prática produtiva)”. O uso consciente ou racional de um determinado objeto pelo sujeito representa a ação prática humana. Vê-se que não há, aqui, tecnologia ou ciência, apenas o manejo do objeto. Este conceito sobre tecnologia, aceito por vários autores brasileiros, guarda certa similaridade com o conceito de Instrumentalismo desenvolvido por Feenberg (2010). Este autor apresenta uma análise entre tecnologia e sociedade a partir de quatro abordagens. Ele parte da filosofia crítica dos pensadores, especialmente da Escola de Frankfurt e dos estudos sobre CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) e discute o que se convencionou chamar de Teoria Crítica da Tecnologia. De uma forma geral, o conjunto de aspectos constitutivos da teoria crítica no âmbito da tecnologia e sociedade para ele, dá-se mediante a constituição de um plano dividido em quatro quadrantes (determinismo, instrumentalismo, substantivismo e teoria crítica) dividido por 2 eixos (neutra e condicionada por valores).

Os estudos de Domingues (2012), Dagnino, Brandão e Novaes (2010) refletem as quatro visões de tecnologia desenvolvida por Feenberg (2010) através de duas questões básicas: a) É a tecnologia neutra ou carregada de valores? b) Pode o efeito da tecnologia ser humanamente controlado ou ela opera de acordo com sua própria lógica autônoma? Para responder a tais questionamentos, Feenberg (2010) define quatro parâmetros que constituirão as quatro correntes que explicam a relação entre tecnologia e sociedade.

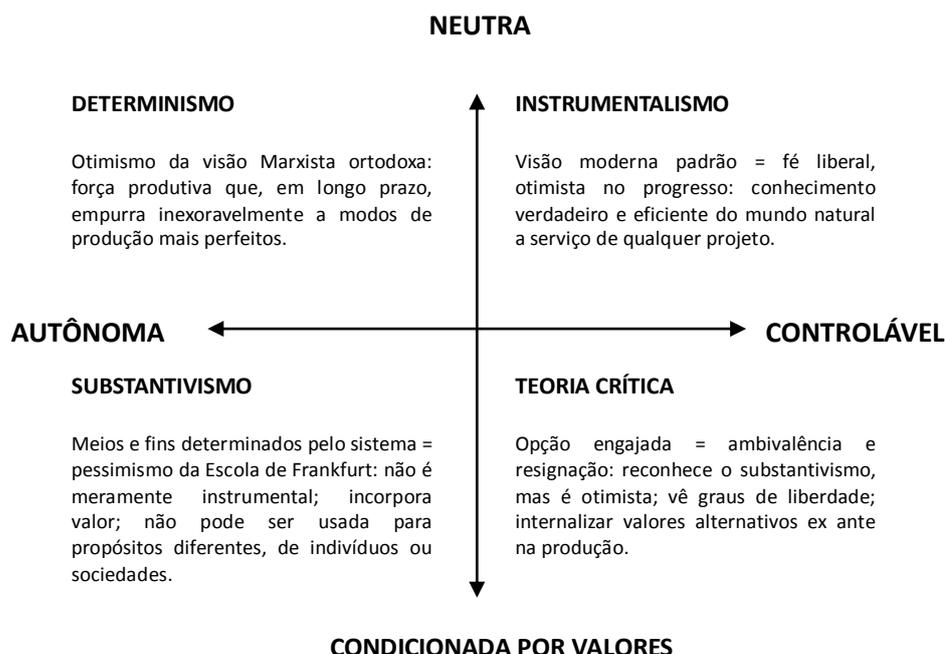


Figura 01 - Quatro visões sobre tecnologia.

Fonte: Dagnino, Brandão e Novaes (2010, p. 97).

O compromisso da tecnologia em estabelecer o bem viver conferiria à tecnologia o seu caráter de substantivismo. Nesta visão, a tecnologia seria controlada pelo homem que teria a liberdade de decidir sobre o desenvolvimento da tecnologia. A tecnologia substantivista se caracteriza como pessimista, pois considera a autonomia da tecnologia pelo homem como ameaçadora e malévola, quando liberada, tem potencial para controlar e dominar a vida social (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2010).

Côrrea (2010) identifica a tecnologia instrumentalista como um veículo de uma cultura de dominação, em que estamos condenados a seguir seus avanços em direção ao suprimento total da individualidade humana ou a regressar para modos mais primitivos de vida.

O instrumentalismo, que combina as percepções de controle humano da tecnologia e da neutralidade de valores, oferece a visão mais ampla aceita de tecnologia¹⁰. Essa visão moderna concebe a tecnologia como uma ferramenta que satisfaz as necessidades, a vontade do homem e os propósitos de seus usuários. Ela pode atuar sobre qualquer perspectiva de valor para o bem ou para o mal (DOMINGUES, 2012; DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2010). É considerada neutra por não ter nenhum conteúdo valorativo próprio. É indiferente ao fim que ela é empregada: “um martelo é um martelo, uma turbina é uma turbina, e tais ferramentas são úteis em qualquer contexto social” (FEENBERG, 2010).

Esse tipo de tecnologia predomina nos governos modernos, nas políticas de ciência e tecnologia, e trata a tecnologia como subserviente a valores estabelecidos em outras esferas sociais como na política e na cultura. Em contraposição ao instrumentalismo, Feenberg (2010) destaca que o controle humano se dará não na teoria instrumental, mas na teoria crítica da tecnologia, que será vista mais adiante.

O determinismo combina autonomia e neutralidade. Segundo Corrêa (2010), essa expressão foi utilizada inicialmente pelo sociólogo e economista americano Thorstein Veblen (1857-1929), que dá à tecnologia a conotação do auge da ideia de progresso. Do ponto de vista sociológico, o determinismo tecnológico trata do caráter que a tecnologia carrega ao incidir sobre os fatores socioculturais, econômicos e políticos. A tecnologia determinista teria suas próprias leis imanentes, e o homem apenas a seguiria. Corresponde à visão marxista tradicional, em que o avanço tecnológico é a força motriz da história. A tecnologia molda a sociedade, mediante as exigências de eficiência e do progresso. É um tipo de tecnologia não controlada pelo homem. O determinismo é otimista, pois afirma que a tecnologia é serva neutra das necessidades humanas e idealiza um final sempre feliz para a história da humanidade (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2010).

Feenberg (2010) expõe que, no determinismo, não há espaço para a democratização da

¹⁰ Op. cit., 2010.

tecnologia, há pouca perspectiva de atuação e transformação pelos agentes frente ao poderio tecnológico. Assim, distinguem as duas teses que dão base ao determinismo (CÔRREA, 2010; DOMINGUES, 2012): (i) a tese do progresso linear, em que o progresso técnico parece seguir um curso linear, fixo ou de fases menos avançadas para as mais avançadas. ii) a tese da determinação pela base, em que as instituições têm de se adaptarem aos imperativos da base tecnológica. Essas duas teses apresentam a tecnologia como descontextualizada e como o único fundamento da sociedade, o que leva à ideia de que a tecnologia moderna seria universal. De acordo com essa ideia, os homens devem se adaptar à tecnologia, que é a expressão mais significativa da humanidade. Cada descoberta útil dirige-se a algum aspecto da natureza dos homens, satisfaz alguma necessidade básica ou estende as faculdades da razão; comida e abrigo estão entre estas necessidades e motivam alguns avanços; as tecnologias como o automóvel estendem a força dos pés, enquanto os computadores prolongam a capacidade do cérebro (DOMINGUES, 2012).

Segundo Feenberg (2010), a teoria crítica considera a possibilidade do controle humano da tecnologia maior do que a tecnologia instrumentalista. Na teoria crítica, as tecnologias não são vistas como ferramentas, mas como suportes para estilos de vida. As escolhas que se abrem estão situadas num nível mais alto que o nível instrumental. Assim, é possível a humanidade escolher o mundo no qual deseja viver. Na teoria crítica da tecnologia, há uma tendência maior de participação das pessoas envolvidas com o processo de mudança tecnológica nas decisões de desenho e do próprio desenvolvimento da tecnologia. Por isso, precisa ser mantida na esfera de participação, a esperança nas potencialidades democráticas da tecnologia. A teoria crítica propõe investigar estas questões e verificar a participação dos grupos sociais na tomada de decisões em relação ao uso de determinada tecnologia.

Após a exposição detalhada das quatro abordagens teóricas desenvolvidas por Feenberg (2010), segue a abordagem conceitual sobre tecnologia social.

1.3. TECNOLOGIA SOCIAL

1.3.1. Surgimento do Conceito

O período de se repensar alternativas tecnológicas face ao desenvolvimento socioeconômico mundial teve início em fins do século XIX. E se ampliam, no século XX, as reflexões acerca de questionamentos que inter-relacionam os temas — ciência, tecnologia e sociedade — entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A necessidade de se

repensar a tecnologia como um instrumento para o enfrentamento da pobreza e da miséria sociais crescentes nos países em desenvolvimento estimula a promoção de alternativas tecnológicas propostas por pesquisadores e críticos. A literatura sobre o tema afirma que a tecnologia social precede a uma proposta de desenvolvimento ancorado na trajetória de definições e conceitos diversos de alternativas tecnológicas surgidas entre iniciativas pioneiras nas comunidades acadêmicas na Ásia e na Europa, tendo, na experiência de Gandhi, em meados do século XX, o marco do conceito de Tecnologia Apropriada que iria influenciar o surgimento da Tecnologia Social, como será visto mais adiante.

O termo tecnologia social teve origem no Brasil, no século XXI, a partir de movimentos sociais contemporâneos, baseados nos princípios paulo-freireanos de educação popular, nas metodologias participativas, nos métodos de trabalho, na abordagem sociotécnica e nas tecnologias apropriadas (ITS, 2004; DOS SANTOS, 2008). Segundo Dagnino (2010), a tecnologia social se configura como uma ferramenta para a construção de uma nova sociedade. Dagnino, Brandão e Novaes (2010) afirmam que é possível pensar a ideia de uma tecnologia alternativa à tecnologia convencional. Não se trata de substituir a tecnologia convencional, mas de oferecer uma estratégia paralela de desenvolvimento.

O contexto dos conceitos e dos movimentos sociais que discutem a Tecnologia Convencional ou Tradicional (TC), a Tecnociência, a Tecnologia Apropriada (TA) e a Adequação Sociotécnica (AST), impulsiona a geração do conceito de Tecnologia Social. Esses termos recorrentes serão tratados nessa sequência para explicar o conceito de Tecnologia Social. A TA e a AST serão tratadas na forma de subtópico.

De uma forma geral, a TC, identificada como a tecnologia capitalista ou tradicional, é aquela produzida pelo setor privado, pelas corporações, empresas e indústrias. De acordo com Baumgartem (2006) e Rutkowski (2005)¹¹, tem, em sua raiz, as demandas das camadas ricas e influentes da população. Atua na manutenção e promoção dos interesses hegemônicos das classes dominantes, bem como busca disseminar e sustentar a ideologia dessas classes na sociedade. É a tecnologia predominante na atualidade (DAGNINO, 2010).

É importante destacar que a TC está embutida nos conceitos de neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico de Feenberg (2010). Quando estas ideias ultrapassam os limites de produção material e passam a exercer influência nas esferas culturais e simbólicas da sociedade, denomina-se de tecnociência (CÔRREA, 2010). Segundo Premebida (2008), o termo pode ser entendido como a fusão de ciência, sistemas tecnológicos e organização da indústria com o capital financeiro. O termo foi cunhado pelo filósofo belga Gilbert Hottois, em fins da década de 70, e tem sido difundido recentemente

¹¹ BAUMGARTEM e RUTKOWSKI apud CÔRREA, 2010, p. 62.

por Bruno Latour sobre a produção do conhecimento científico e tecnológico. Echeverría conceitua tecnociência como um instrumento de domínio e de transformação da natureza pela sociedade, revelando-se útil para grupos empresariais que, através dela, obtêm grandes lucros. Segundo Echeverría e Baumgarten, a tecnociência consiste num sistema de ações eficientes baseado em conhecimento tecnocientífico que pretende transformar o mundo, para além de explicá-lo, como faz a ciência. A tecnociência implica na profissionalização e na empresarialização da atividade científica e tende a relacionar a inovação ao desenvolvimento econômico como um poder dominante na sociedade.

Comparada à TC, a TS se difere por apontar para uma produção que visa o interesse coletivo e não mercadológico. Nessa visão ocorre a apropriação do bem produzido por todos, ao invés de ser propriedade exclusiva do inventor ou do patrão. Há um compartilhamento das relações de decisão e de poder (DAGNINO, 2010). O problema central para Dagnino (2010) não diz respeito apenas à organização do processo de trabalho, mas à produção da ciência e da tecnologia na perspectiva da economia solidária e de autogestão como forma de empoderamento social¹². A questão é como se faz e se concebe a ciência e a tecnologia. Nessa visão, torna-se essencial dispor da tecnologia social como forma de um estilo novo de desenvolvimento.

1.3.2. Tecnologia Apropriada (TA)

A TA teve seu berço no Oriente, na Índia, em meados do século XX, tendo como expoente desta causa, Gandhi, que se dedicou a construir o primeiro produto chamado *Charkha*, equipamento tecnologicamente apropriado. Tal equipamento foi desenvolvido entre 1924-1927 e visava a popularização da fiação manual realizada numa roca, como forma de lutar contra o domínio britânico. Novaes e Dias (2010, p. 118) expõem que tal inovação tecnológica despertou a consciência política de milhões de habitantes das vilas indianas. A perseverança de Gandhi buscava diligentemente o melhoramento das técnicas locais, a adaptação da tecnologia moderna ao meio ambiente e às condições da Índia, e o fomento da pesquisa científica e tecnológica, para identificar e resolver os problemas importantes imediatos. “Seu objetivo final era a transformação da sociedade hindu, através de um processo de crescimento orgânico feito a partir de dentro, e não através de uma imposição externa”¹³.

¹² O termo “empoderamento” deriva da palavra em inglês “*empowerment*” e tem sido conceituada como “emancipação”; “autonomia” (ITS, 2004, p. 32).

¹³ NOVAES e DIAS, 2010, p. 118.

A ideia chave que Gandhi nos ensina com sua prática é a possibilidade de superação da dependência tecnológica de qualquer forma de opressão, visto que a roca como um produto tecnológico não pretendia ser somente um simples objeto de mercado e de consumo para a sociedade, mas acima da questão econômica, a roca simbolizava um instrumento libertário que promovesse a efetiva autonomia econômica dos pobres indianos a partir de sua organização social baseada no sistema de cooperativa que daria ao grupo o sentido de empoderamento social. A roca simbolizava a superação do domínio da força dominante britânica que permitiu emergir a força social mobilizada e organizada. Neste sentido, vê-se a tecnologia como prioridade social e de sustentação de comunidades pobres em detrimento do lucro econômico como fim das coisas. Gandhi acreditava que os pobres do mundo não poderiam ser ajudados pela produção *em massa*, mas pela produção *pelos massas*. A TA de Gandhi corresponde à Tecnologia Intermediária de Schumacher, que veremos mais adiante.

Segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2010), no Ocidente, o movimento da TA foi capitaneado pelo pesquisador Amílcar Herrera, considerado um dos poucos pesquisadores latino-americanos que se dedicaram ao tema neste período. Gandhi (1909 *apud* Dagnino 2010), Schumacher (1987), Herrera (1981), Dagnino, Brandão e Novaes (2010) tiveram um olhar para a realidade das pessoas excluídas na sociedade, inseridas na situação de pobreza e na miséria dos países. No cenário da economia capitalista mundial, a tecnologia para eles é vista como um instrumento poderoso de mudança social, tanto na cidade como nos povoados rurais.

Amílcar Herrera (1981; 2010; p. 23) conceitua a TA a partir do exemplo de Gandhi em 1909, que incluía uma política de ciência e de tecnologia explícita para o êxito de sua aplicação no desenvolvimento de uma inteligência criativa dos povoados como estratégia para superação da pobreza:

O desenvolvimento moral e mental pleno do indivíduo era para Gandhi a consideração suprema. Era essencial encontrar trabalho que desse a oportunidade de autoexpressar e desenvolver a inteligência criativa. A educação baseada no trabalho manual e na identificação e solução de problemas de relevância imediata era a ferramenta para desenvolver essa inteligência criativa (tradução nossa).

As ideias de Gandhi influenciaram a República Popular da China e, posteriormente, também o economista alemão Schumacher, que criou o termo Tecnologia Intermediária (TI) na década de 60. Nesta década, a preocupação geral dos pesquisadores de países avançados, num universo mais teórico, estava voltada às relações entre a tecnologia, ciência e a sociedade, pois já estavam convencidos de que a Tecnologia Convencional não se adequava à realidade dos países pobres. No ano de 1965, a tecnologia era um dado axiomático e a proposta era transferir a tecnologia dos países ricos àqueles que não a possuíam. Na época, a crítica a essa ideia foi ridicularizada por não se ajustar à realidade de desenvolvimento dos países do terceiro mundo. Ao transferir uma tecnologia, que

significa transferir um conhecimento de um país para o outro, corre-se o risco de países subdesenvolvidos, que recebem uma tecnologia advinda de países desenvolvidos, terem dificuldades para implantá-la. Obviamente, a limitação do seu povo, devido ao analfabetismo e à miséria dificultaria a capacidade para lidar com as novas tecnologias (MOTOYAMA, et al, 1994). Os países periféricos, na ânsia de resolverem os seus problemas em virtude do atraso econômico, optaram por caminhos tecnocráticos apressados. Como se a adoção pura e simples de transferência de tecnologia resolvesse as suas mazelas. No entanto, a História tem mostrado a pouca valia da tecnologia na superação do desenvolvimento. Ao contrário, o desnível entre os países centrais e os periféricos tem aumentado continuamente (MOTOYAMA, 1994). Neste contexto, não é de se admirar que o significado da tecnologia seja apreendido de modo deformado ou mesmo errôneo na maioria desses países. Passa a ser vista como um simples dado econômico passível de manipulações tecnocráticas. É compreensível que os países periféricos deem prioridade à transferência de tecnologia e não à sua geração autóctone ou à educação científica¹⁴.

Em 1973, Schumacher publicou o livro "*Small is beautiful: economics as if people mattered*"¹⁵, que fora traduzido para mais de quinze idiomas, causando grande impacto, tornando-se um clássico, conhecido como o "introdutor do conceito de Tecnologia Apropriada no mundo ocidental" (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2010). O livro evidencia uma crítica sobre o rumo da humanidade em relação ao culto obsessivo do crescimento econômico ilimitado, baseado no progresso tecnológico. As propostas sugeridas por Schumacher tornam as pessoas como prioridades em detrimento da tecnologia e da economia. Há valores éticos e morais vistos como a tradicional sabedoria da humanidade, que devem guiar esta relação. No mundo moderno, o estilo de vida para a humanidade deve atribuir às coisas materiais uma posição secundária. Ele critica o sucesso tecnológico da década de 60 — as consequências negativas do progresso da ciência e da tecnologia — que trouxe mais problemas e perigos à existência da civilização humana do que oportunidades, o que ele denominou de negação da sabedoria.

Schumacher (1987) sugere uma revolução tecnológica através das invenções e máquinas que invertam as tendências destrutivas ameaçadoras da época em oportunidades de mudança do rumo da civilização humana. Segundo ele, a TI está designada como uma tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade e respeito à dimensão ambiental, seria mais adequada aos países pobres, compatível com o nível de renda da sociedade, tornando a tecnologia e a ciência acessíveis aos pobres e miseráveis.

¹⁴ Id., 1994.

¹⁵ No Brasil, o livro foi traduzido, em 1977, como *O Negócio é ser Pequeno: Um Estudo de Economia que leva em conta as pessoas*.

Schumacher (1987) propõe uma tecnologia com “fisionomia humana”: Declarou que a missão da tecnologia é aliviar o fardo do trabalho do homem, que a carrega para manter-se vivo e desenvolver a sua potencialidade. A essa tecnologia, Schumacher denominou *Tecnologia Intermédia* ou *Intermediária*. Também recebeu os sinônimos de tecnologia de autoajuda, democrática ou do povo. Uma forma de tecnologia planejada para servir à pessoa humana ao invés de torná-la escrava da máquina. Essa tecnologia seria uma forma de completar a incompletude da tecnologia moderna.

Ainda atual, o manifesto de Schumacher ecoa desde a década de 60. Um discurso de caráter contemporâneo que não teve resposta à altura da inquietação do seu tempo. Coloca para a humanidade uma reflexão questionando a necessidade de um novo tempo:

Qual é o significado de democracia, liberdade, dignidade humana, padrão de vida, auto-realização, satisfação de finalidades? Será uma questão de mercadorias ou de pessoas? Está claro que é de pessoas. Mas as pessoas só podem ser elas próprias em pequenos grupos abrangentes. Portanto, temos de aprender a pensar em termos de uma estrutura sistematizada capaz de fazer face as múltiplas unidades em pequena escala. Se o pensamento econômico não puder aprender isto, então é inútil. Se ele não puder ultrapassar suas vastas abstrações, a renda nacional, a taxa de crescimento, a relação capital/produto, análise custo/renda, mobilidade da mão de obra, acumulação de capital; se ele não puder ir além disso e entrar em contato com as realidades humanas de pobreza, frustração, alienação, desespero, colapso nervoso, crime, escapismo, estafa, congestionamento, fealdade e morte espiritual, então joguemos a Economia no monte de ferro velho e recomeçemos tudo da estaca zero (SCHUMACHER, 1987, p. 64).

Entre as décadas de 1970 e 1980, multiplicaram-se os estudos sobre Tecnologia Apropriada nos países centrais, tendo como objetivo principal minimizar a pobreza nos países periféricos, aliados às preocupações ambientais e fontes de energia. Todas as expressões que foram surgindo buscavam uma diferenciação em relação à TC, considerando que esta agravava os problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais. A variedade de termos conceituais criados como um manifesto dos pesquisadores deste tempo determina com clareza a forte aderência ao movimento da TA, visando criticar o atual modelo e diferenciar-se daquelas tecnologias convencionais.

A proliferação de termos elencados por Herrera (1981; 2010, p. 25), identificados pelo PNUMA¹⁶, listado por Dagnino, Brandão e Novaes (2010, p. 76 e 77), significa que houve a busca por alternativas a tecnologia convencional, e por outro lado, a falta de coesão conceitual entre os criadores desses movimentos:

Biotécnica; nova alquimia; tecnologia apropriada; tecnologia apropriada II; tecnologia alternativa; tecnologia alternativa II; tecnologia alternativa III; tecnologia alternativa IV; tecnologia utópica; tecnologia intermediária; tecnologia adequada; tecnologia de equilíbrio; tecnologia socialmente apropriada; tecnologia ambientalmente apropriada; tecnologia adaptada ao meio ambiente; tecnologia sem resíduos ou com baixos resíduos; tecnologia do meio ambiente saudável; tecnologia correta; tecnologia ecológica; tecnologia limpa; tecnologia não-violenta; tecnologia não-agressiva ou suave; tecnologia suave; tecnologia suave II; tecnologia branda; tecnologia branca; tecnologia doce; tecnologia racional; tecnologia humana; tecnologia de auto-ajuda; tecnologia cuidadosa; tecnologia progressiva; tecnologia popular; tecnologia do

¹⁶ PNUMA significa Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

povo; tecnologia orientada para o povo; tecnologia orientada para a sociedade; tecnologia de redução da desigualdade; tecnologia democrática; tecnologia comunitária; tecnologia de vila; tecnologia radical; tecnologia emancipadora; tecnologia libertária; tecnologia liberatória; tecnologia de baixo custo; tecnologia da escassez; tecnologia adaptativa; tecnologia conservadora de recursos; tecnologia de sobrevivência; tecnologia poupadora de capital.

Carvalho (1982) expõe que a proliferação das adjetivações do termo da tecnologia, talvez pela novidade do tema visto, como TI ou TA, na época de sua criação, tem sido acompanhada de debilidades conceituais, sem qualquer objetividade científica, refletindo mais um estado de espírito dos seus autores do que uma tentativa de dar conta da real situação que desejavam confrontar.

1.3.3. Instituições promotoras de TS no Brasil

Segundo Côrrea (2010), a formulação de um conceito ou de unificação de ideais recorrentes acerca do tema por entidades que tratam a questão ocorrem desde 2001 no Brasil, destacando-se os conceitos popularizados pelo Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação (MCT&I), pela Rede de Tecnologia Social (RTS), pela Fundação Banco do Brasil (FBB), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS).

Para o Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação — MCT&I — a TS se caracteriza como uma política governamental que objetiva “contribuir para a redução do quadro de pobreza, analfabetismo, fome e exclusão social”. A tônica do MCT&I, enquanto instituição política, se resume a promover a inclusão social por meio de ações voltadas à identificação de problemas e soluções de demandas sociais locais relativas à geração, ocupação e renda. A instituição compreende que as TS’s podem ser desenvolvidas para: agriculturas familiar e urbana; agroindústria cooperativada; saúde; segurança alimentar e nutricional; meio ambiente; recursos renováveis; conservação e fontes alternativas de energia; água; saneamento básico; habitação; reciclagem e recuperação de materiais; artesanato; educação básica e tecnológica; empreendimentos solidários; infraestrutura de apoio (estradas, açudes, barragens, etc.); ecoturismo; agroturismo; e capacitação de recursos humanos, entre outros (MCT&I, 2013).

A Rede de Tecnologia Social — RTS — foi criada em abril de 2005, a partir da constatação de que, apesar do esforço de várias instituições públicas, privadas e do terceiro setor trabalharem com o fomento tecnológico voltado a projetos sociais, essa atuação ainda é diminuta diante do panorama social brasileiro. Então, a TS tem sido um meio de inclusão social para a redução da pobreza, para geração de trabalho e renda, para a promoção do desenvolvimento local sustentável e para a redução do analfabetismo. Sua missão consiste em reunir, organizar, articular e integrar as ações das instituições participantes da rede.

Reúne 695 instituições provenientes do governo, da empresa e da sociedade civil. Trata-se de uma iniciativa inovadora no que tange a um novo arranjo institucional de parceiros que visa consolidar a TS no Brasil. Essa ideologia pressupõe que todos os agentes interajam e criem parcerias (RTS, 2013).

A FBB entende a TS como uma proposta inovadora de desenvolvimento social. Tal instituição busca transformar uma comunidade num agente de soluções, através da prática da autogestão, gerando aprendizagem constante numa nova cultura tecnológica. Busca também a autonomia para uma vida digna sustentada pelas comunidades e a emancipação social, política e produtiva dos indivíduos, potencializando os valores das comunidades e o saber-fazer local. A FBB possui 450 experiências de TS registradas em seu banco de dados. A instituição relaciona a TS à inclusão socioprodutiva de indivíduos e das comunidades, observando os quatro princípios da sustentabilidade (respeito cultural, solidariedade econômica, protagonismo social e cuidado ambiental), contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país (FBB, 2013).

A Fundação Getúlio Vargas — FGV—, através da ITCP, desenvolve tecnologias sociais que visam a construção de políticas públicas para o desenvolvimento local sustentável, baseadas nos princípios da socioeconomia solidária (MATSUMOTO, 2008, s/p, *apud* CÔRREA 2010, p.70). Sua missão consiste em assessorar negócios inclusivos como estratégia de combate à pobreza a partir de uma nova forma de organização da economia popular. Pretende-se ser um centro de desenvolvimento e de reaplicação de Tecnologias Sociais de incubação e articulação de EES¹⁷ em rede. A proposta está ligada à readequação das tecnologias de gestão de negócios, economia e direito desenvolvidas na FGV para construir junto às entidades parceiras públicas e privadas (ITCP-FGV, 2013).

Para o Instituto de Tecnologia Social — ITS—, a TS remete a uma proposta inovadora de desenvolvimento social, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. A TS pode aliar o saber popular, a organização social e o conhecimento técnico-científico. Importa que as tecnologias sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando um desenvolvimento social em escala. Para o ITS, os princípios que permeiam a base da TS têm como expressão central a transformação social por meio da participação de todos os envolvidos. Baseia-se na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras (ITS, 2004).

¹⁷ EES significa Empreendimentos de Economia Solidária.

1.3.4. Concepções de Tecnologia Social

Como a tecnologia social é vista pelas instituições brasileiras? Cabe apresentar um exame das concepções existentes, de forma que se realize uma comparação entre elas, no sentido de compreender o significado dos conceitos e optar por um preceito.

AGENTES	CONCEITOS ¹⁸	FONTES
(FBB)* (FGV)** (MCT&I)***	CONCEITO 1: “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social.”	(FBB, 2013, s/p)* (Côrrea, 2010, p.70)** (MCT&I)***
(RTS)	CONCEITO 2: “produtos, métodos ou processos , reaplicáveis ou de fácil aplicabilidade , desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.”	RTS, 2013, s/p.
(ITS)	CONCEITO 3: “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras , desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela , que representam soluções para inclusão social e melhoria nas condições de vida. ”	ITS, 2007, p.130.
Renato Dagnino	CONCEITO 4: “é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo.” CONCEITO 5: “é o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho que permite uma modificação (qualitativa ou quantitativa) no produto gerado passível de ser apropriada segundo o seu interesse.”	DAGNINO, 2010, p.205-206.

Quadro 01 - Conceituações de Tecnologia Social.

Fonte: Autora (2013).

Dos cinco conceitos, três deles possuem forte similaridade, por isso, a importância de pensar o conceito a partir do exame das variáveis temáticas. Entende-se por variáveis temáticas os temas que compõem a formação do conceito. De uma forma geral, das cinco acepções correntes no Brasil, há uma aceção que possui maior adesão pelas instituições: FBB, FGV e MCT&I. Essa concepção possui três variáveis, expostas a seguir:

Variáveis	Recorte do conceito
Tipologias	“produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis”
Sujeito	“desenvolvidas na interação com a comunidade”
Resultado	“efetivas soluções de transformação social.”

Quadro 02 – Variáveis do Conceito 1.

Fonte: Autora (2013).

¹⁸ Todos os grifos dos conceitos são 'grifo nosso'.

Neste conceito, percebe-se que a tecnologia social é vista como uma proposta a ser empreendida por entidades governamentais, privadas ou do terceiro setor. O protagonista da ação é a própria instituição proponente, ao invés desse papel ser exercido diretamente pela comunidade. O papel da comunidade é indireto enquanto agente de mudança da sua própria realidade. A mudança na comunidade ocorre de fora para dentro a partir da ação conduzida pela instituição. Por este ponto de vista, ocorre uma fragilização do conceito de TS em relação ao empoderamento e à autonomia do grupo social. Para a TS, a comunidade socialmente organizada é a protagonista que muda a sua realidade socioeconômica de forma coletiva através do sistema de cooperativismo. A ideia de “reaplicabilidade” do conceito é outro aspecto chave da TS. Significa dizer que a tecnologia não será copiada (ou replicada) em uma comunidade diferente. Significa que a tecnologia será apropriada pela comunidade, levando em consideração aspectos sociais, geográficos e culturais. Então, questiona-se: se ocorre uma forte interferência do agente indutor (instituição) como de fato o grupo social se apropriará da mudança? Apesar de popularmente divulgado, esse conceito não trata com clareza a questão do empoderamento de grupos sociais.

No conceito 2, acepção adotada pela RTS, as variáveis temáticas se assemelham as do conceito 1, conforme se identifica na decomposição das três variáveis:

Variáveis	Recorte do conceito
Tipologias	“produtos, métodos ou processos , reaplicáveis ou de fácil aplicabilidade ”
Sujeito	“desenvolvidas em interação com a comunidade”
Resultado	“efetivas soluções de transformação social”

Quadro 03 – Variáveis do Conceito 2.

Fonte: Autora (2013).

A diferença deste conceito em relação ao conceito 1 corresponde ao complemento na variável “Tipologias”. Além da tecnologia social ser reaplicada, ela também corresponde a uma tecnologia de fácil aplicabilidade.

Na ideia de reaplicação está implícito que, quando aquela solução for implementada em locais diferentes daquele em que foi desenvolvida, necessariamente, ela será recriada e novos valores e significados serão agregados. Reaplicar, portanto, é uma ação aberta ao novo. É um processo de ampliação de conhecimentos, pois, durante a reaplicação, vão-se acumulando novos saberes (empíricos e/ou científicos). Conhecimento é o único produto que, quanto mais se distribui, mais cresce (RTS, 2013, s/p). Dessa forma, esta questão reflete a questão da inovação social, sendo esta uma característica importante para TS.

A questão da interação como uma forma de relação com a produção do conhecimento desenvolvido ou aplicado ao produto é pouco elucidativa no que tange à autonomia e ao controle da tecnologia. Pode haver nesta interação a manipulação da tecnologia pelos agentes que detêm a tecnologia sobre os que irão confeccioná-las. Essa situação aponta a

necessidade de se definir com mais precisão o conceito de Tecnologia Social, que pressupõe que tal conhecimento seja capaz de gerar autonomia para comunidades. Esta aceção também reflete uma fragilidade no que diz respeito à questão do empoderamento de grupos sociais.

Há uma contradição examinada por Dagnino (2010) em relação à RTS. A RTS pode ser considerada um novo modelo de governança para a elaboração (formulação, implementação e avaliação) da Política de Ciência e Tecnologia e, ao menos parcialmente, também das políticas de geração de trabalho e renda pelo fato da Rede ser composta por “instituições que, em sua grande maioria, são externas ao círculo dos tradicionais definidores das políticas públicas de Ciência e Tecnologia, configura-se como uma das características mais relevantes dessa inovação institucional” (DAGNINO, 2010, p. 259). Por outro lado, como pode haver consenso ideológico se na Rede há agentes que priorizam antes o lucro privado do que o lucro social, a exemplo, dos agentes financeiros, como Bancos, Empresas, devido à sua natureza de constituição jurídica? Pode ser que esta constatação impeça um crescimento mais legítimo da rede e de sua atuação. Quando forças antagônicas atuam juntas, diminuem os resultados esperados.

Assim, Dagnino (2010, p. 11; 12) critica a ação da RTS, ao afirmar que a RTS, “não está à altura da maneira radical com que a TS vem sendo tratada nos fóruns que a discutem, nos locais em que vem sendo adotada como agenda de pesquisa e extensão e nos espaços governamentais em que começa a ser vista como um meio para promover a inclusão social”. Este conceito possui uma fragilidade analítico-conceitual, por ser uma definição ideológica adotada por atores heterogêneos: movimentos sociais; empresa privada e órgãos governamentais. Essa diversidade talvez explique o porquê da Tecnologia Social estar sendo amplamente difundida no Brasil, então, pensou-se: será somente estratégia de *marketing*, de adotar a TS como responsabilidade social das empresas?

Outra questão que a RTS trabalha é com a ideia de desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária (EEE), onde o desenvolvimento tecnológico possui o foco no social. Ocorre que esses EEE's vêm sendo protagonizados por diversos agentes econômicos que visam primeiramente o lucro financeiro em detrimento do valor social. Dessa forma, aponta-se novamente a questão de legitimidade conceitual, pois, essencialmente, não condiz com a condição da natureza da empresa privada, movida por valores e interesses presentes gerados pela tecnologia convencional, dentro da estrutura do capitalismo, uma vez que a TS se encaixa dentro de outro contexto, o da construção de uma sociedade que resgata os valores humanos e sociais em detrimento do lucro.

No conceito 3, adotado pelo ITS, as três variáveis temáticas se assemelham as do conceito 1 e 2, conforme se percebe no quadro a seguir.

Variáveis	Recorte do conceito
Tipologias	“um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras ”
Sujeito	“desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela ”
Resultado	“soluções para inclusão social e melhoria nas condições de vida. ”

Quadro 04 – Variáveis do Conceito 3.

Fonte: Autora (2013).

Assim, como os conceitos 1 e 2, este conceito 3 possui uma definição ampla, conquanto confira um caráter às técnicas e às metodologias (as quais devem ser transformadoras e participativas) e um objetivo a elas (a inclusão social e a melhoria das condições de vida). O conceito 3 se destaca do conceito 1 e 2 por apontar a necessidade de transformação da realidade social por meio de técnicas e metodologias. Outra distinção diz respeito ao sujeito. Aqui a comunidade foi substituída pelo termo população, um termo mais genérico. Destaca-se em relação aos conceitos 1 e 2, este princípio de apropriação. Por outro lado, mantém o mesmo problema de fragilidade conceitual abordado nos conceitos anteriores.

Outra questão que diferencia dos conceitos anteriores é a adoção do termo inclusão social, que diz respeito ao uso da TS como estratégia para incluir na sociedade os excluídos do sistema produtivo. Segundo o ITS, a repetição de trechos que ressaltam o caráter participativo no conceito de TS é proposital, os quais são: “desenvolvidas na interação”; “aplicadas na interação” e “apropriadas pela população”. Essa constatação ressalta o caráter participativo da TS como uma das principais marcas da definição oferecida pelo ITS.

No conceito 4, desenvolvido por Renato Dagnino, identificam-se 10 variáveis temáticas, conforme se percebe no quadro a seguir.

Variáveis	Recorte do conceito
Resultado	“resultado da ação”
Sujeito	“coletivo de produtores”
Tipologia	“processo de trabalho”
Cenário	“contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção)”
Forma de propriedade	“propriedade coletiva”
Contrato social	“acordo social (que legitima o associativismo)”
Espaço	“ambiente produtivo”
Ambiente de produção	“controle (autogestionário)”
Sistema	“cooperação (de tipo voluntário e participativo)”
Criação	“modificação no produto”
Apropriação	“apropriada segundo a decisão do coletivo”

Quadro 05 – Variáveis do Conceito 4.

Fonte: Autora (2013).

Os conceitos 4 e 5 diferem radicalmente dos conceitos anteriores. Como o conceito 5 é uma síntese do conceito 4, então, detém-se na análise do conceito 4. Para elaboração deste conceito, Dagnino (2010) parte do raciocínio do processo de trabalho que envolve os sujeitos no ambiente da produção de bens e serviços. A propriedade produtiva torna-se funcional a um contexto socioeconômico, a partir de um acordo social do tipo

associativismo. No ambiente de produção, ocorre a autogestão, ou seja, o processo de produção é controlado por todos os sujeitos envolvidos no contexto econômico, em que os agentes envolvidos têm consciência de todo o processo. A criação, produção, apropriação e as decisões referentes ao produto a ser gerado ocorrem através da decisão da coletividade. Dagnino (2010) compara o conceito de TS ao de Tecnologia Convencional distinguindo as suas características. O grupo social, sujeito da ação, pode atuar no processo de trabalho em três tipos de ambientes produtivos que resultam nos tipos de tecnologias. A tabela a seguir apresenta quatro tipos de sujeitos em relação ao controle sobre o processo de trabalho.

Ator que controla o processo de trabalho	Contexto socioeconômico	Contrato social	Ambiente da produção	
	Forma de propriedade	Coerção	Controle	Cooperação
Produtor direto	-----	-----	Individual	-----
Coletivo de produtores	Coletiva	Associativismo	Autogestão	Voluntária Participativa
Senhor de escravos	Privada	Física, pelos proprietários dos meios de produção.	Coercitivo direto	Forçada
Comprador de força de trabalho	Privada	Ideológica, pelo Estado.	Imposto assimétrico	Taylorismo, Toyotismo

Quadro 06 – Derivação das características da tecnologia.

Fonte: DAGNINO (2010, p. 207).

No quadro 06, a quarta linha horizontal revela as características de uma tecnologia de cunho social: propriedade coletiva, associativismo, autogestão, voluntária e participativa. Neste quadro comparativo, Dagnino (2010, p. 206) identifica em grau de importância os quatro tipos de elementos que podem exercer o controle sobre o processo de trabalho no ambiente produtivo. Mostra também o significado de cooperação, destacado como aquele com maior teor de TS, visto como “ato de agir em conjunto com os outro(s), visando a um benefício percebido como mútuo, verificado em processos de trabalho grupais.”

Dagnino (2010) conceitua a Tecnologia Social a partir da comparação com a Tecnologia Convencional (TC). A lógica apresentada por ele, ao comparar as duas tecnologias contraditórias demonstra como ele concebe TS fortemente contraposta à TC e ao contexto capitalista de produção. O autor evidencia o aspecto “controle” como um atributo inerente a qualquer forma de produção: a ideia de controle é uma característica importante da tecnologia capitalista, e não é nova (DAGNINO, 2010, p. 177). Ele defende a TS como uma estratégia de desenvolvimento que deve ser compreendida a partir de uma análise aprofundada em relação ao controle sobre o produto e ao ambiente de produção. Qualquer alternativa à tecnologia capitalista que busque satisfazer a um conjunto de valores e interesses coerente a um estilo de desenvolvimento alternativo enfrentará dois tipos de obstáculos (DAGNINO, 2010, p. 218): a propriedade privada dos meios de produção e as características da tecnologia associadas ao controle capitalista. Além desses quesitos,

Dagnino (2010) alerta que o empreendimento autogestionário baseado na TS precisa ser competitivo com a TC e ter sustentabilidade. Caso contrário, não vai se consolidar como uma alternativa econômica viável à população marginalizada.

Em síntese, as abordagens conceituais anteriormente analisadas apresentam aspectos que guardam semelhanças. Verifica-se que a TS possui um caráter de sustentabilidade, visando melhoria das condições de vida e a minimização das desigualdades sociais. A participação de grupos sociais no desenvolvimento da tecnologia é um elemento central dos conceitos, no entanto, devido ao controle ser feito pelas instituições, fragilizam a ideia de autogestão e empoderamento sociais. Outro ponto a ser destacado é a simplicidade no desenvolvimento e aplicação das tecnologias, para que ela venha a ser reaplicada por pessoas que de pouca escolaridade. Por outro lado, esses conceitos estão fragilizados em relação à questão da autonomia e do controle da tecnologia pelos grupos sociais vulneráveis, o que aponta a necessidade de serem revistos.

As abordagens estudadas não demonstram de forma clara que a TS se configura como uma alternativa de desenvolvimento frente à tecnologia convencional, também chamada por muitos autores de capitalista. Cada autor tratou a Tecnologia Social com maior ou menor grau de radicalismo o que demonstra a necessidade de verificar a validade dessas teorias. Dagnino (2010) se destaca nesse universo por se aprofundar em mais questões que envolvem a produção, como a propriedade do ambiente e o controle da produção no ambiente de trabalho. Participação ativa do sujeito, conhecimento total do processo, cooperativismo, apropriação do produto (ou bem) e o controle do processo de forma coletiva, destacam-se como elementos chaves de TS.

A seguir, apresenta-se a abordagem da AST — Adequação Sociotécnica — para a TS em conformidade com o conceito de Dagnino (2010).

1.3.5. Abordagem Sociotécnica para a Tecnologia Social

Côrrea (2010, p. 72; 73) afirma que os autores Thomas e Thomas Fressoli atuam em linha similar a Dagnino em relação à perspectiva de adequação social e técnica para a TS. Com o retorno do tema do desenvolvimento e das possibilidades de sustentabilidade, a tecnologia social reingressou à agenda de discussões. Os avanços conceituais na Sociologia permitiram novos elementos para superar a abordagem do determinismo tecnológico, destacando-se a questão social. No entanto, os autores perceberam problemas na definição de TS que podem polarizar em duas abordagens: a *soft* (tecnologia para pobres) e *hard* (todas as tecnologias são sociais). Diante dessa fragilidade conceitual, Thomas e Thomas

Fressoli apontam a abordagem sociotécnica para TS, de inspiração construtivista. Essa abordagem busca promover a adequação do conhecimento científico aos requisitos técnicos, econômicos, sociais e ambientais. Equipamentos, insumos e formas de organização produtiva se vinculam a processos de participação democrática no processo de trabalho, bem como a capacitação autogestionária.

A preocupação de se buscar a adequação sociotécnica para a TS é com a intenção de que não se repitam os erros cometidos pela Tecnologia Apropriada. Assim, a AST para TS pretende ser um processo de adequação do artefato tecnológico aos interesses políticos de grupos sociais relevantes. A AST corresponde a um processo que substitui a tecnologia do laboratório pela prática concreta dos movimentos sociais (THOMAS e FRESSOLI *apud* CÔRREA, 2010, p. 74). O processo de construção sociotécnica é o elemento central do conceito de adequação sociotécnica para a tecnologia social. A ideia de processo de construção torna-se uma referência eficiente ao desenvolvimento da tecnologia social, ao destacar a necessidade de iniciar o processo nas condições do ambiente onde ele ocorre, sendo um processo endógeno.

Dagnino, Brandão e Novaes (2010) definem a sociologia da tecnologia ou sociologia da inovação a partir de três conceitos que contribuem para o marco analítico da tecnologia social: o conceito de sistemas tecnológicos de Thomas Hughes; o conceito de ator-rede, de Michael Callon, Bruno Latour e John Law; e de construtivismo social da tecnologia, dos sociólogos da tecnologia Wiebe Bijker e Trevor Pinch.

A abordagem do conceito de sistemas tecnológicos de Thomas Hughes coloca a tecnologia junto à sociedade, à política e à economia conformando um “tecido sem costuras”. A tecnologia seria o fio condutor que teceria a unidade das diversas peças de costura. A tecnologia deixa de ser um segredo, ao surgir a expressão “abrir a caixa preta da tecnologia”. Seria a democratização da tecnologia através da transparência do processo tecnológico para a sociedade compreendê-la, produzi-la e usá-la.

A abordagem do conceito de ator-rede de Callon configura que a tecnologia é socialmente construída por grupos sociais relevantes no âmbito do tecido sem costuras, que abarca um conjunto heterogêneo de elementos — animados e inanimados — que se relacionam, em tempos longos, e todo este conjunto é responsável pela transformação ou consolidação da rede. São os atores sociais responsáveis pela decisão acerca do uso da tecnologia ao invés da determinação por critérios científicos e técnicos. Devido a este conjunto de elementos que constitui a rede — atores e objetos materiais — não se admite hierarquia nas relações sociais, mas a conformação simultânea entre sociedade e tecnologia. As redes conformariam a própria estrutura de artefatos que elas criam e a plataforma para geração de outras atividades.

A abordagem do construtivismo social da tecnologia, conceito fundado por Bijker e Pinch, teve origem a partir de 1980, com a sociologia da ciência. As tecnologias seriam socialmente construídas na medida em que grupos de consumidores, interesses políticos e outros similares influenciam a forma final da tecnologia e o seu conteúdo. Um exemplo clássico nos estudos de sociologia da tecnologia é a história do artefato tecnológico conhecido como bicicleta. O que hoje é conhecido como a forma convencional da bicicleta foi resultado de muitas disputas e interesses de grupos distintos.

Domingues (2012) relata as principais concepções de bicicleta que podiam ser divididas em dois grupos de atores sociais: o das pessoas que a consideravam um equipamento esportivo e o das que viam nela um veículo de transporte. Expõe que a maior parte das bicicletas daquele período tinha a roda dianteira mais alta, condição que garantia maior velocidade e expressava a virilidade masculina dos condutores. Já para os mais velhos e para as mulheres, esse modelo representava insegurança.

Dagnino, Brandão e Novaes (2010) relatam que os dois projetos de bicicleta conviveram lado a lado. Essa ambiguidade foi chamada de “flexibilidade interpretativa”— significados diferenciados identificados para um mesmo objeto pelos diferentes grupos sociais relevantes. Os dois modelos conviveram por anos e não podem ser vistos como uma evolução num sistema linear. O modelo de roda alta era um caminho alternativo para o desenvolvimento da bicicleta. Os grupos sociais produzem as inovações tecnológicas para o objeto numa construção sociotécnica. Determina o que virá a ser reprojetoado através do tempo e do experimento do objeto na prática e sua utilidade para o grupo dos atores sociais envolvidos. Por isso, só é possível entender um artefato tecnológico partindo do exame do contexto sociopolítico e das relações de força entre os diversos grupos envolvidos.

A contribuição da teoria de inovação social para a TS se constitui num processo no qual emerge um conhecimento criado para atender aos problemas que enfrentam a organização ou grupo social (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2010, p. 85). Neste sentido, a TS tipificaria como um nó no qual conectaria uma rede de atores sociais. A técnica seria um meio de emancipação social em detrimento da dominação e do controle que causa a desigualdade social. A partir dessa visão, a TS pode ser uma intermediadora entre as instâncias de produção do conhecimento tecno-científico e a sociedade, geradora de inovação social. Um tipo de inovação que estaria comprometida com a concretização da sustentabilidade socioeconômica (CÔRREA, 2010).

1.3.6. Desafios da TS

Para a consolidação da TS enquanto proposta de desenvolvimento para a sociedade contemporânea, Côrrea (2010) aponta cinco aspectos relevantes a serem considerados no enfrentamento de tornar a TS efetiva enquanto estratégia de sustentabilidade social. Primeiro: é importante encarar a TS como uma alternativa de desenvolvimento, sem pensá-la como um meio absoluto ou determinista, como aconteceu com movimentos anteriores, e até mesmo com a tecnologia capitalista.

Segundo: considerar que as iniciativas de TS sejam apropriadas pelos grupos sociais de forma que eles se tornem sujeitos ativos do seu desenvolvimento com efetivas soluções para os problemas locais. Essa aproximação entre ciência e o senso comum por meio da TS passa a exigir uma educação tecnológica. Fundamental também neste cenário, é a divulgação eficiente dos resultados da produção científica para a sociedade, numa linguagem acessível para que os grupos sociais marginalizados possam compreendê-la. É um desafio para a TS, a conexão do saber científico e do saber popular que abranja a complexidade das problemáticas dos grupos sociais interessados na realização da TS.

Terceiro: a característica de simplicidade dada à TS pode caracterizá-la como soluções pontuais, específicas e limitadas. Olhando sob este prisma, pode-se abrir um caminho para o assistencialismo político. Essa situação pode ser contornada se os grupos sociais estiverem conscientes do processo, dos métodos e procedimentos envolvidos.

Quarto: a TS exige um ambiente interdisciplinar e transdisciplinar, no qual as ciências tenham a oportunidade de se inter-relacionarem. Esta ligação não representa um simples somatório de ciências, mas a recriação de saberes construídos a partir do cruzamento de fronteiras de disciplinas acadêmicas. Neste sentido, abre caminho para o reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade integrados por várias ciências. A TS tem potencial para atuar na troca e na reintegração de saberes, para dar conta da complexidade do mundo atual e da nossa capacidade para construí-lo ou reconstruí-lo de acordo com as necessidades e potencialidades.

Quinto: outro ponto importante para o desenvolvimento da TS será à divulgação e a popularização da ciência e da tecnologia, a qual tem recebido pouca atenção por parte de produtores e gestores do conhecimento. No Brasil, os recursos destinados a projetos de divulgação científica têm sido pouco significativos. Esse fato demonstra que há um longo caminho a ser percorrido no que se refere à ampliação do debate público sobre o tema. Leva-se tempo para realizar a educação e a democratização sobre a ciência para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, até que este tenha uma bagagem cultural que o permita ter uma visão crítica sobre a tecnologia. Esse tipo de educação sociocientífica

poderia ser ensinado a partir das crianças nos anos iniciais na escola.

1.4. CONCEITO DE TS ADOTADO PARA ESTA DISSERTAÇÃO

Diante dos conceitos expostos, fica compreensível que a TS se caracteriza como um tipo de processo social, em que as pessoas participam e decidem num ambiente produtivo que tipo de tecnologia decide adotar e que resulta na melhoria de vida de grupos sociais, podendo ser aplicado a vários campos de conhecimento e necessidades humanas.

O retorno da TS é comum a todos, visto que esta proposta se opõe às Tecnologias Convencionais que têm a finalidade pautada no retorno do capital para o seu inventor privado em longo prazo. Quanto mais tempo o inventor mantiver sua invenção no mercado, mais lucro ele obterá. Na TS a lógica é reversa: pretende-se ampliar a adequação de técnicas e metodologias como um processo aberto em rede que possibilite o retorno para a população em estado de vulnerabilidade social em melhoria da sua qualidade de vida e a sua sustentabilidade.

Fica patente que, em se tratando de TS, o grupo interessado na tecnologia tem autonomia na tomada de decisão, e que os envolvidos exercem a criatividade para compreender todas as fases do processo de criação do produto, a escolha do método ou técnica, sem ser manipulado e limitado por agentes dominantes e possuem controle sobre o processo. Sendo assim, percebe-se a importância dessa nova proposta de construção social da tecnologia em que a questão perpassa as esferas de poder.

Portanto, a fundamentação do conceito de tecnologia social permite afirmar que o protagonismo e empoderamento sociais são aspectos fundamentais para que haja de fato tecnologia adequada aos grupos sociais. A TS consiste numa tecnologia que empodera as pessoas através do conhecimento transmitido durante o processo de construção social do produto.

A inovação do conceito da TS reside em olhar o problema enfrentado em relação às questões tecnológicas pelo foco do social, e não pela lógica da produção mercadológica, no qual a comunidade tem espaço e poder decisório para atuar como protagonista transformadora do espaço que lhe compete. Fica claro que, em se tratando de TS, “o grupo interessado na tecnologia tem que participar ativamente da sua construção. Sendo assim, percebemos a importância dessa nova proposta de construção de tecnologia” (OLIVEIRA et al , 2009, p. 4).

Em suma, para este estudo, adotam-se como definição de TS, as acepções desenvolvidas por Dagnino (2010) de que a tecnologia deve estar coerente com a ideia de sustentabilidade

e de desenvolvimento social num ambiente produtivo onde se pode obter o controle do processo de produção o que significa empoderamento social, característica essencial para a TS. A TS está além do conceito de tecnologia tradicional, por tipificar mais um processo de aprendizagem coletivo, do que simplesmente uma técnica ou produto, ou método. A TS pressupõe a organização do processo por meio do controle e da autonomia exercida por grupos sociais, que se referem geralmente a grupos sociais marginalizados, que estão em situação de crise. Esse grupo social se reúne em torno de um propósito comum e decidem com autonomia qual a técnica, o produto ou o método a ser empregado para resolver questões de ordem prática da vida humana, visando como meta maior a melhoria dos padrões de qualidade de vida dos indivíduos. Também, implica dizer que o conceito envolve um desenvolvimento econômico para esta camada da sociedade historicamente excluída dentro de políticas ineficientes do Estado e que estão à mercê do poder da empresa privada.

Vale dizer que a TS não se aplica somente aos pobres e miseráveis. Ela se refere a uma estratégia de transformação a partir da inovação social, ou seja, por um grupo de indivíduos, independente de ser rico ou pobre. A TS tipifica como uma estratégia de desenvolvimento em meio às oscilações do mercado, que contribui para incluir o cidadão na sociedade, por meio de uma maneira qualificada, condizente com o contexto de sua vida, suas necessidades, implicando, aqui, a ideia de desenvolvimento sociotécnico. Essas características relevantes encontradas nas definições de Dagnino (2010) e também por Feenberg (2010) ao apontar no conceito de teoria crítica da tecnologia, que a tecnologia deve ser controlada pela sociedade. Percebe-se que o conceito de Dagnino (2010) e o de Feenberg (2010) são correspondentes. Então, o conceito de TS de Dagnino (2010) foi selecionado para esta dissertação.

CAPÍTULO 2. A QUESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA

Esse capítulo apresenta o tema da moradia sob a ótica da organização social e do protagonismo, fundamentais para a verificação da Tecnologia Social (TS). Compreende-se que a mobilização na luta pela efetivação dos direitos dos movimentos sociais é um dos principais fatores para a identificação de TS no processo de produção e conservação do espaço habitado. Embora aborde uma inter-relação entre a habitação e os movimentos sociais, analisado a partir do processo de redemocratização do país, não pretende detalhar a história dos movimentos sociais para a habitação no Brasil, visto que tal intenção necessitaria de uma pesquisa à parte.

Entretanto, parte-se de marcos identificados na política habitacional e da ação dos agentes de produção da moradia, em especial a ação de alguns movimentos e organizações sociais, como forma de se pensar a questão da TS na habitação. Pretende-se, ao estabelecer esta relação entre a habitação, os movimentos e as questões sociais, compreender a questão da política habitacional voltada à população de baixo poder aquisitivo, para que seja possível contribuir para a definição de um conceito de TS aplicado à habitação.

2.1. A RELAÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL, O ESPAÇO URBANO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Silveira (2003) conceitua o espaço urbano na intenção de compreender a cidade a partir da dimensão socioespacial, onde se deve considerar o cotidiano das pessoas que representa a produção da vida. A cidade é resultante da ação de diversos agentes sociais — poder público, setor privado, instituições do terceiro setor, a família e o indivíduo — que atuam nela. Essa dinâmica do urbano, produzida pela ação dos diversos agentes, é fruto do processo de produção num determinado momento histórico, num determinado processo econômico¹⁹ e numa determinada sociedade, considerando as questões de interesses políticos, ideológicos e jurídicos que se articulam no espaço. Assim, além de ser um modo de produzir, o espaço urbano é também um modo de consumir, pensar, sentir, viver, enfim, um modo de vida escolhido ou imposto para cada agente.

No contexto do capitalismo, a produção do urbano adquire contraditórios significados, a exemplo da fragmentação dos lugares relacionado ao tipo de apropriação²⁰. O espaço fragmentado torna-se mercadoria e, como tal, é consumido como um objeto de mercado.

¹⁹ Refere-se à produção, distribuição, circulação e consumo.

²⁰ O espaço fragmentado possui formas distintas de apropriação como o espaço para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo, entre outros (SILVEIRA, 2003, p. 29).

Essa mercantilização da cidade, numa sociedade dividida por classes sociais, implica a construção de uma paisagem desigual e excludente do ponto de vista socioespacial. A decorrência do rápido e desordenado processo de urbanização afeta o funcionamento adequado da atividade produtiva, provoca inúmeros problemas que prejudicam a qualidade de vida dos moradores no espaço urbano. Podem-se destacar como principais problemas:

crescimento desordenado, especulação imobiliária, proliferação de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares, infraestrutura urbana inadequada ou mal utilizada, segregação espacial dos grupos sociais, desemprego, violência urbana, alagamentos e enchentes frequentes, disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos e a contaminação dos cursos d'água por esgotos domésticos e industriais (SILVEIRA, 2003, p. 33).

Maricato (2008) e Rolnik (2012) afirmam haver uma contradição entre a produção dos agentes sociais na cidade e a questão da desigualdade social no território. Os trabalhadores rurais e os imigrantes se concentraram nas grandes cidades brasileiras, e foram atraídos pelas possibilidades de melhoria das condições de vida. Dessa forma, a crescente urbanização no Brasil, associada ao desenvolvimento da industrialização e da tecnologia, implicou em novas formas de organização socioespacial do território, e a intensificação da pobreza, principalmente em regiões metropolitanas.

A pobreza reflete a condição do indivíduo não conseguir se inserir no espaço produtivo, ficando à margem do desenvolvimento da cidade. Segundo Marques (2010, p. 27), a pobreza pode ser considerada como um fenômeno multidimensional gerado por diversos processos sociais ligados à questão da inserção social e econômica do indivíduo no espaço urbano e na sociedade. Compreender a pobreza de forma multidimensional nos permite enquadrar com maior plasticidade aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver, não têm acesso aos benefícios das sociedades urbanas modernas. Não obstante a elevada pobreza e da precariedade que marcam as grandes cidades brasileiras, a presença do Estado na provisão do bem-estar tem crescido desde a redemocratização²¹ que emerge, no país, principalmente, da atuação ativa dos movimentos sociais que se desenvolveram a partir de grupos da sociedade civil e têm, nos direitos, a fonte de inspiração para a construção de sua identidade.

Com o fim do regime militar, emerge a necessidade de promoção da (re)democracia, a qual teve sua expressão protagonizada a partir de um movimento social e político articulado e emergente no país. Compreende-se como movimento social o conceito desenvolvido por Gohn:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente, ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e

²¹ Id., 2010, p. 32.

articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2008, p. 14).

Os direitos nos quais os movimentos sociais se baseiam podem ser individuais ou coletivos e têm como referência o direito universal, baseado no princípio da igualdade. Um aspecto importante dentro do conceito de movimentos sociais são as categorias de mobilização social. Gohn (2008, p. 65) distingue dois tipos de mobilização social, a política e a social:

Mobilização política indica um processo de ativação das pessoas, ou massas [...]. Poderá ser feita tanto pelos governantes como por líderes da sociedade civil. Mobilização social já tem outro sentido: refere-se a ativações que visam mudança de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais. [...] Envolve uma série de processos que objetivam mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social etc. [...]. Mobilização é uma categoria gêmea da participação. Desmobilização será justamente o bloqueio à participação.

Embora a cidade seja resultado da ação de agentes produtores do espaço urbano, a ideia desenvolvida nesta dissertação, parte do conceito de que as formas de autoprovisionamento da moradia, que ocorrem principalmente nos assentamentos precários autogestionados das cidades brasileiras, pela ação de indivíduos ou por famílias e pelos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade e à moradia tipificam exemplos de organização coletiva que promovem a Tecnologia Social para a habitação. Os conceitos de TS, vistos no Capítulo 01, revelam o protagonismo e o empoderamento sociais como características essenciais dos agentes envolvidos na produção da habitação social.

Devido ao uso recente do termo “Habitação de Interesse Social” (HIS) aceito pelas políticas brasileiras e em voga no país e a existência do termo ‘Habitação Social’ (HS), esclarece-se que se adotou a HS, para esta dissertação, como forma de evidenciar o termo “social”. Trata-se então de olhar a questão social sob a ótica do “interesse realmente social” e não mercadológico que envolve diversos interesses políticos (a exemplo da troca de voto pela casa) e interesses do mercado imobiliário (a exemplo da especulação imobiliária do espaço urbano que fomenta para o pobre, loteamentos nas periferias urbanas desprovidas do direito a infraestrutura urbana).

No âmbito de se pensar a questão da habitação para famílias com baixo poder aquisitivo e a relação com o conflito por terra, Singer (2004, p.08) conceitua a Habitação Social como um fenômeno que nasce da contradição entre o mercado imobiliário que nega aos pobres a possibilidade de habitar no mesmo espaço em que moram os que podem pagar, e o mercado de trabalho que relega parte da população à pobreza. Desse conflito, nasce uma demanda economicamente inviável e socialmente inegável.

Para Bonduki (2004), o termo Habitação Social (HS), exposto por Singer (2004), demonstra que o Estado é o provedor responsável na implementação da política habitacional. A HS é empregada no sentido de habitação produzida e financiada pelos órgãos estatais destinados

à população de baixa renda, inclui a regulamentação estatal de locação e incorporação, bem como a falta de infraestrutura gerada pelos loteamentos privados como responsabilidade do Estado.

O conceito de Singer (2004) e Bonduki (2004) revela a necessidade de produção de moradia para os pobres e reflete o espaço urbano como um campo de conflitos de interesses entre os agentes do mercado imobiliário. Mediante este conflito, Bonduki (2004) afirma que é dever do Estado a promoção da habitação. Por outro lado, o Estado não tem dado conta da demanda. Em virtude da necessidade de ampliar a possibilidade de mais famílias a terem acesso à moradia, vem ocorrendo o processo de autoprovionamento de moradia, através da organização da sociedade civil, pelas instituições do terceiro setor e produzidas, individualmente, pelas famílias ou por um coletivo de famílias. São também formas de produção social de moradia que expressam a ideia de Tecnologia Social (TS). Em se tratando de habitação, a TS emerge como um conceito em que, aqueles que precisam de moradia, tomam a iniciativa de resolver o seu problema. Esses agentes saem da esfera do desconforto e da opressão dos conflitos do capitalismo provenientes do processo da mercadoria da terra e da casa, organizam-se coletivamente e protagonizam uma solução de moradia.

Os conceitos de Tecnologia Social, exposto no capítulo anterior, apontam que a TS se relaciona à produção de habitação social, especialmente para os pobres, como uma forma de potencializar uma forma alternativa de produção da moradia por meios de usos de tecnologias inovadoras. Essa forma de abordagem merece questionamento. Será que a TS é aplicável somente para baratear o custo da moradia para o pobre? Ou um modo de potencializar a teoria através do uso de ferramentas, métodos, produtos e processos inovadores de tecnologias desenvolvidas para a construção da casa não se limitando ao tipo de usuário? Dagnino (2010) expõe uma visão ampliada do uso dessa teoria. A TS simboliza uma forma de empoderar agentes do espaço urbano, independente da sua condição econômica e social e beneficiá-los por meio de um processo de aprendizagem coletiva.

2.2. A POLÍTICA HABITACIONAL COM FOCO NAS QUESTÕES SOCIAIS

Desde a sua origem, a política brasileira voltada para habitação esteve relacionada às questões sociais, culturais, ambientais e, principalmente, ligada às questões econômicas associadas à forma de governança do gestor público. Para cada momento político, o conceito de habitação se altera de acordo com os interesses dos agentes envolvidos no desenvolvimento da política. De uma forma geral, independente do momento político, um dos conceitos de habitação corrente no país se refere a uma forma de uso e ocupação

específica do solo, a exemplo de outras tipologias de organização do solo urbano para fins industriais, sociais, ambientais, comerciais e de serviços. Silveira (2003) afirma que o uso habitacional confere ao espaço urbano mais vitalidade e dinâmica humana. O crescimento populacional, advindo da imigração e do campo, torna a demanda por habitação uma necessidade a ser resolvida, tanto em relação à questão de como acomodar as pessoas nas cidades, quanto à organização do território para receber infraestrutura urbana. A questão da habitação está intrinsecamente ligada à gênese e à expansão das cidades brasileiras como um vetor de desenvolvimento e de ocupação no território.

As primeiras propostas habitacionais nas cidades estiveram ligadas a políticas e a interesses da classe dominante que não focavam a moradia como uma prioridade social para famílias em estado de pobreza e miséria. Sob esta mesma condição de exclusão, a classe popular produtiva, os operários das indústrias, viram-se na condição de optar pelas propostas do Estado ou de morar de forma ilegal na cidade, conquanto, aqueles que a compreendiam como um direito social, engajaram-se nos movimentos sociais e lutaram pelo ideal da casa própria.

A bibliografia sobre os movimentos sociais com foco na habitação social — Gohn (2008), Bonduki (2004), Valladares (2005) e Blay (1979) — confirma que esses movimentos são uma manifestação recente, enquanto organização estruturada, iniciando-se com o Brasil urbano-industrial, principalmente, após o período da repressão militar nas grandes cidades. Atualmente, esses movimentos têm-se intensificado e conseguido conquistas significativas nos marcos regulatórios legais de intervenções públicas, que será visto ao longo deste subtópico.

Seguem-se, nos próximos subtópicos, um enfoque baseado no marco da política habitacional brasileira a partir da redemocratização brasileira, inter-relacionando fatos dos movimentos sociais pelo direito à habitação. Como forma de sistematização do conteúdo, os subtópicos estão divididos em fases temporais de atuação de gestores políticos, iniciando com a fase que antecede o Regime Militar até a gestão da Presidenta Dilma Rousseff. Na busca de referencial teórico sobre os temas estudados, percebeu-se a limitação de bibliografia especializada sobre a região do Nordeste Brasileiro e a necessidade de se ampliar os estudos científicos para esta região.

2.2.1. Período da Nova República (a partir de 1985)

Desde o início da década de 80, a economia passou por um profundo processo de recessão e instabilidade econômica. Em 1985, com o falecimento de Tancredo Neves, o primeiro

Presidente após a fase da ditadura militar, o Brasil passou a ser governado por José Sarney, e teve-se de renegociar o pacto político democrático. Com a dificuldade de negociação da dívida externa com o FMI²², em 1986, o governo anunciou um Plano de Estabilização Econômica que teve um impacto político positivo que favoreceu a reeleição de Sarney. Porém, enfrentando os primeiros sinais de desgaste do Plano, foi lançado o Plano Cruzado 2 que previa a contenção de gastos públicos e a extinção de órgãos, a exemplo do Banco Nacional de Habitação (BNH). Em 1985, o quadro do setor habitacional apresentava as seguintes características: baixo desempenho social; alto nível de inadimplência; baixa liquidez do sistema; movimentos de mutuários organizados nacionalmente; e grande expectativa de que as novas autoridades pudessem resolver a crise do sistema sem penalizar os mutuários. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) desmoronou com o novo plano econômico e o saque maciço das cadernetas de poupança descapitalizou o BNH. A incorporação do BNH à Caixa Econômica Federal (CEF), no segundo semestre de 1986, explicitou a falta de uma política clara para o setor, visto que os temas sobre política urbana, em especial a habitação, foi tratada por este banco comercial como objetivos setoriais (TASCHNER, 1997; AZEVEDO, 2007). Em virtude do problema habitacional, as pressões sociais se fortaleceram e, em 1977, houve o retorno da Lei do Inquilinato, a qual, na prática, desorganizou o mercado de locação. Como consequência, ocorreu um aumento significativo de despejos ainda que, por lei, estivessem suspensos (TASCHNER, 1997).

As COHABs²³, que tinham como prioridade as famílias de menor renda, passaram a atender as famílias com mais de 5 salários mínimos. Em 1987, as COHABs financiaram 113.389 casas populares. No ano seguinte, este número foi reduzido para 30.646 unidades, devido às resoluções que criaram medidas que limitaram o acesso a créditos por parte da COHAB (AZEVEDO, 2007). Apesar da tendência elitista da política habitacional, os programas alternativos do SFH foram fortes neste período que contava com a participação do poder municipal e da população beneficiada. Os programas alternativos no SFH — PROFILURB, PROMORAR e João de Barro — foram substituídos por programas alternativos em nível federal pelos programas da SEAC²⁴ — Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, para atender famílias com renda familiar mensal até 5 salários mínimos, através da parceria entre o governo municipal e a comunidade —. Estima-se que foram 350 mil casas construídas (TASCHNER, 1997). Buscou-se controlar as metas estabelecidas, porém a falta de controle do setor habitacional demonstrou a falta de uma política clara, tornando presa fácil para o clientelismo e tráfico de influências. Os Programas altamente subsidiados dificultaram as regiões menos desenvolvidas do país a ter acesso aos recursos. Como exemplo, pode-se

²² Fundo Monetário Internacional.

²³ Companhias de Habitação Popular.

²⁴ Secretaria Especial de Ações Comunitárias.

citar o caso da região Nordeste, que possuía 35% da população brasileira e teve acesso a 15,6% dos recursos do Programa — 85.914 unidades —. Foi a primeira vez que um programa alternativo apresentou melhor desempenho quantitativo se comparado aos convencionais. Devido ao seu frágil formato institucional, ele terminou com o mandato do presidente (TASCHNER, 1997; AZEVEDO, 2007).

Em paralelo, nos anos 1980, os movimentos sociais urbanos, principalmente aqueles vinculados à Teologia da Libertação da Igreja Católica, eram práticas sociais que visavam organizar a comunidade local em torno da categoria teórica da autonomia que buscava um distanciamento do Estado autoritário. Neste período, os movimentos sociais passaram por um ciclo de três etapas: otimismo; perplexidade e descrença²⁵. Essas mudanças foram decorrentes de alterações no campo das políticas públicas e do desgaste das práticas participativas em diferentes setores da vida social; crescimento do associativismo institucional, absorvendo uma parcela considerável de desempregados do setor produtivo; surgimento das centrais sindicais; surgimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais (especialmente no campo da moradia) e, fundamentalmente, o surgimento das ONGs que, com sua expansão, veio a ser uma substituta dos movimentos sociais na década de 1990. Outra questão foi a decepção da sociedade com a prática política dos partidos que enfraqueceram a sua capacidade de articular as reivindicações das demandas populares (GOHN, 1997).

Em 1988, no processo de elaboração da Constituição Democrática, os movimentos sociais conquistaram o espaço de encaminhar emendas populares de Reforma Urbana, que resultaram na organização do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), posteriormente denominado Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Desde então, o FNRU passou a se reunir, periodicamente, centrado nos princípios da função social da propriedade e da cidade, na política urbana redistributiva, na gestão democrática e participativa das cidades. Posteriormente, consolidaram-se os movimentos nacionais: União Nacional de Moradia Popular (UNMP); o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN); a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); e a Central dos Movimentos Populares (CMP), que estavam organizados e articulados em redes e fóruns (FNRU e fóruns internacionais) e realizavam ações e mobilizações integradas. A atuação desses movimentos buscou resgatar o valor de uso da cidade em detrimento do valor de troca (FERREIRA, 2012).

A análise crítica, exposta por Azevedo e Cardoso (2007) e Rolnik e Nakano (2009) sobre a política habitacional brasileira vigente entre o período de 1960 e 1980 trouxe aprendizados

⁸⁶ Refere-se aos movimentos populares que suprem a carência básica das populações carentes como bens e serviços. Não engloba todos os movimentos sociais brasileiros.

importantes. Desde a criação do BNH, o uso dos recursos do FGTS²⁶ em financiamentos para a produção e comercialização de empreendimentos habitacionais dinamizou o mercado imobiliário de médio e alto padrão nas cidades brasileiras, provocando grande aumento no preço de terrenos. Dos 4,5 milhões de moradias erguidas com financiamentos do SFH, entre 1964 e 1986, apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentava oferta de empregos, enfim, moradia em áreas de “não-cidade”. O crédito imobiliário, naquele período, jamais alcançou a faixa de renda familiar mensal entre 0 e 3 salários mínimos, que concentrava 90% do déficit habitacional. Como resultado, obteve-se a favelização e a autoconstrução em loteamentos precários e irregulares.

Portanto, esta fase é marcada pela forte crise econômica que afetou todos os aspectos da política brasileira. No âmbito da habitação social, houve o desmonte do SFH, a substituição do BNH pela Caixa Econômica Federal, um banco com foco nas questões financeiras, o que já demonstra a ausência de uma política para o setor. O crédito imobiliário não atendeu às faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos. Diante dessa crise, o governo federal investiu em programas alternativos (Programa Nacional de Mutirão Habitacional), o que, pela primeira vez, alcançou um número expressivo em relação aos programas convencionais.

Nesta fase, a maior conquista se consolida com o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e a pressão popular pela qual conseguiram a aprovação de emendas populares para a Reforma Urbana na Constituição de 1988. Essa conquista consolidou várias organizações e movimentos sociais, a exemplo da emergência das ONGs, com foco na busca de se garantir as questões do direito à moradia e à cidade. São esses movimentos que começam a pressionar o governo e promover conquistas sociais significativas, no âmbito da habitação. Como forma de organização da política de habitação na Nova República, os próximos subtópicos fazem parte deste novo regime político instituído no país.

2.2.2. Período do Presidente Collor (1990 – 1992)

Para o enfrentamento da crise econômica, Collor enfatizou a tendência neoliberal adequando-se aos movimentos de globalização das economias capitalistas, cortando gastos públicos, promovendo abertura da economia para o mercado internacional e tentando, de maneira radical, controlar a inflação. Por outro lado, a abertura econômica pareceu

²⁶ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

assegurar a entrada de capitais e de tecnologia para modernizar o Brasil, no sentido do país ocupar uma posição privilegiada na concorrência tecnológica mundial. O impacto do Plano produziu consequências negativas. O país perdeu em torno de 2 milhões de postos de trabalho durante a recessão de 1991/92. São Paulo, por exemplo, reduziu cerca de 25% dos empregos. Todos os programas sociais com maior complexidade, prometidos em sua campanha, foram transferidos para um segundo momento (TASCHNER, 1997).

Em se tratando da habitação popular, o governo Collor fez pouco, uma vez que privilegiou os setores de renda mais elevada. Houve a facilitação para quitação da casa própria pela metade do saldo devedor. Ocorreu uma espécie de banalização da política, que foi desintegrada das atividades de saneamento e de desenvolvimento urbano, vinculando-se ao Ministério da Ação Social (AZEVEDO, 2007). Para as camadas populares, foi lançado o PAIH²⁷, em 1990, que teve três formas de atuação apresentadas como uma medida de caráter emergencial: programa de moradias populares (unidades acabadas); de lotes urbanizados (com ou sem cesta básica de materiais de construção); e o programa de ação municipal para habitação popular (TASCHNER, 1997). O programa PAIH foi 100% financiado pelo FGTS para atender o público alvo com até cinco salários mínimos. Os agentes promotores das moradias populares e lotes urbanizados foram COHAB, Cooperativas, Entidades de Previdência e Carteiras Militares (AZEVEDO, 2007). Em paralelo, ocorreu o aumento de assentamentos informais, invasões e ocupações clandestinas. O Censo do IBGE (1980) apontou a ocorrência de 126 municípios com favelas e 481 mil habitações em favelas e, em 1991, este dado passa a ser superior, 209 favelas e 1,14 milhões de habitações nas favelas (TASCHNER, 1997).

Entretanto, nesta fase ocorre a interrupção do governo Collor, que foi destituído pelo movimento da sociedade civil brasileira que protestou contra a corrupção da sua gestão, chegando ao *Impeachment* que marcou a história dos movimentos sociais brasileiros ao tirar do cargo um presidente da república.

Mesmo diante dessa conquista dos movimentos sociais brasileiros, os movimentos populares pela moradia, na década de 1990, sofrem com os descensos das lutas e movimentos sociais, com o reflexo da queda de Berlim, do fim das utopias e das mudanças no Leste Europeu. A crise global desarticulou vários movimentos sociais, mas a luta pela moradia continuava, não obstante o desaparecimento das grandes mobilizações de outros movimentos sociais. Em seu lugar, emergiu a organização e a integração de vários segmentos sociais de projetos habitacionais públicos ou financiados por ONGs internacionais. Os projetos de conjuntos habitacionais verticais que predominaram nas

²⁷ Plano de Ação Imediata para Habitação.

décadas de 1970 e 1980 praticamente desapareceram. O mutirão²⁸ foi o modelo preferencial de atuação de várias administrações públicas e diferentes partidos políticos que surgiram em vários projetos de casas unifamiliares isoladas, padronizadas e de baixíssimo custo e qualidade. Alguns projetos que tiveram o apoio de profissionais que assessoravam os movimentos pela moradia, possuíam melhor qualidade no padrão construtivo.

Através do trabalho das lideranças e das assessorias técnicas, a reforma urbana entra na agenda dos movimentos. A reivindicação maior era a criação de um Conselho Nacional de Habitação. Entre 1990 e 1993, ocorrem encontros e congressos voltados à discussão e à elaboração de emendas constitucionais que objetivavam a formulação de uma nova política urbana através da Lei de Desenvolvimento Urbano. No nível da organização dos movimentos de luta pela moradia social urbana, ocorreu a estruturação do movimento popular e a criação de uma Central dos Movimentos Populares²⁹ que, após treze anos de trajetória organizativa, estruturou uma representação em todo o território nacional. Outro destaque importante foi a parceria das ONGs nacionais³⁰ e dos órgãos internacionais que passaram a desenvolver projetos habitacionais comunitários locais, utilizando tecnologias alternativas para a produção de materiais para construção. As ONGs capacitavam os pobres através do aprendizado de um ofício (GOHN, 1997).

Portanto, a crise econômica brasileira contribuiu para a atuação limitada de políticas públicas para habitação social, o que favoreceu o aumento significativo de assentamentos informais, invasões e ocupações clandestinas. A crise social, a nível internacional, enfraqueceu os movimentos e as organizações sociais, conquanto, no campo da moradia, os movimentos e as organizações ainda apresentem resistência.

Nesta fase, desapareceram as propostas de instalação de grandes conjuntos habitacionais. O governo deu preferência à produção da moradia através do mutirão. Também ocorreu a produção social da moradia, através da atuação de parcerias institucional entre ONGs nacionais e órgãos internacionais, que adotaram o uso de tecnologia alternativa para produção de material construtivo. Além do ganho da casa, o mutirante recebia capacitação, demonstrando, desse modo, um processo positivo de ganho social. Por outro lado, as técnicas alternativas precisam de equipamentos específicos para produzir o material de construção, o que, muitas vezes, limitou a expansão da técnica ou da tecnologia.

²⁸ O mutirão constitui uma forma coletiva de produção artesanal de casas térreas ou de um pavimento (GOHN, 1997, p. 140).

²⁹ Configura como um órgão aglutinador de uma parcela significativa dos movimentos sociais populares, em especial os de luta pela moradia (GOHN, 1997, p. 140).

³⁰ Destaca-se a ONG voltada para os movimentos de moradia urbana, a ANSUR – Associação Nacional do Solo Urbano. Esta surgiu na década de 80, com o apoio do clero católico e conta com recursos de ONGs internacionais, atuando no desenvolvimento de projetos e na implementação direta nas comunidades organizadas. Teve contribuição importante nos debates da Reforma Urbana no país (GOHN, 1997, p. 141).

2.2.3. Período do Presidente Itamar Franco (1992 – 1994)

Em 1992, a abertura econômica, iniciada no governo anterior, teve continuidade e, inclusive, favoreceu o crescimento do emprego formal. Novamente, a inflação provocou a criação de um plano de estabilização, o Plano Real, que foi exitoso ao promover a queda da inflação que caiu cerca de 11% (TASCHNER, 1997). Neste governo, houve uma mudança nos rumos da política habitacional referentes à classe de baixa renda, por meios dos programas Habitar Brasil e Morar Município, que funcionavam fora do SFH, que continuava com rombo financeiro. O programa “Habitar Brasil” compreendia os municípios com mais de 50 mil habitantes e o “Morar Município” aos de menor porte. Ambos previam a participação dos governos estaduais e das prefeituras com as famílias de baixa renda que viviam em áreas de risco. As famílias beneficiadas pelo programa deveriam ter a posse de um imóvel para que pudessem participar dos programas. Os projetos poderiam prever a construção de moradias, urbanização de favelas, produção de lotes urbanizados e melhorias habitacionais. Havia abertura nos programas para usar o regime de ajuda mútua no caso de construção de moradias e de melhorias habitacionais, desde que com a assistência técnica dada pelo governo local (LIMA, 2007). Os dois programas propostos pretendiam a produção em larga escala num sistema de descentralização com gestão popular. Para ter acesso ao financiamento, era obrigatória a criação de Conselho Estadual ou Municipal, bem como seu respectivo Fundo de Bem-Estar Social. Até o final da gestão de Itamar, não houve a formação de um fundo federal, tampouco a formação de um conselho federal (AZEVEDO, 2007; TASCHNER, 1997). Como os programas dependiam de verba orçamentária ou recursos provisórios (IPMF³¹), foram fragilizados não alcançando a meta esperada de famílias beneficiadas (LIMA, 2007). Em 1990, a proposta de criação de conselho e fundos federais virou pauta na Câmara de Deputados. Em 1992, a política habitacional foi amplamente discutida no Fórum Nacional de Habitação. Esta movimentação não logrou a restauração de uma forte aliança capaz de fazer as modificações no SFH. Destacou-se no período de desmonte do SFH/BNH, de 1989 a 1994, representantes da CUT³² no Fundo Curador do FGTS que forçaram a transparência na aplicação do dinheiro do Fundo (TASCHNER, 1997). Mesmo sendo uma política descentralizadora, em que o governo federal não detinha o controle da gestão dos programas habitacionais nos Estados e Municípios, não tinha o objetivo de criar um sistema autônomo em âmbito estadual e municipal. A partir de 1997, alguns estados se reorganizavam para conseguir recursos, permitindo a criação de um sistema híbrido de governança, promovendo a realização de políticas habitacionais autônomas (AZEVEDO, 2007). Na falta de programas federais e com

³¹ Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira.

³² Central Única dos Trabalhadores.

a indefinição de política oficial de habitação social, os governos estaduais e municipais formularam as suas propostas de financiamento, a construção e distribuição de moradias para a faixa de menor renda, abrangendo a construção de conjuntos, reurbanização de áreas degradadas, mutirão e lotes urbanizados. A crise fiscal do Estado, a diminuição de verba para as carências habitacionais aliadas à pressão popular no contexto democrático acarretou uma descentralização não planejada. Estes programas puderam capilarizar diferentes agentes, como agências, esferas do governo, ONGs, tanto para projetos convencionais³³ quanto para programas alternativos³⁴ (AZEVEDO, 2007). Em Pernambuco, o governo estadual criou um programa de regularização fundiária chamado de *Chão e Teto* e o financiamento de material de construção. No Rio Grande do Norte, o governo estadual financiou material de construção industrializado, enquanto o governo municipal forneceu o restante do material e a mão de obra (TASCHNER, 1997). Houve ações inovadoras em relação às favelas brasileiras. No Rio de Janeiro, ocorreu a integração da Favela-Bairro à malha urbana por meio da urbanização e legalização da terra. Em Jaboatão dos Guararapes (PE), as áreas de invasão foram regularizadas. Essa listagem de exemplos demonstra que a política centralizadora do BNH empobreceu as soluções, tornando-se insuficiente para dar conta do problema habitacional brasileiro. A descentralização da política habitacional, na gestão de Itamar Franco, sinalizou um caminho viável: o governo federal faria a normatização e a coordenação da política, orientando os estados e municípios (TASCHNER, 1997). Embora a gestão de Itamar não tenha contribuído para o financiamento de um número elevado de moradias, foi indiretamente responsável pela implementação de programas habitacionais futuros nas gestões dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (ANDRADE, 2012).

Portanto, o maior ganho dessa fase consiste na estabilização da economia brasileira com o Plano Real que possibilitou uma melhoria na condução das políticas. Em relação à habitação social, surgiram dois grandes programas, o *Habitar Brasil* e o *Morar Município*, que previam a descentralização governamental com gestão popular. Esta abertura na política possibilitou o surgimento de programas habitacionais diferenciados nos Estados, porém, até então, não havia uma política habitacional oficial.

A discussão democrática sobre a política habitação social no Fórum Nacional de Habitação não logrou modificações no SFH. Mas, o ganho da política para moradia social na gestão de Itamar Franco foi o lançamento das bases para os futuros programas habitacionais de cunho social.

³³ Construção de conjuntos.

³⁴ Autoconstrução, mutirão, legalização de lotes, urbanização de favelas, etc.

2.2.4. Período do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)

A política de estabilidade e de continuidade do Plano Real foi a principal bandeira do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o principal apelo da campanha eleitoral de 1998 para sua reeleição (LIMA, 2007, p. 95). Neste período, torna-se claro a necessidade de reformulação do SFH que está à margem da produção real de moradia para o país. Com isso, procurou-se otimizar os recursos para habitação. Enquanto isso, acentua-se a periferação da população nas regiões metropolitanas. Os mais pobres deslocam-se cada vez mais para locais mais distantes, inclusive para municípios vizinhos. Além disso, ocorre também o processo de desconcentração industrial, que se desloca para cidades do interior. Crescem os números de sem teto, a exemplo de São Paulo, que tinha cerca de 5.400 moradores de ruas em 1997 (TASCHNER, 1997).

Em 1995, o Governo FHC cria a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), com o objetivo de formular uma política habitacional. Em 1996, a SEPURB expõe a Política Nacional de Habitação na Conferência *Habitat II* em Istambul. O documento reconhece a moradia adequada a todos e a importância da atuação do poder público em parceria com a iniciativa privada e com a sociedade civil para a política nacional. Este modelo tinha como premissas: a) prioridade de atendimento para a população de baixa renda; b) aumento do controle social a partir da descentralização estatal; e c) a necessidade de resolver o problema habitacional com a participação da iniciativa privada. Neste ano, ocorreu uma reorganização institucional frente à problemática urbana. Além da habitação, a nova proposta política, neste governo, passou a discutir a questão da habitação integrada à política urbana e ao saneamento ambiental. Dessa forma, os recursos para a política habitacional estiveram subordinados às diretrizes gerais da política econômica. Buscou-se também uma política urbana fundiária adequada de forma a desestimular a especulação imobiliária com a formação de estoques de terras (TASCHNER, 1997; AZEVEDO, 2007). O programa habitacional sugeriu reforçar o papel dos governos municipais como agentes promotores da habitação popular, por meio de linhas de atuação diversificadas como urbanização de favelas e recuperação de áreas degradadas. Para habitação popular, apoiou programas geradores de adoção de tecnologia visando à redução do custo da construção da casa. Procurava também privilegiar as formas associativas e cooperativas para produção de moradias que estivessem comprometidas com soluções locais, bem como incentivava programas de assistência técnica aos órgãos, entidades e organizações comunitárias. No setor de habitação social, destacaram-se os programas Pró-Moradia e Habitar Brasil, voltados para os estados e municípios, financiados com recursos do FGTS e OGU³⁵

³⁵ OGU significa Orçamento Geral da União.

respectivamente. Programas que objetivavam garantir a universalização do acesso à moradia de famílias de 0 a 3 salários mínimos, através da urbanização de áreas degradadas para fins habitacionais, a regularização fundiária, a produção de lotes urbanizados e melhoria de habitações existentes ou em construção. Na prática, o resultado ficou abaixo do esperado. O programa Pró-Moradia beneficiou 155.219 unidades habitacionais com o recurso da ordem de R\$ 830 milhões advindos do FGTS. Já o Morar Melhor/Habitar Brasil construiu 294.595 moradias com recursos do OGU da ordem de R\$ 860 milhões (AZEVEDO, 2007). Vários fatores colaboraram com o baixo desempenho das políticas públicas de habitação, a saber: a) a reestruturação do setor habitacional mantinha forte interdependência da política de estabilização; b) a crise fiscal; e c) as altas taxas de juros praticadas no mercado (LIMA, 2007).

Em 1999, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), para a população de até três salários mínimos, que retomava a utilização de recursos do FGTS (ANDRADE, 2012). Houve também a remodelagem do antigo Habitar-Brasil, por meio da união com o BID³⁶. Foram criados dois subprogramas — o de Desenvolvimento Institucional —, com vistas à ampliação e à modernização da capacidade institucional dos municípios; e o subprograma Urbanização de Favelas que previa a execução de projetos integrados de urbanização de áreas degradadas ou de risco. No período 1999-2002, foram contratadas em torno de 1,5 milhão de unidades habitacionais oriundas de diversas fontes de recursos (FGTS, FAR, FAT, FDS e OGU)³⁷. Em 2001, foi criado o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social que promoveu moradia adequada às famílias de baixa renda por meio de concessão de subsídios, advindas de recursos orçamentários, e contou com a contrapartida de estados e municípios para complementar o subsídio. Os governos locais ofertavam o terreno, a infraestrutura e parte do material de construção. Ao Governo Federal cabia pagar o subsídio para complementar à capacidade de pagamento dos beneficiários (LIMA, 2007).

Em relação aos movimentos sociais nos anos 1990, ocorre uma transformação radical e a emergência das ONGs. Muitas lideranças assumiram posição nos partidos políticos, atuando em casas legislativas, e suas bases foram desmobilizadas. Além da atuação das ONGs, podem-se citar as cooperativas habitacionais de pequeno e médio porte. As relações de trabalho na cooperativa possuíam uma gestão em que não há patrões e empregados, mas sócios-proprietários. Esta ideia foi proposta por Dagnino (2010), no conceito de TS, visto no Capítulo 01. Em relação à promoção da ONG, implicava a retirada do Estado da esfera social. O poder público repassava os recursos para as ONGs, e estas estruturavam

³⁶ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

³⁷ Significado das siglas dos recursos: FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); FAR (Fundo de Arrendamento Residencial); FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); FDS (Fundo de Desenvolvimento Social); e OGU (Orçamento Geral da União).

os projetos, cuidavam da organização e da divisão de tarefas. Ocorreu a dependência das organizações populares pela gestão dos técnicos das ONGs. Onde havia movimento social, formaram-se as redes de poder social local³⁸. As ONGs entendiam que os movimentos deveriam ser sujeitos capazes de criar uma agenda de reivindicação própria para intervir na realidade social (GOHN, 1997).

Portanto, a ocupação urbana pela classe popular continuava crescente nas periferias, cada vez mais distantes das regiões metropolitanas. Como resposta, o governo atuou em programas habitacionais populares, entretanto, do ponto de vista quantitativo, estiveram aquém dos resultados esperados. Uma justificativa relevante que limitou a expansão em maior escala da política de habitação esteve associada à política econômica. Um ganho desta fase é a formulação da política habitacional integrada a outras políticas de desenvolvimento urbano como: a política urbana, de saneamento ambiental e de regularização fundiária.

Um aspecto limitador desta fase consistiu no uso da tecnologia para redução do custo da casa. É essa visão predominante em relação à tecnologia alternativa para habitação que vai proporcionar apenas o barateamento da construção. Assim, a questão tecnológica fica limitada e subordinada a essa perspectiva, o que dificulta a introdução e a aceitação de tecnologias construtivas alternativas ou inovadoras que poderiam trazer melhores resultados e desempenhos que as tecnologias convencionais. Outra questão é a perda da qualidade desses projetos habitacionais quando se pensa em baratear o custo da casa para as famílias de baixa renda. De uma maneira geral, o uso de novas tecnologias tem sido visto de maneira discriminatória pela maioria da população. Isto porque, no mercado da construção civil, o modo de construção tradicional e o uso dos produtos convencionais prevalecem como o favorito pelos agentes da cadeia produtiva brasileira. Em relação aos movimentos sociais, ocorre a emergência das ONGs e a desmobilização dos movimentos sociais.

2.2.5. Período do Presidente Lula (2003 – 2010)

A criação do Ministério das Cidades (MCIDADES) permitiu um novo cenário institucional de articulação entre os três níveis de governo e a integração da política urbana de habitação, saneamento e transporte. A proposta do MCIDADES teve apoio de atores relevantes com poder de pressão social sobre a atual administração federal: a Associação Brasileira de COHAB; o Fórum Nacional de Secretários de Habitação; os movimentos da sociedade civil

³⁸ Lideranças dos antigos movimentos que assume o papel de responsável por etapas ou processos do projeto junto aos técnicos da ONGs.

organizados pela justiça urbana e social; Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); a Frente Nacional de Saneamento; os movimentos voltados ao transporte público urbano de passageiros e às redes de governança metropolitana (AZEVEDO, 2007). Nessa marcha social pela reforma urbana, houve avanços em relação ao marco regulatório para o enfrentamento das desigualdades do país, resultando na aprovação do 'Estatuto da Cidade' (Lei Federal 10.275/01) que regulamentou os artigos 182 e 183 da política urbana da Constituição Federal. Esta lei correspondeu a uma estratégia inovadora de regulação territorial e ampliação do acesso a terra urbanizada, em especial para a promoção de moradias populares (ROLNIK; NAKANO, 2009).

Em sua fase inicial, o Ministério foi capitaneado por Olívio Dutra, tendo como secretária executiva Ermínia Maricato, que recrutaram técnicos advindos da administração federal, instituições públicas e das universidades. Diversos seminários com entidades da sociedade civil organizada, a fim de avançar com as propostas de regulação da política urbana, foram realizados. Devido à transcendência da proposta, foram integrados outros Ministérios. A habitação passou a ser vista por uma ótica holística, agregando outros temas como a regularização fundiária, saneamento, infraestrutura e transporte público (AZEVEDO, 2007). O paradigma para habitação consistia em garantir recursos e segurança jurídica para a provisão de moradias para a classe média, para que esta não disputasse os recursos com as faixas de rendas mais baixas, conforme se observou nos governos anteriores (NOVAES; DIAS, 2010). Esperava-se conter o crescimento da favela e das ocupações ilegais através da ampliação de recursos e da prioridade de investimentos na gestão federal para as rendas mais baixas. Com a ascensão de Lula ao poder, emergiu a esperança dos movimentos sociais, mas, devido aos acordos políticos que favoreciam mais os partidos conservadores³⁹ do que os trabalhadores, Ermínia Maricato⁴⁰ deixou o cargo (AZEVEDO, 2007).

Outras conquistas importantes protagonizadas pelos movimentos sociais foram os instrumentos que fortaleceram a regulação, o planejamento e a gestão urbana. No âmbito da habitação popular, houve a criação do Sistema Nacional, do Fundo Nacional e do Conselho Gestor de Habitação de Interesse Social — SNHIS/FNHIS/Conselho (Lei Federal 11124/2005) — aprovado após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional. O Sistema estabeleceu a articulação entre fundos, planos e conselhos habitacionais nas três instâncias da federação (ROLNIK; NAKANO, 2009; AZEVEDO, 2007). A respeito dos movimentos sociais, cabe destacar a atuação do Fórum Nacional de Reforma Urbana e suas conquistas relevantes no cenário sociopolítico, as criações do MCIDADES, das Conferências das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades em 2003 (AZEVEDO, 2007).

³⁹ Partido Progressista.

⁴⁰ Arquiteta e urbanista filiada ao Partido dos Trabalhadores e militante em relação ao direito a cidade e sobre a questão da moradia digna.

Em 2004, o governo Lula criou o primeiro programa direcionado aos movimentos sociais urbanos, fruto de reivindicação dos movimentos desde a década de 1980. O Programa Crédito Solidário objetivava “o financiamento habitacional a famílias de baixa renda organizadas em associações, cooperativas, sindicatos ou entidades da sociedade civil organizada”, voltados à construção de empreendimentos autogeridos através do regime de mutirão. No período de 2004 a 2011, este programa contratou 341 empreendimentos que envolveram a construção de 21.695 unidades habitacionais, em que foram investidos em torno de 387 milhões de reais. O desafio do programa foi superar a barreira burocrática da Caixa Econômica Federal (CEF), acostumada a lidar com outros agentes produtores do solo urbano. Tal situação foi superada com a ação de pressão dos movimentos (Ver Anexo A – Manifesto Popular de 28 de março de 2008). Em 2008 houve o lançamento do segundo programa intitulado de Ação de Produção Social da Moradia, que foi viabilizado após a modificação da Lei do SNHIS (através da Lei 11.578/2007), permitindo o acesso das associações e das cooperativas ao FNHIS. Este programa teve origem no FNRU, porém, na prática, não funcionou. No período de 2008 a 2011, 61 empreendimentos comunitários foram selecionados, mas apenas um empreendimento de 50 unidades habitacionais se concretizou, o “Projeto Construindo Juntos”, na cidade de Fortaleza de Taboão, em Tocantins, conduzido pelo MNLM que foi entregue em 2011 às famílias.

Em 2008, a crise financeira global desencadeou uma crise urbana que teve início nos EUA. Tal crise gerou desemprego, afetando a classe trabalhadora brasileira, o Caribe e a América Latina (OLIVEIRA, 2009). No ano seguinte, como estratégia de enfrentamento da crise, o presidente Lula criou o pacote habitacional “Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). 1 milhão de casas, crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros”. Em relação às políticas habitacionais anteriores, esta proposta se revelou como a maior intervenção habitacional já realizado no país (OLIVEIRA, 2010; ANDRADE, 2012). Houve um alto investimento financeiro no setor da ordem de R\$ 7 bilhões, em 2002, para mais de R\$ 62 bilhões em 2009. A maior parte deste recurso destinava-se às famílias inseridas na faixa de renda entre zero e três salários mínimos, em que se concentrava o maior déficit habitacional (MOREIRA, 2012). Esse pacote político objetivava a promoção de moradias; o acesso das famílias de baixa renda à casa própria; e a geração de emprego e renda através de investimento na construção civil (OLIVEIRA, 2010; ROLNIK e NAKANO, 2009). O Estado assume seu papel como promotor do desenvolvimento urbano compreendido como elemento central para o desenvolvimento econômico e social (FERREIRA, 2009). O PMCMV adotou a destinação de recursos a fundo perdido, sob a forma de subsídios para população de baixa renda, sendo uma luta histórica do ativismo popular (ROLNIK, 2009; RODRIGUES, 2009). Considerando o déficit habitacional, o volume de investimentos do governo federal previstos para a habitação popular, tornou-se insuficiente (FERREIRA, 2009). Como crítica,

Rolnik (2009) comparou os vazios urbanos e o espaço subutilizados com o déficit habitacional que estava em torno de 7,2 milhões de unidades. O censo revelou que existem um pouco mais de 6 milhões de casas e apartamentos vazios. Então questionou: está faltando novas moradias ou o acesso à moradia?

O Programa MCMV foi lançado em 25 de março de 2009, que definiu um aporte de 34 milhões para: i) construção de 1 milhão de casas com a meta de minimizar 14% do déficit habitacional; ii) aquisição da casa própria; iii) financiamento da infraestrutura urbana e da cadeia produtiva. Este recurso foi dividido segundo critério de renda (FERREIRA, 2009):

Tabela 01 – Distribuição dos recursos financeiros do PMCMV.

QTD MORADIAS	FAIXA DE RENDA
400 mil	0 a 3 SM
200 mil	3 a 4 SM
100 mil	4 a 5 SM
100 mil	5 a 6 SM
200 mil	6 a 10 SM

Fonte: OLIVEIRA (2009, p. 218).

Na faixa de 0 a 3 SM em que se concentra 90,9% do déficit habitacional, o governo subsidiou integralmente a casa própria ao aportar 16 bilhões, das quais 15 bilhões foram disponibilizados através da CEF para construtoras e empreiteiras e 1 bilhão para associações e cooperativas, tanto para área urbana quanto rural pelo programa Crédito Solidário. O movimento UNMP⁴¹ criticou o fato de apenas 1 bilhão ser destinado às iniciativas autogestionárias. Além disso, o movimento criticou as exigências feitas às cooperativas e às associações semelhantes à burocracia conservadora, ao cobrar os projetos e a compra do terreno antecipadamente, inviabilizando a participação. A proposta do movimento foi à inversão dessa lógica. Em relação à carência habitacional, se o pacote levasse em consideração os dados do déficit como critério para estabelecimento da distribuição dos recursos, as famílias na faixa de 0 a 3 salários mínimos seriam contempladas com 900 mil moradias. No entanto, para essas famílias, foram disponibilizadas somente 400 mil moradias. Pelos dados, percebe-se que a maioria dos recursos não está direcionada à parcela populacional que mais precisa (OLIVEIRA, 2010). Já as famílias acima de 3 salários mínimos, que correspondem a somente 0,9% do déficit habitacional brasileiro, poderiam ter sido atendidas pelos recursos do SBPE, ao invés dos recursos previstos para o PMCMV. Os movimentos sociais (UNMP) expuseram ao governo a preocupação de que as famílias com renda mensal acima de 5 SM poderiam “comer” os financiamentos e subsídios da faixa populacional de menor renda. Tal exigência das lideranças foi ignorada.

Após um ano de lançamento do programa, houve manifestações em São Paulo. Em

⁴¹ União Nacional de Moradia Popular.

abril/2010 a UMM⁴² fez uma manifestação em frente à CEF da Avenida Paulista reivindicando que o Programa Crédito Solidário saísse do papel. Outra ação feita no final desse mês pela Frente de Luta por Moradia foi à realização de três ocupações simultâneas e um acampamento em frente à Prefeitura de São Paulo cobrando o cumprimento dos subsídios para as famílias de 0 a 3 SM. Em março/2010, o MTST⁴³, juntamente com movimentos de outros estados, lançou a Jornada Nacional, seguindo a estratégia de nacionalização e ampliação das bases do Movimento. O início desta Jornada se deu com manifestações e ocupações em todo o território brasileiro. O nome dado ao programa é bem apelativo e faz com que ao promover moradia digna, traga à família pobre a esperança de mudança de vida e de um futuro melhor. Para o MTST, a luta da casa é a luta da família. Neste sentido, a Luta do MTST, parodiou o nome do programa para a jornada de “Minha casa, minha luta”:

Assim como acreditamos que nossa casa quem garante é nossa luta, acreditamos também que nossa vida é nossa luta; luta por trabalho, pela básica sobrevivência, luta por respeito, pela nossa dignidade, luta por educação [...] pública, gratuita e de qualidade, nossa luta por uma cidade justa instaurada numa sociedade que não seja guiada pelo lucro a todo custo (FLM, 30/03/2010 *apud* OLIVEIRA, 2010).

O programa poderia destinar 100% do recurso financeiro à faixa de 0 a 3 SM, o que teria maior impacto na diminuição do déficit (ROLNIK; NAKANO, 2009). Segundo Cardoso (2009), o governo afirmou que se trata de um programa de cunho essencialmente econômico. Para ele (2009), o programa nasceu errado. As deficiências do pacote habitacional PMCMV identificados por vários críticos que estudaram o programa foram:

- A falta de conexão com as políticas urbanística ou fundiária, confundindo política habitacional com política de geração de empregos para a indústria da construção civil, abre margem à especulação imobiliária e deve-se evitar que o programa vire “Minha Terra, Minha Renda” (ROLNIK; NAKANO, 2009).
- As propostas das empresas da construção civil não dialogaram com os planos diretores (RODRIGUES, 2009). A tendência do mercado imobiliário será o aumento no preço de terreno na cidade consolidada. A terra barata é a terra da não cidade que será utilizada para moradias de 0 a 3 salários mínimos (ROLNIK; NAKANO, 2009).
- Não foi previsto nenhuma instância de controle social, embora o governo Lula concordasse com a democracia participativa. O Conselho das Cidades e o Conselho Gestor do FNHIS não foram consultados (FERREIRA, 2009).
- Como ocorreu com o PAC, os recursos federais do programa estão à margem do SNHIS, o qual vem sendo construído pelo MCIDADES e pelos movimentos sociais. Injetou-se um grande volume de dinheiro fora do controle social democrático, privile-

⁴² União dos Movimentos de Moradia.

⁴³ Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

giando as empresas e enfraquecendo o MCIDADES, o SNHIS e o SNDU⁴⁴ (RODRIGUES, 2009; CARDOSO, 2009).

- O controle do programa foi feito pela CEF, que não terá condições de fazer um controle urbanístico. Este fato reproduziu situações similares do BNH e COHAB em épocas anteriores: conjuntos habitacionais de baixa qualidade; na periferia distante e desconectada da malha urbana. Essa diretriz do programa evidenciou uma velha prática da qual a política de habitação sempre foi separada da política de gestão do solo (CARDOSO, 2009). Conforme expôs ROLNIK (2009), não há porque repetir modelos habitacionais que já provaram ser inadequados. O governo acertou ao optar por investir maciçamente em subsídios para o setor, entretanto, deve-se pensar outros elementos que garantam o direito à moradia adequada.
- O programa não tem nenhuma medida voltada ao reaproveitamento de imóveis vazios, à reabilitação dos espaços urbanos existentes e ao estímulo da locação social, como estoque de moradia (ROLNIK, 2009). O programa fala em privilegiar a ocupação de áreas centrais, mas não há mecanismos concretos que permitam fazer isso (CARDOSO, 2009).

Além disso, o PMCMV favorece a manutenção da lógica do mercado imobiliário e intensifica a exclusão socioespacial:

Construir moradias é produzir cidades. [...] É essencial discutir os impactos dos empreendimentos imobiliários nas condições de vida, na instituição ou destituição de direitos sociais, no ordenamento territorial e no funcionamento das cidades. No Brasil, as cidades são marcadas por profundas expressões de desigualdades e exclusões socioterritoriais, e o principal sentido dos processos de produção de moradias é engendrar cidades e urbanidades para garantir o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas. [...] Não vamos cair nas armadilhas sedutoras dos números: 1 milhão de moradias? Sim, mas onde, como e para quem? (ROLNIK e NAKANO, 2009).

Em 2009, houve o lançamento do terceiro programa, o “Minha Casa Minha Vida-Entidades” (PMCMV-E) direcionado às associações e às cooperativas habitacionais autogestionárias, tornou-se o principal programa alternativo, dada as condições mais favoráveis que os anteriores. No período de 2009 a 2011, o programa contratou 82 empreendimentos, correspondendo a 9.395 unidades habitacionais, em que foram aplicados 270 milhões de reais. Até 2011, o programa esteve fortemente ligado aos movimentos nacionais urbanos. Foram contratados 32 empreendimentos, contemplando 5.135 unidades habitacionais ao custo total em torno de 137,4 milhões (FERREIRA, 2012). Depois de mais de um ano de implantação do PMCMV-E, pode-se dizer que o programa não está contemplando de maneira satisfatória o MTST e os movimentos que integram a Frente Nacional de Resistência Urbana. As críticas relevantes desses movimentos foram: 1) a questão de mercado embutido no projeto, já que o programa pretende aquecer o mercado da construção civil e combater o desemprego; 2) o número de ‘um milhão de casas’ é pequeno se comparado

⁴⁴ Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.

aos 18 milhões de pessoas cadastradas, colocando milhares de famílias a disputarem esse direito; 3) o comprometimento maior do governo Lula com a classe capitalista do que com a classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2010). O MTST manteve uma postura crítica diante da crise global e das ações do governo Lula, em relação aos espaços democráticos de participação dos movimentos sociais, conforme se vê no MANIFESTO POPULAR DE 28 MARÇO (em Anexo a este documento).

Portanto, nesta fase, ocorreram conquistas fruto da ação mobilizadora dos movimentos sociais como a criação do Ministério das Cidades, da Conferência das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades em 2003. Outro avanço se deu na aprovação do Estatuto da Cidade, considerado um marco na legislação urbanística e habitacional.

Em relação ao conceito de habitação social, ocorre um avanço em compreendê-la a partir de uma esfera maior, integrada às questões da regularização fundiária, saneamento, infraestrutura e transporte público. Outras conquistas relevantes são o sistema, o fundo e o conselho gestor de habitação de interesse social nas três instâncias governamentais. Entretanto, o desafio está em cumprir com eficiência a política nacional de habitação social já postulada pelo governo.

Em relação aos programas habitacionais, fruto também do movimento popular, houve avanço na criação de programas alternativos como o Programa Crédito Solidário e o PMCMV-E que, devido à barreira burocrática com a Caixa Econômica, oportunizou poucos conjuntos habitacionais.

Mas a contradição no governo Lula está no PMCMV, considerado o maior programa habitacional brasileiro, do ponto de vista de investimento financeiro no setor, que surgiu como resposta à crise global. Na prática, tal programa mantém a lógica do mercado imobiliário e tem intensificado a exclusão socioespacial, devido à supervalorização dos imóveis em áreas consolidadas da cidade, fazendo com que os conjuntos para a população de baixa renda sejam instalados em áreas de expansão ou em periferias urbanas. De acordo com o déficit habitacional, o recurso financeiro disponível para a faixa de renda para os pobres são insuficientes. É um programa de cunho econômico, senão, poderia ter sido destinado 100% do recurso às famílias pobres. Entretanto, o ponto mais agravante deste programa consiste na falta de conexão com a política urbana, com os planos diretores, com o Plano Nacional de Habitação e com a ausência de controle social, ou seja, injetou-se um grande volume de recursos financeiros sem controle social efetivo e transparente. Privilegiou as empresas e enfraqueceu a política urbana até então consolidada no país.

2.2.6. Período da Presidenta Dilma Rousseff (2011 até atualidade)

A continuidade dos PAC e do PMCMV revelaram que tais programas serviram como demonstração de que a política habitacional brasileira foi utilizada para fim eleitoral. De fato, em alguns meios de comunicação, o PMCMV passou a ser apelidado de “Minha Casa, Minha Dilma” (ALBUQUERQUE; ROMÃO, 2011). O PMCMV, em sua segunda versão, sofreu algumas mudanças: 1) duração de três anos; 2) reajuste das faixas de renda; 3) aumento do número total de unidades habitacionais a serem contratadas, considerando a melhoria da qualidade da habitação⁴⁵ e 4) estímulo às grandes empresas para atuar no escopo do programa (ANDRADE, 2012). As metas também foram redefinidas:

Tabela 02 - Metas de contratação PMCMV II – Ano 2011

RENDA	UNIDADES	%
Até R\$ 1.600	1.200.000	60%
1.600 a 3.100	600.000	30%
3.100 a 5.000	200.000	10%
R\$ 0 a R\$ 5.000	2.000.000	100%

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL *apud* ANDRADE (2012, p. 53).

De acordo com o relatório parcial da CEF em fevereiro/2012, observou-se que o ritmo de contratações contemplou mais as faixas de renda superiores, o que representa um aspecto negativo do programa, visto que a faixa de menor renda concentra o maior volume de unidades do déficit (ANDRADE, 2012). Ferreira (2011) identificou alguns aspectos positivos da segunda versão do PMCMV:

- O programa continua investindo recursos na produção social da moradia para as iniciativas autogestionárias das associações e cooperativas. Este sistema, além de baratear o custo e promover a qualidade da moradia, tem comprovado sua eficácia e efetividade, fomentado pela organização e pela inclusão social.
- Estabelecimento de procedimentos que simplificam e agilizam a regularização fundiária para HIS, a exemplo da reivindicação dos movimentos sociais em registrar os imóveis preferencialmente no nome da mulher.

O programa continua sendo um instrumento de dinamização da economia, de geração de empregos e não de uma política habitacional de fato que avalia e mensura as necessidades habitacionais e que dá resposta ao enfrentamento do déficit brasileiro. As empresas não tem demonstrado interesse em construir para os pobres, devido à baixa margem de lucro. Então, como fica a situação daqueles que não tem nenhum salário para adquirir uma casa pelo sistema do PMCMV? Tal Programa não revela com clareza o quantitativo de produção de moradias para aqueles que não possuem renda.

Outra situação agravante é a constatação de Rolnik (2012) ao afirmar que o problema atual

⁴⁵ Especificação técnica de cerâmica e adaptada para deficientes.

não é somente de déficit habitacional, pois o déficit trazido pelo programa é de cidade, de urbanidade, e isto o PMCMV não resolve. O PMCMV tem promovido áreas inteiras à população de baixa renda, como guetos de “não cidade”, conotando o espaço como um depósito de gente, onde possibilita a geração de problemas sociais e urbanísticos. Habitações e infraestruturas com qualidades precárias e com efeitos ruins sobre a vida das famílias conforme são noticiados nos meios de comunicação. Este modelo trazido pelo programa tipifica um modelo de exclusão socioterritorial. A escolha desse modelo pressupõe uma questão a ser resolvida no campo político, e não somente na esfera técnica. Assim, como o PAC, o PMCMV na gestão de Dilma também não realizou nenhum diálogo com os planos diretores participativos. Ferreira (2011) aponta três preocupações centrais e expõe algumas exigências dos movimentos sociais a respeito da necessidade habitacional, que já vem sendo reivindicadas desde a gestão do presidente Lula:

- 1) A articulação do programa com a política e o SNHIS - os recursos alocados para o programa desconsideram a existência do SNHIS/FNHIS. É fundamental que o recurso seja alocado no Sistema, como componente da política urbana e habitacional, e regulado pelo controle social.
- 2) A articulação com a política de regulação de uso do solo e planejamento urbano - existe um número próximo entre o déficit habitacional e imóveis vazios, ociosos ou subutilizados que não cumprem a sua função social. A necessidade dos governos de implementarem os instrumentos de regulação do solo para a produção social da moradia, previstos no Estatuto da Cidade e nos Planos Diretores, como forma de coibir a especulação imobiliária.
- 3) Controle social sobre o programa - é essencial a definição de mecanismos de participação e de controle social em todo o processo de implementação dos empreendimentos, através dos Conselhos das Cidades, nos planos nacionais, estaduais e municipais, bem como conselhos ligados à política urbana.

O PMCMV-E, através da promoção do Crédito Solidário, continua ativo na gestão atual. Podem-se citar as experiências exitosas de autogestão coletiva realizada em São Paulo, sendo este um estado referencial nesta produção, devido às inovações e ao acúmulo de experiências iniciadas no governo da Luiza Erundina em 1989. Segundo Lago (2011), o projeto autogestionário dos movimentos sociais em São Paulo não é um projeto de moradia, mas sim uma nova forma de pensar a cidade. O projeto de moradia implementou habitações de qualidade, autoestima, mobilização social e o sonho de construção de outra cidade com uma nova periferia. As principais características foram a formação de lideranças, o uso de tecnologia e a participação de assessorias técnicas atuando com os movimentos. O caso mais exitoso, em SP, é o da União da Juta que foi coordenado pela UNMP no meio dos

antigos conjuntos do BNH. O programa conseguiu implantar moradia com melhor qualidade habitacional, com cerca de 50m², diferenciando-se das construtoras que fazem casas com 40 m². Isto porque o lucro do programa vai integralmente ao beneficiamento do imóvel. Após a construção, o movimento foi buscar melhoria de infraestrutura junto à Prefeitura. Conseguiu-se uma creche, um posto de saúde e melhoria de transporte. Alcançaram, junto à CEF, a instalação de uma agência bancária. Este exemplo demonstra a força de um movimento social como uma alternativa de conquista da moradia e dos direitos sociais. Representa também um exemplo de tecnologia social no âmbito da habitação. Todas as conquistas trazidas por um projeto de bairro foram compartilhadas com a região. Esse exemplo também mostra que existe outra forma de fazer habitação social, e é isso que os movimentos estão transmitindo. Através de uma leitura crítica, Lago (2011) coloca que o PMCMV e o PMCMV-E, mais uma vez, lançam os pobres à periferia urbana. Em São Paulo, os movimentos criticam e propõem uma solução, afirmando que “a maioria dos líderes da nossa base comunitária não querem morar no centro, eles querem suas casas na periferia para construir uma nova realidade de bairro”.

Para concluir este subtópico, o desejo dos movimentos sociais está expresso no *Manifesto Em Defesa da Democracia e da Participação Social*, dirigida ao povo brasileiro para defender a ética; a moralidade na gestão dos recursos públicos; a defesa da prática democrática e justa de celebração de convênios e parcerias entre os movimentos sociais, ONGs e os poderes públicos. Segundo a ONG FASE⁴⁶ (2011) a ascensão social e econômica dos indivíduos de baixa-renda, o empoderamento e a autonomia destes através de sua auto-organização coletiva, têm acuado a elite que deseja o retrocesso do processo democrático por ser uma ameaça ao seu poder de dominação. Sobre a política urbana, o Direito à Cidade e à moradia digna, o Fórum Nacional de Reforma Urbana expõe:

Defendemos a proposta autogestionária e o papel fundamental dos movimentos populares e demais entidades sociais na produção social de territórios de inclusão social. O PMCMV-E é fruto da histórica construção de movimentos, cooperativas e assessorias em parceria com o poder público e tem demonstrado resultados positivos, com moradias melhores e maiores, além de comunidades mais fortalecidas. Por um novo marco regulatório para as entidades da sociedade civil e movimentos populares - Brasília, 28 outubro de 2011.

Portanto, os problemas identificados em relação ao PMCMV, iniciado na gestão de Lula, permanecem no governo Dilma. A diferença é que a situação se agravou. Agora, o déficit não é somente de moradias, mas de cidades, de urbanidades e de democracia legítima. Os conjuntos habitacionais produzidos pelas empresas parecem guetos de não cidades. A exclusão socioespacial continua se agravando.

Como forma de mostrar que outro conceito de habitação é possível, os movimentos sociais estão, estrategicamente, preferindo morar nas periferias urbanas para contribuir na

⁴⁶ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

mudança da qualidade de moradia desses locais. A ideia consiste em fazer uma moradia com qualidade de projeto, de material construtivo e de forma participativa, o que significa ganho social. A exemplo do caso da União do Jataí (SP) que, além da casa, possibilita a busca por melhoria das condições de vida do bairro, através da reivindicação popular junto à Prefeitura e de melhoria dos serviços públicos. Esta visão tipifica uma proposta de tecnologia social para habitação, conceito que será ampliado no subtópico a seguir.

Em resumo, o que se percebe, ao longo das visões dos pesquisadores sobre o tema, expostos neste e nos subtópicos anteriores é que, no âmbito da produção da moradia pelo órgão governamental, a exemplo da ação do governo federal, percebe-se a superficialidade no trato da questão em se resolver o déficit habitacional acumulado ao longo dos anos devido à ausência de políticas e de recursos financeiros. Empreendeu-se esforços políticos e recursos financeiros para a solução do problema habitacional, vias programas federais (PMCMV e PAC), que não têm sido tratados na esfera da plataforma do PLANHAB e do Sistema do FNHIS. Essa forma de ação escolhida pelo governo federal expõe uma fragilidade de gestão das políticas urbanas para habitação social. E que os mecanismos de controle social e de planejamento participativo são mero mecanismos que não cumprem a sua função. Mais do que isso, demonstra que a política habitacional representa uma política 'de faz de conta'. Na contramarcha dessa ação, os movimentos sociais pela moradia, tem reivindicado justiça social no campo da habitação. Entretanto, ainda é um desafio romper com a cultura política clientelista e do poder das classes dominantes que determinam a política brasileira e distribuir de maneira mais igualitária os recursos públicos para que cheguem àqueles que mais precisam.

2.3. AGENTES DE PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL

Nas fases políticas expostas anteriormente, pretendeu-se demonstrar que, na trajetória da gestão da produção habitacional brasileira, houve quatro tipos de agentes dominantes que interferiam e interferem na produção do espaço urbano: o setor público, o setor privado, os movimentos sociais e o morador. A prática de cada agente determina o seu modo de ver o conceito de habitação social. Expõe-se, a seguir, o conceito visto por cada agente de produção da moradia.

O primeiro promotor de habitação social é o setor público, independente do nível, municipal, estadual ou federal. Para esses, de maneira frequente, o conceito de habitação social é compreendido como uma moeda de troca por voto. Albuquerque e Romão (2011, p.06) expõem as consequências dessa relação que mantém ativo o ciclo crescente e contínuo do déficit habitacional:

E ainda mais, pouco se fala da autonomia ou do protagonismo social das populações ou comunidades envolvidas neste processo. Em consequência, sem a inclusão dos agentes sociais a quem se destinam as habitações, há dificuldades na apropriação das unidades habitacionais recebidas. Este fenômeno favorece a substituição da população recebedora das habitações, mantendo o ciclo de perpetuação do problema (déficit habitacional).

Essa prática implica em grande visibilidade e fidelidade política por grupos sociais em estado de pobreza e de miséria que, sem uma visão consciente de seu papel como um sujeito politizado, ao trocar o seu voto pela casa, nega o seu direito social e democrático. Dessa forma, o cidadão, na busca imediata de solução para a sua necessidade particular, sujeita-se à situação e se aliena à visão do político, que, por meio ilícito e ilegal, dá continuidade ao clientelismo em período eleitoral:

Como na produção mercantil do *habitat*, fundamentada no lucro, a produção estatal do *habitat* fundamenta-se no voto. Lucro gera riqueza, voto gera poder. Em ambas as formas, o atendimento às necessidades da população constitui apenas o meio. Para uns, o meio de obter rendimentos financeiros, para outros, rendimentos eleitorais (DE LA MORA, 2007, p. 11).

Expostos estes aspectos, fica patente que a habitação social, segundo um conceito político, caracteriza-se como um meio de conquista de poder, o que tendencia a uma prática em que não se percebe uma vontade política em erradicar o problema histórico do déficit habitacional. Antes, a troca de casa por voto caracteriza uma prática política-eleitoreira mascarada pela doação da moradia como um fim social, mas a casa é, ainda hoje, apesar das conquistas e avanços democráticos, um meio de garantia de poder político. Acabar com o déficit habitacional é encerrar a arena de troca de favores políticos, e não parece ser interessante para aqueles que dependem do sistema político, afinal, como disse um entrevistado: se não tiver casas para negociar, quem vai votar neles? (ALVES, 2012).

A segunda forma de produção da moradia social é feita pelo setor privado, ou seja, pelas empresas da construção civil. As empresas da construção civil possuem o foco centrado na margem do lucro financeiro. O retorno financeiro não é ilícito, porém, tem sido frequente a realização do lucro em detrimento da qualidade construtiva da moradia. Como consequência, a qualidade física das habitações produzida pelo setor privado, especialmente, para famílias de baixa renda, desde antes do período do BNH até o PMCMV, tem demonstrado a precariedade da qualidade da construção das habitações, em especial para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. Como criticado por Rodrigues (2009), da União Nacional por Moradia, até hoje a casa popular produzida pelo setor privado ou pelo governo é aquela distante e pequena com padrões mínimos de habitabilidade, conforme se vê nos manuais da CEF. Mesmo diante desse fato, o governo tem priorizado a construção de grandes conjuntos habitacionais através das empresas e empreiteiras, o que parece fomentar as relações de fortalecimento de poderes entre aquele que contrata e aquele que executa a obra. Nesse tipo de produção de moradia, raramente, as famílias têm algum tipo

de participação no processo de produção de moradia. Como resultado, já exposto nos subtópicos anteriores, as famílias sentem dificuldade de se apropriar da casa. Tal é a relação de impessoalidade da família com a casa que acaba dificultando a adaptação no lugar e, também, para estabelecer vínculos sociais. A ideia recorrente nesse meio é que, por ser pobre, está sujeito a aceitar a casa produzida pelo setor privado. Ser pobre ou miserável não deveria significar sujeitar-se a determinados padrões de habitabilidade definidos pelos agentes dominantes. Caso os grupos sejam protagonistas do processo de produção da moradia poderia haver maior possibilidade de ganho social e uma maior tendência de aceitação da habitação por elas.

A terceira forma de produção da moradia corresponde às famílias que se encontram em risco social e que não possuem condições de assumir um financiamento habitacional oferecido pelo setor público ou privado. Essas adquirem um imóvel em loteamento periférico clandestino, desprovidos de infraestrutura e serviços urbanos, tornando-os excluídos dos direitos sociais e do direito à cidade, já conquistados desde a Constituição de 1988. Em melhores casos, o morador, a partir do seu laço social com parentes próximos e amigos, num esforço de ajuda mútua, recebe auxílio para a construção da sua moradia em regime de autoconstrução. Quando a família possui melhores condições financeiras, pode contratar mão de obra. Essa mão de obra poderá ser tão mais especializada (detentora de saber tecnológico), quanto maior o poder aquisitivo. Com o tempo, junto com outros moradores, reivindicam melhorias para o seu bairro. Essa forma é um jeito individual de resolver o seu problema de moradia. São moradias produzidas geralmente sem apoio técnico profissional, feita sem a direção de um projeto e de um planejamento da obra. São construções espontâneas que podem ocorrer em terreno próprio do morador em loteamentos nas periferias urbanas, ou são ocupações ilegais em terreno particulares ou em áreas de risco, a exemplo das favelas, vilas e cortiços. Atualmente, devido ao tempo de existência dessas habitações, muitas dessas situações de moradia vêm passando pelo processo de regularização do imóvel.

E por último, o quarto agente que atua na construção de habitação social são os movimentos sociais que, desde a década de 1980, vêm lutando de maneira mais organizada pelo direito à moradia digna. Ao longo do panorama sobre a política de habitação brasileira, verificou-se que o protagonismo social de comunidades como um meio de construção de moradias foram evidenciados em governos mais recentes, principalmente, sob a pressão reivindicatória dos movimentos populares urbanos pela moradia. Este agente utiliza o regime de autoconstrução para levantar as casas, através da força solidária de um grupo de sujeitos. A autoconstrução favorece o empoderamento dos grupos sociais na tomada das decisões políticas, na elaboração do projeto habitacional, na sua execução e

acompanhamento, de forma que este grupo, de fato, se aproprie da moradia e tenha acesso a todos os outros direitos sociais e ao direito à cidade. Evidencia uma forma de gestão democrática por meio da participação da população na formulação, na execução e no acompanhamento do projeto da habitação social. A ideia de protagonismo social inerente ao conceito de tecnologia e habitação sociais pode ser encontrada na moradia produzida pelos movimentos sociais.

Segundo De La Mora (2007, p.11), na construção de uma sociedade mais justa que busque eliminar as manifestações da exclusão, todos os setores sociais — empresários, governantes e membros de comunidades — devem esforçar-se para fazer uma mudança pactuada: “não se trata de negar a existência dos conflitos na sociedade, mas, de forma estratégica, transformá-los em propulsores de novos arranjos sociais e institucionais, com novos formatos de tecnologia social”. Então, o desafio da TS consiste em que os outros agentes sociais também se incorporem os fundamentos de TS para produção de moradia.

2.4. CONCEITO DE HABITAÇÃO SOCIAL PARA ESTA DISSERTAÇÃO

Conceituar tanto Tecnologia Social quanto Habitação Social expõe uma fragilidade conceitual, que não é consenso na academia, mas torna visível a complexidade que envolve estas expressões e aponta a necessidade de resolvê-los.

De uma forma geral, a Tecnologia Social tem suas raízes de existência em movimentos sociais que buscavam na tecnologia uma forma de promover uma vida socialmente digna a comunidades pobres. É consenso entre os pesquisadores do tema de que a tecnologia social seja vista como uma forma promotora de inclusão social e de transformação da vida por meio do protagonismo de grupos sociais, como exposto pela visão de Dagnino (2010). Dessa forma, a organização social, ou os movimentos sociais que lutam pela moradia digna, representam uma forma de tecnologia social para esta dissertação.

A questão do protagonismo é central para o nosso conceito de Tecnologia Social, conforme analisado por Feenberg (2010). Como vimos, quem maneja a tecnologia exerce domínio e controle sobre ela. A tecnologia é também um meio de produção. No caso da habitação social, podem-se citar as experiências autogestionárias — os mutirões habitacionais são exemplos desta prática — os quais passaram a existir desde o início da produção da política habitacional brasileira⁴⁷. Porém eram práticas isoladas e, na maioria das vezes, feitas de

⁴⁷ Para esta dissertação, conforme bibliografia especializada sobre o assunto, a questão da política habitacional no Brasil inicia-se a partir do Período da Regência, fins do período colonial até hoje. É sabido que os índios e os povos primitivos que aqui habitaram, tinham a prática de produção da sua moradia, a qual também pode ser vista como um exemplo de tecnologia social, entretanto, que não será abordado neste estudo, o qual mereceria pesquisas mais aprofundadas.

maneira individual ou incentivadas pelo Estado. Em alguns programas, foram criadas alternativas de projetos de mutirão, no entanto, esta prática foi e é predominante pela classe de baixa renda e funciona como uma sobrecarga de trabalho na conquista do direito à habitação que, antes de tudo, é um direito humano.

Entre as décadas de 1960 a 1970, houve um redirecionamento parcial das políticas de desenvolvimento urbano e habitacional privilegiando programas alternativos, como a urbanização de assentamentos precários, a legalização da posse da terra e a parceria do Estado com a comunidade para promoção de habitação por meio do mutirão (MORAES, 2008). Nesse período, começaram a fomentar, no interior das burocracias públicas, os chamados programas alternativos ou inovadores através de um esforço criativo. Seus pressupostos fundamentais orientavam-se na necessidade de resolver problemas sociais com o menor custo possível, voltado para a superação das desigualdades sociais da população de baixa renda visto que os programas convencionais foram pouco eficazes.

O esforço criativo desta concepção consistia na busca de recursos na sociedade, já que os recursos públicos para este setor estavam escassos. No entanto, programas que possuem a natureza de estabelecer critérios inovadores, dificultam o desenvolvimento da sua implementação. Essas resistências levaram a desvios de sua concepção original, a exemplo da cidade de Belo Horizonte, onde se constatou a política eleitoreira nos programas habitacionais (DUTRA e CALIL, 1988). Fato que vem continuamente ocorrendo nas políticas habitacionais atuais.

No final da década de 1970, com a crise da modernização latino americana, ocorre uma contradição em relação ao mutirão e a autoconstrução, os quais passam a ser práticas recomendadas pelo Banco Mundial, embora quando se institucionalizou esta ideia, pouco se efetivou, prevalecendo mesmo à forma tradicional de construção. Pedro Arantes e Rodrigo Lefèvre observaram que o mutirão correspondia a um lugar de democratização e de conscientização quando se tem autonomia nas decisões na produção da moradia. Caso contrário, seria apenas uma forma exploratória, atrasada e barata de fazer casas. A crítica ao mutirão institucionalizado pelo Estado é o sinal que o Estado periferiza o capitalismo e que foi incapaz de reduzir o déficit (NOVAES; DIAS, 2010).

No âmbito acadêmico, ocorre uma análise crítica sobre a produção habitacional por arquitetos conscientes do seu papel e a prática do mutirão com participação social se configura como uma forma democrática de produção. As reflexões realizadas na década de 1960, por um grupo de professores que questionou a atuação do arquiteto e criticou sua prática profissional, em relação à tomada de decisões com consciência de seu papel como agente transformador dessa realidade merece ser destacada.

Esse ideário era defendido pelo Grupo Arquitetura Nova. Para este Grupo, o arquiteto

privilegiaria os processos de inclusão democrática das classes que lutam por controle social na política e a participação popular no processo produtivo da arquitetura. Eles criticavam o modismo, a alienação e as técnicas modernas importadas e propunha um sistema alternativo de produção da arquitetura, aliando técnicas populares ao saber científico, apontou também, a necessidade de reformulação de que o saber é poder, defendido por Bacon, conforme visto no Capítulo 01, para que a técnica não fosse um instrumento de dominação das camadas populares. Rodrigo Lefèvre introduziu no canteiro de obras a tecnologia de abóbodas, baseado na educação paulo-freireana⁴⁸, e desenvolveu um método construtivo e didático para ensinar e qualificar a mão de obra (NOVAES; DIAS, 2010). Esse fato demonstra a valorização da mão de obra e não no abuso da sua força de trabalho. Apresenta princípios do conceito de tecnologia social.

Sérgio Ferro, um professor referencial da FAU-USP, que participou deste Grupo, por razões impostas pela política do regime militar, deixou a universidade e imigrou-se para França, na década de 1970, levando consigo os manuscritos do livro *O Canteiro e o Desenho*, publicando-o em duas partes nos anos de 1976 e 1977. Em 1979 ele publica-o na forma de livro no Brasil. O livro de Ferro se caracteriza como uma obra teórica e crítica sobre a história do desenho arquitetônico como um elemento essencial de controle capitalista sob os empregados. O livro reflete o pensamento do Grupo Arquitetura Nova que pretendia trazer um novo enfoque de atuação no mercado de trabalho para os profissionais da área de arquitetura e urbanismo. Embora admitido por Sérgio que não é uma obra acabada, este novo enfoque teórico traz no bojo das questões a construção de uma nova relação entre o profissional e a comunidade. Para tanto, Ferro apresenta uma crítica sobre o processo de trabalho no canteiro de obras, como um sistema de trabalho capitalista que aliena o arquiteto e sobrecarrega o trabalhador. O operário é transformado numa espécie de complemento da máquina. Esse tipo de trabalho gera o desinteresse dos operários pelo processo construtivo e a ocorrência frequente de acidentes de trabalho no canteiro: 86,6% de acidentes com os operários contra 4,5% entre os técnicos. Na visão de Ferro, a casa, ou qualquer objeto arquitetônico, é um dos resultados do processo de valorização do capital, tornando-se mercadoria. Como no caso dos conjuntos habitacionais populares do BNH no Brasil, impõe uma ambiguidade inevitável: os salários dos trabalhadores sempre menor em relação sua força de trabalho, torna a habitação um peso para o operário que não possui condição de tê-la, situação que exige uma regulamentação e uma intervenção estatal. Ferro afirma que com o último dos salários, dele são exigidas todas as fadigas:

é força motriz e princípio operacional, transporta, empurra e eleva, e como prêmio, tem o menor dos tempos de vida e de trabalho, abaixo de todas as outras categorias socioprofissionais, bem como as doenças profissionais, por causa do uso do cimento

⁴⁸ Princípios de educação popular criados por Paulo Freire baseado na teologia da libertação.

do concreto e os vapores tóxicos da pintura de revestimento dão à construção o título de área mais perigosa da produção (FERRO, 2005, p. 74; 71; 87; 118).

Com o golpe militar de 1964, a Universidade de São Paulo (USP) foi fechada e o Grupo foi disperso, e essas ideias também. A partir de 1975, com o abrandamento da violência, professores retomaram a crítica e atuação na FAU-USP. Ocorre uma renovação do ensino da arquitetura, formaram-se um grupo de profissionais que se filiaram ao PT⁴⁹ e que posteriormente realizariam assessorias técnicas para os movimentos de moradia (NOVAES; DIAS, 2010). No entanto, a prática de produção da arquitetura, via mutirão com participação dos profissionais da área com a comunidade, e a integração de saberes técnicos e não-técnicos se constituem ainda, como um desafio na produção da ciência e da tecnologia contemporânea. Sobre este aspecto, o conceito de tecnologia social traz este contributo, de favorecer o diálogo entre os saberes, no entanto, há que se romper a tradição do ensino da arquitetura voltada para o mercado de trabalho e desenvolver uma arquitetura socialmente justa para àqueles que necessitam dela.

Com a transição para a democracia nos anos 1980, os movimentos sociais vão assumir o seu papel como interlocutores junto ao Estado na luta pela concretização dos direitos sociais e foram mudando sua postura de atuação. Nesta década, ocorrem as primeiras experiências de produção de casas pelos movimentos de moradia com a cooperação de todos (governo e comunidade) por meio do sistema de mutirão. A novidade da ação, em relação a práticas anteriores, consiste no financiamento dos recursos pelo Estado, tanto os materiais para construção quanto a doação do terreno através de uma reivindicação de um fundo público e a universalização do direito a moradia.

A experiência deste período revelou que o mutirão organizado pelos movimentos sociais permitiu o controle das decisões e a administração de recursos pelos moradores que construíram sua casa. Perdurou a ideia de existência de um controle popular sobre todo o processo de produção. É o movimento quem indica o local da ocupação, determina a demanda por projeto, decide como serão as casas; a organização de trabalho no canteiro; contrata trabalhadores; escolhe fornecedores; forma comissões de compra; escala coordenadores; faz assembleias; aprende a negociar com governo e a empresa. Nesses mutirões a participação de arquitetos críticos⁵⁰ é fundamental, visto que este facilita a manutenção da prática inovadora que favorece a sustentação do poder de organização dos movimentos sociais e dialoga, de forma acessível, o saber técnico para a população. A economia de recursos é um princípio importante nos mutirões autogeridos pelos movimentos sociais. Todos se preocupam em evitar o desperdício e com uma obra limpa e econômica (NOVAES; DIAS, 2010).

⁴⁹ Refere-se ao Partido dos Trabalhadores.

⁵⁰ Vale destacar que os arquitetos dos mutirões não foram influenciados pela arquitetura de Sérgio Ferro, Flávio, Rodrigo e Artigas (NOVAES; DIAS, 2010, p.130).

Essa prática reflete a aplicação do conceito de tecnologia social na produção da habitação social. Em contraponto, Ferro (2005) faz uma crítica ao poder do arquiteto capitalista. Seu domínio baseia-se no poder de representação do desenho. Armado do desenho, ele se torna senhor do canteiro de obras. As pranchas com os desenhos técnicos orientará o desenvolvimento da produção. Ele se antecipa dos gestos produtivos e priva o trabalhador de autonomia e da organização corporativa do trabalho. A história do desenho evolui subordinada à história das relações capitalistas, especialmente no canteiro de obras. A partir do século XIX, o desenho ocupa papel central como dominador do canteiro. O desenho se configura como um instrumento do capital, ou seja, o desenho é para a produção. Tipifica também um documento de trabalho com um sistema de código de comunicação e também de exclusão. Decodificá-lo é a chave da democratização da informação, o que contribui para eliminar as dificuldades do canteiro. O comando centralizador a partir do desenho favorece a separação e a exploração: a separação em trabalhadores parcelados e equipes de amplitude reduzida é condição para a dominação. Quanto mais se coordena (domina), mais mostra distância em relação ao operário. Fundamentalmente, o desenho é um instrumento de quem não espera a participação lúcida do operário (FERRO, 2005, p. 124; 157).

Vê-se que a crítica de Ferro, em relação ao canteiro de obras se assemelha ao mutirante, ambos são sujeitos sobrecarregados de trabalho para a produção da habitação, e este fato, demonstra que a divisão de trabalho no canteiro ou nos mutirões autogeridos, que explora a força de trabalho operária, reflete a produção desigual da habitação. A luta para que o operário ou mutirante participem consciente e decisoramente do processo de produção da habitação, é uma questão tratada desde há décadas. Aplicar os princípios da tecnologia social para a moradia, entendida como aquela produzida por um grupo mobilizado e consciente do seu papel como transformadores sociais, alinha-se na mais relevante tradição de discussão no campo da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil.

Para tanto, ao revisar a bibliografia sobre o tema de tecnologia e habitação sociais, foram identificados aspectos importantes que remetem ao processo de produção de uma moradia, que podem ser vistos como diretrizes da tecnologia social para habitação:

- i) O grupo social contribui na definição de parâmetros do projeto da moradia e do conjunto habitacional;
- ii) escolhem a tecnologia que desejam empregar;
- iii) organizam-se coletivamente para construção da moradia;
- iv) exercem a gestão e execução da obra de maneira compartilhada;
- v) lutam para garantir seus direitos sociais e democráticos de inclusão social da moradia na cidade, ao cobrar do poder público, serviços e infraestrutura urbanos;

vi) todos contribuem para conservação do espaço físico da moradia ou do conjunto habitacional.

A questão da moradia social não se trata somente do indivíduo obter uma casa, um produto físico que contém tecnologias construtivas diversas, mas sim quando ocorre um ganho da casa somado a um ganho social. Esse ganho social pode ser de várias formas como ganho: democrático, de cidadania, de capacitações e de oportunidades que permitam a obtenção de renda para sustentabilidade da vida e acesso às oportunidades que a cidade oferece — como serviços e infraestrutura urbanos —.

Neste sentido, ao se buscar um conceito de habitação que se alinhe à proposta da Tecnologia Social, identificou-se na Produção Social do Habitat (PSH) um conceito compatível. Tal ideia está baseada na habitação como um *habitat*, em que os indivíduos crescem, reproduzem e têm suas necessidades supridas, tendo acesso aos seus direitos, além da habitação digna através de um processo de autogestão. Essa autogestão pode ser uma parceria de vários agentes sociais, mas que possuem como foco único, uma moradia em condições de habitabilidade.

Esse conceito teve origem em 1976 a partir da organização não governamental *Habitat* para Humanidade (HPH) americana. No Brasil, foi criada em 1992 a HPH, que tem atuação em vários estados brasileiros. Moraes (2008) coloca que o protagonismo da sociedade civil na produção da moradia é reconhecido como Produção Social do *Habitat*, ideia pactuada na Agenda *Habitat* e na Carta Mundial do Direito à Cidade. A produção social da moradia pela sociedade civil como protagonista do processo, tanto individuais e familiares quanto coletivamente organizados, como mutirões, cooperativas habitacionais e pelo financiamento de soluções habitacionais são exemplos de tecnologia social para habitação e de PSH. O objetivo tanto da PSH e da TS para habitação consiste em satisfazer as necessidades individuais e coletivas, promover a construção de um *habitat* sustentável e contribuir para o fortalecimento da solidariedade, dos laços sociais, da cidadania, das economias locais, do protagonismo de famílias, comunidades e grupos.

O conceito de produção social do *habitat* traz, no seu bojo, a busca do direito à arquitetura habitacional de qualidade e ao direito ao urbanismo, ao considerar o espaço valorizado no entorno da casa. Portanto, a perspectiva é apontada para uma visão abrangente e sistêmica sobre o acesso à moradia, envolvendo outras dimensões como: saneamento ambiental, regularização fundiária, mobilidade, transportes e acessibilidade; acesso a equipamentos e espaços públicos de educação, lazer e cultura; e relação entre localização da casa, oportunidades de trabalho e renda. Um conceito que se alinha com o da habitação social como *habitat*, já exposto anteriormente na PSH, é o de moradia adequada trazida por Rolnik (2009) que a define não apenas como um conjunto estável de paredes e teto, e sim uma

moradia que esteja articulada no contexto urbano capaz de garantir o acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico que a cidade oferece. Verifica-se, nesta abordagem, a semelhança com o conceito da PSH, que possui características que se alinham ao conceito de tecnologia social, em que quem está no controle do processo e quem viabiliza é a própria sociedade numa gestão compartilhada com órgãos institucionais e governamentais.

A participação social é uma característica inerente do processo de geração da tecnologia social para a moradia, por isso é importante compreender também em que nível se dá a participação social no processo de construção da moradia na PSH. Devido à convergência conceitual entre a questão da Tecnologia Social e a PSH, que se caracterizam como processos participativos, a escala de níveis de participação num processo, desenvolvido por De La Mora (2007) se compatibiliza com a abordagem conceitual desta dissertação. As formas de participação podem ser medidas através de sete níveis, em que o último nível corresponde ao mais alto grau de participação:

- 1) **Omissão.** As pessoas não participam porque não têm interesse ou não lhes foi permitida a participação. Esse grau não tem a menor utilidade.
- 2) **Presença passiva.** Ocorre quando as pessoas estão presentes, mas não se manifestam, não expressam suas ideias, nada propõem e muito menos decidem. Apenas ficam observando o que os outros fazem, falam ou decidem. Esse grau de participação é bastante comum, principalmente entre grupos mais desorganizados. E é muito perigoso, uma vez que o promotor do processo pode afirmar que o projeto é democrático porque muitas pessoas assistiram a determinada reunião, mas, na realidade, o único que falou e decidiu foi ele.
- 3) **Informação.** O participante pede ou oferece uma informação. É o primeiro grau da participação ativa, mas é ainda insuficiente para fundamentar um verdadeiro processo de Produção Social do *Habitat*.
- 4) **Opinião.** Este é um grau superior ao anterior, porque demonstra que a pessoa está informada e tem capacidade de expressar seu pensamento.
- 5) **Proposição.** Grau ainda mais alto de participação, porque o participante, ao possuir uma informação mais segura, se anima a fazer uma proposta concreta.
- 6) **Exigência.** Quando alguém tem certeza de que sua proposta tem fundamentos legais, científicos, políticos ou de qualquer outra ordem, estará em condições de exigir o seu acatamento.
- 7) **Decisão.** Quando aquilo que é encaminhado pelo participante é acatado pelo grupo e pelos interlocutores, pode-se dizer que foi atingido o mais alto grau de participação (DE LA MORA, 2007, p. 14).

Observando de maneira detalhada os níveis de participação social, percebe-se o quanto é gradual essa relação de participação dos indivíduos nos espaços de discussão coletiva na esfera de um processo democrático de Produção Social do *Habitat*. Como vimos, a participação das pessoas, no nível decisório, expressa a ideia de autonomia e de protagonismo que a TS deseja.

Portanto, a ideia trazida do conceito da PSH posta pelos movimentos sociais e de moradia adequada de Rolnik (2009) representa o marco conceitual definido para esta dissertação em relação à Habitação Social. A importância deste conceito está em valorizar o ser humano em detrimento da casa ou da tecnologia empregada. O valor dos conceitos abordados em habitação e tecnologia está na palavra social. É a organização social que comanda o

processo e define a tecnologia que deseja usar.

Assim, o conceito de habitação social associado à tecnologia social é aquele que vem sendo protagonizado por um grupo coletivo de pessoas que tem interesses e propósitos comuns, que buscam por melhorias nas condições de qualidade de vida do *habitat* humano, da casa e do bairro onde mora. Este conceito pretende oportunizar melhorias das condições do modo de vida de um grupo social em relação à moradia e de conduzi-los ao acesso ao direito à cidade. Para garantir esta conquista, ocorre um travamento de luta social através dos movimentos sociais pela moradia e pelo espaço urbano. Isto porque esbarra no poder de tomada de decisões de outros agentes dominantes da sociedade que buscam o lucro no atual sistema capitalista, conforme vimos exposto por Dagnino (2010), no capítulo anterior, em que a questão econômica é priorizada por este grupo dominante.

Essa relação visa enfatizar que o processo de produção de moradia social é um meio de proporcionar situações em que será necessária a tomada de decisões na esfera do coletivo, a exemplo da elaboração do projeto participativo, a escolha da tecnologia, a construção da moradia e a fase de pós-moradia. Por ter esse cunho tecnológico, esta proposta pode ser reaplicada em qualquer lugar, desde que busque aumentar as possibilidades de inserção social e a conquista da cidadania pela população pobre historicamente excluída. A ideia de ser protagonista do processo de construção da moradia sugere a autonomia e a emancipação social propositiva e deliberativa na escolha da tecnologia, da técnica e do seu processo de desenvolvimento. Assim, este processo propicia a transformação de vida dos indivíduos e a sua valorização no contexto socioespacial da moradia e na cidade.

Em resumo, a conexão dos conceitos de Tecnologia Social, a Produção Social do *Habitat* (PSH) e dos movimentos sociais está na característica de que os agentes produtores do espaço urbano tenham autonomia na tomada de decisões na esfera do coletivo, ao se definir a tecnologia que se pretende, independente de ser ou não uma tecnologia inovadora. A própria possibilidade de escolha do uso de determinada tecnologia construtiva, definida coletivamente, já é uma tecnologia social para habitação. A tecnologia social é um produto, um processo, um método, uma técnica, uma metodologia, em que o grupo social define como usar e para quê. É um processo que transforma a vida de pessoas, por empoderá-las com conhecimento e saber compartilhados coletivamente. Dada a abrangência do conceito de tecnologia social, que envolve a questão do conhecimento, do saber popular, de tecnologias e inovações, tal possibilidade pode ser utilizada por qualquer público alvo, não somente por àqueles em estado de pobreza e de miserabilidade.

A limitação conceitual em usar a Tecnologia Social direcionada àqueles em estado de vulnerabilidade social precisa ser revista. A Tecnologia Social poderia ser potencializada como uma estratégia para enfrentamento dos conflitos de interesse nas negociações das

políticas habitacionais brasileiras, o que simbolizaria uma inovação no campo da Habitação Social. Tendo como referência a escala de participação de De La Mora (2007), a TS poderia promover uma participação no nível mais elevado, sendo um espaço para tomada de decisões. Entretanto, a Tecnologia Social para ser amplamente utilizada como um conceito nas políticas públicas de habitação social esbarraria no poder decisório das classes dominantes, em especial, os agentes imobiliários do espaço urbano, que procuram deter o poder hegemônico na tomada de decisões. Superar esta tensão, no nível decisório, reflete a proposta do protagonismo e da autonomia, intrínseco no conceito de TS, o que seria um ganho coletivo no campo da Habitação Social.

CAPÍTULO 03. DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

Este capítulo descreve os objetos de análise desta dissertação, os conjuntos habitacionais Jardim das Paineiras, localizado na cidade de Arapiraca (Alagoas), e o conjunto Bom Sucesso, localizado na cidade de Fortaleza (Ceará). Visa introduzir um conteúdo sistematizado no intuito de promover uma compreensão geral dos casos, que serão comparados e avaliados no próximo capítulo.

Os principais aspectos abordados neste capítulo são: a proposta do projeto de intervenção de comunidades em área de risco; a participação social da comunidade nos projetos e a tecnologia construtiva empregada.

Este capítulo também aborda a respeito do perfil dos entrevistados selecionados para este estudo. Metodologicamente, a descrição dos casos partiu do conteúdo extraído das entrevistas somadas a outras informações relevantes de documentos oficiais das instituições governamentais e sociais. Para a organização do conteúdo das entrevistas, utilizou-se a técnica da decupagem, que consiste numa técnica de registro de transcrição de falas do entrevistado, utilizada pelos profissionais da área de comunicação social, em especial, da área de produção de áudio e vídeo. É um quadro, em que se registram e se inter-relacionam os temas/assuntos principais e o tempo gravado, ou seja, corresponde a uma ação de cronometrar e organizar o conteúdo das entrevistas, facilitando a seleção de textos. No Apêndice C encontra-se apresentado um exemplo desta técnica.

3.1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS CASOS

Para avaliar a questão da tecnologia social para a habitação, foram definidos critérios balizadores para a seleção dos casos:

1. Grau de mobilização social – significa o quanto o grupo social está organizado para resolver os seus problemas em relação ao espaço urbano do conjunto habitacional onde mora. Este critério simboliza o nível de protagonismo social encontrado em cada caso. É um meio balizador para comparar realidades de grupos sociais de projetos habitacionais distintos, sendo que será comparado um processo de mutirão com um processo de intervenção governamental. O pressuposto desta dissertação consiste na ideia de que quanto mais organização social, mais conservação do espaço físico do espaço urbano em torno da habitação. Então, para avaliar a questão do nível de organização social, foram definidos dois casos de comunidades habitacionais no Nordeste, sendo um caso de grupo com mobilização social reduzida e o outro

com mobilização social ativa. Entende-se por Grupo com Mobilização Ativa aquela que tenha mobilização social contínua desde a implantação do Projeto até o momento atual, em que a comunidade continua atuante na busca de solução dos problemas decorrentes da moradia e dos espaços públicos e coletivos. Enquanto Grupo com Mobilização Reduzida, o grupo social que se encontra desmobilizado, enfraquecido e que pouco tem buscado resolver os problemas no conjunto habitacional de maneira coletiva.

2. Grupo com vulnerabilidades sociais – corresponde a um grupo que tem algum vínculo social, assentado em área de risco ambiental. Famílias que viviam em assentamento habitacional precário e tiveram a oportunidade de participar de um projeto de intervenção urbana e habitacional em parceria com instituições governamentais ou sociais.

3. Diretrizes dos projetos urbanístico e arquitetônico aproximados – os aspectos da similaridade das realidades sociais na habitação; o perfil dos grupos sociais contemplados (grupos sociais provenientes de áreas de risco) e processos de intervenção urbanística com gestão participativa, contribuíram na escolha dos casos.

3.2. RECORTE ESPACIAL DO OBJETO DE ESTUDO

Inicialmente, pretendeu-se selecionar dois estudos de casos no Estado de Alagoas para contribuir com os estudos sobre a questão habitacional no Estado. Devido à ausência de um caso de mobilização social ativa em Alagoas, informado por professores e pesquisadores especializados na área habitacional, adotou-se a região do Nordeste como recorte espacial .

Nesta procura, obteve-se a colaboração da Dra. Débora Cavalcanti, que proferiu uma palestra no Seminário de Integração para o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Alagoas. O convite partiu da Professora Dra. Regina Dulce Lins que conduziu a disciplina no curso. Débora Cavalcanti explanou sobre a sua participação no Programa Comunidades, desenvolvido pela ONG Cearah Periferia e demais parceiros institucionais, em Fortaleza (CE), relatando a experiência do Programa Comunidades como um exemplo de tecnologia social. Essa experiência foi premiada pela ONU⁵¹, no HABITAT II, como uma prática real de sucesso para o assentamento habitacional de famílias pobres. Devido ao atual estado de desmobilização social dos mutirões do Programa Comunidades,

⁵¹ Organização das Nações Unidas.

a ONG indicou o conjunto habitacional do Bom Sucesso, localizado na periferia urbana da capital Fortaleza, como um caso recente de mobilização social através do mutirão.

Em Alagoas, foi selecionado como estudo de caso, o conjunto habitacional Jardim das Paineiras, localizado em Arapiraca (AL), construído de forma convencional, ou seja, pelo poder público municipal. Este caso foi o primeiro grande conjunto habitacional popular na cidade financiado por recursos federais e internacionais da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Programa Habitar Brasil/Banco Interamericano de Desenvolvimento (HBB/BID) respectivamente. Este caso partiu da escolha pessoal da pesquisadora, devido à proposta habitacional ter princípios de sustentabilidade urbana e social, tanto na concepção do projeto, quanto na sua implementação. Na época de execução desse projeto, a pesquisadora atuou como técnica na Secretaria Municipal de Planejamento. Esta Secretaria foi a responsável pela coordenação e pela gestão do referido projeto. O contato indireto com o caso, visto que a autora deste trabalho, a mestranda, não teve atuação no projeto, o que despertou a vontade de conhecê-lo, dado o diferencial dessa proposta habitacional que envolveu a participação social e que trouxe um impacto nas políticas locais.

3.3. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

As entrevistas foram realizadas com indivíduos que exercem ou exerceram algum tipo de liderança no grupo social, não necessariamente precisariam estar instituídos por um cargo oficial, mas que fossem reconhecidos pela coletividade como uma pessoa importante nos conjuntos habitacionais, e que estavam aptos para transmitir informação a respeito do processo da ocupação, do projeto, da execução da obra e das iniciativas para a busca e soluções coletivas para problemas do assentamento. As entrevistas foram feitas com pessoas adultas que participaram de alguma etapa do processo de elaboração, construção ou implementação de melhorias nos conjuntos em análise.

Foi planejada a realização de dez entrevistas para cada assentamento. Este número foi mensurado de forma estimada, pois, como os entrevistados seriam por indicação, acreditava-se que este número seria um horizonte quantitativo, o qual dependeria da dinâmica da organização social. Entretanto, tal meta foi superada. Vinte e três indivíduos foram entrevistados, sendo onze do Jardim das Paineiras e doze do Bom Sucesso.

No caso do Bom Sucesso (CE), a ONG Cearah Periferia contribuiu na indicação dos entrevistados. Também houve a contribuição dos próprios entrevistados que apontaram outras pessoas relevantes. No caso do Jardim das Paineiras (AL), os entrevistados foram indicados pelo presidente da Associação Comunitária do Jardim das Paineiras, José Paulo

da Silva, e também ocorreu a indicação pelos próprios entrevistados.

No total, foram vinte e duas entrevistas realizadas, sendo onze entrevistas para cada caso. Foi feita uma entrevista inicial com Débora Cavalcanti, que contou a experiência da situação dos mutirões habitacionais de Fortaleza (CE) e quem fez a ponte de comunicação entre a mestrandia e a ONG Cearah Periferia. Esta entrevista não está contabilizada no caso de Fortaleza, corresponde à entrevista número vinte e três, devido à fala de Débora Cavalcanti não abordar o caso cearense do Bom Sucesso. No Apêndice C encontra-se a decupagem da entrevista com Débora Cavalcanti. E no Apêndice B encontra-se a relação dos entrevistados do caso do Bom Sucesso.

Quantitativamente, no caso do Jardim das Paineiras (AL), dos onze entrevistados, cinco são moradores no conjunto. Desses, dois são líderes comunitários e três são cidadãos engajados. Os seis entrevistados complementares não são moradores, sendo: dois cidadãos engajados no movimento de luta da comunidade; um líder comunitário; e três profissionais. No Apêndice A encontra-se a relação dos entrevistados do caso Jardim das Paineiras.

Em relação ao Bom Sucesso, dos onze entrevistados, três são moradores no conjunto. Desses, dois foram antigos líderes comunitários e um está na posição de liderança comunitária. Dos oito entrevistados complementares, seis correspondem a profissionais; um líder comunitário que habita no bairro; e um cidadão engajado no movimento de luta da comunidade.

De uma forma geral, cada entrevistado foi identificado segundo o seu perfil como líderes comunitários, cidadãos engajados e profissionais do terceiro setor ou do poder público. Segundo a visão dos grupos sociais, um líder comunitário é àquele reconhecido oficialmente como presidente da associação comunitária. O cidadão engajado corresponde àqueles que lutam por melhorias habitacionais, possuem perfil de líderes, entretanto, não ocupam cargo oficial de líder de uma associação, ou seja, são militantes das causas sociais. E os técnicos são aqueles que exerceram um papel profissional específico na construção ou implementação dos projetos de intervenção.

Para resguardar a identidade de cada entrevistado, foram criadas categorias tipológicas para que o leitor compreenda de que ponto de vista fala o entrevistado. Neste capítulo, evidenciou a fala dos entrevistados que contribuíram para fundamentar a experiência de cada caso e, por esta razão, nem todos os entrevistados deram este contributo. Assim, nos quadros seguintes estão apresentadas a definição de categorias e os seus respectivos significados de acordo com o perfil do entrevistado.

Nº	CATEGORIAS	SIGNIFICADO DAS SIGLAS
01	CEMLC-1	Cidadão Engajado no Movimento de Luta da Comunidade-1
02	LC-1	Líder Comunitário-1
03	GP-1 ; GP-2 ; GP-3	Gestor Público-1; Gestor Público-2; Gestor Público-3

Quadro 07 - CASO 1 : Categorias dos Entrevistados do Jardim das Paineiras/AL.

Fonte: AUTORA (2014).

Nº	CATEGORIAS	SIGNIFICADO DAS SIGLAS
01	CEMLC-1	Cidadão Engajado no Movimento de Luta da Comunidade-1
02	PTS-1 ; PTS-2 ; PTS-3 ; PTS-4 ; PTS-5 ; PTS-6	Profissional do Terceiro Setor-1; Profissional do Terceiro Setor-2; Profissional do Terceiro Setor-3; Profissional do Terceiro Setor-4; Profissional do Terceiro Setor-5; Profissional do Terceiro Setor-6

Quadro 08 - CASO 2 : Categorias dos Entrevistados do Bom Sucesso/CE.

Fonte: AUTORA (2014).

3.4. CASO 1 – CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM DAS PAINEIRAS

A Pesquisa Piloto realizada para a disciplina de Avaliação Pós Ocupação (APO) no curso de mestrado, ministrada pelo Dr. Odair Moraes, que possibilitou um contato inicial da mestrandia com a comunidade, foi a primeira ação preliminar de investigação no campo prático, que pretendeu estabelecer a ponte de diálogo entre a pesquisadora e a comunidade.

A Pesquisa Piloto tinha um caráter experimental e testou um método de avaliação que consistia num questionário aplicado aos moradores que fizeram melhorias físicas em suas habitações com recursos próprios e àqueles que as conservaram em bom estado. Este teste foi balizador para definir a diretriz de abordagem do tipo de questionário a ser aplicado nos estudos de caso, em relação à perspectiva de investigação no levantamento de campo.

Além de ter possibilitado conhecer a realidade desta comunidade, a Pesquisa Piloto averiguou se este era um caso potencial para esta dissertação. Tal estudo revelou que dentre o universo das 10 famílias pesquisadas, ocorreu à apropriação da casa pelos moradores, da mesma forma que também identificou a existência de famílias que venderam as suas casas.

O documento técnico oficial da Prefeitura, em seu Volume I, apresenta a Proposta de Urbanização do Conjunto Jardim das Paineiras, revelando que os beneficiários tinham um “elevado nível de organização social” (PMA/UEM, 2002), porém, após alguns anos morando no conjunto, parecia que perdera esta identidade de laços sociais, da interdependência uns dos outros e a ideia de comunidade. A mudança das famílias para o conjunto habitacional enfraqueceu o nível de organização e coesão sociais, haja vista a dispersão de moradores que, segundo indicação estatística dos antigos moradores, quase 50% das famílias beneficiadas com a casa no conjunto não permaneceram no local e, essa dinâmica, descaracterizou a vida social. Devido à desmobilização social em virtude da transferência

das famílias para o conjunto, este caso foi *a priori* definido como de baixa mobilização social e indica a relevância do estudo deste caso.

3.4.1. Localização – As áreas de Intervenção do Projeto

No contexto regional alagoano, Arapiraca é considerada a 2ª maior cidade do Estado, segundo dados estatísticos de participação no PIB de Alagoas (6,28%)⁵², e possui uma população estimada em 216.108 habitantes⁵³, sendo considerada uma cidade de porte médio. A localização geográfica central contribuiu para Arapiraca ser, atualmente, uma cidade polo da região do agreste alagoano, consequência da oferta de comércio e prestação de serviços principalmente na área da saúde e da educação. Esse desenvolvimento atraiu famílias migrantes e negociantes à cidade, o que gerou a necessidade de se produzir habitação para os novos moradores.

Em relação aos desafios da dinâmica urbana, o município vem se desenvolvendo com os mesmos problemas que afetam as cidades brasileiras de médio e grande porte como: uma forte segregação socioespacial em virtude da perversa lógica do mercado imobiliário; fragmentação do tecido urbano; loteamentos clandestinos e irregulares, assentamentos precários e vilas; infraestrutura urbana deficitária; legislação urbana e fiscalização ineficiente para fazer o controle de uso e ocupação do solo urbano; problemas ambientais; depredação do patrimônio público; desemprego; violência; analfabetismo; pobreza e miséria.

A existência de habitações precárias no centro da cidade e em bairros adjacentes favoreceu a Prefeitura de Arapiraca a implantar o Conjunto Jardim das Paineiras destinado a famílias pobres que viviam em área de risco socioambiental desse entorno. Em relação à localização, o conjunto encontra-se inserido na malha urbana do bairro Senador Nilo Coelho, distante do centro urbano em torno de quatro quilômetros. Na época em que as famílias foram transferidas, o referido bairro estava em fase de expansão, situado na faixa espacial divisória entre o perímetro urbano e o rural. Segundo CEMLC-1 (2012), líder comunitário do bairro Manoel Teles, na época de implantação do conjunto, o Jardim das Paineiras era considerado “um sítio no fim do mundo. A área do entorno era ermo e havia pouca habitação”.

Segundo a técnica do projeto, o maior desafio para as famílias que foram contempladas com uma moradia neste conjunto foi o processo de migrar do centro da cidade à periferia. Fundou-se praticamente um bairro (GP-1, 2012). Essa diretriz do projeto reforçou a lógica

⁵² Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento de Arapiraca na publicação *Agenda 21 Arapiraca*, in: ROMÃO, 2008, p. 47.

⁵³ Censo do IBGE, 2011.

mercadológica de expulsar os pobres do centro, gerando as deseconomias urbanas, já de consenso coletivo na academia, como um conceito ultrapassado, em controvérsia, adotado ainda pelo governo (ver Anexo B – Projeto Urbanístico e Arquitetônico - deste documento).

Segundo a GP-2 (2012), a escolha do terreno nesta condição foi uma frustração muito grande para os técnicos da Prefeitura, da Caixa Econômica Federal e do HBB/BID, que promoveu muitas discussões polêmicas. Na época, foi feito um mapeamento de vazios urbanos e, como não havia Plano Diretor nem instrumentos do Estatuto da Cidade, a Prefeitura ficou sem respaldo de instrumentos legais que favorecessem a aquisição de um terreno nas proximidades do centro, o que demonstrou uma fragilidade jurídica da gestão do solo urbano da própria instituição pública. Porém, na negociação com os proprietários, identificou-se a inviabilidade nas negociações devido ao preço elevado dos terrenos nas proximidades do centro. Assim, só restou a alternativa de comprar terreno na periferia. Também foi questionado pelos órgãos financiadores, como a CEF e o HBB/BID, a possibilidade de reassentar as famílias na área de invasão. A comunidade do Caboje morava na passagem de drenagem natural pertencente à bacia do rio Piauí, e a comunidade do Manoel Teles vivia numa área de drenagem natural do mesmo rio. A existência desse componente ambiental nos terrenos tornou necessário o remanejamento das famílias para uma nova área.

Com a proposta de mudança do conjunto habitacional para um terreno distante, as famílias ficaram apreensivas em relação ao acesso à cidade, uma vez que iam a pé e não dependiam de transportes motorizados para ir ao centro. A Prefeitura conseguiu que, durante a realização da obra, houvesse a pactuação com a empresa que tinha a concessão de transporte público, como uma garantia de que haveria linha de ônibus que atenderia o conjunto. Este fato serviu para convencer as famílias, segundo relatou a técnica: “Também foi mostrado para eles o que era morar com qualidade de vida urbana: rua calçada, coleta de lixo, posto de saúde, escola, creche, associação comunitária e eles entenderam” (GP-3, 2012).

Após o remanejamento das famílias para o conjunto habitacional houve uma saída significativa das famílias beneficiadas. Segundo o CEMLC-1 (2012) estima-se que 50% das famílias são novas e que conseguiram comprar ilegalmente uma casa no conjunto. De uma forma geral, o êxodo das famílias do conjunto se justifica por não conseguirem se adaptar a distância da habitação no conjunto. Como muitas pessoas que viviam na favela eram pedintes e dependiam do Centro para sobreviver e ter o seu sustento, passaram a ir a pé do conjunto ao centro da cidade.

Outro fator negativo que contribuiu com a saída de famílias beneficiadas foi o rompimento das ações de capacitação que a Prefeitura vinha realizando, especialmente, as que

pretendiam gerar inclusão social em relação a alternativas de emprego e renda. As pessoas se viram isoladas e desamparadas com a saída dos técnicos do projeto e, sem a quem buscar apoio, a comunidade desacreditou da proposta e vendeu as casas.

Atualmente, a dinâmica de uso e ocupação do solo nas proximidades do conjunto, em função da urbanização do açude DNOCS⁵⁴, conhecido como o Projeto urbanístico do Lago da Perucaba, tem contribuído para o aumento do preço dos terrenos e das casas do conjunto do Jardim das Paineiras, os quais têm sido vendidos segundo a lógica do mercado imobiliário. Esta obra pública corresponde a um complexo espaço de lazer, onde vêm ocorrendo grandes eventos periodicamente. Esse empreendimento urbanístico foi vetor de crescimento da ocupação do solo do seu entorno, o que ocasionou a implantação de diversos loteamentos habitacionais do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, localizados entre a área do Lago da Perucaba e do Jardim das Paineiras. Então, o que antes era um local ermo, hoje, já apresenta uma densidade populacional mais representativa.

3.4.2. Perfil das comunidades beneficiadas

De acordo com o Plano Municipal de Habitação de Arapiraca do HBB/BID (2004), o conjunto habitacional Jardim das Paineiras foi formado pelas famílias pobres que viviam em habitações precárias provenientes de três grupos de famílias: a favela do Caboje, localizada numa área de risco socioambiental no centro da cidade, no bairro Senador Teotônio Vilela; famílias pertencentes ao bairro no entorno do centro, o Manoel Teles, provenientes das comunidades Quiçassa e Antônio Leite; e famílias provenientes do bairro Capiatã, adjacente ao Centro, assentamento Escorrego da Catita (ver Anexo B). Entre todas as famílias beneficiadas com o projeto, as que provinham do Caboje viviam em uma pobreza extrema. O próprio nome da comunidade já denunciava a sua condição. O termo Caboje significa um tipo de peixe de sarjeta e era como essas famílias se sentiam em relação à cidade: excluídos. Uma técnica relatou que quando eles migraram para o conjunto, ganharam autoestima e diziam “aqui é o meu lugar. Estou aqui desde o início, sou dono” (GP-1, 2012).

Segundo técnicos do projeto, nessas comunidades, havia 03 perfis básicos de famílias: 1) famílias próximas a áreas alagadas que queriam sair de lá, e tinham medo de sair, devido à ausência de um destino certo; 2) famílias que não queriam sair do local onde moravam porque eram pedintes no centro da cidade; 3) e famílias que não tinham nenhuma opinião formada. As famílias que queriam sair da área contribuíram com as assistentes sociais do

⁵⁴ DNOCS significa Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

projeto, a fim de convencer as outras famílias, juntamente com o Grupo de Referência⁵⁵. Para compreender um perfil geral das famílias, a técnica GP-3 (2012) descreveu:

Teve momento que cheguei a dizer que eram apáticos (...) qualquer coisa estava bom pra eles (...). Na fase da conclusão da obra que a gente chegou a ver, eles saírem da apatia (...). Eram carentes de tudo (...) não tinham expectativa de vida e nem esperança (...). Tanto fazia estar na lama como não estar.

Em relação às condições de sobrevivência, as famílias provenientes do Manoel Teles e do Caboje não tinham emprego formal e muitas viviam da mendicância na área do mercado público municipal localizado no centro da cidade. A pobreza era mais visível nas famílias do Caboje do que nas famílias do Manoel Teles. Na sua maioria, eram catadores de material reciclável ou donas de casa. Já no Manoel Teles, destacava-se a existência de garis que prestavam serviço à Prefeitura. Um líder comunitário lembrou que “alguns não tinham perspectivas de vida, eram alcoólatras e viviam do benefício do governo” (CEMLC-1, 2012).

A respeito das condições de moradia, as casas do Manoel Teles eram de alvenaria e, embora fossem construções espontâneas em área de invasão, tinham uma condição física melhor em relação aos barracos improvisados do Caboje. Na área do Manoel Teles, por ser uma região de nascente, minava água, por isso, foi denominada de área de risco socioambiental. Na fase de cadastramento das famílias, houve indenização às famílias que se opuseram a mudar-se para o conjunto. Um líder comunitário informou que entre todas as casas, apenas uma, localizada na parte alta do bairro, a Prefeitura não conseguiu indenizar, a qual se encontra subutilizada servindo de ponto de uso de drogas e de local de delinquências (CEMLC-1, 2012). Uma técnica disse que havia um alto índice de criminalidade na época (GP-1, 2012).

Está técnica lembrou que o Caboje era uma favela dentro da lama de um córrego. Na sua grande maioria, os barracos eram feitos de materiais de reciclagem como papelão, madeirite e plásticos. Era um quarto dividido em seu interior com panos para separar os ambientes. O Caboje era pra onde iam todos os excluídos da cidade. Assim como o Manoel Teles, também tinha um alto índice de criminalidade e a maioria das famílias era desestruturada, sem emprego formal e com problemas sociais – violência e vício, principalmente de bebida alcoólica. O CEMLC-1 (2012) disse que teve famílias que receberam indenização. Com a remoção das famílias e dos barracos da favela, a área se transformou no *Bosque das Arapiracas*, outra obra de intervenção urbanística pública considerada um eixo de lazer e de preservação ambiental.

Houve um trabalho técnico desenvolvido entre as assistentes sociais com a psicóloga do projeto, que buscou fazer com que a comunidade se sentisse co-autora das decisões. As

⁵⁵ O Grupo de Referência corresponde a um grupo de líderes escolhidos entre os moradores. Em relação à implantação do projeto urbanístico, este Grupo representava as famílias nas negociações junto a Prefeitura.

técnicas viram a necessidade e o desafio de criar o vínculo das famílias com a habitação e com as outras famílias provenientes de comunidades diferentes. Outra questão era o vínculo com relação ao ganho social do espaço urbano do conjunto. As técnicas procuraram mostrar a importância das famílias se fixarem e de se sentirem responsáveis por cuidarem do espaço da casa, do conjunto e de se apropriarem como donos dessa conquista. Também alertaram a respeito das restrições, caso eles vendessem, não teriam como conseguir outra casa pela Prefeitura ou pela Caixa Econômica Federal.

Acerca da integração de várias comunidades em um único projeto habitacional, uma técnica relatou: “tentamos sensibilizar e fomentar atividades de integração entre eles” (GP-1, 2012). O CEMLC-1 (2012) expôs que cada comunidade tinha o seu estigma de violência social e por conta desse pré-conceito não queriam juntar-se entre si. O Grupo de Referência achava importante interagir com as famílias que seriam contempladas com a moradia, pois, como seria por meio de sorteio, ninguém iria escolher o seu vizinho e também não haveria separação entre as comunidades. Então, o sorteio da casa, sem fazer distinção entre as famílias de cada comunidade foi uma forma democrática de promover uma socialização entre as famílias: “teve gente que gostou dos seus vizinhos e outros que não. Mesmo assim houve pouca troca de casas. Na sua grande maioria, as famílias se adaptaram bem e construíram novos laços sociais”.

É perceptível o baixo nível de organização social encontrado originalmente nas comunidades. Antes da mudança para o conjunto, as famílias das comunidades eram dispersas. Com a mudança, houve parcialmente uma união entre as famílias, que passaram a se ajudar mutuamente com aqueles que estavam passando por algum tipo de necessidade no conjunto. Conseguiram doação de alimentos através do projeto Mesa Brasil⁵⁶ e a doação de leite para famílias mais carentes. Mesmo diante deste esforço coletivo, segundo líderes e moradores, em torno de 50% das famílias não conseguiram se adaptar devido à dificuldade de sobrevivência no local. Não se organizaram socialmente para reivindicar da Prefeitura uma solução de geração de emprego e renda que desse uma sustentação para as famílias. Cada família foi, individualmente, resolvendo o seu problema. Assim, venderam a casa informalmente e passaram a morar nas ruas, ou alugavam quartinho em vilas no Manoel Teles, próximo ao centro da cidade. O preço do aluguel nesses quartinhos variava entre R\$100,00 a R\$200,00. Segundo relato de um líder comunitário, como as famílias recebiam o benefício do programa federal Bolsa Família, conseguiam pagar o aluguel, mas a dificuldade de sobrevivência permaneceu (CEMLC-1, 2012). Em contrapartida a esta observação, uma técnica defendeu a ação da Prefeitura:

⁵⁶ O Mesa Brasil é um projeto do Sesc que se constitui numa “rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício. Seu objetivo é contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza, em uma perspectiva de inclusão social”. (FONTE: <http://www.sesc.com.br/portal/Assistencia/Mesa+Brasil+Sesc/>).

Aqueles que permaneceram no conjunto estabeleceram vínculos sociais e estão numa organização mais consolidada em termos de família, e estão se desenvolvendo bem. Vejo essas pessoas mais agregadas e bem mais cidadãos do que nos tempos que viviam de forma precária (GP-1, 2012).

3.4.3. Aspectos relevantes do Projeto

Uma técnica relatou que Arapiraca não possui um histórico de movimentos e lutas pelo direito à moradia (GP-3, 2012). A proposta do projeto de intervenção da área partiu da iniciativa da Prefeitura. As comunidades eram carentes e não estavam socialmente organizadas para reivindicar uma solução para o seu problema admitiu o CEMLC-1 (2012). Entretanto, o LC-1 (2012), acredita que houve também, a participação de famílias neste processo, uma vez que pessoas dessas comunidades iam à Prefeitura reclamar da situação e da forma como viviam. Foi essa procura que despertou o interesse do poder público em promover uma solução ao problema. No início, as famílias não queriam e nem acreditavam no projeto, pois que receberam de políticos, durante muitos anos, a promessa de que sairiam dessas áreas insalubres. O trabalho contínuo das assistentes sociais do projeto e o apoio dos próprios moradores resultaram na aceitação das famílias das comunidades ao projeto, informou uma técnica (GP-2, 2012). Então, as famílias assinaram um termo de adesão ao programa. Outra técnica disse que essa mobilização foi bem sofrida junto às famílias, “um trabalho de convencimento corpo a corpo⁵⁷. Os técnicos da área social do projeto tiveram que se integrar as comunidades para que as famílias viessem a entender a proposta do projeto” (GP-1, 2012).

O Projeto habitacional Jardim das Paineiras foi contemplado com duas fontes de recursos financeiros e institucionais. Uma fonte de recursos foi o Programa Habitar Brasil/Banco Interamericano - HBB/BID, através de um convênio celebrado entre a Prefeitura e o Governo Federal com recursos internacionais no ano de 2000. Em Arapiraca, foi o primeiro programa habitacional com recursos financeiros internacionais. E a segunda fonte foi o Programa de financiamento do imóvel na planta pela Caixa Econômica Federal, afirmou o CEMLC-1 (2012).

A proposta macro do projeto de intervenção urbanística visava remover as famílias residentes em áreas de risco socioambiental para um conjunto habitacional dotado de toda infraestrutura básica, de equipamentos e serviços públicos, bem como a conservação das nascentes do rio Piauí. O Conjunto contemplou 582 unidades habitacionais e foi estimado para receber uma média de 2.328 pessoas (04 pessoas/família). O PEMAS – Plano

⁵⁷ Um grupo formado por assistentes sociais e pela psicóloga iniciou o trabalho social a partir de visitas domiciliares e conversaram com todas as famílias para que estas aderissem à proposta, então, houve uma relação direta de contato entre técnicos e beneficiários.

Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais - identificou 08 assentamentos subnormais e 02 ocupações caracterizadas como favelas. Foi realizado um mapa de hierarquização de todas as áreas com famílias que moravam em habitações precárias na área urbana. A partir desse estudo, identificou-se o Caboje e o Manoel Teles como as áreas de maior vulnerabilidade social. Para completar o número de habitações previstas no projeto, famílias de outras comunidades também foram contempladas. Entre todas as comunidades cadastradas, a maioria das famílias era proveniente do Manoel Teles, isso se deu devido a um trabalho de mobilização das lideranças locais que conseguiram identificar, em menor tempo hábil, um número considerável de famílias carentes de moradia nesta área, conforme lembrou CEMLC-1 (2012).

O tempo de execução do projeto foi além do previsto, ocasionando a frustração tanto dos técnicos quanto das famílias beneficiadas. A morosidade de cumprimento do projeto se deu principalmente através de impasses burocráticos da CEF em liberar os recursos financeiros do projeto ou, por vezes, impasses técnicos entre a CEF e a Prefeitura, o que dificultava o trabalho técnico. A Prefeita, na época, acreditava na equipe e muitos desses impasses foram resolvidos pela gestora maior. O processo de licitação da empresa para realização da obra de engenharia levou mais tempo que o previsto. Foram feitas duas licitações, o que levou um ano para o cumprimento dessa etapa. A etapa de elaboração dos projetos também consumiu um tempo considerável. Levou um ano e meio para aprovação entre os técnicos, a CEF e a comunidade. Outra ação que atrasou o cronograma da obra foi o movimento de terra que não estava previsto, bem como as medições de produção da obra que eram fiscalizadas pelos técnicos da CEF. Por fim, foram quase 10 anos desde a celebração do convênio com os parceiros, a implantação da infraestrutura do conjunto e a entrega das casas para as famílias. Os projetos foram desenvolvidos entre 2002 e 2003. Em 2004, iniciou-se o processo de construção do projeto urbanístico do conjunto, infraestrutura, casas, estação de tratamento de esgoto e o prédio da associação comunitária. Em 2007, ocorreu a mudança das famílias para o conjunto. E entre 2007 a 2011 foram concluídas as construções: do posto de saúde, da escola, da creche e da praça, relatou uma técnica (GP-3, 2012).

Outra técnica (GP-1, 2012) disse que durante esse tempo, o desânimo era corrente nas famílias, o que fazia com que as técnicas do projeto criassem estratégias de ânimo, constantemente, e isso se deu num processo desgastante, uma vez que os técnicos assistiam o sofrimento das pessoas de estarem no local insalubre e se sentirem impotentes diante da impossibilidade de resolver o problema. Por isso, houve uma rotatividade grande de profissionais em relação à forte pressão dessa realidade.

Uma técnica (GP-3, 2012) complementou que quando as casas estavam construídas,

realizou-se um plano de remanejamento das famílias para o conjunto. Vale destacar que, nesta obra, não houve a ocorrência de invasão por parte dos moradores nem por famílias não cadastradas pelo programa. Segundo relembra o CEMLC-1 (2012), “em 05 de abril de 2007, às 9 horas da manhã partiu a primeira mudança de uma família do Manoel Teles em direção ao conjunto”. As lideranças sociais do Grupo de Referência se dividiram nas comunidades, juntamente com as assistentes sociais, para organizar a mudança e orientar as famílias conforme o calendário de remanejamento.

3.4.4. Os Projetos Implantados e o Papel do ‘Arquiteto Social’

Conforme afirmação de técnicas do projeto (GP-2; GP-3, 2012), no âmbito da política habitacional brasileira, a experiência do programa HBB/BID no país serviu de base para a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e para a retomada da questão habitacional no Brasil que há muitos anos esteve à margem dessa discussão. Em Arapiraca, o PEMAS foi o documento produzido pela experiência do HBB/BID que serviu de referencial para a definição de diretrizes à política habitacional do Plano Diretor do município. Atualmente, também tem servido de referencial para o processo do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social.

O programa do HBB/BID tinha 02 grandes subprogramas específicos para habitação de cunho social: a Urbanização de Assentamentos Subnormais e o Desenvolvimento Institucional que consistia no fortalecimento da estrutura técnica da Prefeitura para tratar as questões de gestão urbana como desenvolvimento institucional, através de novas leis urbanas e do geoprocessamento. O Desenvolvimento Institucional previu instrumentos para que os técnicos e os gestores municipais compreendessem a problemática habitacional dentro do conceito do direito à moradia. A filosofia do programa HBB/BID era ampla: contemplava a casa associada a outros direitos como regularização fundiária, programa urbanístico com acessibilidade; equipamentos sociais (escola, creche, posto de saúde e associação comunitária). Em suma, a casa era sinônimo da inserção do indivíduo na cidade. A técnica GP-3 (2012) explicou o que seria a filosofia de vida trazida pelo HBB/BID em relação ao conceito de moradia digna com sustentabilidade social e urbana:

A gente dava a casa e as condições para que a família se mantenha naquela casa, tenha condição de pagar água, energia, fazer feira, ter acesso à escola, creche, posto de saúde e acesso ao mercado de trabalho, isso é sustentabilidade. Essa é a diferença para o PMCMV, que é só construção. (...). A questão social é que é o ganho do HBB/BID, de você trabalhar o cidadão, transformar a vida do cidadão na cidade.

O programa era destinado às grandes cidades brasileiras, mas, através de uma forte articulação política que Arapiraca tinha em Brasília, foi contemplada com o programa,

juntamente com mais duas cidades alagoanas, Maceió e Rio Largo, afirmou uma técnica (GP-3, 2012). Os projetos do programa do HBB/BID eram integrados e abrangentes. Esses contemplavam 5 eixos temáticos projetuais: 1) o projeto de urbanismo e arquitetura; 2) o projeto de engenharia (a obra em si); 3) o trabalho técnico social; 4) o projeto de pesquisa jurídica chamado de dominial e 5) o projeto ambiental. Para sua execução, os profissionais responsáveis por cada projeto, integravam-se e dialogavam relembrou uma técnica (GP-2, 2012). O programa também exigia uma equipe municipal multidisciplinar com dedicação exclusiva ao projeto. “A equipe técnica era enxuta formada por engenheiro civil, arquiteto e urbanista, advogado, administrador, assistente social e psicólogo” (GP-3, 2012). Havia capacitações em Brasília para todo o corpo técnico do projeto, tanto na CEF como na Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano do Governo Federal, visto que, na época, ainda não havia sido criado o Ministério das Cidades.

A pedido da comunidade, buscou-se descentralizar os equipamentos coletivos previstos no partido urbanístico, ao coloca-los em quadras centrais do conjunto e, também, otimizar as instalações (GP-3, 2012). Outras técnicas (GP-2; GP-3, 2012) descreveram que o projeto urbanístico previu toda a infraestrutura do conjunto e a destinação de áreas coletivas públicas e comuns, como creche, escola, posto de saúde, quadra esportiva, estação de tratamento de esgoto, um centro comunitário que correspondem às grandes quadras para dar um acesso melhor a todos. “E na chegada do conjunto, foi locada a praça, onde foi colocado o ponto de ônibus” (GP-2, 2012). Nas últimas quadras, foram criadas baias para que as famílias que tinham carroça de burro deixassem os animais. Na prática, essa ideia não funcionou e ficaram espaços ociosos. “Como a Prefeitura não criou a estrutura para colocar os animais, as famílias preferiram deixar dentro do lote, por questões de segurança” (GP-2, 2021).

Em relação ao traçado urbano, o estudo técnico da situação topográfica do terreno foi à linha mestra de definição dos sistemas viário e de drenagem pluvial. No final do terreno, havia o fundo do grande lote, uma nascente do rio Perucaba, numa área de preservação ambiental chamada de Maria Bonita, a qual estava prevista sua recuperação e a instalação de pomar com vários tipos de fruta para o consumo das famílias. Na possibilidade de produção de excedente de frutas, as famílias poderiam vendê-las e obter uma renda (GP-2; CEMLC-1, 2012). Uma técnica confirmou que neste local foi instalado o sistema de tratamento de esgoto (GP-2, 2012). Outra técnica (GP-3, 2012) esclareceu que as ruas foram desenhadas com largura ampla para trazer o significado de horizonte no espaço, já que as comunidades viviam comprimidas em espaços insalubres e sem perspectiva de vida. A amplitude da rua também significou instigar a visão de mundo dessas famílias e permitir que o horizonte da paisagem local pudesse contribuir para a comunidade sonhar, ou seja, o

“horizonte como uma perspectiva de mudança de vida”. Segundo a técnica GP-2 (2012), o partido urbanístico foi apresentado à comunidade pela arquiteta, assistentes sociais e pela psicóloga, o qual teve a aprovação pelo grupo social.

O Programa HBB/BID determinou um conteúdo programático com as mínimas diretrizes para a concepção do modelo da habitação. O tamanho do lote e da casa foi trabalhado com os beneficiários (GP-2, 2012). Outra técnica disse que os moradores questionaram o tamanho da casa (GP-3, 2012). Como havia uma limitação em financiar a moradia até 32m², o grupo social optou por ter uma casa do tipo embrião, com 01 quarto, sala, cozinha, banheiro e área de serviço e estar implantada num lote maior (8m x 16m), para que cada família pudesse ampliar futuramente. Caso aumentasse o tamanho da casa, seria reduzido o número de famílias contempladas pelo programa, então, o grupo social preferiu atender um número maior de famílias. A planta da casa permitia uma construção com mais facilidade de execução da obra para que as famílias pudessem ampliar a questão do segundo quarto, tema que foi bastante debatido. As plantas arquitetônicas da casa foram disponibilizadas para os beneficiários poderem ampliar a sua moradia. Outra questão é a regularidade do padrão arquitetônico da casa, que foi reproduzido um único modelo para facilitar o acompanhamento na planilha orçamentária e a redução de custos, apesar de terem sido desenvolvidos vários modelos tipológicos de plantas baixas. Este aspecto demonstra que o modelo de planta foi decidido pelos técnicos da Prefeitura, que definiram um modelo que facilitasse na execução da obra. Em relação à questão da tecnologia empregada, a casa foi formulada da maneira mais tradicional possível. Houve a tentativa de apresentar uma proposta de um modelo construtivo diferenciado, que seria a casa em estrutura de concreto pré-moldado. O grupo social não aceitou, optando pelo sistema construtivo tradicional de alvenaria e, a partir daí, não houve aprofundamento de outras possibilidades de novas tecnologias construtivas. Foram destinadas unidades habitacionais para pessoas com mobilidade reduzida. Houve dificuldade de identificar a demanda, porque as famílias tinham vergonha dos seus deficientes físicos, o que afetou na definição exata de quantidade de moradias. Para definição das 32 unidades implantadas no conjunto, utilizou-se o percentual nacional de 4%. Essas unidades tinham o banheiro acessível e a largura de vãos e portas diferenciadas conforme afirmou uma técnica (GP-2, 2012).

Apesar dos técnicos terem apontado à discussão do modelo da casa, outro entrevistado negou o fato. Segundo o CEMLC-1 (2012), não houve a discussão do modelo da casa junto às famílias contempladas com a moradia no conjunto. Apenas foi exibida a maquete de como seria o conjunto e, posteriormente, mostrada a planta baixa do modelo da casa já definida. As famílias só tiveram o direito de escolher o nome das ruas, que se deu por meio de processo de votação nas duas comunidades, a do Caboje e a do Manoel Teles.

Enquanto as casas estavam sendo construídas pela empresa contratada, as famílias receberam capacitações desenvolvidas pela equipe de profissionais da prefeitura e por profissionais contratados para o projeto. A maioria dos temas das capacitações foi indicada pelo Grupo de Referência como: curso de corte e costura; artesanato; cidadania; higiene pessoal; direitos e deveres; e como cuidar do patrimônio público. Inclusive, uma das condições das famílias em receber a casa era a frequência dessas famílias nesses cursos e nas reuniões do projeto lembrou um líder comunitário (CEMLC-1, 2012). Um entrevistado informou que o Programa HBB/BID ofertava a possibilidade da construção do conjunto ter-se dado através do processo de mutirão. Segundo a GP-2 (2012), “os indicadores socioeconômicos das comunidades conduziam a esta proposta, entretanto, era mais conveniente para a Prefeitura realizar uma licitação, devido ao seu *know how*, do que partir para esta proposta inovadora do mutirão”. Havia possibilidade de fazer mutirão, mas não havia capacidade institucional em fazê-lo. No caso de Arapiraca, seria uma proposta inovadora.

Acerca dos projetos socioambientais, a preocupação dos técnicos da Prefeitura era referente a dois aspectos: a gestão do projeto ambiental do conjunto e o uso de forma adequado do sistema de saneamento básico. Foram realizadas pesquisas de fauna e flora da região para compor a paisagem urbana, no entanto, em obras de grande porte, a Prefeitura acaba priorizando o trabalho de engenharia, deixando outros trabalhos em segundo plano, a exemplo do trabalho ambiental. Devido à preocupação com a questão ambiental, houve capacitações conduzidas por um ambientalista que visava orientar as famílias sobre como produzir uma horta com hortaliças e chá medicinais em garrafas PET⁵⁸, em seu terreno, destinadas à alimentação. A produção excedente poderia ser vendida pelas famílias em feiras livres. O ambientalista usava uma linguagem de fácil entendimento pela comunidade, motivando a participação das famílias no projeto. Uma questão bastante evidenciada nas capacitações refere-se à questão da higiene, visto que as famílias, já acostumadas a esta situação, viviam em locais insalubres, onde o esgoto passava dentro dos barracos. Como as famílias não conheciam o sistema de saneamento básico, quando passaram a morar no conjunto habitacional, descartavam o lixo no sistema de tratamento de esgoto doméstico, o que ocasionava entupimento frequente. Para solucionar tal problema, a Secretaria Municipal de Obras designou um grupo permanente de servidores públicos para cuidar desse aspecto somente no conjunto. O CEMLC-1 (2012) lembrou que as famílias foram instruídas em relação ao uso do espaço público da habitação de que não poderiam cimentar totalmente a área da frente e dos fundos do terreno, visando à drenagem natural no solo; não podiam construir muros; tinham que cuidar para manter o meio fio, a calçada e o jardim junto à calçada limpos.

⁵⁸ Poli (Tereftalato de Etileno).

O CEMLC-1 (2012) reconheceu que o projeto urbanístico não previu o uso comercial ou de serviços no conjunto habitacional, conquanto muitas famílias tivessem os seus mercadinhos e pontos de vendas nos bairros de origem. A falta de comércio na localidade, associada à proibição pela Prefeitura de realização de uma feira livre no conjunto, dificultou a apropriação das famílias pela casa e, conseqüentemente, a sua adaptação no conjunto, o que contribuiu para a venda das casas:

(...) Não pegaram amor pela residência porque a necessidade de sobrevivência que tinha era maior que a construção desse elo com a casa. Barriga vazia, não tem amor que sustente. Quando a Prefeitura diminuiu a fiscalização no conjunto, muitas casas passaram a estabelecer bares em suas residências o que auxiliou a fomentar a prostituição de menores (CEMLC-1, 2012).

Segundo relembra o CEMLC-1 (2012), o engenheiro da obra era grosseiro com as lideranças do Grupo de Referência e não dispunha da sensibilidade social que uma obra desse caráter precisava. Em relação ao arquiteto e urbanista, este teve limitações para interagir com a equipe de execução da obra. Havia uma dificuldade de integração entre esses profissionais. Uma técnica (GP-2, 2012) admitiu que num projeto de forte caráter social, o trabalho do arquiteto e do urbanista vira um coadjuvante pequeno, uma vez que este profissional precisa também ter sensibilidade social e o desapego dos projetos arquitetônicos e urbanísticos em detrimento das necessidades sociais e que os projetos técnicos não se caracterizam unicamente como o centro da realização da vida dos grupos sociais.

Em relação à qualidade da estrutura física da moradia, com um ano, começaram a aparecer problemas de rachaduras, devido ao emprego de materiais de péssima qualidade, conforme expôs o CEMLC-1 (2012).

3.4.5. Participação da comunidade no processo e o trabalho técnico social

No início do projeto, os técnicos da Prefeitura precisavam fazer um cadastramento das famílias na área de intervenção, e tinham medo de fazer sozinhos devido ao local ter os piores índices de violência em Arapiraca. Como estratégia, os técnicos convidaram lideranças da comunidade para auxiliar no cadastramento social. Essa ação deu certo, contribuindo para a criação de um Grupo de Referência por meio de uma eleição na qual participaram as comunidades. Foram escolhidos oito representantes: 04 líderes representavam a comunidade do Manoel Teles e 04 líderes representavam a comunidade do Caboje. O papel social do Grupo era representar a comunidade nas discussões com o poder público. Essas lideranças penetravam nas localidades e procuravam saber a situação real das famílias e identificar aquelas que precisavam de uma moradia. Eram lideranças que

tinham um olhar social para as comunidades. As 08 lideranças se reuniam antes de levar as demandas à Prefeitura. Essas lideranças simbolizavam “a voz e os olhos das comunidades” relembrou um líder comunitário (CEMLC-1, 2012). Em paralelo, as assistentes sociais da Prefeitura permaneciam em constante comunicação com a comunidade e com o Grupo de Referência explicando os rumos do desenvolvimento do projeto relatou uma técnica (GP-3, 2012).

Em relação à condição das mulheres neste projeto, era recorrente elas serem deixadas pelos seus maridos, querendo, por isso, aderir a qualquer projeto habitacional para ter uma segurança para seus filhos. A documentação saiu no nome da mulher. O HBB/BID trouxe esta inovação social, hoje, é lei. Em alguns casos raros, quando o homem ficou com os filhos, a casa foi cadastrada no nome dele, mas a preferência era no nome da mulher. Quando os futuros moradores, principalmente os homens, perguntavam o porquê ser dessa forma, a equipe de coordenação do projeto informava que era orientação do programa e eles entendiam (GP-3, 2012).

Durante o processo de construção do conjunto, havia duas reuniões semanais: uma reunião as terças-feiras à noite, na Associação de Moradores no Manoel Teles, e outra à tarde, acontecia com os moradores do Caboje, no CAIC⁵⁹, para as lideranças transmitirem a evolução do processo de construção das obras e resolverem pendências documentais junto às comunidades. O Grupo de Referência também auxiliou as assistentes sociais em animar as famílias, procurando integrar as comunidades do projeto através de eventos sociais em datas comemorativas como Dia das Crianças e Festas de fim de ano lembrou um líder comunitário (CEMLC-1, 2012). A participação da comunidade nas reuniões variava. Quanto mais eles viam a concretização da obra, mais eles participavam confirmou uma técnica (GP-1, 2012).

Havia um índice muito grande de pessoas desempregadas nas comunidades. Então, o Grupo de Referência buscou junto à Prefeitura a possibilidade de construir a sua casa no conjunto. Porém havia uma cláusula no contrato do programa habitacional do HBB/BID de que as habitações deveriam ser feitas por uma empresa. Assim, a possibilidade de produção autogestionária da habitação foi descartada. Na época, o Grupo conseguiu que a empresa empregasse 04 pessoas provenientes das comunidades. O desejo das famílias em construir sua própria casa era presente, no entanto, esta possibilidade não foi considerada na formatação do programa segundo informou um líder comunitário (CEMLC-1, 2012).

No início da fase pós-moradia, as famílias tiveram problemas de adaptação no lugar, em relação a distância com o centro e a falta de emprego, e também, houve uma dificuldade de relacionamento entre as comunidades remanejadas, as lideranças e o poder público. Como

⁵⁹ Centro de Atenção Integral à Criança.

as solicitações do Grupo de Referência passaram a não ser mais priorizadas pela Prefeitura, a comunidade começou a desanimar em relação ao projeto e a desacreditar nas lideranças. Este Grupo atuou até a mudança das famílias para o conjunto habitacional. Após, houve a ocorrência da primeira eleição na comunidade para o presidente da associação comunitária. Atualmente, o líder comunitário é acusado de tráfico de drogas, o que tem fragilizado a estrutura social organizativa da comunidade (CELM-1, 2012).

3.4.6. Principais reivindicações e a questão da regularização fundiária

Como a gestão participativa⁶⁰ era algo inovador em Arapiraca, as lideranças não tinham noção até onde poderiam reivindicar. Houve uma discussão polêmica com os representantes da Prefeitura e da Caixa Econômica Federal para que os terrenos que foram destinados à baía de animais fossem utilizados para construção de templos religiosos. As comunidades acreditavam que a presença de igrejas no conjunto poderia minimizar a violência e o vandalismo. Segundo os técnicos, nem o Programa do HBB/BID, nem a CEF previam a destinação desses espaços requeridos no conjunto para templos religiosos. Esta solicitação, amplamente reivindicada pelo Grupo de Referência, não foi atendida (CEMLC-1, 2012). Outra reivindicação social era saber onde estava localizado o conjunto Jardim das Paineiras. As comunidades passaram um ano ouvindo da equipe técnica a respeito do local onde seria o conjunto sem terem ido ao terreno. O Grupo pressionou o poder público para fazer visita *in loco*. Durante a construção, as famílias visitaram a obra 03 vezes. O CEMLC-1 (2012) lembrou: “você via a felicidade das pessoas, o choro em saber que um dia iriam morar ali”. Outra reivindicação foi em relação à entrega das casas às famílias. Devido ao atraso da obra, as comunidades já não tinham condições de permanecer na área de risco, dessa maneira, o Grupo, juntamente com as famílias, foram à Prefeitura e fizeram um ato reivindicatório. Mais de cem pessoas invadiram a Secretaria responsável pelo Projeto, para fazer pressão. Tal ato possibilitou um acordo entre a Prefeitura e as famílias em que eles assinariam um termo de aceitação no qual concordavam em mudar-se para as casas, mesmo com os equipamentos públicos e com as obras inconclusas. Foi definido também um calendário de mudança para abril de 2007 e assim ocorreu. A Prefeitura e a Caixa instruíram as famílias que, aquelas que tinham casa própria nas localidades, receberiam a documentação da casa em três anos. Já aqueles que moravam de aluguel, receberiam o documento de posse com cinco anos.

⁶⁰ A gestão participativa ou descentralizada refere-se ao processo democrático da participação das famílias na gestão compartilhada junto a Prefeitura.

Embora muitos tenham vendido a sua casa, os que ficaram e os que compraram, fizeram modificações para melhorar a sua moradia, ampliando a casa, adicionando mais cômodos, o que demonstra a apropriação das famílias pelas habitações. O projeto era bem querido na cidade. Quando, no início, começaram a vender as casas, as rádios locais apoiavam a Prefeitura, o que contribuiu para conter a venda das casas. Depois com a ausência de uma fiscalização mais ostensiva, passou a ocorrer à venda. Mesmo assim, a Prefeitura conseguiu segurar este processo por um ano e meio. Com a dispersão da equipe e a saída da fiscalização, intensificou-se a venda das casas (GP-3, 2012). Em relação às modificações no projeto original, no início, a fiscalização orientava para não fazerem muro de papelão ou outro material de reciclagem, que oferecia uma aparência de favela ao conjunto. Era uma sensibilização constante junto às famílias. Com a saída da fiscalização, os técnicos não conseguiram mais segurar essa prática (CELMC-1, 2012).

Em 2013, após 06 anos de moradia no conjunto, encontra-se em trâmite na Prefeitura, o processo de regularização fundiária, que pretende entregar, às famílias, o documento oficial, a CDRU – Concessão de Direito Real de Uso. A CDRU consiste num instrumento legal previsto no Estatuto da Cidade, no qual o morador tem a posse da casa, e não da propriedade, a qual é de domínio do poder público. Os documentos já foram produzidos, assinados pela Prefeita e pelos moradores. Os próximos passos serão a submissão da documentação ao Cartório e, posteriormente, a entrega do documento às famílias.

3.5. CASO 2 – CONJUNTO HABITACIONAL BOM SUCESSO

A escolha desse caso foi mais laboriosa, em termos de articulação social, do que a escolha do caso descrito anteriormente. Por isso, é importante relatar como se deu esse processo de escolha, antes da descrição do próprio caso.

Em outubro/2011, estabeleceu-se contato com Dra. Débora Cavalcanti, no sentido de ter a sua contribuição em apresentar a mestranda à ONG Cearah Periferia – Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos. A partir de então, Débora Cavalcanti sugeriu a produção de uma carta de apresentação do estudo, com seus objetivos e explicitando de que maneira a ONG poderia contribuir. Essa carta foi encaminhada à ONG em novembro/2011.

Nos meses seguintes, obteve-se a confirmação do apoio da ONG que nos levaria até um grupo social com elevado nível de protagonismo. Em fevereiro/2012, após a aprovação da metodologia de campo pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, foi possível realizar o levantamento de campo com o apoio da referida ONG, do

grupo social do Bom Sucesso e dos parceiros protagonistas deste projeto. O levantamento de campo consistiu na realização de entrevistas; no registro fotográfico do Bom Sucesso e na avaliação pela pesquisadora. Este mesmo levantamento foi realizado no Jardim das Paineiras.

No início do levantamento em Fortaleza, em uma reunião de apresentação sobre a pesquisa com os responsáveis pela ONG, esta indicou a comunidade do Bom Sucesso, situada na periferia de Fortaleza, por estar ainda mobilizada em relação às questões de moradia e pelo grau de pertencimento da comunidade pelo conjunto e também, pretendia-se que este projeto piloto se tornasse referência para outros mutirões habitacionais. Demais processos, como é o caso do Programa Comunidades e o Mutirão 50, que foram mundialmente divulgados pelo HABITAT II, encontravam-se sem a força social que outrora tivera. A ONG expôs a dificuldade de se ter uma comunidade mobilizada em fase de pós-moradia, e que, geralmente, as comunidades permanecem mobilizadas até a fase da construção da casa. Logo após, acaba ocorrendo o esfriamento da participação dos moradores nos movimentos sociais. Este é um desafio posto pela ONG em relação à questão da moradia em Fortaleza.

3.5.1. Localização – As áreas de Intervenção do Projeto

O problema da habitação popular é um grande entrave no desenvolvimento de uma das capitais internacionais do turismo do Nordeste, Fortaleza. O contraste da cidade com suas regiões periféricas são percebidos em seu tecido urbano. Os dados demonstram que, em relação ao Brasil, a Região Metropolitana de Fortaleza é considerada a região com a maior porcentagem de déficit habitacional, com 620 favelas, onde vivem mais de 700.000 habitantes, correspondente a um terço da população de Fortaleza (Cáritas Brasileira, 2002, p.09). Possui “79 áreas consideradas de risco às margens de rios, lagoas, recobrimo encostas de dunas e faixas de praia, próximas aos lixões, às vias férreas ou linhas de alta tensão, dentre outros” (Cáritas Brasileira, 2002, p.03).

Fortaleza, como muitas cidades do Nordeste, teve um problema urbano agravante, devido à ausência de um planejamento urbano adequado e à falta de políticas no campo habitacional, o que fez com que as pessoas migrassem para a capital. E, como a cidade não tinha programa habitacional para atender a demanda migratória, esse problema tem crescido pela ausência dessa política. As áreas sem infraestrutura urbana, como beira de rio ou lagoas, que, geralmente, costumam ser áreas insalubres no centro cidade, foram os locais de invasão das famílias pobres afirmou a CEMLC-1.

O entrevistado PTS-1 (2012) relembra a ação do Estado na produção dos mutirões e o

contexto de surgimento da proposta habitacional do Bom Sucesso pela ONG Cearah Periferia:

Na década de 90, o Estado teve um grande Programa de mutirões habitacionais que, na realidade, tratava-se de casas construídas por pequenos construtores, mas “este nome pegou por conta da experiência do Cearah Periferia com o Mutirão 50 e depois com o Programa Comunidades” que foi disseminado mundialmente. Mas o Governo do Estado e a Prefeitura assimilavam esta experiência de forma diferente, sem a rede de parceiros que a ONG mobilizava, e não considerava a questão urbana e social para amenizar as desigualdades socioespaciais. Então, o bom diálogo entre a ONG e a Prefeitura se dá até o Projeto Habitacional do Bom Sucesso, depois, as relações dessa parceria se estremececem. Isto porque, pós-BNH, o Estado passou a não assumir a sua responsabilidade na produção da política pública habitacional, o que fomentou a emergência do trabalho das ONGs em Fortaleza como agentes sociais que vão protagonizar a produção habitacional. Com a retração da atuação do Estado, as ONGs passaram a conduzir este processo através da autogestão dos mutirões habitacionais. Para ilustrar a falta de gestão da questão habitacional pelo governo, a Prefeitura não tinha um órgão que tratasse especificamente desse tema. Esse trabalho era feito pelas assistentes sociais da Fundação Social de Fortaleza que realizavam o cadastro das famílias e atuavam de forma assistencialista. Os mutirões que surgiram pós o período do BNH foram pequenos e vinculados a um clientelismo político, ou seja, um coronelismo urbano. E o Estado continuou urbanizando as favelas e comandando alguns mutirões, através das Sociedades Comunitárias de Habitações Populares.

O PTS-1 (2012) conclui que “os projetos dos anos 90 são pontuais, tapando pequenos vazios urbanos. Esta tipologia de pequenos projetos urbanos de mutirão combina bem com a ação do CEARAH Periferia, em relação também ao porte da intervenção, a exemplo do Bom Sucesso”. A diferença de atuação entre o governo e as ONGs foi o trabalho social desenvolvido nesses mutirões habitacionais.

Outro depoimento importante, da CEMLC-1 (2012) que fala sobre o protagonismo social em Fortaleza endossa a fala do entrevistado anterior:

Na ausência de políticas públicas no campo habitacional, surgiu a luta pela moradia social pelo movimento comunitário e das organizações sociais, e os mutirões tornaram-se o regime construtivo desse protagonismo social. As famílias ocupavam um terreno e se organizavam coletivamente. A própria Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FEBFF) nasceu dessa luta e pela falta de habitação, de infraestrutura e educação nos bairros. Com o passar do tempo, viram que, se juntassem mais associações de bairro, teriam mais força social para lutar por moradia e por outras políticas públicas. A Federação tem uma história de lutas pela moradia e de pessoas do movimento que chegaram ao cargo de vereadores e parlamentares em Brasília, a exemplo de Inácio Arruda. A instituição tem uma preocupação social com as famílias: se está passando por algum tipo de necessidade como emprego, comida, creche, saneamento, serviço urbano e infraestrutura. Por isso, a entidade cria um vínculo forte de relacionamento com as famílias dos mutirões e motiva as famílias a se associarem a essa luta e se engajarem na mobilização social pela moradia. Hoje, a dificuldade dessas entidades sociais é trabalhar de forma voluntariada. O povo está perdendo esta essência de lutar pelas causas sociais e de habitação em Fortaleza. Nesse contexto, a luta da casa é mais protagonizada pelas mulheres, porque elas que sentem mais a necessidade de ter a sua casa. O machismo do cearense é algo que essas mulheres enfrentam nessa luta. A mulher se sentia tão pressionada, por ter que morar de favor na casa da sogra ou sofrer com o marido que, pressionada por esta situação, ela decidiu entrar na luta pela sua moradia.

Em relação à política habitacional em Fortaleza, o governo não definiu nenhuma política local. Eles conseguiam a verba emprestada e faziam o projeto. Não se teve uma verba específica, nem programa para habitação social. Hoje, as famílias ainda não possuem o

documento de regularização fundiária da produção dos 50 conjuntos habitacionais populares implantados pelo governo. A Prefeitura desenvolveu alguns poucos projetos de regularização em algumas comunidades, mas o processo tem-se dado de forma lenta. Em período eleitoral, os governantes têm o costume de ir até as comunidades prometer o documento de posse da casa em troca do voto do morador. Quando cumpriam, davam a concessão do imóvel, onde a pessoa não tinha direito a nada, ou seja, tiravam o direito daquelas pessoas de estarem dentro daquela casa. Em relação à modalidade de produção de moradia através do regime de mutirões, o governo, atualmente, não tem mais realizado, causando tristeza aos movimentos sociais. As famílias estão recebendo casas prontas ou apartamentos pelo PMCMV. Segundo a CEMLC-1 (2012):

o nosso povo não está educado para morar em prédios. Está sendo um grande problema. Eles fazem modificações como se estivessem morando numa casa e não tem a preocupação com a estrutura do prédio, quebram paredes e ocupam espaços embaixo da escada, ou seja, acaba favelizando o espaço coletivo. Além disso, os conjuntos populares novos já estão com rachaduras e estão sendo feitos com materiais de péssima qualidade construtiva. E o governo não tem fiscalizado essas obras, nem cobrado dessas empresas o conserto das obras deficitárias.

Houve a discussão do plano diretor, mas, segundo a CEMLC-1 (2012), o governo não tem interesse em implementá-lo. Hoje, Fortaleza está envolvida com as grandes obras em virtude dos megaeventos da Copa, em 2014, e, nos locais onde possuem ocupações antigas, está havendo remoções de famílias de maneira forçada. O poder público não está respeitando nenhuma lei municipal ou estadual voltada à gestão do uso e ocupação do solo urbano. Existe uma lei orgânica municipal na qual as famílias podem ser removidas respeitando um raio de 1 km, no entanto, as pessoas estão sendo transferidas para bem mais longe. O PMCMV-Entidades, as entidades não estão conseguindo a aprovação da CEF, a burocracia tem imperado no travamento dos processos sociais que pretendem produzir moradia para as famílias de 0 a 3 SM, onde está concentrado o déficit habitacional. A CEF está produzindo conjuntos junto às empresas da construção civil e tem cobrado do poder público que apresente em um mês, um cadastro de famílias para quem possa destinar às habitações. Ou seja, produzem casa, sem saber para quem. Eles não estão preocupados com os vínculos sociais. E como as famílias precisam de moradia, submetem-se às condições impostas. Outra questão, os vendedores de drogas estão manipulando os conjuntos habitacionais, e o governo está omissivo diante deste problema que tem causado insegurança para as famílias admitiu a CEMLC-1 (2012).

O Plano Estadual de Habitação já foi aprovado. O Secretário das Cidades do Estado de Fortaleza não discutiu a política de habitação com os movimentos sociais. O governo municipal ainda não criou o Conselho das Cidades para discutir as políticas de desenvolvimento urbano e, entre elas, a habitação. “É uma irresponsabilidade atrás da outra em relação ao desenvolvimento urbano dessa cidade que vai receber a Copa” criticou a

CEMLC-1 (2012) e desabafou:

Outro problema ligado à Copa: o governo estadual aprovou uma lei na Assembleia Legislativa em que as famílias em área de invasão terão de sair imediatamente das áreas, receberão a indenização de R\$ 30 mil e serão removidas para uma casa ou apartamento quando o governo fizer e sem saber onde vão morar. Estão sendo tiradas de áreas centrais para áreas periféricas. Mas como, se essas famílias precisam de moradia de imediato? Nós do movimento social já reivindicamos de tudo: da vigília ao confronto na Assembleia. Mesmo estando em um governo de esquerda, onde se teve avanços em relação a políticas públicas, está havendo a cooptação dos movimentos comunitários pelo governo. O governo de esquerda não tem sido diferente em relação ao de direita. Tem cooptado do mesmo jeito, porque tem muitos líderes do movimento que estão em cargos políticos e isso tem atrapalhado a legitimidade do movimento.

Em relação à localização do conjunto, a comunidade não sentiu um impacto na mudança de local, porque foi deslocada para um terreno estável e seguro na outra margem do rio Maranguapinho. Os idealizadores do projeto se preocuparam em manter as famílias próximas ao local de remanejamento, pois como os parceiros do projeto compreendiam que havia um vínculo social entre elas e o local, como também um vínculo entre os vizinhos e o trabalho na área. Para tanto, foi feito um mapeamento de vazios urbanos no entorno do rio, no qual a comunidade participou desse processo de indicação do terreno. O processo de desenvolvimento do projeto foi bastante participativo desde o início até a fase de saída dos parceiros do conjunto. A escolha do terreno partiu da comunidade. Foi encontrado um terreno que distava em torno de 400 metros da área de risco onde moravam. “Praticamente, era mudar para a outra margem do rio” (PTS-2; PTS-3, 2012). Foi um grande ganho social de não remover as famílias para uma área distante complementou um técnico (PTS-3, 2012). Assim, complementa o PTS-1 (2012):

O Bom Sucesso foi um precursor dessa questão, o que se tornou exigência pelos financiadores, a exemplo do Programa HBB/BID e da CEF. Então, passou-se a pensar sobre a localização não por reconhecimento do poder público em Fortaleza, mas por uma exigência dos financiadores para programas habitacionais afirmou um técnico.

3.5.2. Perfil da comunidade beneficiada

A comunidade do Bom Sucesso fazia parte da área de risco de Fortaleza, situada às margens do rio Maranguapinho. Todo ano eleitoral, as famílias ouviam a promessa que algum político iria construir uma casa para eles, por isso, essa prática recorrente interferiu para que as pessoas não acreditassem que haveria realmente uma intervenção na área: “quando começou o processo de mostrar a proposta do mutirão habitacional diziam que era mais um que veio enganar as famílias” (PTS-2, 2012). Explicou a PTS-1 (2012):

Essas pessoas não se sentiam como gente, depois do projeto de intervenção dos parceiros das organizações civis, eles passaram a ser chamados pelo nome, a irem a espaços do governo, a conhecerem pessoas em reuniões e eventos do poder público e das instituições parceiras do projeto. Este aspecto foi bastante positivo e

que os parceiros ficaram felizes com esta conquista de valorização do ser humano e do direito social alcançado. Essa valorização humana seguiu o método educativo de Paulo Freire. A partir da realidade local deles, geravam palavras para alfabetizar e, ao mesmo tempo a conscientizar. A educação envolvia o universo de vida, idade, família e religião.

Essas famílias se encontravam em condições de extrema pobreza e exclusão social, viviam sob a ameaça anual das enchentes, e devido a este fenômeno da natureza e a ineficiência das políticas sociais promovidas pelo poder público na área e a omissão do Estado, urgiu a necessidade de uma intervenção que fosse de protagonismo de instituições que tinham uma visão voltada às questões sociais. O início do projeto é lembrado pela PTS-3 (2012):

A Cáritas é uma instituição criada na realidade das emergências sociais e de catástrofes. Na década de 90, houve uma grande enchente, apesar de ser uma região de seca. Fizemos um trabalho na área alagada, entre as quais incluía o Bom Sucesso. Refletíamos naquela época que não deveríamos estar apagando fogo e sim ter uma ação concreta, que envolvesse a gestão pública municipal. Foi quando nos debruçamos num diálogo com outros parceiros e traçamos um plano de proposta a partir de um diagnóstico feito da área. Foi feita uma pesquisa junto às famílias e era uma área difícil, por todo o sofrimento, toda violência e a partir desse primeiro diagnóstico, tivemos o contato com o gestor público no sentido de consultá-lo se, caso conseguisse recurso para viabilizar o mutirão das 228 casas, eles seriam parceiros do projeto.

Essa ideia foi amadurecendo e se concretizou a parceria. Então o projeto foi conduzido por um arranjo social de parceiros - a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, junto com a rede Cáritas Nacional, Internacional e Regional Ceará, em parceria com as ONG's CEARAH Periferia (CP) e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) – que elaboraram um projeto de microurbanização para essas famílias em estado de vulnerabilidade socioambiental.

A escolha da comunidade para intervenção dessa rede de parceiros foi definido através do parâmetro financeiro que só poderia haver intervenção numa comunidade do porte do Bom Sucesso (PTS-3, 2012). Na hora da tomada da decisão da construção houve a preocupação com o vínculo social e a região. A preocupação do projeto era não perder esse vínculo, para tanto, buscou-se terreno nas proximidades. Este foi o grande diferencial do projeto: respeitar os vínculos sociais da comunidade, com familiares, amigos e com o próprio bairro. As pessoas foram remanejadas para uma área onde elas se sentiam bem porque conheciam a realidade local, o potencial produtivo da área, como a escola, o comércio, os serviços próximos à área complementou outro entrevistado (PTS-2, 2012). E os barracos da antiga favela foram demolidos (PTS-4, 2012). A PTS-3 (2012) alertou a respeito do vínculo social que, embora tenha existido, nem todos conseguiram viver na prática esse tipo de relacionamento comum em assentamentos humanos de famílias em estado de vulnerabilidade social:

Partimos do princípio que antes da intervenção, as pessoas nem se cumprimentaram, nem se conheciam, embora morando vizinho. E com o projeto, passaram a se encontrar, a se visitarem. Não se pode ter esse sonho de que 80% tenham estabelecido o vínculo social como partilhar café, levar alguém doente da comunidade para o médico, fazer um chá.

Assim, foi iniciado o trabalho a partir de reuniões que eram feitas à noite e no escuro, apenas com lamparinas acesas. As pessoas muito receosas, não acreditavam no projeto, porque passavam por muita dificuldade. Foi quando conseguiram convencê-los de que era uma parceria de instituições sérias e que realmente queriam a mudança de vida daquelas pessoas. Assim, foi demonstrado que a proposta pensou em todos os aspectos para oferecer, de fato, uma melhoria de vida: moradia, saneamento, educação, saúde, geração de trabalho e renda, trabalho educacional com crianças e jovens. “As dificuldades eram imensas, porque eles não acreditavam em si próprios e se achavam incapazes de contribuir nas reflexões. Aos poucos, as pessoas foram sendo alfabetizadas pelo método Paulo Freire” descreveu a PTS-3 (2012) e as crianças participavam dos projetos de educação e arte promovida pela Cáritas.

Então, a grande maioria das famílias abraçou a ideia do mutirão habitacional (PTS-4, 2012). O mutirão é uma das formas das pessoas crescerem em relação à unidade, deles serem mais gente, de se conhecerem e se respeitarem, de serem mais valorizados e terem mais responsabilidade compartilhada (PTS-3, 2012). Havia dois grupos: aqueles que abraçaram veemente o projeto e aqueles que não foram muito dinâmicos. De uma forma geral, o processo do mutirão foi bem participativo, apesar de uma parte ter-se recusado a colocar a mão na massa (PTS-4, 2012). Durante a execução da obra, outra ação que contribuiu para o entendimento das famílias do mutirão em relação aos laços sociais era a atividade de “Um Dia de Solidariedade”. Os parceiros do projeto conseguiam a participação de outros “mutirantes” para contribuir em um dia de trabalho na construção das casas do Bom Sucesso, e as famílias também contribuíram com outros mutirões. Era uma ação periódica bimensal (PTS-2, 2012). Era um momento de entrosamento entre as comunidades para que cada uma conhecesse o trabalho e a realidade da outra (PTS-3, 2012).

3.5.3. Aspectos relevantes do Projeto

Antes da ação da microurbanização, a Cáritas e a ONG Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) em parceria com a Defesa Civil de Fortaleza, desenvolveram atividades na área para as famílias em situação crítica de alagamento do rio Maranguapinho. Foi um paliativo durante 6 anos. Nessa área de risco socioambiental, tinha famílias com 20 a 30 anos de ocupação, sendo o êxodo rural o principal fator de indução a moradia nesta área. Essas famílias moravam em barracos de taipa e de forma desumana. O costume recorrente era as visitas de candidatos políticos que fomentavam a pobreza, ao fornecer material de construção para permanecerem na área de risco numa casa desordenada em área inapropriada. “Como a Cáritas, o CDPDH e o CEARAH Periferia (CP)

não tinham o interesse de viver da miséria do povo”, afirmou o PTS-2 (2012), pensaram em fazer uma intervenção diferenciada, sem a conotação política. A proposta de intervenção partiu dessas organizações sociais, e não do protagonismo da comunidade. É lógico que, diante da situação que sobrevivia, havia dois líderes que reivindicavam uma solução para as famílias, mas estes solicitavam intervenções imediatistas. A Cáritas, o CDPDH e o CP convidaram a Prefeitura de Fortaleza para construir a proposta de intervenção em parceria. Cada um se responsabilizou com a seguinte contrapartida: a Prefeitura entrou com a responsabilidade do terreno, da infraestrutura e da urbanização do rio; a Cáritas Brasileira Regional Ceará conseguiu mobilizar apoio e recursos junto a Cáritas Internacional para financiar os materiais de construção civil e fez a coordenação e acompanhamento do eixo educação, profissionalização e geração de trabalho e renda; a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza fez a coordenação geral do projeto, o acompanhamento social no processo de urbanização, a assessoria na organização da comunidade local e a prestação das contas financeiras aos parceiros, locais e nacionais; a Cáritas Internacional forneceu os recursos financeiros através da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional; o CDPDH fez o acompanhamento jurídico do processo de urbanização e também educacional e jurídico de preservação ambiental; e o CP fez o acompanhamento técnico de urbanização, de preservação ambiental e a elaboração das plantas urbanísticas e arquitetônicas. Era uma rede de parceiros que atuavam junto ao grupo social. Neste projeto não houve a atuação do Governo do Estado. O interessante desse projeto foi a montagem da gestão conjunta em rede pelos parceiros e pelo fato de que, ao mesmo tempo em que se construía o *habitat*, as pessoas do mutirão tinham a oportunidade de se capacitarem (PTS-4, 2012). Uma forma de mobilização neste sentido pode ser ilustrada quando a Comissão de Compra convocava reuniões com donos de materiais de construção no bairro e mostravam o projeto, perguntando se poderiam vender material num preço justo. Também ocorreu a solidariedade de alguns pedreiros e famílias que iam trabalhar de forma gratuita no mutirão relatou outro técnico (PTS-2, 2012; Cáritas Brasileira, 2002).

O projeto habitacional do Bom Sucesso teve a mesma metodologia participativa empregada no Programa Comunidades que, por sua vez, nasceu da proposta pioneira do Mutirão 50, o qual foi referência de protagonismo social para outros mutirões em Fortaleza. A ideia consistia na participação da comunidade desde o início da concepção do projeto, o que levava as famílias a valorizarem o esforço coletivo, à apropriação da moradia e a se sentirem corresponsáveis da ação e não uma mera recebedora do benefício. Ela participava na tomada de decisões, opinava e fazia com que as coisas acontecessem. A inovação da participação da comunidade foi um ganho social nos mutirões, que consistia em organização comunitária aliada à geração de emprego e renda. A experiência do Mutirão 50 se disseminou para o Programa Comunidades, Castelinho e Bom Sucesso, entre outros.

Devido ao processo de gestão compartilhada em mutirão habitacional, considerado uma inovação, tal pioneirismo identificado no Programa Comunidades foi premiado no *Habitat II*, o qual, na época, não foi identificado em nenhum outro país (PTS-5, 2012). Nessa gestão, o saber popular era valorizado e trazia um diferencial muito grande nos mutirões. Os alunos e professores da universidade davam a sua contribuição teórica, enquanto a comunidade vinha com a prática. No final, era um processo de troca de saberes que ocorria. Outro aspecto relevante considerado na conquista desse prêmio da ONU foi à proposta de sustentabilidade ambiental e social por meio da tecnologia, outra forma de trabalhar a relação entre o emprego de técnicas inovadoras na comunidade (PTS-2, 2012).

A proposta de microurbanização do conjunto habitacional do Bom Sucesso contemplou 228 famílias que participaram do processo de construção das suas casas em regime de mutirão (Ver Anexo C – Projeto Urbanístico e Arquitetônico). Este projeto buscava não somente remover as pessoas da margem do rio, mas promover uma alternativa de vida e de desenvolvimento integrado a cidade, atuando nas seguintes linhas estratégicas (Cáritas Brasileira, 2002, p.05):

- Habitação, Infraestrutura e Urbanização;
- Educação, Profissionalização e Geração de Trabalho e Renda;
- Educação e Preservação Ambiental;
- Organização Comunitária e Vida Social.

De uma forma geral, as principais etapas do projeto foram: visitas a outros mutirões; assembleias para desenvolver o diagnóstico habitacional; montagem do projeto; reunião de trabalho com gestores; construção e organização social (PTS-3, 2012). Etapas que serão detalhadas posteriormente. O ano de 1996 foi o ano de início da execução da obra que se encerrou em 2000 lembraram dois técnicos (PTS-4; PTS-3, 2012). Entre 1996 a 2000, a construção foi feita em duas etapas complementou um técnico (PTS-3, 2012). A Rede Cáritas continuou no conjunto até 2007 contribuindo na organização da vida comunitária das famílias no conjunto (PTS-2; PTS-3, 2012).

A primeira ação dos parceiros foi o cadastramento e o mapeamento das famílias que moravam nas margens do rio. Após esta definição, foi feita uma reunião com os beneficiados para mostrar a proposta do projeto do mutirão e como cada um daria sua parcela de contribuição para o projeto do mutirão. Neste momento, percebeu-se que havia moradores que entendiam a proposta do mutirão e outros que não. Houve pessoas que desistiram, no decorrer do processo, por causa de um boato de que a Prefeitura iria indenizar as famílias, o que não ocorreu. Muitas famílias que negaram se cadastrar no projeto mudaram de ideia, mas já não havia como contempla-las. Ainda, ao longo da execução, devido à questão do tempo e da demora, alguns beneficiados iam-se afastando, ocasionando a substituição por outras famílias no meio da execução das obras do mutirão

(PTS-2, 2012). Foram quase 5 anos de construção e aqueles que são mais imediatistas não conseguiam permanecer por muito tempo no mutirão (PTS-5; PTS-3, 2012). Outra questão em relação à demora, e que foi desestimulando as famílias, foi o processo de desapropriação do terreno pela Prefeitura, que levou um ano. Neste período, houve várias reuniões para mapear as pessoas, mostrar o projeto e como ia funcionar a proposta. Quando houve a liberação do primeiro terreno, foi construída uma casa protótipo com a participação de todas as famílias beneficiadas, para averiguar se era essa a proposta definitiva de projeto da casa e para definir a maneira como iriam trabalhar no campo da construção. A ideia do mutirão não era somente utilizar a mão de obra na edificação da moradia ou tirar da Prefeitura a responsabilidade de dar a casa. Foi estabelecido com eles que era uma contrapartida, na qual receberiam o terreno e o material de maneira gratuita, além de uma concessão da moradia, cuja entrega da concessão tramitaria na Câmara de Vereadores. Como não seria deles a casa e nem o terreno, houve muita desistência. Muitos entraram no mutirão com a intenção de construir a casa para vendê-la. Sem a coibição da Prefeitura, muitos voltaram à área de risco. Era frequente a rotatividade na venda de casa no processo do mutirão pelas famílias que entraram no meio do processo de execução da obra e que não conseguiram compreender na íntegra a concepção e os princípios da proposta, embora houvesse a exceção de algumas famílias. Já as famílias que participaram desde o início, foram poucas as que venderam as casas no conjunto (PTS-2, 2012).

Na fase de pós-construção, as pessoas começaram a vender as casas, devido à violência na área e à inimizade com a vizinhança, principalmente com filhos que se envolviam em brigas com gangues ou envolvidos com o narcotráfico. As famílias, nestes casos, preferiam sair dali. Na hora da venda da casa, eles iam a Cáritas, contavam a situação deles, o motivo pelo qual precisavam sair do conjunto, logo era realizada uma Assembleia que deliberava. Entretanto, algumas famílias não passavam pela Cáritas e vendiam a casa sem qualquer consulta aos parceiros do projeto. No início, a maioria das famílias tinha consciência do seu papel no mutirão, do trabalho desenvolvido e valorizava a casa que ajudou a construir. A associação também ficava de vigia, e quando se ouvia que alguém queria vender a casa, ia-se até a família e levava o caso para o Conselho Gestor da Cáritas (PTS-2, 2012).

A Cáritas, visando estimular as pessoas do mutirão, que tinham habilidades para produzir, destinou um recurso financeiro através de um fundo rotativo para financiar as oportunidades de pequenos negócios às pessoas do centro comercial. Esse recurso poderia ser usado na compra de matéria prima e produtos para venda no mercado do conjunto. Na Cáritas, havia o Conselho Gestor desse fundo, do qual os beneficiados participavam. Auxiliavam-nos a fazer seu plano de negócio e instruíam-nos a como usar o dinheiro financiado. Mesmo diante dessa oportunidade, as pessoas foram desistindo de seus negócios, saindo do

mercado e interrompendo esta ação na comunidade (PTS-2, 2012).

3.5.4. Os Projetos Implantados e o Papel do 'Arquiteto Social'

Na década de 90, a política habitacional popular não estava clara. Desse modo, foi idealizada uma proposta habitacional para que a Prefeitura também percebesse que era possível fazer uma casa com um valor pequeno e com qualidade construtiva, com bom material e com a participação comunitária. Também não estava clara uma política habitacional para intervenção de assentamentos humanos em áreas de risco. Assim nasceu a grande ideia de mostrar o que era possível fazer com participação social, removê-los da área de risco e fazê-los compreender que o rio fazia parte do meio ambiente e que não é local de destinação de lixo doméstico, que precisava ser respeitado, limpo e urbanizado. Era preciso abrir espaço para o rio passar: não era local apropriado para moradia. O rio é um território que precisa ter seu espaço valorizado. A ideia do projeto era também criar um sentimento de pertença entre as famílias e o rio. Os antigos moradores chegaram a pescar e a nadar no rio, mas, hoje, encontra-se poluído. No processo de discussão do plano diretor participativo, foi criado, sob pressão da sociedade, o Comitê do Rio Maranguapinho e, em 2007, o governo do Estado lançou o projeto de urbanização do rio, que se encontra em plena execução. Estão sendo criados vários conjuntos habitacionais de prédios de 4 andares, para onde serão transferidas as famílias, a fim de erradicar as favelas ao longo do rio. "Nós do movimento popular acreditamos que estas conquistas fazem parte da nossa reivindicação" (PTS-6, 2012). Esse projeto contempla uma barragem para contenção das cheias do rio. E o rio será revitalizado. Tal projeto foi premiado e está sendo reconhecido como uma das maiores intervenções brasileiras em virtude da magnitude do projeto (PTS-6, 2012).

Em relação ao projeto urbanístico do Bom Sucesso, a rede de parceiros pretendiam (Cáritas Brasileira, p.09):

- A urbanização do terreno e a construção das 228 casas em regime de mutirão;
- Construção de equipamentos sociais – o centro comunitário, a creche-escola e o mercado comunitário;
- A profissionalização de 350 pessoas e a implantação de um fundo de crédito para geração de trabalho e renda;
- A preservação ambiental dos terrenos desocupados nas margens do rio Maranguapinho.

A concepção do partido urbanístico surgiu da própria topografia do terreno, para aproveitar o a área com maior número de lotes, assim, mais famílias seriam beneficiadas (PTS-5, 2012). Tal partido possui dois desenhos que se interligam: o traçado linear das ruas e das quadras com um traçado semicircular, um desenho radioconcêntrico (PTS-4, 2012).

A definição do desenho da casa foi um processo participativo, em que cada futuro morador dizia como queria a sua casa (PTS-4, 2012). Foi feita uma maquete e, a partir daí, cada morador foi fazendo os ajustes até chegar a um modelo de casa aceito por todos. Esse modelo foi reproduzido para todas as famílias. No projeto, não se definiu moradias adaptadas às pessoas com mobilidade reduzida. O programa de necessidades da casa era: sala, cozinha, dois quartos e banheiro. Era uma casa do tipo embrião, onde o futuro morador poderia fazer ampliação (PTS-1, 2012). Assim também, a definição da planta arquitetônica da creche-escola, do centro comercial, do centro comunitário e do galpão de pré-moldados foi por meio do processo de construção do projeto com participação social (PTS-2, 2012). Tudo era discutido com a comunidade com a ideia de criar o costume da participação social a partir da tomada de decisões na esfera do coletivo conforme afirma o PTS-6 (2012): “Foi uma pretensão nossa, porque estas coisas não acontecem como a gente deseja”.

Na comunidade, havia uma Comissão de Compra, formada por representantes de cada parceiro, por membros da comunidade e da Prefeitura que foram capacitados para fazerem a gestão e o controle do material da obra. As principais ações consistiam em receber o material na obra e realizar a conferência da quantidade do material adquirido. Qualquer compra de material era autorizada por esta Comissão. Houve muita devolução de material devido à baixa qualidade do produto. Buscava-se um fornecedor que tivesse o melhor preço, porém esse, para garantir o valor, diminuía a quantidade de material, a exemplo da falta de tijolos, que era percebida na verificação do material. O diferencial deste projeto de mutirão, em relação a outros mutirões em Fortaleza, consistiu na ação de que esses materiais eram comprados através dos recursos financeiros da Cáritas e não da Prefeitura. Através desse fato, foi identificado um vício que envolvia o poder público junto aos fornecedores de materiais, ao superfaturar a nota de compra ou de receber propina. A maioria dos fornecedores queria vender para os mutirões porque ocorria um beneficiamento mútuo, tanto o fornecedor ganhava quanto quem comprava. Os parceiros queriam acabar com essa prática, ao menos nesta experiência. “Chegavam propostas absurdas de beneficiamento de atravessadores, mas os membros da Comissão diziam: o beneficiamento que a gente quer é para o mutirão. Era uma questão de pensar no coletivo” (PTS-2, 2012).

Em relação à tecnologia construtiva empregada nas moradias, pensou-se em implantar uma tecnologia diferenciada, mas, devido à questão de estarem numa área de risco e precisarem de uma intervenção mais imediata, não havia tempo para desenvolver uma inovação tecnológica, pois o uso de uma nova tecnologia levaria mais tempo para a comunidade se capacitar e produzir a sua moradia. Então, foi definida a produção da casa com material convencional: com tijolo cerâmico, porque era mais rápido para construir. Tal tecnologia facilitaria em concluir a casa com mais agilidade. Partiu-se do seguinte critério para definir o

caso: “era interessante que tivesse uma tecnologia de que eles se apropriassem e que não fosse tão cara” (PTS-2, 2012). Como as famílias estavam em situação difícil em relação ao problema da moradia, se escolhessem uma tecnologia alternativa, demoraria mais tempo, em relação à necessidade de capacitá-lo, e a construção teria que ser mais rápida e eficaz para remover as famílias da área de risco. No caso do Mutirão 50, muitas famílias abandonaram as casas do mutirão devido à demora no processo de construção da casa ao utilizar uma tecnologia alternativa (PTS-4, 2012). Essa questão foi discutida com a comunidade e foram feitas visitas à outra comunidade com novas tecnologias construtivas, e os moradores preferiram a tecnologia convencional (PTS-2, 2012). Então a casa era uma construção simples, o alicerce feito em pedras com argamassa depois vinha o baldrame com tijolos deitados, a alvenaria de tijolo de 8 furos e a cinta de amarração de cima e o telhado em telha colonial, linhas e caibros. Tecnicamente, nada de incomum (PTS-4, 2012). Um diferencial nesse mutirão foi à produção de todas as peças de pré-moldados no conjunto do Bom Sucesso, uma vez que aproveitou a potencialidade de ter profissionais no conjunto que atuavam nessa área. Foi feito o galpão de pré-moldados para os moradores trabalharem, serem capacitados na construção civil lembrou dois técnicos (PTS-2; PTS-4, 2012). A fábrica de pré-moldados não estava prevista no projeto, mas, devido à necessidade de fazer alguns tipos de materiais, foi construído um galpão produtivo, a pedido dos “mutirantes”, tanto para produzir o material para o mutirão como também para vender para bairros vizinhos (PTS-2, 2012).

A infraestrutura foi feita antes da implantação das casas, mas, com a demora de implantação, iniciou-se a construção das casas. “Quando as casas começaram a ser construídas, a rua já estava delimitada, então, a gente marcava as quadras e após a pavimentação da rua, a gente começava a parte da argamassa” (PTS-4, 2012). O trabalho do mutirão começou com o trabalho topográfico, depois a delimitação das quadras e depois de cada casa. Após foi feita a escavação em cada quadra. Nem todas as equipes de cada quadra começavam a trabalhar ao mesmo tempo devido à limitação de material e ferramentas. Em cada quadra, as famílias começaram a cavar os alicerces. Foi realizado um gabarito retangular para a casa em tamanho real, era composto de duas partes que foram soldadas, feito em metalon: “a gente colocava o gabarito e em cima colocava tijolos deitados para marcar o formato da casa. Fizemos isso 228 vezes. O gabarito abria a obra para os outros começarem a trabalhar” (PTS-4, 2012).

Estava previsto no projeto um mestre de obra profissional e as outras vagas de profissões seriam preenchidas por pessoas do mutirão que receberiam capacitações para atuar na execução da obra. Mas a maioria dos “mutirantes” não foi para as oficinas e essas pessoas acabaram se capacitando pelo próprio mutirão. Devido à construção ser muito simples, não

teve problemas construtivos e nem muitos erros a serem reparados (PTS-4, 2012). Mesmo assim, o projeto ajudou na profissionalização de homens que de serventes passaram a ser pedreiros. Aprenderam a produzir pré-moldados, então, foi um aprendizado que gerou transformação social (PTS-3, 2012).

Durante a execução da obra, o engenheiro, o arquiteto, mestre de obras, pedreiros e os profissionais da construção civil, semanalmente, reuniam-se para ouvir o mestre de obras e os pedreiros em relação às dificuldades que estavam ocorrendo e o que precisava ser melhorado. E também ocorriam reuniões com a comunidade e os profissionais, por quadra do mutirão, para melhorar o que estava sendo feito relatou um técnico (PTS-2, 2012).

A dificuldade de adaptação profissional ocorreu mais por parte do engenheiro da Prefeitura. Este não tinha nenhuma sensibilidade social com o projeto. A situação ficou tão insustentável que a comunidade solicitou a Prefeitura outro engenheiro. O sentimento dos “mutirantes” era como se o engenheiro estivesse fazendo um favor para a comunidade. Ele passava 15 dias sem aparecer no mutirão, o que contribuiu para o atraso da obra e também com erros de construção, a exemplo na escavação e de topografia, o que encareceu a obra. Já o arquiteto, que vinha na visão do CP, foi um ganho social para o projeto. Com a atuação profissional deficiente do engenheiro, “o arquiteto passou a morar na obra” (PTS-2, 2012).

As famílias eram organizadas por quadras e cada quadra era denominada de A, B, C, D, E e F. Cada quadra tinha em torno de 20 casas, mas havia variação de distribuição das famílias por causa do desenho distinto do partido urbanístico. Os “mutirantes” trabalhavam de segunda feira a sábado. O tempo de trabalho era das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h. Aos sábados, trabalhavam somente pela manhã. Eles iniciavam o dia de trabalho indo ao almoxarifado buscar os materiais e as ferramentas. Um dos objetivos do projeto, para não prejudicar o andamento da obra, era garantir que as construções deveriam ser feitas conforme o planejado e manter o controle da organização, a chegada do material e do uso das ferramentas do mutirão relatou (PTS-4, 2012).

Cada família mandava um representante para trabalhar. As horas trabalhadas eram registradas e se fazia um balanço mensal das horas de trabalho de cada família. Com o passar do tempo, a diferença entre horas trabalhadas foram ficando discrepantes, e teve famílias que perceberam que se eles não avançassem, poderia afetar no recebimento da casa. De uma forma geral, em torno de 12 semanas se faziam 12 casas, o que levou um pouco mais que 02 meses. As casas estavam bem organizadas, o desafio foi motivar as famílias que não tinham vontade de trabalhar (PTS-4, 2012).

No final, foi feito o sorteio da casa e as pessoas escolhiam a desejada. Como cada família tinha que dar a sua carga horária de trabalho no mutirão, aquelas que mais produziram, tinha a preferência na escolha da sua casa (PTS-2, 2012). Elas podiam escolher a casa que

estivesse num estágio construtivo mais avançado. Aqueles que não tinham feito nada, receberam casas que só tinha baldrame. As pessoas não sabiam qual seria a sua casa, somente com o sorteio, pois até então, todos trabalhavam em todas as casas da sua quadra, sem saber qual seria a sua casa. Quando a casa atingiu o pé direito decidiu-se fazer a distribuição das moradias porque era a única maneira de mobilizar as famílias que não queriam participar. As famílias vinham participando pouco das reuniões e este desinteresse ocorria em qualquer mutirão habitacional em Fortaleza. A fase do acabamento levou em torno de 8 meses. Não estava previsto a cerâmica como revestimento de piso, o chão era de terra batida. A fase do acabamento foi cada um por si (PTS-4, 2012). Quando se individualizou cada família em sua unidade habitacional, ficou difícil manter a unidade entre os “mutirantes”. Então, na hora em que a família recebe a casa, ela pode se desvincular daquela associação, e este foi um processo que ocorreu no Bom Sucesso (PTS-1, 2012). No final do mutirão, relatou a PTS-4 (2012):

quando as casas foram implantadas, foram construídos os equipamentos coletivos: o centro comunitário; a creche-escola e o centro comercial, porque como foram construídos após as casas, estava previsto que seria por meio de mutirão, porém, as famílias já estavam cansadas com este processo construtivo, então, a Cáritas teve que contratar profissionais do conjunto para construir os equipamentos coletivos, embora que alguns moradores ajudaram de forma gratuita.

“Parte do trabalho final do mutirão teve que se contratar mão de obra especializada, que é a dificuldade que todo mutirão tem” (PTS-1, 2012). Teve também a implantação da estação de tratamento de esgoto pela Prefeitura (PTS-4, 2012).

3.5.5. Participação da comunidade no processo e o trabalho técnico social

No mutirão habitacional, quem mais participava eram mulheres, pois, como os homens trabalhavam durante a semana, as mulheres conciliavam as atividades domésticas com a construção da sua futura casa, justamente porque faltava homem no mutirão. “O que a gente vê nos mutirões habitacionais é que o braço forte e a força que vêm da mulher. As mulheres cuidavam do mutirão pelo dia e a noite eram os homens que faziam a vigia da obra e cuidava do material” (PTS-3, 2012). A ação de carregar materiais de construção pesados era de responsabilidade dos homens nos finais de semana. Uma das dificuldades do mutirão era a ausência de mão de obra especializada em relação à construção, o que contribuiu de forma significativa para o atraso da obra. Outra questão que causou problemas de relacionamento no mutirão era o machismo. Embora as mulheres estivessem mais presentes e contribuíssem mais com a edificação da moradia, os homens não acreditavam na força produtiva feminina. Em outros casos, o marido não permitia a participação da sua mulher e esta não aguentava conduzir a obra sozinha. A maioria das mulheres que vive em

área de risco dependia muito do marido para sobreviver. Os representantes dos parceiros perceberam a fragilidade das próprias famílias no processo do mutirão e buscaram amenizar o conflito nas famílias para que não houvesse a desistência da moradia, nem a desagregação familiar. Por mais que esses parceiros trabalhassem a questão de gênero, ocorriam mudanças de saída de famílias do mutirão. Mas conseguiu-se com que alguns maridos ajudassem (PTS-2, 2012).

Tanto homens quanto mulheres foram capacitados à construção civil, inclusive houve mulheres que construíram as suas casas. A capacitação promoveu uma organização para o canteiro da obra, onde cada um trabalhava na atividade que mais se identificava. Esta ideia foi uma estratégia para motivar a participação dos beneficiados com a moradia no mutirão. As capacitações tinham duplo propósito: transmitir conhecimento às famílias e conduzi-las à reflexão acerca da organização da vida social (PTS-2, 2012). Uma das formas de capacitação eram as assembleias que traziam pessoas de outras instituições para explanar sobre a política pública, habitação e saneamento: “Esse trabalho foi feito até eles receberem a casa” (PTS-3, 2012).

O centro social também foi construído pelo regime de mutirão e também teve várias reuniões para discutir os aspectos do projeto (PTS-4, 2012). A associação comunitária não existia, assim, nas reuniões do projeto, foram feitas oficinas participativas e capacitações com a comunidade para despertar lideranças comunitárias. Na época, foram identificadas 30 pessoas com potencial, dessas, 12 pessoas foram selecionadas para compor a gestão da associação comunitária (PTS-2, 2012). Após, eles criaram a associação com o auxílio da Cáritas (PTS-3, 2012). A preocupação dos parceiros do projeto não era só com a construção, mas em trabalhar a questão da organização comunitária. A ideia de constituir uma associação era para que se desse continuidade aos trabalhos de melhoria no conjunto em relação à qualidade de vida familiar. O processo de participação nas oficinas de planejamento da associação foi positiva, o que levou as pessoas a acreditarem no papel de uma associação como uma referência social dentro da comunidade. Quando havia um problema, eles iam à Associação. Apesar da baixa autoestima no início do projeto, eles chegaram ao patamar de reconhecerem que o seu papel no mutirão era tão importante como o papel de qualquer outro parceiro (PTS-2, 2012). Em Fortaleza, estava iniciando a gestão popular e queriam que eles aproveitassem o espaço de discussão do Plano Diretor e do Orçamento Participativo. E a área se transformou numa ZEIS⁶¹ de conjunto, foi uma conquista da participação deles no processo político habitacional. Mas, em termos de avanços na participação social, “eles não conseguiram administrar as conquistas que tiveram” (PTS-6, 2012). A proposta do Bom Sucesso serviu de paradigma para discutir o que

⁶¹ Zona Especial de Interesse Social.

seria a política habitacional para Fortaleza, a qual não poderia ser desconectada do plano diretor (PTS-1, 2012).

A primeira diretoria da associação comunitária agregou muitos representantes da comunidade que eram lideranças em potenciais. Houve um ganho político muito significativo em relação à organização social. E as famílias tinham a consciência que ser sócia não era sinônimo de cabo eleitoral. Lógico que os resultados são em longo prazo, em se tratando de organização comunitária, pois não é somente o líder que muda sozinho a vida da comunidade, mas integrado a demais parceiros e com a participação dos associados. Houve um caso de um funcionário da Prefeitura que exigiu dos “mutirantes” a doação de 5 casas a funcionários públicos. A comunidade resistiu, demonstrando o empoderamento da força social do mutirão do Bom Sucesso. A comunidade disse a ele “de jeito nenhum, estamos aqui trabalhando (...) por que a gente vai abrir mão do nosso direito para dar a uma pessoa que nem sabe onde é o Bom Sucesso?” (PTS-5; PTS-2, 2012).

Outra discussão na comunidade era a não dependência das organizações sociais, exemplo de um ganho político da comunidade. Cabos eleitorais chamavam representantes da associação para propagar que o projeto do mutirão foi uma determinação política. A comunidade negou. Apesar do ganho político de alguns moradores, têm aqueles políticos que não auxiliavam em nada a associação comunitária e, mesmo assim, alguns moradores resolviam apoiá-lo (PTS-2, 2012). Em época de eleição da associação, os políticos se infiltram no conjunto, para que o presidente da associação se torne um cabo eleitoral. Ou seja, os políticos se introduzem sutilmente para ganhar voto daquela comunidade (PTS-5, 2012). As famílias não eram alienadas, elas passaram a ter conhecimento sobre a participação social durante o mutirão e muitos líderes se formaram nessa visão sócio-política. Atividades de arte, esporte e educação eram desenvolvidas com os filhos dos “mutirantes” para despertar a consciência crítica a respeito da responsabilidade da associação, da realidade que eles sobreviviam, da organização comunitária e a solidariedade (PTS-2, 2012). “A comunidade do Bom Sucesso teve tudo para ser uma ótima comunidade porque houve todo um processo participativo, na qual a comunidade opinava e tomava decisões” (PTS-6, 2012). E também teve oportunidades de definir como torná-la um local sustentável, isto é, criar oportunidade de emprego e renda (PTS-6, 2012):

Quando a gente pensou que a comunidade estava autônoma e que poderia andar com as próprias pernas, começou um processo de disputa dentro da associação pelos espaços comuns, no qual a comunidade passou a usar de forma indevida devido a uma deficiência no gerenciamento pela associação comunitária: “utilizaram mal o espaço coletivo, em benefício próprio ou em benefício de outros” explicou a técnica.

Na hora em que foi repassada a responsabilidade de assumirem a associação, houve uma quebra de unidade no conjunto. Os próprios políticos começaram a interferir no processo.

Era um projeto único que se diferenciava no bairro, então, o vereador queria vincular a sua imagem ao do mutirão para promover o seu marketing eleitoral (PTS-1, 2012).

Em relação ao trabalho técnico social feito pela Prefeitura, o PTS-2 (2012) relatou que foi tão ruim quanto a atuação do engenheiro civil da obra. As assistentes sociais iam cobrar e punir as famílias no mutirão e não compreendiam seus problemas. Os parceiros viram que elas não atuavam com um trabalho social legítimo. Num trabalho social sério, a assistente social vai à casa da família, verifica o que está faltando, supre aquela família e motiva-a a não desistir da casa. Ou seja, verifica o que falta e o que pode ser melhorado. Mas a atuação clássica das assistentes sociais dos órgãos públicos de Fortaleza é de punição, não se preocupam se estão passando fome, se tem alguém doente na família. As assistentes sociais do projeto não acrescentaram nada ao projeto, devido à falta de sensibilidade social. “Elas não tinham a consciência de que quem paga o salário delas é aquele povo ali, e não a Prefeitura. Ocorriam brigas frequentes com as assistentes sociais” (PTS-2, 2012).

Em 2008, as famílias já morando no conjunto, a Cáritas estava desenvolvendo um projeto com a juventude, porém o comando do narcotráfico na área intimidou esta equipe para que deixassem a área. Então, passaram um tempo sem aparecer. Depois voltaram a conversar com membros da Associação, mas a ingerência do presidente da associação e os conflitos sociais contribuíram para o afastamento definitivo dos técnicos da Cáritas (PTS-6, 2012).

3.5.6. Principais reivindicações e a questão da regularização fundiária

No processo de implantação das obras no conjunto, quando percebiam que as famílias estavam sendo prejudicadas em algum aspecto, eles iam até a Regional e cobravam da Prefeitura soluções. Este foi um dos maiores ganhos do processo do mutirão que muitos aprenderam: “a reivindicar os seus direitos junto ao órgão público” (PTS-2, 2012). Hoje eles sabem o caminho das pedras, sabem onde buscar apoio, eles participam das reuniões do orçamento participativo. Entretanto, eles não aprenderam a intermediar os conflitos interpessoais na associação em relação à moradia. Eles confundem o que veem no poder público e reproduzem no conjunto habitacional. É a reprodução do poder conforme o exemplo do poder estatal, que tende a ser corrupto, de levar vantagem sobre os outros: “então aqui, no meu poderzinho, eu replico isso. Já os idealizadores do projeto, pensam de forma perfeita: que os moradores vão viver muito bem ali e que serão todos amigos” (PTS-6, 2012). Havia um acordo interno na associação de que não aceitariam pessoas de outras comunidades para liderar o conjunto, e acabaram abrindo uma exceção, misturando isso com questões eleitorais. O que os parceiros se propuseram foi conseguido. No final da

experiência implantada, foi chocante perceber que eles não conseguiram criar ou cuidar dos espaços coletivos e públicos. O narcotráfico tem tornado as pessoas impotentes diante desse poder paralelo (PTS-6, 2012). Então, a presença de um líder externo ao conjunto somado aos problemas internos gerados, tem sido os entraves no desenvolvimento social e tem retraído a participação dos moradores para a solução dos problemas locais.

Dentro da proposta urbanística, havia praças e duas pontes que interligavam o conjunto do Bom Sucesso com outra parte do bairro que se situava do outro lado do rio Maranguapinho. A proposta era que a Prefeitura fizesse a melhoria da margem do rio com a urbanização da área, arborização e o parque, mas a Prefeitura não cumpriu com sua responsabilidade no projeto. Entre todas as propostas, a passarela era a mais importante porque conectaria a parte comercial com o outro lado do bairro (PTS-4, 2012). Só foi feito um calçadão e a instalação de refletores no campo de futebol. A revitalização da margem do rio e a ponte ficaram pendentes (PTS-3, 2012). Todo ano tinha uma ação de limpeza do rio pelo poder público, que foi exigência do projeto. A parte da faixa de lazer, não foi feita devido à falta de vontade política. Os parceiros do projeto reclamavam muito à Prefeitura (PTS-4, 2012). Como as margens do rio ficaram abertas, sem a intervenção do poder público, novas famílias vinham e ocupavam com casas. Depois vinha o poder público e derrubava. Conclui o PTS-3, 2012: “essa é a dificuldade que se tem nas parcerias com o poder público: no papel tudo acontece, mas não se põe em prática. O déficit habitacional em Fortaleza continua. A igreja teve esse papel provocador em fazer com que o poder público se sensibilizasse com a causa”.

No entorno do projeto de urbanização do rio, havia um mercado comercial que tinha como definição ser um elo integrador entre a comunidade do conjunto e as famílias do outro lado da margem do rio. Os parceiros pensaram que o mercado iria atender essa demanda populacional, mas a falta de ação da Prefeitura, a qual foi bastante reivindicada pelos moradores, desestimulou famílias em relação à proposta do mercado. Muitos da comunidade queriam montar o seu empreendimento, mas, como possuíam um perfil imediatista, queriam ver rapidamente os resultados desse trabalho e outra questão é em relação ao estereótipo da violência que contribuiu para o fim do mercado comercial. A Prefeitura alegou que não tinha recurso financeiro para investir nas obras de urbanização do rio. Embora os parceiros acreditassem que foi falta de vontade política da Prefeitura em priorizar tal ação, uma vez que houve a descontinuidade da gestão da Prefeitura e, quem assumiu, tinha a mesma visão política que o gestor anterior (PTS-2, 2012).

Quando as famílias entraram na casa, receberam um contrato de concessão. A luta social das famílias pela titularidade definitiva está ocorrendo ainda. Não depende somente da Prefeitura, existe uma legislação municipal que precisa tramitar na Câmara de Vereadores.

O CDPDH iniciou o processo de discussão com a comunidade para pressionar a Prefeitura a resolver esta questão. Em Fortaleza, existem famílias em conjuntos habitacionais populares entre 40 e 50 anos que estão na informalidade. É uma situação que exige uma pressão social constante até que a solução aconteça (PTS-2, 2012). Essas famílias do mutirão ainda não possuem o documento oficial do imóvel (PTS-3, 2012).

Outra questão foi a titularidade da concessão da moradia ser no nome da mulher, o que gerou uma revolta em muitos homens, já que a cultura do machismo impera nas comunidades vulneráveis (PTS-2, 2012). “A gente percebia e era constatado em outros mutirões que as mulheres assumem a casa enquanto os homens a vendem. Houve muita rivalidade do homem com a mulher. Em alguns casos, teve de ficar no nome do homem” (PTS-3, 2012). Segundo a visão machista, o papel da mulher “é ter menino, fazer comida e cuidar da casa” (PTS-2, 2012). Os parceiros perceberam que o empoderamento da mulher aumentou a incidência da separação de casais nesta experiência, por isso, esse quesito de relacionamento familiar precisou ser bastante trabalhado. Mas também se questionou: “se a mulher é submissa ao marido, e mesmo que o documento de concessão saia com o nome dela, o que me garante que ela não vai vender a casa?. Essa questão da titularidade houve a rejeição tanto de alguns homens como de algumas mulheres” (PTS-5, 2012).

O entrevistado PTS-4 (2012) relata o início da fase de ocupação:

No início da moradia das famílias nas casas, os parceiros do projeto tiveram que se mobilizar em relação a certas situações de ocupação da moradia. Alguns queriam dividir a casa em duas partes e vender uma delas. A casa não era grande, tinha apenas 32 m². Tentamos impedir, mas eles diziam “é meu, eu posso fazer o que eu quero”. Tinha outras famílias que queriam vender logo a casa para participar de outro projeto habitacional. Esses são profissionais nisso. Eles ganham a casa, vendem e vão para outra ocupação repetir o ciclo. Teve uma casa que não se conseguiu impedir que fosse repartida.

3.6. A QUESTÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL NOS ESTUDOS DE CASO

Conforme exposto nos capítulos anteriores, o que diferencia a Tecnologia Social (TS) de outras visões sobre a tecnologia é o fato de esta ser um caminho de desenvolvimento que permite que um grupo protagonize uma transformação social. Embora a TS esteja mais propagada pelos agentes que procuram promovê-la como um meio criativo de proporcionar ganho social para família ou grupo em estado de vulnerabilidade social, este conceito uma aplicação mais ampla. A TS partiu de movimentos sociais (como vimos no Capítulo 1), que buscavam fomentar uma alternativa de uso da tecnologia para o enfrentamento da pobreza e da miséria que assolava os países pobres. Por esta razão, a TS acaba sendo estereotipada como tecnologia pobre ou dos pobres. Na realidade, existem outros parâmetros sendo colocados sobre o assunto, que a defendem como uma proposta de

inovação social, além da superação da pobreza ou da miséria. É um caminho que pode ser desenvolvido por qualquer grupo de agentes sociais que buscam alcançar resultados efetivos de transformação sociais para público alvo numa condição melhor de vida e que se aplica a qualquer tema.

E, em se tratando da questão da habitação, as tecnologias podem ser potencializadas na forma de construir uma casa; no emprego de novos materiais ou no próprio processo de execução da obra; o processo de participação social, a exemplo da forma de gestão da obra; o conhecimento e a troca de saberes entre não-técnicos e técnicos são meios de aplicar tecnologia social. Neste sentido, pode ser citada a escolha de tecnologia nos casos estudados, a participação dos envolvidos no processo, considerando a distinção do nível de participação social em Fortaleza, caso escolhido que apresenta maior grau de protagonismo em relação ao Jardim das Paineiras.

Vimos que os processos que envolvem tecnologia na produção da moradia contribuíram, em um dado momento, com a transformação social em andamento no grupo social e em suas atuações na luta pelo direito à moradia.

No processo de gestão coletiva, os agentes envolvidos compartilham conhecimentos e saberes que possibilitam alcançar um produto, um método ou um processo que, democraticamente, promove transformação social positiva. Ocorre também, um ganho social ao longo do caminho percorrido, em que todos os envolvidos, ao fomentar a tecnologia social, aprendem lições com a experiência desenvolvida.

Neste conceito encontra-se explícito de que há um protagonismo de agentes sociais que tomam decisões de maneira compartilhada que contribuem em ganho social para os envolvidos. Então, num processo de participação, que envolve uma gestão participativa, na descentralização na tomada de decisões, a cooperação de vários agentes sociais favorece o alcance da transformação social. É perceptível que o conceito de TS tem um peso ideológico significativo que, por vezes, devido ao desafio de focar a questão social e um processo democrático, em países onde o desenvolvimento está pautado na concentração de renda e na exclusão, a questão do poder na tomada de decisões serem descentralizadas por todo o grupo social de forma mais igualitária é uma questão chave que conota mudança de cultura e postura sociais e de difícil implementação.

Então, posta esta abordagem introdutória sobre o conceito de tecnologia social aplicado à habitação, questiona-se: o que se encontra de tecnologia social nesses casos?

Primeiro aspecto: em ambos os casos, a questão social e de transformação de um grupo coletivo está presente na macro-proposta de intervenção. No Jardim das Paineiras, o programa HBB/BID teve um arranjo socioinstitucional convencional ao ser protagonizado

pelo poder público. Do ponto de vista dos programas nacionais de habitação social, tal programa se destacou devido às diretrizes inovadoras que influenciaram na retomada da discussão na questão habitacional no país e serviram de modelo para atuais programas habitacionais. Este programa inovou em termos de promoção do fortalecimento dos vínculos sociais; o registro da casa ser no nome da mulher são aspectos que demonstram a sustentabilidade da família. No caso de Arapiraca, a implantação desta proposta habitacional na cidade foi inovadora devido à filosofia desse programa. Pela primeira vez, houve uma proposta de inovação social através de um programa habitacional que permitiu o enfrentamento do déficit habitacional, trazendo melhoria na forma das condições de moradia para famílias que viviam de maneira desumana e excluída de direitos sociais. Essa proposta habitacional esteve associada a um partido urbanístico que dá ao excluído a condição de ser um cidadão com acesso ao direito à cidade e à moradia. O programa inovou também em relação à fomentação de instrumentos legais para gestão do solo urbano, num momento em que o país não tinha o Estatuto da Cidade e os Planos Diretores eram tecnocráticos, então, inovou na maneira de dar a casa somada à cidade e apontou um caminho de gestão legal urbana, ou seja, uma macro proposta idealizada de forma integrada e holística e que até hoje é referencial na definição da política habitacional em Arapiraca. Conquanto no caso específico de Arapiraca, na transferência das famílias para um local periférico não foi respeitada a questão do vínculo social em relação ao local da moradia. Este aspecto foi condicionante para que muitas famílias não tenham se adaptado ao novo estilo de vida. Conforme os relatos dos entrevistados, a distância do centro, local de origem das famílias, foi o principal fator de não apropriação da moradia, o que ocasionou o êxodo das famílias do conjunto. Também contribuíram para isso o pouco acompanhamento técnico no período da mudança para o conjunto, associado à ausência de comércio local, não previsto no partido urbanístico. Estes foram alguns fatores que levaram a não apropriação por uma parcela significativa de moradores. Segundo estimativa de líderes comunitários, em torno de 50% das famílias não se adaptaram a proposta. Este aspecto fragilizou os resultados que se pretendia com a referida intervenção.

No caso do Bom Sucesso, o arranjo socioinstitucional também foi algo inovador. O protagonismo da intervenção partiu de uma parceria entre as instituições da sociedade civil como a Rede Cáritas, a ONG Cearah Periferia, a ONG Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH. Nesta proposta, o poder público foi um parceiro também, porém, cumpriu parcialmente com a sua responsabilidade no projeto. O foco principal da proposta esteve realmente na questão do ganho social das famílias, as quais também foram parceiras na elaboração, execução e implementação da intervenção. O mutirão, uma forma de produção da moradia com participação social, promoveu um encontro de saberes entre técnicos e não-técnicos. A inovação em relação ao mutirão, que se caracteriza como

tecnologia social, é que este se possibilita uma gestão social compartilhada da intervenção arquitetônica e urbanística, na qual os “mutirantes” receberam capacitações para execução da obra e também para serem cidadãos. Além disso, houve uma preocupação com os vínculos sociais ao manterem as famílias nas proximidades da área de ocupação. Como ganho social, de excluídos que eram, os “mutirantes” passou a ter uma postura social e política, sendo esta, segundo os entrevistados, a maior conquista de tecnologia social no processo. A intervenção no Bom Sucesso ocorreu num cenário local em que não estava clara a política habitacional pelo governo nem havia plano diretor na cidade. Nessa omissão da ação pública que emerge o protagonismo de mutirões orientados por instituições sociais ou por grupos sociais mobilizados. Então, o aspecto inovador consiste na idealização de uma proposta de transformação social a partir de uma rede de parceiros que queriam de fato a mudança social de famílias excluídas dos direitos sociais e que sofriam anualmente com as enchentes do rio Maranguapinho. Ao contrário da ação de políticos que tinham estes locais de pobreza como um espaço de promoção de suas campanhas eleitoreiras, era comum a troca da casa por voto, então, o ganho social é algo inovador neste contexto em que essas famílias viviam. Segundo os moradores, uma parte das famílias aprendeu a não depender dos políticos. Essa experiência gerou um aprendizado de vida e de transformação social para os envolvidos no processo.

Segundo aspecto: em relação à organização social, também foi inovadora. No caso do Jardim das Paineiras, o poder público possuía uma equipe técnica social atuante, que tinha sensibilidade social para o desenvolvimento da intervenção. Também tiveram a abertura de tomar decisões com a comunidade e com o Grupo de Referência. Este Grupo foi uma inovação social, porque esteve formada por lideranças escolhidas pelas comunidades que negociavam, junto ao poder público, melhorias durante o processo, bem como reivindicavam e defendiam os interesses das famílias. Esse Grupo se extinguiu dada a nova fase do projeto em eleger um presidente para a associação comunitária. A partir daqui, começou a ocorrer à crise social no conjunto. Com a estrutura da associação comunitária funcionando, as famílias não se adaptaram a este novo estilo de gestão social. Segundo líderes comunitários, as famílias se interessavam em participar das reuniões quando tinham algum interesse particular em detrimento de algum benefício próprio. Esta condição demonstra que a questão das necessidades coletivas ter ficado em segundo plano.

O partido urbanístico contemplou um espaço físico apropriado para o desenvolvimento da vida organizativa no conjunto, uma vez que as famílias passaram a ter a oportunidade de se organizarem, pela primeira vez, coletivamente, no prédio da associação comunitária. No entanto, hoje, as lideranças estão agindo fora da associação devido à divergência com relação à atuação do novo presidente da associação.

Em relação ao Bom Sucesso, houve também inovação social. As famílias sobreviviam na favela e não estavam organizadas socialmente de maneira estruturada. Então, o mutirão habitacional foi um processo pelo qual as famílias aprenderam a tomar decisões de maneira coletiva, aprenderam a participar de reuniões e eventos políticos e democráticos, e a se organizaram coletivamente. O partido urbanístico previu um prédio para a associação comunitária, o qual também foi construído em regime de mutirão. E em paralelo ao desenvolvimento da obra, as famílias se construíram socialmente, ou seja, aprenderam a serem sujeitos politizados e a conduzir o processo de participação social por meio da associação comunitária. Entretanto, um entrevistado expôs que, no início dessa organização, perderam o sentido de unidade devido à disputa pelo poder, reproduzindo o poder estatal, que tende a ser centralizador e corrupto, gerando a administração deficiente dos prédios coletivos. Assim como no Jardim das Paineiras, as lideranças antigas estão em conflito com o novo presidente da associação. Embora que, no caso do Bom Sucesso, o nível de protagonismo social nas reivindicações e críticas em relação a atual gestão tem sido mais consolidadas do que no caso do Jardim das Paineiras.

Em ambos os casos, a organização social, durante o processo de intervenção e pós-moradia, tem demonstrado ser um fenômeno dinâmico, em que ocorrem avanços e retrocessos de acordo com a postura do presidente da associação e os interesses que envolvem a sua atuação no conjunto. Também, ocorreu a influência dos políticos que, a procura por votos, tentavam infiltrar-se nos conjuntos. A questão política é inerente nestes espaços de organização social. É uma prática que continuou acontecendo, mesmo no Bom Sucesso, onde as famílias foram mais instruídas, em relação às do Jardim das Paineiras, a não trocarem a casa por voto.

Em relação à tecnologia utilizada, houve também um ganho social inovador. Embora em nenhum dos casos tenham adotado um modelo construtivo alternativo, manteve-se a forma tradicional de construir. O importante foi à tomada de decisão que ocorreu nos dois casos onde a comunidade decidiu a tecnologia desejada. No caso do Bom Sucesso, essa discussão foi bem mais ampla, por meio da participação direta dos “mutirantes” no processo de produção da habitação. Então, as famílias conheceram técnicas construtivas que estavam sendo realizadas em outros mutirões e nesse processo houve troca de experiências entre os “mutirantes”. Mas, como toda nova tecnologia exige mais tempo para capacitar “mutirantes” e implantá-las, então, a necessidade emergente de remover as famílias da área de risco foi o critério de bom senso coletivo e decisivo que inviabilizou o uso de tecnologias alternativas. Interessante foi a criação de um gabarito em tamanho real que facilitou a marcação da casa no terreno. Este produto se caracteriza como uma inovação no ambiente produtivo. Outra questão importante que se deu nos dois processos foi a

participação das famílias na definição do projeto da casa e do partido urbanístico. No caso do Jardim das Paineiras, a participação gerou diretrizes para elaboração dos projetos, visto que houve divergência na fala de entrevistados sobre este quesito. Os técnicos afirmaram ter havido participação social enquanto que os líderes comunitários e cidadãos engajados afirmaram que não. No Bom Sucesso, o protagonismo foi decisório, que contribuiu na definição do modelo da casa e do desenho urbano. Em ambos os casos, adotou-se uma casa do tipo embrião, definida pelos moradores e foi uma proposta que deu certo. Em suma, o ponto de encontro entre o social e a tecnologia consiste na possibilidade de promover uma transformação social onde os agentes tomam decisões ao longo do processo de maneira criativa e a tecnologia está condicionada à vontade e à necessidade do grupo social, a essa prática ocorre um nível elevado de participação, o protagonismo social que esteve presente no Bom Sucesso.

Enfim, este capítulo foi desenvolvido para mostrar como ocorreu a experiência em relação ao processo de intervenção urbanística e arquitetônica, que condicionou uma transformação na vida de grupos sociais em estado de vulnerabilidade. Também procurou demonstrar a conexão entre a tecnologia e a questão do protagonismo social, ao relacioná-la com o conceito de tecnologia social que, embora este conceito não apareça *ipsis litteris* nas diretrizes das intervenções, ele está intrinsecamente presente na concepção, nos objetivos, no processo, nos produtos, nos métodos e nos resultados.

O que se pretendeu avaliar e que será exposto no próximo capítulo é a questão do protagonismo social que contribuiu para a conservação da habitação. Será que o ganho social que tiveram com a mudança do estilo de vida, no qual receberam moradia, equipamentos coletivos e foram instruídos em relação à organização social, foram suficientes para que as famílias beneficiadas se mantivessem organizadas para cuidar do seu espaço coletivo e manterem as conquistas que tiveram? Como hipótese, parte-se do princípio de que o Bom Sucesso representa um caso de protagonismo social por ter se dado de maneira mais participativa do que o caso do Jardim das Paineiras, o qual representa um baixo nível de tomada de decisões. Então, a pergunta também pode ser feita: Será que o grupo social do Bom Sucesso continuou mobilizado na solução dos seus problemas? Ou será que o Jardim das Paineiras realmente representa um grupo com pouca mobilização diante dos problemas do conjunto? Essas questões serão esclarecidas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ESTUDOS DE CASO

Este capítulo expõe os resultados da análise comparativa referentes à tecnologia social para habitação investigada nos dois estudos de caso. Procurou-se verificar se a mobilização social, entendida nesta dissertação como uma característica da tecnologia social, contribuiu para a conservação dos espaços coletivos dos conjuntos habitacionais. Neste capítulo, apresentam-se também o método utilizado na pesquisa de campo. Os resultados principais do levantamento de campo foram as entrevistas, que foram decupadas e sistematizadas de forma a: a) possibilitar a análise comparativa; b) avaliar a questão da conservação; e c) alcançar os resultados finais. E o registro fotográfico realizado nas duas intervenções, que serviram de instrumento para análise pela pesquisadora. Cabe complementar, que a decupagem esteve ancorada no critério de identificar a resposta do entrevistado para o questionário, e assim, essas respostas foram sistematizadas no quadro síntese de análise (ver Apêndice D – Sistematização dos Questionários).

4.1. MÉTODO INVESTIGATIVO: Estudo de Caso

O Estudo de Caso foi o método de investigação escolhido para desenvolver a pesquisa para esta dissertação. Conforme conceituado por Yin (2005, p. 21), este método consiste numa estratégia de pesquisa que possibilita investigar experiências empíricas, reais e contemporâneas:

Por caracterizar uma estratégia de pesquisa que se coloca questionamentos do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

O fato de o método oferecer a possibilidade de analisar os dois casos na busca de compreendê-los enquanto processos sociais também permitiu a escolha do método. Este método possibilitou uma análise comparativa entre os casos, devido à possibilidade de investigar múltiplas variáveis de interesse e de se basear em várias fontes de evidências. Apesar das críticas de alguns cientistas de que o estudo de caso é adequado para as fases exploratórias de uma investigação, percebeu-se que este método demonstrou ser uma ferramenta útil para todas as fases do processo desta pesquisa.

Assim, a pesquisa para esta dissertação teve um caráter qualitativo através da aplicação de um questionário composto de perguntas semiabertas que foram aplicadas aos entrevistados. Além disso, houve também a formatação de quadros avaliativos, que permitiu à mestrandia avaliar a conservação do espaço coletivo nos conjuntos habitacionais.

O conceito de conservação urbana é outra questão a ser abordada neste tópico. Devido à abrangência e à complexidade conceitual sobre a conservação de espaços coletivos, não foi possível desenvolver um estudo conceitual mais aprofundado. Entretanto, para esta dissertação, compreende-se a questão da conservação como uma corresponsabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais em cuidar do seu espaço (a sua moradia) e do espaço coletivo e público. Cabe esclarecer que a ação de conservação pelos moradores não substitui a responsabilidade do Estado. Dessa forma, pretende-se averiguar se houve mobilização social dos moradores e se ela contribuiu de maneira positiva na conservação do espaço coletivo e público, ou seja, para o seu habitat e na busca da efetivação dos seus direitos. Este espaço coletivo e público compreende a rua, a calçada, os equipamentos públicos (praça, posto de saúde, escola, creche, creche-escola, galpão de pré-moldados, mercado comercial, prédio da associação comunitária e a área verde do rio Maranguapinho) encontrados nos conjuntos habitacionais estudados.

Em relação à pesquisa de campo, as ferramentas de investigação *in loco* foram submetidas e aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas. As ferramentas utilizadas foram o Questionário e o Quadro Avaliativo do Pesquisador, conforme descritos a seguir:

- a) **Questionário** - a lógica de construção das perguntas para o questionário partiu da necessidade de compreender como ocorreu a dinâmica de mobilização social para a solução dos problemas coletivos no conjunto. Essa mobilização social corresponde a uma variável do conceito de tecnologia social para habitação que foi adotada para este estudo. Como este conceito é amplo, procurou-se focar a relação entre a questão da participação social, representada pelo protagonismo, o nível mais elevado de participação social segundo a Produção Social do *Habitat* e a tecnologia social para habitação, entendida pela forma como cada grupo social se mobilizou para cuidar das benfeitorias físicas da moradia, dos equipamentos coletivos e públicos da intervenção urbanística ou se mobilizaram na luta pelos seus direitos a acessos a serviços urbanos. Assim, a ideia consiste em fazer a pergunta, seguida do problema e como eles se mobilizaram coletivamente para resolvê-lo. Dessa forma, acredita-se compreender o ciclo: a percepção do problema e a organização social na busca de soluções para estes problemas. Com relação à organização do Questionário, este se inicia com uma pergunta introdutória (Quando vocês vieram morar aqui?) e segue com cinco blocos temáticos de perguntas, totalizando trinta e duas questões. A primeira pergunta é independente dos demais Blocos e pretende compreender a origem do entrevistado em relação ao tempo de moradia da família na localidade. É também

uma forma de estabelecer um contato inicial com o entrevistado. O modelo do questionário corresponde ao Apêndice G neste estudo.

- b) Quadro Avaliativo do Pesquisador** - para avaliar a questão da conservação do espaço coletivo e público foi desenvolvido dois tipos de quadros: o quadro com as variáveis de análise, que avaliou a parte externa da casa; e o outro quadro que avaliou o estado de conservação do espaço coletivo e público. O modelo do quadro avaliativo do pesquisador está associado ao Apêndice G neste estudo.

4.2. RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Os questionários (ver modelo do questionário no Apêndice G) foram estruturados com uma pergunta introdutória seguida de cinco blocos de perguntas organizadas por temas conforme a descrição abaixo:

- **Pergunta Introdutória:** foi definida uma pergunta como abordagem inicial para conhecer a origem de moradia do entrevistado.
- **O Bloco Um:** demonstrou como a família e o grupo social teve acesso aos serviços públicos e quais suas formas de mobilidade, bem como deu visibilidade da distância entre a moradia e o centro urbano (acesso a serviços e trabalho).
- **O Bloco Dois:** verificou se os espaços públicos são espaços de permanência e de convívio coletivo. E se, quando ocorreram problemas, o grupo social resolveu coletivamente.
- **O Bloco Três:** abordou a questão da conservação do espaço coletivo e público, tratando os temas relacionados aos serviços públicos, como também identificou os problemas comuns e as soluções coletivas adotadas.
- **O Bloco Quatro:** identificou a questão da segurança da posse do imóvel; se a regularização fundiária foi efetivada; se ocorreu a apropriação do lugar por parte do grupo social; e a forma como as pessoas compram e vendem as casas.
- **O Bloco Cinco:** detalhou a estrutura da organização comunitária, no sentido de verificar se esta se encontrava atuante, quem participava, quando foi criada, a periodicidade das reuniões e a sua legitimidade.

No Apêndice D, encontra-se a síntese da sistematização da opinião de cada entrevistado.

4.3. PERGUNTA INTRODUTÓRIA: Quando Vocês Vieram Morar Aqui?

De uma forma geral, a origem dos entrevistados da pesquisa provém de localidades diferenciadas. Dos sete entrevistados do Jardim das Paineiras, quatro se mudaram em 2007, juntamente com as demais famílias contempladas com uma habitação social realizada pela Prefeitura de Arapiraca. Estes participaram do processo de cadastro, esperaram pela casa, participaram das reuniões e das capacitações com os técnicos municipais, fizeram parte do Grupo de Referência que defendia os anseios das famílias beneficiadas com a intervenção, e se tornaram lideranças referenciais para o conjunto. Em 2008, três entrevistados passaram a ter convivência com as famílias do conjunto. Entre esses, um entrevistado adquiriu uma casa via compra informal, já que nessa época não havia sido feita a regularização fundiária. Nesta casa o entrevistado desenvolveu um trabalho social para a comunidade. Esse fato já expõe certa facilidade de compra e venda da casa, que será posteriormente analisado. Dos sete entrevistados, dois não moram no conjunto, entretanto, por conviverem diariamente na localidade por motivos de trabalho, possuem um contato direto com as famílias e são vistos como líderes no conjunto, o que legitima a sua participação neste estudo.

Os entrevistados do Bom Sucesso também têm origens distintas. Dois entrevistados participaram da primeira etapa do mutirão ocorrida em 1996, e um entrevistado participou da segunda fase em 1999. Os entrevistados da primeira etapa são aqueles que viviam em moradias improvisadas e precárias à margem do rio Maranguapinho, área que era considerada de risco socioambiental. Essas famílias foram selecionadas para participarem do processo de mutirão de construção da casa instruídas pela ONG Cearah Periferia, pela Rede Cáritas e pela Prefeitura. Conforme revelado por um entrevistado, quando a casa estava na sétima fiada de tijolos, ocorreu o sorteio das casas e cada família concluiu a construção da casa recebida. O processo foi iniciado com um mutirão de famílias que trabalharam pela edificação das casas, em seguida, com o sorteio das casas, cada família passou a concluir individualmente a construção da sua moradia. Entre os quatro entrevistados, um não participou do processo de mutirão, mas, desde criança, mora próximo ao conjunto e tem a lembrança de que o terreno onde foi instalado o conjunto era uma grande área coberta de mata. Este mora no mesmo bairro do Bom Sucesso e tem legitimada sua participação neste estudo por ser um líder comunitário atuante.

4.4. BLOCO 1 - ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE

- **No local que vocês moravam antes pegava condução (transporte)?**

É relevante destacar a diferença entre as propostas de localização dos conjuntos habitacionais dos casos. Os moradores do Jardim das Paineiras moravam no centro da cidade, numa área de risco socioambiental, e passaram a morar numa área de expansão urbana em Arapiraca, enquanto os moradores do Bom Sucesso moravam vizinho ao terreno vazio onde ocorreu o mutirão habitacional. Segundo os entrevistados, a mudança de área contribuiu para que muitas famílias vendessem a sua casa no Jardim das Paineiras e voltassem às proximidades do centro.

Os entrevistados do Jardim das Paineiras foram unânimes na resposta em relação à independência de transporte público quando moravam no centro. Eles se locomoviam a pé. Quando se mudaram para o Conjunto, passaram a depender de transporte público ou privado. A maioria dos entrevistados, apesar disso, não apontaram a distância e a localização do conjunto como fatores que dificultaram a permanência de famílias no conjunto. A visão geral dos entrevistados consiste em que a casa tem maior valor do que as dificuldades de adaptação à nova localização. Quando as famílias passaram a morar no conjunto, reivindicaram junto à Prefeitura que o conjunto tivesse o serviço de transporte público, o que ocorreu. Apenas um entrevistado citou a dificuldade financeira para pagar a passagem de ônibus. Outra conquista em relação à locomoção é a existência de um ônibus escolar e de um motorista, morador no conjunto, e que realiza o transporte dos estudantes das escolas de ensino médio no período noturno de forma gratuita para bairros distantes.

No conjunto do Bom Sucesso, a situação não foi conflitante. Como as famílias mudaram para um local adjacente à área de invasão, a situação do transporte permaneceu a mesma. Eles foram unânimes em apontar o transporte público como uma situação inalterada. Acerca da acessibilidade urbana, o que eles reivindicaram, para facilitar na circulação das áreas do entorno do conjunto, foi a passarela de pedestre prevista no projeto de urbanização do rio Maranguapinho. A Prefeitura havia assumido o compromisso da construção dessa passarela no convênio com os parceiros do projeto, Rede Cáritas, ONG's Cearah Periferia e CDPDH. No entanto, a ponte não foi construída, sob a alegação à comunidade, que insistentemente cobrava nas reuniões do Orçamento Participativo⁶², de que havia outras obras prioritárias. Em síntese, a mobilização comunitária dos conjuntos foi ativa e, parcialmente, trouxe os

⁶² O Orçamento Participativo (OP) consiste num instrumento de planejamento e gestão compartilhada e democrática, onde os moradores de cada bairro definem as suas prioridades e os seus delegados que participarão da assembleia geral e defender as proposta da sua comunidade ou de seu bairro. Nas assembleias do OP as propostas são definidas para que a Prefeitura execute.

resultados esperados pela comunidade. Percebeu-se que foi mais ativa no Bom Sucesso devido à existência das assembleias do Orçamento Participativo.

- **Foi difícil pra vocês conseguirem vaga na Creche do Conjunto?**

A creche do Jardim das Paineiras representa um benefício apontado, unanimemente, por todos os entrevistados. Embora tenha sido prevista uma edificação de menor porte, a reivindicação do Grupo de Referência conquistou a mudança no projeto arquitetônico da creche, a qual teve seu espaço físico ampliado e, por isso, justificou-se a morosidade na conclusão da obra, sendo este o último equipamento público entregue à comunidade em 2011. Outra questão apontada é a demanda por vagas. Como a creche atende somente às famílias do conjunto, os entrevistados confirmaram a facilidade no acesso à vaga para as mães que trabalham. Entretanto, em relação à mobilização comunitária, apontou-se que a Prefeitura foi cobrada para a entrega da obra da creche antes da comunidade mudar-se para o conjunto e que, posteriormente, a comunidade ficou alheia à situação e passou a ter uma atitude de comodismo frente ao atraso de quatro anos para entrega da obra.

Na creche do Bom Sucesso, o projeto original de urbanização previu uma creche-escola, no entanto, a falta de capacidade gestora pela associação comunitária, segundo os técnicos, fez com que a Prefeitura assumisse a responsabilidade do prédio, mudando o uso de creche-escola para uma escolinha infantil. A ausência de uma creche no conjunto é um problema atual para as mães que trabalham, uma vez que a creche existente no bairro não supre à demanda. Os entrevistados informaram que houve reivindicação ao governo municipal e estadual, porém sem resposta favorável. O atual líder apontou que existe um projeto de instalação de uma nova creche, mas não soube informar quando será construída. Como medida paliativa, pessoas da comunidade, sensíveis à causa, procuram cooperar com as mães que precisam e, frequentemente, averiguam a existência de vagas na creche do bairro. Essa ação demonstra um laço social entre moradores diante de uma dificuldade aparente.

Em síntese, este problema foi resolvido no Jardim das Paineiras, embora com parcial mobilização comunitária. Também demonstrou que a comunidade, durante a execução da obra, não priorizou o aspecto de ação coletiva para melhorar a vida das mães que precisam. No caso do Bom Sucesso, a comunidade ainda vem batalhando por mudança da sua realidade. Nesta comunidade, a desunião das antigas lideranças com o atual líder tem travado impasses nas decisões, o que tem gerado ações isoladas e enfraquecido as possibilidades de solução do problema.

- **Foi difícil pra vocês conseguirem vaga na Escola?**

No Jardim das Paineiras, a situação da escola é similar à da creche, em relação à demora na conclusão da obra. A escola foi o segundo equipamento público entregue à comunidade em 2008. Como consequência da reivindicação da comunidade e do Grupo de Referência, houve alteração do projeto arquitetônico e a escola teve os espaços físicos ampliados. O fato de a escola ser em regime de tempo integral, promove atividades socioeducativas e oferece um número de refeições maior que o costume das escolas públicas, tem atraído consideravelmente a presença dos alunos e reduzida a evasão escolar de crianças e adolescentes. É justificável que esta experiência tenha dado certo em grupos sociais periféricos, o que tem impulsionado mudanças positivas de comportamento de alunos e pais. Além disso, a escola oportuniza, no período noturno, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), àqueles que estão com distorção idade-série. Em paralelo, na associação comunitária ocorrem atividades que reforçam o nível educacional da comunidade com a oferta do PROJOVEM⁶³ Adolescente e a chegada do TELECENTRO⁶⁴ que está em fase de instalação⁶⁵.

Todos os entrevistados apontaram que a escola é um benefício à comunidade e que não há problema com vagas, pois a escola atende, exclusivamente, a população do conjunto. A dificuldade ocorre a partir do 6º ano escolar, quando os alunos precisam migrar para o sistema de ensino fundamental. Um entrevistado sugeriu que a escola fosse mais acessível aos ex-alunos como forma de evitar as delinquências as quais estão sujeitos na rua, porém comentou que há dificuldade no diálogo com a direção da escola.

No Bom Sucesso, a escolinha infantil funciona no antigo prédio da creche-escola. Apesar de não haver escolas de ensinos fundamental e médio no conjunto, apenas um entrevistado apontou ser difícil conquistar uma vaga, o que demonstra que crianças e adolescentes têm facilidade de estudar no bairro. A comunidade conta com o apoio da escolinha infantil e do Conselho Tutelar para auxiliar na transferência dos alunos para escolas no bairro ou para outras cidades. Diante da ausência desse equipamento público no conjunto, lideranças comunitárias levaram esta demanda para o Orçamento Participativo, mas não conseguiram uma resposta concreta de quando serão instaladas mais escolas no conjunto. O maior desafio colocado pelas antigas lideranças do conjunto é o envolvimento das crianças e adolescentes com o mundo das drogas, que os desestimula aos estudos ou ao trabalho.

⁶³ Programa Nacional de Inclusão do Jovem.

⁶⁴ O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) ofertam computadores conectados a internet para o treinamento de pessoas visando desenvolver ou fortalecer empresas de pequeno porte (EXCLUIR ESTE TEXTO ANTERIOR). O TELECENTRO corresponde a um ambiente de aprendizagem tecnológica através do uso de computadores e internet disponíveis gratuitamente para o uso da comunidade.

⁶⁵ Na época de levantamento de dados para este estudo, todo o material do TELECENTRO já estava de posse da Associação Comunitária, e que iniciaria a fase de instalação e organização do espaço físico.

Lembraram que no início, a associação comunitária oferecia cursos e procurava fortalecer o vínculo social, conforme ensinado pela Rede Cáritas, no sentido de evitar a marginalidade infanto-juvenil. Muitas crianças e jovens estão envolvidos com as drogas e a violência, inclusive já houve casos de alunos irem armados à escola. A proposta das antigas lideranças é a oferta de cursos profissionalizantes como uma possibilidade de mudança do atual cenário de violência que envolve os jovens, mas a falta de alguém que trabalhe para realização desta proposta é um motivo de preocupante.

Em suma, ambas as comunidades promoveram atos de mobilização comunitária que contribuíram para a oferta de serviços educacionais e infraestrutura equivalente para os residentes do conjunto, entretanto, ambas sofrem a ameaça de fatores externos à escola, como a violência e as drogas. Para estes fenômenos, nenhuma comunidade ainda encontrou uma solução plausível. O Jardim das Paineiras tem ofertado mais possibilidades educacionais para crianças, jovens e adultos. Ao contrário, no Bom Sucesso ocorre a oferta escolar limitada às crianças, posto que os atos de reivindicação junto ao poder público não surtiram o efeito desejado.

- **Foi difícil pra vocês conseguirem vaga no Posto de Saúde?**

Todos os entrevistados do Jardim das Paineiras confirmaram que não têm problema de vaga, uma vez que o posto de saúde atende somente as 582 famílias do conjunto, e o serviço prestado foi elogiado pelos entrevistados. O posto de saúde foi o penúltimo equipamento público entregue à comunidade. Como medida paliativa, devido à pressão da comunidade e do Grupo de Referência, quando as famílias se mudaram, o atendimento de saúde ocorreu inicialmente na sede da associação comunitária até o prédio ser concluído. Outra mudança ocorrida, fruto da reivindicação social, foi a alteração no projeto arquitetônico de um posto simples para uma UBS — Unidade Básica de Saúde —, que causou o atraso na entrega da obra, como ocorreu com a escola e com a creche. Uma vantagem importante no conjunto é a existência de um CLS – Conselho Local de Saúde, o qual tem poder reivindicatório no que tange as questões de saúde e outras questões de necessidade do grupo social. É um espaço de participação onde a comunidade leva as demandas e discute soluções, conquanto poucos participam. A dificuldade está na ampliação da oferta de especialidades médicas; no aumento da cota de exames especializados; e maior regularidade na oferta de medicamentos.

No Bom Sucesso, a realidade é outra, o atendimento de saúde tem-se mostrado crítico e precário. O único posto de saúde está destinado a atender os 39 mil habitantes do bairro, o

que é inviável ofertar um serviço público de qualidade. Para obter uma ficha de atendimento, as pessoas madrugam na fila, arriscando a própria vida. Outras dificuldades expostas pelos entrevistados são a falta de medicamentos, falta de médicos e baixa cota de exames especializados. Os entrevistados apontaram de forma unânime a carência de vagas no posto de saúde. As antigas lideranças lembraram que foi feita uma parceria com o posto de saúde, na qual um médico atendia na associação. Houve também palestras educativas de sensibilização para os jovens. Mas informou que hoje o grupo social está acomodado em relação à mobilização, uma vez que foram feitas reivindicações no Orçamento Participativo e nada foi resolvido. Como medida paliativa, a comunidade obtém atendimento nas emergências dos hospitais, correndo o risco de não serem atendidas, devido à censura realizada nestes órgãos, de que o atendimento é para emergências. Com a rivalidade imposta entre as lideranças antigas e a atual, ocorre um impasse na ação de cooperação comunitária. No momento, os laços sociais estão fragilizados para resolverem problemas em comum. Entretanto, o atual líder da associação comunitária informou uma notícia que representa uma esperança para a comunidade: o poder público se reuniu com as lideranças do bairro para que estes cooperem na identificação de um terreno para a construção de um posto.

De uma forma geral, as dificuldades sentidas no posto de saúde do Jardim das Paineiras têm sido cobradas pelo Conselho Local de Saúde, o que demonstra a descentralização da gestão pública, porém, poucos representantes da comunidade participam. Em relação às dificuldades sentidas, as limitações do posto de saúde são as mesmas entre os dois casos, entretanto, no Bom Sucesso, a situação se desenha numa precariedade visivelmente expressiva. Aqui o problema não é de reivindicação, mas de omissão do poder público. Na exposição deste problema, a comunidade foi enfática em expor a rivalidade entre as antigas lideranças do conjunto com o atual líder, sinalizando um enfraquecimento dos laços sociais, uma vez que a comunidade está dividida em opiniões.

- **Tem Agente Comunitário de Saúde? Qual a frequência que eles visitam a sua casa?**

No início da moradia das famílias no Jardim das Paineiras, diante da ausência do posto de saúde e de agentes comunitários, a comunidade foi orientada pelo poder público a buscar atendimento nos postos de origem. No entanto, esses passaram a ser rejeitados pela equipe de saúde desses locais, porque compreenderam que, com a mudança de localidade, eles precisariam procurar seu novo posto, mas, como estava em obras, a comunidade reivindicou uma solução imediata para este problema. Então, a Prefeitura realizou a seleção

de agentes de saúde proveniente da própria comunidade. A baixa escolaridade das pessoas impediu que um número maior de agentes locais fosse contratado. Hoje, com o posto já em funcionamento no conjunto, os agentes fazem atendimentos no posto e realizam visitas domiciliares mensais. Por serem da comunidade, os agentes conhecem cada família e a situação de cada doente, o que facilita no atendimento. Também representa um laço social, pois que todos os entrevistados apontaram a boa convivência com os agentes. Todos os entrevistados foram unânimes em confirmar a ausência de problema no atendimento pelos agentes e a frequência regular das visitas domiciliares. A limitação consiste na oferta de exames especializados, muitos passam quase seis meses esperando uma marcação de exame específico, e que não depende dos agentes a solução desse problema, mas de investimentos do poder público em injetar mais recursos para melhorar a prestação de serviço de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) de Arapiraca é considerado um dos melhores do Estado. Um fato revelado por um entrevistado mostrou que, quando a comunidade ganhou a casa, ficou acomodada e não valorizou o espaço de participação no Conselho Local de Saúde.

Em relação à comunidade do Bom Sucesso, a situação é bem diferente. Quando a comunidade passou a morar no conjunto, reivindicou junto ao poder público o serviço prestado pelos agentes de saúde e foi atendida há cinco anos. Todos os entrevistados afirmaram a existência de agentes de saúde, porém três entrevistados apontaram a infrequência das visitas domiciliares. Essa situação é justificável pela proporção de cobertura onde um agente atende mil habitantes, o que torna inviável uma prestação de serviço a contento. A forma distante de relacionamento entre o agente e a comunidade demonstra uma impessoalidade entre ambos. A solução desse problema foi reivindicada nos eventos do Orçamento Participativo, mas ainda não foi resolvida. As antigas lideranças desabafaram o desinteresse de representantes da comunidade em participar atualmente desses eventos, o que transparece a falta de consciência de seu papel como cidadão de direito e não potencializa o canal de ausculta pública em reivindicar politicamente soluções para os problemas da coletividade. Outra questão é que nenhum entrevistado abordou sobre a existência de um Conselho Local de Saúde.

Em síntese, ambas as comunidades reivindicaram melhorias, porém foram parcialmente atendidas. Entretanto, é visível o comodismo do grupo social do Jardim das Paineiras em participar do espaço democrático existente, que poderia fortalecer as ações locais e potencializar melhorias para o serviço de saúde local. Já o grupo social do Bom Sucesso tem participado, porém a sua reivindicação não foi contemplada.

4.5. BLOCO 2 - ESPAÇO PÚBLICO DE PERMANÊNCIA

- **A rua é um ambiente de convívio para os vizinhos?**

No Jardim das Paineiras, a maioria dos entrevistados afirmou que a rua é um local de convivência para os moradores pelo dia, apenas um indicou que não. A noite não é aconselhável estar nas ruas, devido a presença frequente de usuários de drogas e à prostituição de meninas a partir de 12 anos de idade. Todavia, a possibilidade de violência não representa um impedimento das pessoas estarem nas ruas. Essas situações têm gerado insegurança na comunidade e mostrado a necessidade de haver oportunidades para que os jovens não sejam atraídos às delinquências juvenis. Foi apontado também que há ruas em que os laços sociais de cooperação mútua são mais fortes que em outras.

O projeto de urbanização desse conjunto havia previsto ruas arborizadas e calçadas com placas de grama. Tal projeto teve um trabalho de educação ambiental, do qual resultou na nomeação das ruas com nome de árvores típicas da região. O grupo social foi orientado a cooperar com esta paisagem ambiental, porém um entrevistado colocou que a capacitação dada foi insuficiente e que as assistentes sociais deveriam ter investido mais nesta ação. A paisagem ambiental projetada não se concretizou. Uma liderança comunitária cobrou a aplicação da grama à Prefeitura, mas sem êxito.

Outra questão é o problema de manutenção do calçamento. Há ruas onde o paralelepípedo está solto, o que fez com que o presidente da associação cobrasse do poder público, e este veio reparar a falha do serviço. Foi também solicitado que os garis que moram no conjunto viessem a trabalhar na varrição do conjunto, porém foi negado pela Secretaria Municipal responsável. Periodicamente, parte da iniciativa do posto realizar campanhas de varrição das ruas.

O problema maior em relação à rua destacado por todos os entrevistados é com relação ao tratamento que a comunidade dá ao lixo. É evidente a ausência de cooperação da comunidade na manutenção da rua, como citou um entrevistado “muitos tem consciência de que ainda moram na favela”. Aparenta que a maioria das pessoas da comunidade não se importa em conviver com o lixo, mesmo diante das diversas ações de limpeza promovidas. As ações de reivindicação partiram do presidente da associação comunitária, diretores da escola, do posto de saúde e da creche, mas ainda é uma luta cultural a ser vencida.

No Bom Sucesso, a comunidade apontou que a rua não é um local de convívio social devido ao tráfico de drogas e à violência, causando medo aos moradores. Dos quatro entrevistados, apenas um indicou que a rua é um local de convívio entre as pessoas.

Inclusive, um entrevistado desabafou que não se pode confiar mais nos vizinhos. Esta situação demonstra a fragilização dos laços sociais em uma parte do conjunto. Em contrapartida, outro entrevistado apontou que ainda há aqueles que se conhecem e se ajudam, revelando a presença de um laço social entre algumas famílias do conjunto.

Um entrevistado revelou que, após a entrega das casas, o grupo social não avançou em termos de organização social, para que esta se tornasse responsável pela manutenção dos espaços públicos, ou seja, a rua, a calçada e os prédios que fazem parte do projeto de urbanização do mutirão como associação comunitária, galpão de pré-moldados, o centro comercial e a área da praça.

Uma reivindicação no Orçamento Participativo, em 2006, em relação à rua diz respeito ao calçamento. O grupo social teve a oportunidade de escolher o tipo de revestimento do piso. Através do processo democrático de votação, optaram pelo asfalto, contudo, sugeriu-se que, por Fortaleza ser uma cidade quente, o calor seria amenizado com o paralelepípedo, mas não se levou em conta este argumento climático. Em 2009, o conjunto foi asfaltado.

Uma ação recente promovida pelo atual líder comunitário é a sinalização da rua em frente à associação. Esta rua é a única sinalizada nas duas formas: horizontal (faixa de rua pintada) e vertical (placas sinalizadoras), o que tem contribuído para que a comunidade respeite o prédio da associação. O líder também informou que hoje é possível sentar na calçada e ficar conversando, porque o problema da violência foi minimizado.

De uma forma geral, é visível apontar que as duas comunidades vivem o drama do tráfico de droga nos espaços públicos, embora, no Jardim das Paineiras, o grupo social não tenha apontado o medo como foi exposto pelos moradores do Bom Sucesso. As reivindicações para melhoria da rua foram feitas, porém é notório que o problema do lixo demonstra a falta de cooperação da maioria das famílias na manutenção do conjunto. No Bom Sucesso, é interessante observar a prática da democracia ativa na votação do tipo de calçamento. Houve avanços alcançados e, também, impasses a serem vencidos.

- **A praça é um ambiente de convívio para os vizinhos? Vocês já tiveram/tem problema na praça? O que fizeram/fazem para resolvê-lo?**

A praça do Jardim das Paineiras é vista como um local de permanência e de lazer pela maioria dos entrevistados. Um entrevistado apontou que é seguro estar na praça até às 17 horas, após este horário não é aconselhável, devido ao problema da violência, a presença dos usuários de drogas e de prostitutas adolescentes, que provocam insegurança. Um dos entrevistados apontou que todos sabem o que acontecem no conjunto, mas ninguém toma

providência devido ao receio de sofrer repressões dos delinquentes. Inclusive, a insegurança aumenta devido à omissão e ineficiência dos órgãos de segurança pública. No início da ocupação no conjunto havia uma base policial comunitária instalada na praça. A maioria dos entrevistados indicou que se houvesse policial na praça, as famílias se sentiriam seguras em estar num espaço público de lazer. Recentemente, o presidente da associação vem participando de reuniões com representantes da Prefeitura, do Governo do Estado de Alagoas e do GGIM (Gabinete de Gestão Integrada Municipal), que informaram a proposta de instalação de uma base policial comunitária na praça. Além disso, o Conselho Local de Saúde (CLS) previu a realização de um Fórum de Segurança para a comunidade, no qual os policiais serão convidados para que cada um saiba qual o seu papel na segurança pública do conjunto.

A infraestrutura da praça foi depredada por vândalos da comunidade e de fora do conjunto. Entrevistados afirmaram que os moradores têm sido omissos em assumir a sua responsabilidade na manutenção da praça. A ausência de manutenção fez um entrevistado declarar que “a praça está entregue às baratas”. Além disso, a ausência de vegetação na praça é também um aspecto negativo. A grama e as poucas árvores também foram alvos de destruição. Em contrapartida, a Prefeitura destinou um funcionário para realizar a manutenção do paisagismo, porém, como ele aparece esporadicamente, não dá conta do serviço. Outra questão é o lixo nos espaços públicos. O CLS na busca de erradicar os focos de dengues tem realizado periodicamente mutirões de limpeza na praça e na rua, mas a cooperação e a consciência da comunidade têm sido diminuta.

No Bom Sucesso, foi unânime a resposta dos entrevistados terem definido a praça como um local de não convivência social devido ao tráfico de drogas na área e a violência frequente, que gera medo nos moradores. Alguns entrevistados lembraram que nos eventos comemorativos nesta área ocorreram atos de violência e, por este motivo, as pessoas deixaram de participar. Este problema é agravado com a rivalidade entre as gangues de bairros vizinhos. Inclusive, as três praças existentes no bairro foram alvos de depredação pelos vândalos. O atual líder comunitário está cobrando uma ação de recuperação dessas praças por parte da Prefeitura. A comunidade diz que este problema segue sem solução.

Para a área às margens do rio Maranguapinho, onde as famílias moravam de forma improvisada, continuaram sem uma intervenção estatal. O projeto de urbanização do mutirão previu que seria uma grande área de lazer para a comunidade e que beneficiaria também o bairro vizinho. No entanto, a Prefeitura não cumpriu com a sua responsabilidade no projeto de viabilizar a infraestrutura dessa área. As antigas lideranças, conhecedoras dessa realidade, reivindicaram no Orçamento Participativo, mas não foram atendidas. Atualmente, a Prefeitura conseguiu recursos federais através do PAC – Programa de

Aceleração do Crescimento, e desenvolveu um projeto de urbanização integrada de toda a margem urbana do rio Maranguapinho no sentido de embelezar essa região periférica que fica no entorno do estádio de futebol que sediará alguns jogos da COPA 2014. Em virtude disso, a área do conjunto está inserida neste macro projeto do rio, porém uma parte do conjunto composta de casas dos “mutirantes”, a escolinha infantil e centro comercial estão marcados para demolição. As famílias que estão com as casas marcadas para sair, estão recebendo visitas dos técnicos da Prefeitura que estão negociando uma indenização ou a troca da área da casa por uma moradia pelo PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida - em outro bairro periférico e distante do Bom Sucesso. Este macro projeto do rio prevê a saída de famílias que mora no conjunto para locais distantes e representa uma ameaça aos laços sociais do conjunto.

A ausência de espaços de lazer no Bom Sucesso tem feito com que os moradores busquem lazer fora do bairro, a exemplo de uma área particular com piscina localizada num bairro adjacente. O atual líder informou que tem projetos de promoção de lazer, no entanto, a falta de cooperação financeira dos sócios mantém esta ideia estagnada.

Fazendo um balanço da forma como as famílias dos conjuntos têm usado a praça, verificou-se que, em ambos os casos, o medo da violência tem sido um fator que impede o uso desses espaços, bem como paralisado uma reação dos moradores em busca de uma solução plausível. Mesmo assim, no Jardim das Paineiras, a violência e os atos de vandalismo não são impedimentos das pessoas estarem nas praças durante o dia, mas, à noite, apontaram a insegurança no espaço público. No Bom Sucesso, foi unânime entre os entrevistados de que a praça deixou de ser um espaço público de convivência.

Em relação à infraestrutura instalada na praça, o Jardim das Paineiras chegou a ter uma praça infraestruturada, mas que tem sido destruída por vândalos. E no Bom Sucesso, o projeto de urbanização da área de lazer não se cumpriu e continuou sendo um espaço de vulnerabilidade social. Porém, o Governo do Estado do Ceará não considerando a intervenção urbanística do projeto do mutirão, está desenvolvendo uma nova proposta.

É notório que, em se tratando da questão de conservação e manutenção desses espaços públicos, os moradores do Jardim das Paineiras tem se omitido em reivindicar ação de limpeza dos espaços públicos para a Prefeitura e ações de segurança pública pelo governo do Estado de Alagoas. Já no Bom Sucesso, alguns elementos de infraestrutura foram instalados, mas também foram alvos de depredação patrimonial. Essa falta de apropriação pelo espaço público tem contribuído para a destruição do lugar e também estigmatizou a praça como um local de violência e de práticas inadequadas. A saída apontada para ambas os casos é a segurança pública, mas ambas as lideranças apontam a inércia de ação do coletivo em reivindicar devido ao medo e, por isso, tem imperado o silêncio.

4.6. BLOCO 3 - CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E COLETIVO

- **Vocês têm problema de abastecimento de água?**

Acerca do abastecimento de água no Jardim das Paineiras, houve praticamente um empate nas respostas. Quatro entrevistados alegaram que existe problema de abastecimento, enquanto três entrevistados negaram. A maioria relatou que a crise do abastecimento de água ocorre em toda a cidade de Arapiraca devido à infraestrutura limitada e ao crescimento populacional, fatores que contribuem para o rodízio de água nos bairros.

No conjunto, a escola e a creche têm sofrido mais com o racionamento de água do que outros equipamentos públicos. No caso da escola, os diretores solicitaram à Secretaria Municipal de Educação, e foram atendidos, com a instalação de um poço artesiano e uma caixa d'água com maior capacidade de armazenamento. Nas casas, muitas famílias substituíram suas caixas d'água por caixas maiores. Nos casos em que a concessionária que presta serviço, CASAL⁶⁶, demora a resolver o problema de falta d'água, as pessoas da comunidade ligam para as rádios de maior audiência na cidade e expõem o problema, cobram uma solução e esta forma de reivindicação tem funcionado.

A maioria dos entrevistados do Bom Sucesso afirmou não haver problema no abastecimento de água, apenas um entrevistado afirmou. Quando a concessionária que presta serviço, CAGECE⁶⁷ demora a atender o conjunto, parte de um grupo de pessoas da comunidade liga várias vezes, na forma de rodízio de ligações telefônicas, cobrando uma solução à concessionária, e acaba sendo uma forma de resolver o problema através da pressão social.

A maior reclamação refere-se ao valor da taxa conjugada de água e esgoto, situação que tem sido cobrada até por políticos da cidade, mas que ainda não foi resolvida. Os prédios pertencentes ao mutirão estavam com um débito alto de água e esgoto. Como medida paliativa, o atual líder abriu uma cacimba no terreno da associação para abastecer o prédio. A associação precisa levantar recursos financeiros para pagar o débito herdado das gestões anteriores, no entanto, os sócios da associação não têm cooperado, por terem sido enganados pelos antigos líderes.

Em ambos os casos, há indícios de ações reivindicatórias em relação ao abastecimento de água nos conjuntos. O Jardim das Paineiras conseguiu alternativas de abastecimento de água, mesmo diante do problema de racionamento que a cidade está sujeita. No Bom Sucesso, o problema não foi superado em relação ao pagamento da dívida de

⁶⁶ Companhia de Abastecimento d'água e Saneamento de Alagoas.

⁶⁷ Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

abastecimento de água, o que retrata a falta de condição em solucionar o pagamento, posto que o valor era alto para uma comunidade carente e demonstra a falta de mobilização social para solução do problema.

- **Vocês têm problema com coleta de esgoto?**

Todos os sete entrevistados do Jardim das Paineiras confirmaram a ausência de problemas na prestação de serviço público. O sistema e a usina de esgoto funcionam a contento. O conjunto é totalmente saneado. Entretanto, alguns entrevistados transpareceram que os moradores não tem consciência do uso correto do sistema. No início da moradia do conjunto eram frequentes os entupimentos com objetos inadequados. O grupo social recebeu instrução por parte do poder público de como deveria usar o sistema, entretanto, os problemas cessaram devido à manutenção cotidiana de uma equipe técnica da Prefeitura que resolve exclusivamente os problemas do local. Um entrevistado alegou que esta equipe tem deixado serviços inacabados, mas a grande maioria dos entrevistados apontou que essa equipe resolveu o problema. Um entrevistado lembrou que houve um problema de um cano de esgoto ter estourado e a CASAL, recusou a solucionar. Então, o grupo social tomou a iniciativa de comprar a ferramenta com recurso financeiro do caixa da associação para resolver o problema. Essa ação demonstra um movimento coletivo em prol de todos.

No Bom Sucesso, todos os entrevistados também apontaram a ausência de problema. Inclusive, é o único conjunto do bairro cem por cento saneado e que possui estação de tratamento. A CAGECE vem ampliando o sistema no bairro atualmente. Antes as famílias que moravam na favela lançavam o esgoto no rio, hoje, elas têm acesso a um serviço que nunca tiveram. Nas entrevistas foi interessante perceber o quanto esse serviço significa para as famílias. É motivo de orgulho para os moradores terem recebido este sistema, o que simboliza um direito social conquistado. Quando ocorre um problema, pessoas da comunidade ligam para a CAGECE e esta vem resolver.

Em síntese, os relatos dos entrevistados do Jardim das Paineiras nos revelam que a ausência de consciência do uso do sistema e os problemas frequentes fizeram com que existisse na comunidade uma equipe com esta finalidade exclusiva. A consciência é ainda de quando moravam na favela, deixando que objetos causem entupimento no sistema, não se deram conta da conquista de um direito social que tiveram. Situação que demonstra a falta de protagonismo da maioria das famílias do conjunto em relação à manutenção. No Bom Sucesso, nenhum entrevistado apontou que os moradores tenha usado incorretamente o sistema, pelo contrário, na ocorrência de problemas, a concessionária é chamada pelos

moradores para resolver a situação. Ficou patente que a comunidade tem clareza da importância do sistema e contribui para que o sistema funcione bem para todos.

- **Vocês têm problema de coleta de lixo? O que fizeram para resolvê-lo?**

Todos os entrevistados do Jardim das Paineiras afirmaram não haver problema na prestação do serviço público de coleta de lixo e que o serviço é prestado regularmente, três vezes por semana. Um entrevistado lembrou que esse serviço foi reivindicado por duas lideranças comunitárias e hoje funciona satisfatoriamente. Entretanto, muitos entrevistados apontaram que pessoas da comunidade não cooperam com a limpeza do conjunto e jogam o lixo em qualquer lugar, nas ruas e em terreno baldio no conjunto.

Antes da comunidade se mudar para o conjunto, a Prefeitura promoveu capacitações para que as famílias viessem a fazer o manejo correto do lixo, mesmo assim, elas não aprenderam que o lixo prejudica a saúde coletiva. Inclusive, o presidente da associação trouxe o Secretário Municipal de Limpeza para falar com os moradores, mas o presidente ficou mau visto por estes. Ele também conseguiu junto à Prefeitura a promoção de mutirões de limpeza geral do conjunto, que foi feito periodicamente, e também propôs ao Secretário que destinasse garis para limpeza da localidade, contudo tal pedido foi negado.

O Conselho Local de Saúde e o posto têm promovido ações para sensibilizar os moradores, mas as famílias não cooperam e continuam jogando lixo em locais inadequados. A limpeza do conjunto é a maior reivindicação das lideranças comunitárias e de famílias conscientes. Um entrevistado sugeriu a ampliação do serviço socioambiental, através de um trabalho com os catadores de reciclagem, potencializando aqueles que já trabalham com a catação.

Todos os entrevistados do Bom Sucesso também afirmaram não haver problema na coleta, o qual é feito de forma regular, três vezes por semana. Apesar do amplo trabalho educativo desenvolvido com as famílias, moradores continuam a jogar lixo em frente à associação comunitária e no rio, esquecendo-se que, em períodos de enchentes, o acúmulo de lixo prejudica outras famílias. Um entrevistado sugeriu que a Prefeitura deveria ter uma cobrança mais rígida, através da aplicação de multa àqueles que sujam o espaço público.

Em contrapartida, embora uma boa parte não dê importância, lideranças do conjunto promoveram ações que mudaram atitudes de alguns. Uma das ações coletivas foi sinalizar a margem do rio com uma placa proibindo colocar lixo. A existência de uma Associação de Recicladores contribui também para a diminuição de lixo na localidade. Uma ação recente que surtiu efeito foi o trabalho de orientação dos moradores através da rádio da associação. O atual líder comunitário também cobrou da Prefeitura a limpeza da margem do rio e, com

esta ação realizada, crianças e jovens passaram a se reunir novamente no local.

É visível que, em se tratando de resíduos sólidos, a prestação do serviço público está resolvida nos dois conjuntos habitacionais, no entanto, nos dois casos não conseguiram manter o conjunto limpo. O acúmulo de lixo tem sido um problema evidente de que a comunidade tem demonstrado desinteresse, contribuindo para a continuidade do problema.

- **Vocês têm problema de segurança? O que fizeram para resolvê-lo?**

Cinco entrevistados do Jardim das Paineiras apontaram que a segurança é um problema, apenas dois alegaram que não. No início da ocupação no conjunto, existiu um posto policial que foi instalado na praça. Com a extinção deste, o conjunto se tornou uma área vulnerável. Os estudos elaborados e os altos índices identificados pelo setor de dados do Batalhão da Polícia Militar em Arapiraca sobre segurança apontaram a comunidade como violenta e com alta incidência do tráfico de drogas. Um entrevistado revelou que todos sabem desse movimento, mas ninguém toma providência. Outro apontou que a comunidade está sendo conivente com a violência.

A segurança é um tema prioritário que o grupo social tem reivindicado. Os entrevistados apontaram que a falta de segurança no conjunto é geral, embora ocorram, esporadicamente, rondas policiais. Este fato é explicado devido o quadro de segurança pública na cidade de Arapiraca que não tem dado conta dos problemas inerentes de segurança pública. A prática da violência no conjunto refletiu em ações de alguns alunos na escola, que levaram armas para se protegerem. Os diretores da escola tiveram a ideia de trocar as armas por brinquedos, o que tem dado certo e tem diminuído tal prática.

Quando ocorre um problema dessa natureza, as pessoas ligam para a polícia, que vem atender ao chamado. Outra medida é a existência do serviço de segurança particular, que tem contribuído para segurança das famílias. Entrevistados apontaram que deveria partir do Estado a iniciativa de dispor mais policiais. Recentemente, houve reuniões do presidente da associação com o comandante e os policiais, que informaram a proposta do Estado de instalação de uma base policial comunitária, já comentado anteriormente. A comunidade está na expectativa de que este projeto se realize.

Todos os entrevistados do Bom Sucesso afirmaram que a segurança é um problema recorrente. Quando passaram a morar no conjunto, o grupo social chegou a construir um GPM — Guarita de Policiais Militares —, em regime de mutirão, e obteve doação de recursos financeiros para compra do material para construção. O GPM foi construído num beco da casa do presidente da associação na época. Funcionou por um período e, após a

sua desinstalação, o presidente tomou posse indevidamente da construção e a vendeu.

O tráfico de drogas no conjunto tem gerado atos de violência e de vandalismo, em que jovens estão morrendo e crianças também estão sendo envolvidas. Como forma de reivindicação, foram feitas várias reuniões e nada foi resolvido. Com a extinção do GPM, tem a Ronda do Quarteirão promovida pela segurança do Estado. Porém os moradores se sentiam mais seguros com o GPM. Entrevistados informaram que o atual presidente da associação é policial e poderia fazer ações mais efetivas. Inclusive, ele tem a proposta de instalar o GPM na associação.

Em ambas os casos, a segurança pública é um problema de ordem pública sem solução. Os moradores estão refém dos atos de violência e vandalismo. A voz deles ecoa pedindo solução ao Estado, e eles têm consciência que não depende deles essa mudança. A melhor solução apontada pelos entrevistados dos dois casos é a instalação de uma base policial local.

- **Vocês têm problema de iluminação pública? O que fizeram para resolvê-lo?**

Todos os entrevistados do Jardim das Paineiras confirmaram a existência do problema. As áreas que com frequência ficam no escuro, a mercê da violência e atos do vandalismo, são: ruas, praça e a área no entorno da escola. Tem alunos da escola que usam o estilingue para danificar as lâmpadas dos postes públicos. Os diretores da escola orientaram esses alunos para não cometerem este ato, mas o vandalismo tem sido frequente.

Entrevistados informaram que o presidente da associação agiu a contento para resolver o problema. A comunidade contribuiu passando para o presidente a localização dos postes que precisam de manutenção. O presidente fez um relatório das demandas levantadas pelos moradores e encaminhou um ofício à Secretaria Municipal responsável. Outra ação do presidente foi trocar os estilingues das crianças por petecas, o que tem surtido efeito positivo. A iluminação é um tema prioritário e recorrente de reivindicação ao poder público municipal.

No caso do Bom Sucesso, houve um empate entre as repostas dos entrevistados. A maior dificuldade exposta pelos moradores é o preço alto da taxa, o que tem limitado que todos paguem e tem fomentado a inadimplência. Outro problema exposto pelos entrevistados diz respeito às áreas que estão com deficiência de iluminação, devido à depredação por vândalos. Na área de lazer, os refletores foram roubados. A ausência de iluminação facilita o consumo das drogas. Segundo os entrevistados, há três anos que esta área está às escuras, devido à urbanização do rio prevista para esta área, o que, de certa forma, justifica

a ausência de ação da Prefeitura em solucionar o problema, por isso, a área está em desuso pela comunidade.

O atual líder comunicou que, quando ocorre um problema referente à iluminação pública, toma a atitude de ligar para a concessionária, COELCE⁶⁸, que vem fazer o reparo. Segundo o líder, não tem dificuldade no atendimento pela COELCE.

Em ambos os casos, ficou patente que os grupos sociais tanto provocam o problema como também se esforçam para resolvê-lo. A exposição das respostas dos entrevistados, embora seja um universo limitado e qualitativo, auxilia-nos a compreender que, se os moradores tivessem se apropriado do bem recebido e tivesse consciência, este problema não existiria. No entanto, a dinâmica local ficou exposta nesta relação de ações opostas. Da mesma forma que uma parcela de moradores optou pela depredação do patrimônio, outra parte zela pelo que recebeu. Outra questão é que a ausência de iluminação pública fomenta a insegurança nos conjuntos habitacionais.

4.7. BLOCO 4 - POSSE E REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL

- **Você acha que o povo corre o risco de perder a casa?**

Todos os sete entrevistados do Jardim das Paineiras apontaram que, apesar de não possuir o documento legal de posse do imóvel, eles não temem a possibilidade de perder a casa. Já foram realizadas reuniões com representantes da Prefeitura, com o propósito de realizar a regularização, no entanto, ainda não se efetivou. Um entrevistado colocou que, se a Prefeitura continuar demorando, fará uma parceria com lideranças do conjunto (do posto de saúde, da creche, da associação e da escola) para reivindicar a efetivação desse direito social.

Para as famílias que ficaram no conjunto, houve uma melhoria significativa das condições de vida. Entretanto, um entrevistado disse que muitos não se adaptaram à habitação e nem ao conjunto, levando-os a vender, alugar ou trocar a casa. Há pessoas que possuem cinco casas de aluguel. Essa realidade expressa um depoimento de um entrevistado que mencionou que muitos “possuem a visão de que é miserável” e voltaram à moradia improvisada. Hoje a maioria das casas possuem novos donos. Segundo um entrevistado, as novas famílias que vieram chegaram com a visão de moradia e tratam bem o imóvel que compraram, mesmo correndo o risco de perder a casa.

⁶⁸ Companhia Energética do Ceará.

No caso do Bom Sucesso, foi unânime entre os entrevistados a resposta de que as famílias não correm o risco de perder a casa, entretanto têm medo que isso venha a acontecer. O acordo da Prefeitura feito com a comunidade no início foi que receberiam o documento de regularização do imóvel com cinco anos de moradia, registrada no nome da mulher, já que o cadastro já foi feito no nome dela, no sentido de garantir a permanência da família no conjunto. Já se passaram treze anos e, além da ausência do cumprimento do ato legal, tem ocorrido o fenômeno da coabitação. Na Prefeitura, o terreno ainda consta como área verde e, por isso, dá a entender que se trata de um terreno invadido. Sem a regularização os moradores ficam privados de um endereço oficial e de ter um CEP⁶⁹ de rua. Um entrevistado criticou o comodismo da Prefeitura e expôs que pretende convocar a HABITAFOR⁷⁰ para se reunir com os moradores e cobrá-la novamente.

Em 2006, o Cearah Periferia promoveu reuniões com a comunidade, porém esse tema de regularização causou polêmica, devido à forma estritamente técnica como o tema foi abordado, e o entrevistado desabafou que muitos não compreenderam a mensagem pela falta de uma linguagem popular que fosse acessível ao entendimento dos moradores. Em paralelo a isso, tem pessoas no conjunto que compraram oito casas, reformaram-nas e alugaram-nas. Para esta situação, apontada pelos entrevistados, pode ser que a pessoa perca o direito legal da moradia. Para conter essa questão, um entrevistado disse que, quando a primeira casa foi vendida, deveriam ter combatido, porque muitos que queriam uma casa para morar não entraram no cadastro. Antigas lideranças disseram que, após a saída deles da margem do rio, novas famílias invadiram a área novamente. Eles avisaram que era proibido morar nesta localidade e tomaram a iniciativa de denunciar o caso à Defesa Civil e à Regional Três⁷¹, que vieram e fizeram a remoção dessas famílias.

Em período eleitoral, um entrevistado disse que a Prefeita está pretendendo regularizar o conjunto, por enquanto, continuam na promessa. É um ciclo contínuo no qual o candidato político faz a promessa em troca de voto. Transparece a ideia de que o governo não trata a questão habitacional no sentido de erradicar o déficit, mas continua fomentada a prática da casa ser uma moeda de troca por voto.

O desenvolvimento do projeto de urbanização do rio Maranguapinho, previsto para ser concluído em 2014, antes do evento da Copa, tem deixado muitas famílias do conjunto inseguras. Isto porque parte das casas, a escolinha infantil e o centro comercial foram marcados para serem demolidos. Um entrevistado confessou não desejar sair do Bom

⁶⁹ Código de Endereçamento Postal.

⁷⁰ Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza.

⁷¹ "A Secretaria Executiva Regional (SER) III presta serviços municipais, identificando e articulando o atendimento às necessidades e demandas da população e promovendo o desenvolvimento urbano, ambiental e social. Tem como objetivo proporcionar condições de melhoria de vida aos 378.000 habitantes que estão distribuídos em seus 17 bairros", entre eles, o Bonsucesso (Fonte: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-III>).

Sucesso dado os vínculos sociais que possui no conjunto, onde tem pessoas que o ajudam. As famílias estão sendo transferidas para casas duplex do PMCMV em outros bairros periféricos mais distantes. E também, as famílias que moravam de forma ilegal, à margem do rio, estão ganhando um apartamento ou casa para morar.

Em ambas os conjuntos, todos os entrevistados apontaram que as famílias que têm o direito legal da casa não correm risco de perdê-la. Entretanto, apontaram os desafios que a Prefeitura deverá enfrentar quando promover a regularização, a exemplo das casas de locação; da venda ilegal das casas para moradores que não estavam no cadastro inicial; e a existência do fenômeno da coabitação.

As Prefeituras das duas cidades afirmaram o compromisso de regularização, mas é notório a morosidade no trato da questão. Em meados do ano de 2013, o Jardim das Paineiras foi regularizado, fora de período eleitoral, o que demonstra que a ação está desvinculada de um interesse político imediato. No caso do Bom Sucesso, entrevistados apontaram que ocorre a prática política da troca de casa por voto. Em geral, é costume cultural no país essa prática, tanto que um entrevistado colocou uma questão pertinente de que os políticos não querem que esse déficit habitacional seja erradicado, porque casa gera voto e voto gera poder.

Em relação à mobilização comunitária, os entrevistados dos dois casos tomaram iniciativas para resolver este impasse, mas ainda continua sem resposta, com exceção do Jardim das Paineiras. Outro dado interessante foi a questão da adoção de uma linguagem popular para tratar o assunto da regularização. Como é um tema com forte apelo técnico, exige o uso de uma linguagem simples para que seja acessível ao entendimento dos moradores. Outra questão é o laço social presente no conjunto. No Bom Sucesso, uma entrevistada expressou que devido à amizade que tem com os moradores, esta ligação está ameaçada pela possibilidade de mudança à outra localidade. É um tipo de comportamento e de relações sociais vivenciadas em conjuntos populares que é ignorado pelo poder público. Transparece que é um dado sem significação para as políticas habitacionais públicas brasileiras.

- **Como as pessoas compram e vendem as casas aqui?**

No Jardim das Paineiras, os entrevistados informaram que a comunidade não interfere na negociação da venda da casa. É um ato individual e natural entre o vendedor e o comprador. Quando os moradores vêm saber da venda, o fato já ocorreu. Um entrevistado disse que, se tivessem trabalhado para comprar o material e construir a casa, esses que a vendem dariam mais valor ao que recebeu. A estimativa dada pelos entrevistados em

relação às famílias que permaneceram no conjunto está entre 200 e 300 famílias. No início da moradia no conjunto, até os dois primeiros anos, a fiscalização da Prefeitura foi mais rígida e conseguiu ter um controle satisfatório sobre a venda das casas. Após este período, com esta ação enfraquecida iniciou a especulação imobiliária no conjunto. Um entrevistado mencionou a situação de uma casa que passou por cinco donos.

É fácil comprar uma casa no Jardim das Paineiras. As famílias trocam a casa como se tivesse vendendo banana na feira; trocou por cesta básica, cachaça, para uso ou pagamento de dívida de drogas. No início do conjunto, os valores eram mais modestos. Comprava-se casa por R\$ 1.500,00, R\$ 2.000,00 e R\$ 2.500,00. Com a especulação imobiliária no conjunto e no entorno, já que a região tem recebido investimentos em infraestrutura urbana pela Prefeitura, o valor da casa aumentou. Hoje, encontram-se casas para comprar com preços variados: R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, R\$ 15 mil e até R\$ 40 mil. Quando se confirma a compra, passa-se o dinheiro e recebe o crachá da casa, que corresponde ao documento que confirma que a pessoa é proprietária do imóvel, dado pela Prefeitura quando foram morar no conjunto. Eles não têm o costume de passar o recibo de compra e venda. Como disse um entrevistado “vendem a casa com a cara e a coragem”. Inclusive teve casa que foi vendida para ser comitê político, o que reforça a lógica da troca da casa por voto. Outro entrevistado alertou que, se a Prefeitura não fizer um acompanhamento sistemático e uma fiscalização mais rígida, essa situação deverá acontecer em outros conjuntos na cidade, a exemplo do Brisa do Lago, o maior conjunto habitacional atualmente, construído com recursos do Programa MCMV em Arapiraca, composto de 1.900 casas.

Outra questão é por que as pessoas venderam as suas casas? As respostas são tão diversas quanto às formas de vendê-las. Muitos acharam que o conjunto era longe e sentiram dificuldade de adaptação e sobrevivência. Um entrevistado relatou o que eles diziam: “colocaram a gente aqui e vamos morrer de fome”. Outro entrevistado colocou que, se essas famílias tivessem recebido um assistencialismo da Prefeitura, o número de casas vendidas poderia ter sido bem menor. A comunidade teve dificuldade de sobrevivência num conjunto habitacional distante.

Os motivos pelos quais venderam as casas foram os mais diversos e foram citados pelos entrevistados: as perseguições em relação à briga, desentendimentos com a vizinhança e por drogas; não gostou ou não precisava da moradia; foram morar de favor; alugaram quartinho; foram morar em pequenos municípios vizinhos; voltaram para o local de origem ou nas proximidades; foram morar no MST (Movimento do Sem Terra) na área da Sementeira, próxima à UFAL⁷²; e outros vivem na rua. Para concluir este ponto, um entrevistado expôs que muitos traçaram a sua vida na miséria.

⁷² Universidade Federal de Alagoas.

No Bom Sucesso, a negociação também não passa pela associação, nem os moradores interferem na negociação. Inclusive, esta situação foi debatida na associação, na época das primeiras lideranças. Havia a proposta de se ter um regimento interno na associação para fazer o controle da compra e da venda das casas no conjunto, mas essa ideia foi negada.

Então, no início, como não tinham ideia de preço, as casas eram vendidas por preços baixos: R\$ 4.000,00 e R\$ 5.000,00. Com o tempo, a casa foi sendo valorizada. Já foi vendida por R\$ 8 mil e R\$ 10 mil. Um entrevistado informou que o preço da sua casa para venda, hoje, está avaliada em R\$ 25 mil. Como forma de firmar o trato e estarem regularizados, muitos compradores registraram, no cartório, documentos de compra e venda para dar seguridade à posse. Existe um caso peculiar bastante referenciado pelos entrevistados e moradores: um morador do conjunto que possui entre oito a dez casas de aluguel⁷³. Um entrevistado mencionou que ninguém reage a esta situação. E que a Prefeitura não fiscaliza e não tomou as providências devidas.

A justificativa colocada para que as pessoas vendam as suas casas ocorre devido ao alto débito de água e luz da casa, onde o proprietário não tinha condição de pagar, ficando, desse modo, sem o serviço prestado. Assim, acabaram voltando à margem do rio; vão para áreas de risco; e muitos acabam voltando à área de origem para receber outra casa para vendê-la novamente como forma de ganhar dinheiro nestas transações. Então, como bem colocou um entrevistado “virou um vício”. O atual programa de urbanização do rio Maranguapinho tem uma fiscalização mais rigorosa, na qual, aqueles que venderem as suas casas, perderão o direito da sua posse. Com esta ação, a Prefeitura está conseguindo diminuir as ocupações às margens do rio.

Em relação aos dois casos em análise, a casa virou moeda de troca justificada por diversas formas de aquisição. Um ponto em destaque é que a prática de transferir um grupo social para um bairro periférico dificultou a adaptação das famílias no conjunto, fato que aconteceu com o Jardim das Paineiras. É uma velha prática debatida entre os urbanistas e já superada no campo acadêmico, mas que é uma prática técnica recorrente nos projetos e programas públicos de habitação popular.

No Bom Sucesso, esperava-se que, pelo fato da comunidade ter sido a construtora da sua casa, o fenômeno da venda das casas fosse diferente, mas os depoimentos demonstraram que a compra e venda da casa é moeda de troca tanto quanto o Jardim das Paineiras.

Mostraram também que o poder público tem sido omissivo em relação à regularização dos conjuntos habitacionais. Ainda é um desafio a ser vencido nas políticas públicas brasileiras. Revelaram ainda que a questão política é um fator inerente à habitação, a exemplo do

⁷³ Os entrevistados não conseguiram afirmar o número exato de casas.

Jardim das Paineiras, onde uma casa virou comitê de partido.

Em relação à mobilização comunitária, ficou demonstrado que as famílias, transparecendo certo comodismo, não pressionaram o governo para cumprir com o trato feito. A situação foi bem criticada por entrevistados de ambos os casos, no entanto, pouca ação foi direcionada para resolver este impasse.

4.8. BLOCO 5 - ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

- **Quais as principais lutas da comunidade?**

Para o Jardim das Paineiras, os entrevistados apontaram várias lutas que se identificam como desafio para o grupo social superá-las. O tema mais votado é a geração de trabalho e renda. Os entrevistados sugeriram a criação de cooperativas ou empresas de reciclagem para os moradores trabalharem, principalmente os homens, visto que muitos estão sem ocupação. Um entrevistado disse que a comunidade vivia da catação de lixo e da atuação na economia informal. Outro entrevistado apontou que o trabalho desenvolvido através do mosaico, traz a ideia de desenvolvimento da autonomia por meio desta técnica artística. Este trabalho não tem o princípio do assistencialismo e, mesmo assim, todas as benfeitorias advindas do projeto vieram para somar às boas práticas atuantes no conjunto, porém muitas lideranças e moradores não compreenderam a proposta trazida pelo Projeto Arte Paineiras. Além disso, os entrevistados sugeriram a promoção de cursos profissionalizantes para jovens e adultos. Apontou também que precisam de orientação para alcançar uma melhoria na qualidade de vida. A questão da iluminação e da segurança pública foram outros temas priorizados pelos entrevistados. A questão do vandalismo e a falta de policiamento são desafios a serem vencidos. Outras lutas referem-se à organização social, à questão da urbanização do conjunto, da manutenção dos edifícios públicos e das próprias casas. O muro de arrimo previsto no projeto não foi concluído, o que pode causar acidentes. Outros temas relacionados a estas questões foram saneamento básico, limpeza do conjunto e o cuidado com o meio ambiente local. A saúde também foi destacada devido à necessidade de mais oferta de especialidades médicas. A respeito da escola, a luta consiste em fazer com que os pais cooperem para que o aluno permaneça na sala de aula; a dificuldade de aprendizagem dos alunos; melhorar os índices do IDEB⁷⁴ e minimizar a evasão escolar. Apontaram que o trabalho feito na escola já tem alcançado resultados positivos.

Em relação ao Bom Sucesso, as principais lutas da comunidade hoje são: o combate às

⁷⁴ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

drogas através da instalação de uma Casa de Recuperação de Dependentes Químicos. Outra questão é a promoção da segurança pública, já que o tráfico de drogas e o vandalismo trazem insegurança. A segunda maior luta é com relação à geração de trabalho e renda. Os prédios da associação comunitária (centro comercial e galpão de pré-moldados) precisam ser regularizados e a associação ter o documento de posse dos imóveis. A Rede Cáritas e o Cearah Periferia não conseguiram resolver esta questão junto à Prefeitura. Implantar cooperativas para geração de emprego e renda é uma proposta sugerida por outro entrevistado. Um entrevistado citou a experiência de uma comunidade em Fortaleza, próxima ao Bom Sucesso, que instituiu o 'Banco Palmas'⁷⁵ e poderia ser uma forma de estimular a economia local no conjunto. Embora o projeto houvesse previsto a geração de trabalho e renda, na prática não aconteceu e continua sendo um desafio para os moradores do conjunto. Outro ponto citado pelos entrevistados diz respeito à questão da limitação educacional e cultural dos pais, o que levou a um entrevistado a refletir: "se os pais não tem educação, o que darão aos seus filhos?"... Ofertar cursos profissionalizantes aos jovens desocupados, para que estes tenham alternativas de desenvolvimento da vida, ao invés das drogas, e também a oferta do reforço escolar na associação para as crianças, são propostas para o enfrentamento das limitações no conjunto e uma esperança de futuro. Acerca da mobilização social, entrevistados desabafaram que a comunidade não entende o papel de um líder. A comunidade cobra das lideranças, pensam que é obrigação do líder resolver todos os problemas do conjunto sozinho, e não cooperam com ele. A comunidade tem uma atitude cômoda e espera muito dos governantes. Tanto em relação à liderança e os governantes, entrevistados afirmaram que tem que haver contrapartida da comunidade também. Outro desafio que a comunidade está enfrentando hoje é ter um líder legítimo, que trabalhe para a comunidade e para o bem estar coletivo. Ter um líder que una a comunidade novamente e uma diretoria que pense no conjunto e no coletivo. Uma proposta nesta linha sugerida por um entrevistado é o investimento na rádio comunitária, o que pode melhorar a comunicação entre os moradores. Outros dois temas apontados pelos entrevistados são a moradia e a melhoria na saúde, neste quesito, um entrevistado apontou mais ambulâncias para a associação prestar socorro.

Para os dois casos, uma luta comum é a questão de geração de emprego e renda, visto que há muitos jovens e homens em idade produtiva que poderiam estar desenvolvendo as suas habilidades com dignidade, mas estão desempregados. Ambas as comunidades apontaram necessidades diferentes a respeito de lutas a serem superadas nos conjuntos. Apenas o Jardim das Paineiras apontou com mais ênfase os problemas referentes à questão da infraestrutura física do conjunto. Enquanto que para o Bom Sucesso, o ponto central da

⁷⁵ Para saber mais, consulte: www.bancopalmas.org.br

melhoria do conjunto está relacionado à gestão da liderança comunitária. Um líder com foco no coletivo seria uma forma estratégica de superar as lutas vivenciadas com a cooperação da comunidade.

Em suma, as principais lutas das comunidades estão ligadas à questão do desenvolvimento social, econômico ou de sobrevivência das famílias. Embora as questões de desenvolvimento urbano tenham sido citadas, não são prioridades para a maioria dos entrevistados.

- **Quais as organizações comunitárias existentes atuantes: Clube de Mães; Associação de Moradores; Igrejas; ONG; Movimentos Sociais; Grupo de futebol; Outros.**

Os entrevistados do Jardim das Paineiras listaram um grupo de vinte organizações comunitárias. Segue uma sistematização de acordo com os entrevistados:

- 07 indicações: Associação de Moradores e o Esporte Clube J.D.P. (Jardim das Paineiras).
- 06 indicações: Associação do Projeto Paineiras; a atuação da igreja católica na escola (grupo de casais, grupo de louvor e grupo da renovação carismática).
- 05 indicações: igrejas evangélicas, embora houvesse uma variedade de respostas, quantificaram de forma distinta entre uma a cinco igrejas. Entre essas indicações, três entrevistados apontaram que possuem três igrejas evangélicas no conjunto, sendo este número uma média na localidade.
- 02 indicações: conselho local de saúde; grupo de futebol infantil; grupo de futebol feminino; atuação de órgãos parceiros no conjunto, o Lyons Clube e o Conselho Tutelar.
- 01 indicação: a escola; a creche; o conjunto de sanfoneiros; o coral escolar infantil *Flores das Paineiras*; a atuação da Secretaria Municipal de Agricultura; a banda da escola; o conselho escolar; o grupo do sopão; os grupos de arraiais juninos “São João das Paineiras”; e o “Viva à Roça”.

A comunidade também se lembrou de três organizações que não atuam mais na localidade e que deram um contributo significativo na qualidade de vida de alguns moradores: o A.A. (Alcoólicos Anônimos); a Pastoral da Criança; e a ONG Candeeiro Aceso.

Em relação às organizações comunitárias no Bom Sucesso, os entrevistados apontaram, segundo o número de indicações:

- 4 indicações: as igrejas evangélicas.
- 3 indicações: associação dos recicladores; igrejas católicas; grupinho de futebol; e associação de moradores (para um entrevistado, a associação comunitária é um movimento social no conjunto).
- 1 indicação: a existência de cem associações comunitárias no bairro; e atuação da Rede de Catadores do Estado do Ceará.

Outras instituições citadas pelos entrevistados, e que não vem exercendo nenhuma atividade no conjunto são: o Cearah Periferia; a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza (CAF); o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH); a ONG Só é Vida; a ONG IPREDE⁷⁶; a Pastoral da Criança; e os delegados do Orçamento Participativo.

É perceptível que, no Jardim das Paineiras, há uma atuação maior de organizações comunitárias que os entrevistados listaram. Essa variedade de organizações atua de forma isolada, com exceção das lideranças dos prédios públicos que fazem parcerias para atuarem de forma coletiva.

Em relação às organizações do terceiro setor, a maior atuação ocorre no Bom Sucesso. Também se percebe que o nível de politização da comunidade tende a ser maior, visto que apontaram uma expressiva existência de associações comunitárias no bairro. Um aspecto negativo apontado pelo entrevistado é que estas associações são criadas para os líderes se beneficiarem, ou seja, ocorre uma deturpação do papel legítimo de uma associação voltada para o bem-estar coletivo.

- **Quando foi criada a organização comunitária?**

A maioria dos entrevistados informou que a associação comunitária foi criada em 2008. Apenas um entrevistado apontou que foi criada em 2007, quando as famílias se mudaram para o Jardim das Paineiras. Os entrevistados também apontaram a atuação da Associação Alagoas Presente com o Projeto Arte Paineiras desde 2008. Essa instituição possui 16 anos de atuação na área de âmbito cultural no Estado e no país. Também apontaram a criação do conselho escolar e do conselho de saúde no ano de 2009.

No Bom Sucesso, foi unânime a indicação de que a associação foi criada em 1996. E também apontaram a criação da ARAN (Associação de Recicladores) que está ligada à Rede de Catadores do Estado do Ceará desde 2002.

Em síntese, fazendo referência ao ano de 2013, a associação comunitária do Jardim das

⁷⁶ Instituto da Primeira Infância.

Paineiras possui cinco anos de existência e a do Bom Sucesso dezessete anos. Talvez o tempo de existência das associações seja um fator que demonstre que os entrevistados do Bom Sucesso sejam mais politizados e tenham mais tempo de experiência em relação aos entrevistados do Jardim das Paineiras.

- **Como foi criada a organização comunitária?**

No caso do Jardim das Paineiras, os entrevistados afirmaram que a iniciativa partiu da Prefeitura, para que a comunidade estivesse organizada e com autonomia para resolver os problemas da coletividade. Líderes, na época, com o apoio das assistentes sociais do Projeto, através da parceria com a FACOMAR⁷⁷, realizaram o cadastro dos moradores e organizaram a primeira eleição para o presidente da associação comunitária. Os entrevistados apontaram também a criação de outras organizações:

- O Projeto Arte Paineiras foi implantado no conjunto através do convite do Prefeito a Associação Alagoas Presente que em parceria com o SESC⁷⁸ desenvolveu o trabalho de mosaico. Devido à receptividade inicial dos moradores, a líder do projeto escolheu esta comunidade para desempenhar o Projeto.
- O Conselho Escolar foi criado com o objetivo de descentralizar a tomada de decisões e de gestão dos recursos financeiros federais e municipais para manutenção física e merenda escolar.
- O Conselho Local de Saúde foi criado para fazer a gestão dos recursos financeiros destinados ao posto de saúde.

No caso do Bom Sucesso, a iniciativa partiu da Rede Cáritas, que pretendia fortalecer o vínculo social através da organização comunitária da associação dos moradores e, assim, dar continuidade ao trabalho iniciado com a organização coletiva do mutirão. As famílias foram capacitadas para compreender a importância de um trabalho da associação, bem como se realizou a eleição do primeiro presidente da associação. Um entrevistado contou como se deu a criação da ARAN. Já existiam famílias que viviam da catação, mas que trabalhavam sozinhas e na informalidade. Então, tiveram a ideia de todos reunirem o material para reciclagem e venderem por um preço melhor. Hoje esta associação já está legalizada e faz parte da Rede de Catadores do Estado do Ceará. Outro entrevistado, conquanto tenha elogiado a ideia de criação de uma associação comunitária, criticou a criação de uma associação somente para o conjunto e propôs que a associação deveria atender ao bairro.

⁷⁷ Federação das Associações Comunitárias dos Moradores de Arapiraca.

⁷⁸ Serviço Social do Comércio.

- **Quando as reuniões comunitárias acontecem?**

As respostas dos entrevistados do Jardim das Paineiras variaram. Dois entrevistados disseram que ocorrem uma vez por mês, e outro entrevistado informou que ocorre bimensalmente, no segundo domingo de cada mês, à tarde ou à noite. Com a posse recente do novo presidente, ninguém soube informar. Em relação às outras organizações citadas no conjunto, os entrevistados falaram que:

- A Associação Alagoas Presente não realiza reuniões, o seu trabalho consiste em promover atividades de capacitação para os moradores.
- O Conselho Local de Saúde tem reunião toda terceira semana de cada mês e, quando ocorre um imprevisto, a reunião é transferida à quarta semana.
- O Conselho Escolar tem reunião uma vez por mês e reunião extraordinária.

No caso do Bom Sucesso, quando o projeto estava em sua fase inicial, as reuniões aconteciam de oito em oito dias. Quando receberam as casas, o interesse da comunidade em continuar participando das reuniões da associação foi diminuindo. Na época das primeiras lideranças, as assembleias ocorriam uma vez por mês. Embora um entrevistado apontasse que as reuniões estão ocorrendo quinzenalmente, a maioria dos entrevistados não soube informar quando estão acontecendo e revelaram que não têm participado. Em relação à ARAN, foi dito que ocorre quinzenalmente e também tem as reuniões emergenciais.

De uma forma geral, foi possível compreender que existem canais de participação popular através das organizações comunitárias existentes nos conjuntos. Entretanto, as respostas deixaram transparecer que, em ambos os casos, acontece um esvaziamento da participação social nas associações posto que a maioria não soube informar quando as reuniões ocorrem.

- **Onde acontecem as reuniões da comunidade?**

Segundo informação de quatro entrevistados, as reuniões da associação do Jardim das Paineiras ocorrem no prédio da associação, entretanto, os moradores não participam. A participação popular ocorre quando as famílias têm conhecimento de que vão receber algum benefício na reunião. Dois entrevistados apontaram desconhecer se ainda ocorrem as reuniões. Em relação às demais organizações comunitárias, os entrevistados apontaram:

- No Projeto Arte Paineiras, as atividades ocorrem em uma casa dentro do conjunto em frente à praça;
- As reuniões do Conselho Escolar acontecem nas salas de aula da escola;
- As reuniões do Conselho Local de Saúde são realizadas na sala de reuniões do posto de saúde.

No Bom Sucesso, três entrevistados apontaram que as reuniões acontecem no salão do centro comunitário. Embora um entrevistado desconheça se ainda acontece. Já as reuniões da ARAN ocorrem no novo galpão da Prefeitura. A questão do espaço de participação não é o problema nas comunidades.

Em ambos os casos, o desafio consiste em que os moradores tenham consciência do seu papel como cidadão e participe das decisões coletivas do lugar onde mora. Esse nível de envolvimento não foi percebido através das entrevistas realizadas. O que se subentende é que as pessoas só participam se houver um interesse particular no assunto, mas, se for discutir um assunto de interesse coletivo, a participação é diminuta.

- **Quantos líderes comunitários têm no conjunto?**

Os entrevistados do Jardim das Paineiras informaram que a comunidade tem atuação de cinco a sete líderes no conjunto. Segue a relação das lideranças nomeadas pelos entrevistados de acordo com o número de indicação:

- 4 indicações: presidente da associação comunitária.
- 3 indicações: Nilda, sendo esta considerada a líder nata no conjunto, devido ao seu compromisso com a comunidade.
- 2 indicações: Luciene, diretora da creche; e a Marta, presidente da Associação Alagoas Presente.
- 1 indicação: o diretor da escola; o diretor do posto de saúde; o presidente do conselho local de saúde; Edleuza; e a Deyse, funcionária do posto de saúde.

A comunidade considera os funcionários públicos atuantes no conjunto como lideranças devido à facilitação deles em conseguir resolver os problemas com mais agilidade em seus respectivos órgãos. Apenas um entrevistado não indicou lideranças.

Em relação ao Bom Sucesso, os entrevistados apontaram somente o Presidente da Associação de Moradores e a Presidenta da Associação dos Recicladores. Entre estes, o que teve maior reconhecimento foi o da associação comunitária.

Fazendo um balanço, no caso do Jardim das Paineiras, os entrevistados identificaram

peças que têm perfil de líderes, o que foi importante para compreender como eles definem o que é um líder. Teve duas formas de classificação: aqueles que atuam em órgãos públicos e aqueles que têm compromisso com a comunidade. Em relação ao Bom Sucesso, houve um arrefecimento das lideranças comunitárias no conjunto. Nas entrevistas ficou clara a questão de que o conjunto está passando por uma crise de identidades de lideranças. As antigas lideranças não almejam ocupar o cargo de presidente da associação comunitária. Estão desmotivadas em relação ao processo de participação social.

- **Como o pessoal escolhe os líderes?**

Cinco entrevistados do Jardim das Paineiras afirmaram que ocorre a eleição por meio de votação. As chapas são instituídas e as pessoas votam em cédulas. Um entrevistado diz que vota no candidato que tem um ideal de luta. Apenas um entrevistado não informou. Outro entrevistado fez um paralelo entre a escolha de líderes e a competição entre diversas lideranças que existe no conjunto e que interfere na escolha dos líderes em período de eleição para presidente da associação. Segundo ele, um exemplo claro é o equívoco de entendimento, onde líderes da comunidade interpretaram que a pessoa responsável pelo projeto Arte Paineiras viera para competir com as lideranças locais, por este motivo, não reconheceram as benfeitorias que tal Projeto promoveu no conjunto. As antigas lideranças ficaram retraídas como uma estratégia de minimizar a força social dessa liderança responsável por este projeto mencionado. No caso do conselho escolar, a eleição é conduzida pelo conselho municipal escolar. A diretoria executiva do conselho escolhe os 12 conselheiros. E, no caso do conselho local de saúde, o voto pode ser secreto ou aberto. A eleição é conduzida pelas assistentes sociais que detalham a função de cada membro e escolhem os conselheiros e, entre estes, é escolhido o presidente.

No caso do Bom Sucesso, todos os entrevistados afirmaram que a eleição ocorre por meio de votação no prédio da associação. Um entrevistado relatou como é emocionante o dia da eleição no conjunto e como a comunidade participa deste ato público. Um entrevistado desconhece se ainda ocorre a eleição, porque o atual líder mudou o estatuto da associação. Outro entrevistado criticou a atuação das antigas lideranças em relação às eleições anteriores e apontou que elas ficaram 13 anos no poder e que perderam espaço para o atual líder comunitário. Em relação à ARAN, ocorre a eleição através de votação também. É lançado edital para os candidatos se cadastrarem, mas tem ocorrido a falta de interesse de lideranças em concorrer à função de presidente da associação.

Em suma, o sistema de escolha do presidente da associação é o mesmo nos dois casos. No

momento, as duas comunidades estão passando por problemas na gestão pelo presidente da associação, o que tem feito às antigas lideranças se afastarem.

- **O mandato do líder é de quanto tempo?**

Três entrevistados do Jardim das Paineiras confirmaram que o mandato do líder é de quatro anos, podendo ser reeleito por igual período. Também houve entrevistados que apontaram três anos e dois anos de mandato. Um entrevistado não respondeu. Em relação ao diretor da escola, o mandato é de dois anos, podendo ser reeleito por igual período, e o mandato do presidente do conselho local de saúde é de um ano, podendo ser reeleito por igual período.

Em relação ao Bom Sucesso, nas primeiras eleições, o mandato era de dois anos podendo ser reeleito por igual período. Com a mudança do estatuto da associação, o mandato hoje é de quatro anos, podendo ser reeleito. Todos os entrevistados responderam que é de quatro anos. A ARAN também é de quatro anos, podendo ser reeleito por igual período. Um entrevistado apontou que o atual líder não pretende sair da presidência da associação, mas, se a comunidade se reunir, consegue afastá-lo. Esta situação demonstra um conflito de liderança.

Portanto, no caso do Jardim das Paineiras, não transpareceu qualquer problema referente ao presidente da associação. Já no Bom Sucesso, a comunidade está passando por uma crise de participação comunitária, como já foi dito.

- **Qual a composição de formação da organização comunitária? Como são escolhidos?**

No caso do Jardim das Paineiras, cinco entrevistados concordaram que a composição da associação comunitária é formada por 16 membros, sendo: presidente e vice; 1º e 2º secretário; 1º e 2º tesoureiro; e dez membros que formam o conselho fiscal, sendo cinco titulares e cinco suplentes. Forma-se a chapa, e os membros são escolhidos na formação da chapa do candidato à presidência. A composição da Associação Alagoas Presente é formada por 11 integrantes, sendo presidente; 1º e 2º tesoureiro; 1º e 2º secretário; e seis conselheiros fiscais (três titulares e três suplentes). O conselho escolar tem a mesma composição que a associação comunitária.

No Bom Sucesso, três entrevistados concordaram que a composição da associação

comunitária é formada por seis membros sendo: presidente e vice; secretaria e vice; e tesoureiro e vice. São escolhidos em assembleia geral, com exceção do presidente e do vice que é por meio da eleição, conforme relatado anteriormente. Um entrevistado informou que, no início, a associação era formada por 12 membros e depois passou para sete membros. Hoje, o atual presidente informou que, além dos seis membros, existe também a atuação de doze membros que formam a diretoria executiva, mas quem atua, somente, é o presidente da associação. No caso da ARAN, um entrevistado informou que, com as desavenças do grupo, aprenderam a superar os conflitos e mantiveram-se unidos. Esse tipo de vínculo social no relacionamento entre os associados não se vê na associação comunitária.

Assim, como foi exposto por alguns entrevistados, nos dois casos, o líder acaba tendo que atuar sozinho. Parece transcorrer ao longo do caminho um desinteresse por parte dos membros da organização social. Em ambos os casos, ocorreu à desintegração da composição da participação dos membros. No caso do Bom Sucesso, as antigas lideranças que foram pioneiras na implantação do modelo teórico e prático ensinado pela Rede Cáritas e Cearah Periferia, distanciaram-se da atual gestão devido aos conflitos ideológicos. Percebe-se que o trabalho de voluntariado em conjuntos populares é um desafio a ser superado.

- **Quantos políticos tem influência na comunidade?**

No Jardim das Paineiras, quatro entrevistados afirmaram que a vereadora atuante, que participa das ações de melhoria para o conjunto, independente do período eleitoral, é Gilvânia Barros. Essa vereadora foi bem conceituada por todos os entrevistados. Três entrevistados disseram que, em período eleitoral, aparecem muitos candidatos políticos. Um entrevistado quantificou uns trinta candidatos, mas depois eles somem do conjunto. Outro entrevistado negou a existência de algum político atuante. E dois entrevistados não responderam à pergunta.

No caso do Bom Sucesso, as antigas lideranças afirmaram que não havia aliança política da associação com os políticos, porque foram ensinados pela Rede Cáritas e Cearah Periferia. Quando os políticos ajudam a comunidade em período eleitoral, a comunidade fica impossibilitada de cobrá-lo, por isso, a ideia era de não pactuar com os políticos. Três entrevistados quantificaram entre quatro a dez políticos que exercem influência no conjunto. Entrevistados apontaram que, na gestão do atual líder comunitário, o político tem acesso à comunidade, realiza promessas com o apoio do líder, e não faz nada pela comunidade. Já

outro entrevistado informou o oposto, de que na gestão do atual líder, nenhum político tem atuação, mas que, na época das antigas lideranças, “a comunidade se vendia para os políticos”.

Nos dois casos são perceptíveis que os conjuntos habitacionais populares correspondem a localidades que os candidatos políticos procuram se fortalecer politicamente. Atípico é à postura da vereadora do Jardim das Paineiras em fazer o bem à comunidade independente do período eleitoral, o que, de certa forma, a comunidade acaba dando crédito ao seu nome em período de eleição. No caso do Bom Sucesso, vale destacar as opiniões contraditórias entre as falas das lideranças, o que representa um conflito de relacionamento que fere a ética de atuação dos líderes na comunidade. Essa situação representa uma “*apartheid social*” e a fragilização do processo democrático no conjunto. Demonstra também uma disputa pelo poder.

- **A organização é registrada na Prefeitura?**

Os entrevistados do Jardim das Paineiras afirmaram que a associação comunitária está legalizada. Segundo eles, a organização possui os seguintes documentos que comprovam o seu estado legal: tem estatuto, regulamento interno e CNPJ; registrado na FACOMAR, no cartório e na Prefeitura. Um entrevistado não respondeu. Os entrevistados apontaram também a situação legal das seguintes organizações comunitárias:

- Associação Alagoas Presente – possui inscrição municipal; CNPJ⁷⁹; taxa de localização; declaração de imposto de renda; certificação digital; estatuto e atas registradas em cartório.
- Escola – possui atas registradas em cartório e CNPJ.
- Conselho Local de Saúde – possui registro na Prefeitura, estatuto e livro de atas.

Os entrevistados do Bom Sucesso concordaram que a situação da associação comunitária está legalizada e possui os seguintes documentos: registro na Prefeitura e na Receita Federal; atas e estatuto. Um entrevistado apontou que o atual líder mudou o CNPJ e o estatuto. Outro entrevistado afirmou que os antigos líderes não registraram a associação comunitária na Prefeitura. Entrevistados também informaram que a ARAN está legalizada, possui estatuto, CNPJ e registro na Prefeitura.

Em ambas as comunidades, as organizações comunitárias foram identificadas como legalizadas. Entrevistados também afirmaram que outras organizações coletivas se encontram regularizadas no conjunto. No caso do Bom Sucesso, ocorreu um impasse no

⁷⁹ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

qual um entrevistado apontou que a associação não estava registrada na Prefeitura e outros confirmaram que estavam legalizadas. No caso do Jardim das Paineiras, não houve impasse nas informações, as quais foram complementadas pelos entrevistados nas respostas, conotando uma confluência de pensamento entre os entrevistados.

4.9. AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO URBANA PELA PESQUISADORA

Os itens anteriores corresponderam a uma síntese reflexiva a partir da fala dos entrevistados que foram extraídas da sistematização das respostas do Questionário. Em contrapartida, neste subtópico, é apresentada a avaliação realizada pela pesquisadora. Para tanto, foram definidos como método, os *Quadros de Avaliação*. Enquanto a entrevista retrata a visão do entrevistado, procurou-se identificar a visão da pesquisadora por meio desses Quadros. Através da percepção espacial da pesquisadora, pretendeu-se realizar uma avaliação do estado de conservação urbana atual, ou seja, da área externa da casa e dos espaços públicos e coletivos. Dessa forma, possui dois quadros distintos de avaliação:

- O Quadro Um, avalia o estado de conservação da parte externa da casa no que tange aos aspectos: contribuição dos conjuntos/casas/lotês; aberturas externas (janelas, portas, cobogós); revestimentos; delimitação do lote (muro/grade); muro de arrimo (contenção); contribuições dos recuos laterais e frontais.

- O Quadro Dois, avalia o estado de conservação dos espaços públicos a partir de sete aspectos: drenagem; limpeza; iluminação; segurança; área verde pública; passeios; e ruas.

Para contribuir neste processo avaliativo, foram realizados registros fotográficos nas duas comunidades. Este acervo visual foi organizado e encontram-se no Apêndice E e F – Álbuns Fotográficos do Jardim das Paineiras e do Bom Sucesso, respectivamente. Em relação à questão do aspecto da conservação, os itens dos quadros foram avaliados através de duas formas: a visual e a numérica, conforme legenda a seguir.

AVALIAÇÃO	VISUAL	NUMÉRICA
ÓTIMO		1
BOM		2
REGULAR		3
RUIM		4
PÉSSIMO		5

Quadro 09 - Legenda de Avaliação

Fonte: Autora (2012).

Então, seguem, no próximo subtópico, os quadros de avaliação comentados para cada caso. Primeiramente, será avaliada a questão da conservação da parte externa da casa nos dois conjuntos em estudo. E depois, a conservação dos espaços públicos e coletivos.

4.9.1. Avaliação da Conservação da Parte Externa da Casa

Este subtópico encontra-se organizado em duas partes. Primeiro será exposto o resultado da avaliação da conservação da parte externa da casa do Jardim das Paineiras, posteriormente serão apresentados os resultados do Bom Sucesso. Segue o quadro síntese de avaliação do Jardim das Paineiras.

Nº	AMBIENTE	AVALIAÇÃO	
		VISUAL	NUMÉRICA
01	Contribuição dos conjuntos / casas / lotes		4
02	Aberturas externas: janelas, portas, cobogós, etc.		2
03	Revestimento		2
04	Delimitação do lote (muro / grade)		2
05	Muro de arrimo (contenção)		5
06	Contribuições dos recuos laterais		4
07	Contribuição dos recuos frontais		4
TOTAL – MÉDIA DA AVALIAÇÃO			3,29

Quadro 10 - Avaliação da conservação da parte externa da casa – Jardim das Paineiras

Fonte: Autora (2012).

No caso do Jardim das Paineiras, a nota média que prevaleceu na avaliação foi regular. É perceptível que as famílias que permaneceram e as que migraram para o conjunto fizeram melhorias em sua habitação como muros, ampliação de cômodos, jardins e varandas. Essa melhoria no aspecto físico da moradia tipifica uma apropriação e um cuidado com a conservação. Entretanto, a omissão da Prefeitura em não promover uma fiscalização contínua no conjunto favoreceu certas anomalias, como a presença de coabitação no recuo lateral; casa que foi substituída por uma nova construção e estabelecido um novo uso; e obstrução das calçadas. Em outros casos, ocorreu o uso adequado de famílias que armazenaram material de construção no recuo dos fundos. A tendência no conjunto parece ser a ampliação da casa ocupar praticamente toda a área do terreno conforme foi observado em casas onde se tem feito ampliações.

O problema que preocupa uma parcela dos moradores, e percebido pela pesquisadora, está no muro de arrimo que se encontra inacabado em muitas quadras. Segundo moradores, a empresa contratada não concluiu a obra e a Prefeitura tem se omitido. Agora o problema ficou com a comunidade que não tem nenhuma condição de corrigir esta deficiência de infraestrutura urbana. Assim, os próprios moradores colocam materiais recicláveis como papelão e pedaços de madeira para improvisar a delimitação do lote. Este item recebeu a pior nota de avaliação.

Em relação a aberturas externas – portas e janelas – em muitas casas prevalecem às aberturas previstas no projeto original. Há casas onde estas aberturas foram reformadas e valorizadas com outro material construtivo melhor, ou criadas novas aberturas que favorecem a ventilação natural para o interior da casa.

Acerca do revestimento, a maioria das casas mantém a pintura original, entretanto, nas

casas reformadas, muitas famílias se esforçaram financeiramente para pintar a sua moradia e melhorá-la, sendo este o método de revestimento mais utilizado. Essa ação das famílias demonstra um cuidado com a conservação da casa.

Já os recuos laterais, a comunidade tem usado como área de serviço ou jardins, conforme foi previsto no projeto original. Em alguns casos gritantes, é nesse espaço que ocorre o fenômeno da coabitação, geralmente uma casa é criada no corredor para os filhos que se casaram e não tem para onde ir. Em relação ao recuo frontal, tem prevalecido o uso de varandas na frente da casa ou jardim. Este aspecto tem trazido uma beleza estética para o conjunto habitacional. Mas, na maioria dos casos, as pessoas estão murando as suas casas com muros totalmente vedados e alguns com grades, como uma forma de enfrentar a insegurança e o medo da violência de usuários de drogas no conjunto. Algumas casas utilizam a frente e a calçada para armazenamento de materiais reciclados e móveis usados para serem vendidos. Estes são alguns exemplos de obstrução das calçadas. Nas casas da última rua do conjunto, ocorre a evidência de estruturas improvisadas de madeiras para guardar animais.

Para análise do conjunto habitacional do Bom Sucesso, segue o quadro síntese de avaliação da conservação da parte externa da casa.

Nº	AMBIENTE	AVALIAÇÃO	
		VISUAL	NUMÉRICA
01	Contribuição dos conjuntos / casas / lotes		4
02	Aberturas externas: janelas, portas, cobogós, etc.		2
03	Revestimento		3
04	Delimitação do lote (muro / grade)		3
05	Muro de arrimo (contenção)		-----
06	Contribuições dos recuos laterais		3
07	Contribuição dos recuos frontais		3
TOTAL – MÉDIA DA AVALIAÇÃO			3

Quadro 11 - Avaliação da conservação da parte externa da casa – Bom Sucesso

Fonte: Autora (2012).

No caso do Bom Sucesso, a nota média que prevaleceu na avaliação foi regular. É perceptível que, após anos de moradia na localidade, as famílias que permaneceram e as que compraram as casas no conjunto fizeram melhorias em suas habitações, entretanto, nem todas as modificações foram adequadas em relação ao uso do espaço do terreno.

A pior nota foi atribuída ao item contribuição do conjunto/casa/lote. Embora em muitas casas prevalecesse à ocupação do lote original, sem ampliação de ambientes, há famílias que estão fazendo ampliações da moradia de maneira inapropriada, como o avanço para a calçada, ocupando toda a área do lote com construção e a existência do fenômeno da coabitação, no qual uma casa foi repartida em duas. Houve também a verticalização em algumas casas que avançaram sobre a calçada. Os recuos também foram mal utilizados em muitas ampliações. A ausência de fiscalização por parte da Prefeitura demonstra a omissão no conjunto que favoreceu estas práticas.

Em relação às aberturas externas, devido ao calor abrasivo de Fortaleza e o desconforto térmico, a comunidade manteve as aberturas originais, bem como também fizeram novas aberturas nas casas reformadas. No projeto original foi previsto a abertura de cobogós no telhado como estratégia de ventilação natural, o que realmente comprovou, na prática, a melhoria térmica da casa.

Acerca do revestimento, os financiadores do projeto disponibilizaram somente acabamento em pintura, na fachada frontal da casa, enquanto as outras paredes ficaram somente na alvenaria. Ao passar do tempo, predomina no conjunto casas sem reboco, somente na alvenaria, mesmo aquelas que passaram por reformas. A hipótese levantada seria a condição financeira que não permite que as famílias realizem um revestimento. Outra hipótese apontada é a questão cultural, visto que, como o mutirão não realizou o revestimento de todas as paredes da casa, as famílias, na sua maioria, também seguiram esta prática. Essa ocorrência pulverizada em todo o conjunto dá o caráter de obra inacabada, situação que também vem ocorrendo no bairro Bom Sucesso, onde o conjunto está inserido e, também, nos conjuntos habitacionais populares periféricos de Fortaleza. Em relação ao recuo frontal, embora tenha ocorrido à construção de muros, ainda predomina as casas sem muro, conforme foi desenhado no projeto original. O projeto original também previu que nas quadras onde no recuo frontal havia árvores, essas foram incorporadas ao projeto paisagístico como micro praças, em que foram colocados bancos embaixo de árvores para os moradores terem um local de lazer, além da área verde do rio. Em alguns casos, foi colocado portão no recuo lateral da casa. Essa intervenção representa uma medida de segurança individual devido à prática da violência, vandalismo e ao consumo de drogas no local que causa insegurança e medo nos moradores. Um exemplo de vandalismo é à pichação feita por delinquentes na parede lateral de uma casa adjacente a um terreno baldio.

Em suma, em ambos os casos, percebeu-se a apropriação dos moradores em relação à moradia, os quais fizeram melhorias em sua habitação. Entretanto, possuem certas incoerências em relação à ocupação dos recuos no lote, prática social que também ocorrem em outros conjuntos habitacionais periféricos nas cidades de Arapiraca e Fortaleza. Mostrou também a fragilidade das Prefeituras em não realizarem a fiscalização das reformas. Tal omissão contribuiu para que certas anomalias na forma de uso e ocupação do solo aconteçam. A tendência, caso não haja um acompanhamento por parte do órgão público competente, é que o local se torne um conjunto habitacional favelizado, desvirtuando-se da ideia da proposta original. Essa situação demonstra o dinamismo social nas áreas periféricas urbanas, em que na ausência do poder público, os moradores realizam as suas intervenções no espaço individual e coletivo.

4.9.2. Avaliação da Conservação dos Espaços Coletivos e Públicos

Em relação ao Jardim das Paineiras, segue o quadro síntese de avaliação dos espaços coletivos e públicos.

Nº	AMBIENTE	AVALIAÇÃO	
		VISUAL	NUMÉRICA
01	Drenagem		4
02	Limpeza		5
03	Iluminação		4
04	Segurança		5
05	Área Verde Coletiva		5
06	Passeios		3
07	Ruas		3
TOTAL – MÉDIA DA AVALIAÇÃO			4,14

Quadro 12 - Avaliação da conservação dos espaços coletivos e públicos – Jardim das Paineiras

Fonte: Autora (2012).

Segundo as notas atribuídas pela pesquisadora, a média de avaliação apontou que o estado de conservação do Jardim das Paineiras está ruim. As piores notas foram atribuídas aos itens: limpeza, segurança e área verde coletiva. Isto se deve ao critério de instrução dado às famílias durante a execução da obra, as quais foram capacitadas a contribuir na conservação do espaço público, no entanto, nas áreas comuns, como ruas, passeios, área verde coletiva (praça e área ambiental), as baias, encontram-se lixos espalhados e equipamentos públicos depredados, como exemplo, o parque infantil. Apesar do serviço público de coleta de lixo ser regular, os moradores continuam com a prática de lançar lixo em locais inadequados (terreno baldio, estacionamento do posto de saúde e em frente da escola). Em contrapartida, há moradores que realizam a varrição e mantêm um aspecto da rua mais limpa em relação ao conjunto, mas esta é uma prática isolada, prevalecendo mesmo o lixo espalhado no conjunto.

O outro item com pior nota é a segurança, a qual depende da ação do governo do estado. Esta é a maior preocupação da comunidade, visto a prática da violência e a limitação do poder do Estado em garantir segurança às famílias. Apesar da preocupação com este fato, pouca movimentação reivindicatória vem ocorrendo para resolver tal situação. Segundo depoimentos, a prostituição e o consumo de drogas de pessoas da comunidade e de fora, que vêm ao conjunto praticar atos de vandalismo, têm sido cada vez mais frequentes. Essa atitude de pessoas delinquentes dentro e de fora do conjunto depredou o patrimônio público da praça. Na praça, ocorre o problema da manutenção dos jardins, por não ter alguém que seja responsável, e também em relação ao lixo espalhado. Independente dessa condição, as pessoas têm o costume de usar a praça: crianças brincam no parque infantil; jogam bola na praça; e ambulante vendem churrasquinhos e bebidas. Outra questão que pesou na avaliação é a arborização do conjunto. As famílias receberam capacitação ambiental e já houve uma série de ações de arborização no conjunto, no entanto, os próprios moradores contribuíram na destruição das mudas e, conseqüentemente, a arborização encontra-se

rarefeita na praça e, também, na área ambiental localizada no final do conjunto. É justamente para esta área que drenam as águas pluviais do conjunto, a qual também não recebe manutenção nem por parte dos moradores, nem do poder público. Outra questão que favorece atos de violência e vandalismo é a iluminação deficiente no conjunto. À noite a insegurança aumenta conforme relatou moradores, especialmente, nas ruas principais do conjunto, causada pela depredação por vândalos. Um erro de implantação do projeto de iluminação pública, pela empresa contratada da Prefeitura, foi à locação de um poste na rua, esse fato conseqüente de uma execução deficiente da obra, conota um erro de implantação.

Em relação aos edifícios públicos, no geral, as fachadas externas da escola, do posto de saúde e da creche estão em bom estado de conservação. No dia da visita ao conjunto, a pesquisadora verificou a existência de lixos espalhados pelos passeios e estacionamento do posto de saúde e da escola, enquanto na frente da creche, percebeu-se a varrição e a limpeza por parte dos seus dirigentes. Em todos esses edifícios públicos foram implantados um sistema adequado de drenagem de água pluvial que funciona a contento.

Em relação ao estado de conservação da rua, passeio e baias, estes estão precisando de ações de cuidado por parte da Prefeitura e a comunidade não tem se mobilizado para reivindicar esse direito social. São exatamente estes espaços que demonstram que a comunidade não tem se empenhado em cuidar, como se o espaço público não lhe pertencesse. Nas ruas, há moradores que se apropriam para uso particular, onde armazenam material reciclável e material de construção. Ocorrem também problemas no calçamento, que é de paralelepípedo, estão soltos e o serviço está inacabado. Segundo moradores, este é o costume dos que fazem a manutenção da via no conjunto. A situação do passeio não é diferente, em alguns trechos, está obstruído com móveis para serem vendidos, jardim e mato. O projeto original previu que a calçada fosse grama e placa pré-moldada, no entanto, não foi realizada pela Prefeitura a colocação das gramas. As baias se tornaram terrenos subutilizados no conjunto, os quais tem crescido o mato e sem qualquer manutenção. Em algumas baias, moradores fizeram um jardim e, em outras, crianças usam como campinho para jogar bola. A Prefeitura colocou uma placa com a mensagem “proibindo a colocação de lixo”, que tem sido muito pouco respeitada.

Para concluir esta análise, o centro comunitário está com a fachada externa suja, precisando de uma pintura geral, e também, no muro e na grade. E na calçada ocorre a presença de mato. Estes aspectos demonstram o pouco zelo por parte dos associados. O único prédio sob a responsabilidade da comunidade do conjunto encontra-se em péssimo estado conservacional, então, vê-se que, os espaços que poderiam ser cuidados pela comunidade, estão ignorados e não foi demonstrado nas entrevistas, qualquer interesse dos moradores em melhorar o aspecto da sede. Após o ganho da casa, a vida comunitária que

iniciaram parece ter caído no comodismo.

Agora, segue o quadro avaliativo e a análise realizada pela pesquisadora sobre o caso do Bom Sucesso.

Nº	AMBIENTE	AVALIAÇÃO	
		VISUAL	NUMÉRICA
01	Drenagem		4
02	Limpeza		5
03	Iluminação		4
04	Segurança		5
05	Área Verde Coletiva		5
06	Passeios		4
07	Ruas		3
TOTAL – MÉDIA DA AVALIAÇÃO			4,29

Quadro 13 - Avaliação da conservação dos espaços coletivos e públicos – Bom Sucesso

Fonte: Autora (2012).

A nota de avaliação dada pela pesquisadora foi ruim, principalmente, os itens limpeza, segurança e área verde coletiva. A falta de limpeza do conjunto é um problema pulverizado em toda a comunidade, onde se encontra lixo espalhado pelas ruas, passeios e na área verde onde seria a praça urbanizada do conjunto. Até mesmo em micro-praças, que são compostas de pequenas mesas e bancos em pré-moldados, possuem lixo nas proximidades. Parece que os moradores não se incomodam em conviver com o problema.

A área verde continuou sendo um espaço deficitário de intervenções, o qual foi demonstrado nas entrevistas, à intensa reivindicação dos moradores cobrando da Prefeitura o cumprimento da infraestrutura da área verde. A Prefeitura não implantou na íntegra os equipamentos coletivos, apenas foram feitos: o passeio em pedra portuguesa; instalação de refletores e o campo de futebol, os quais já estavam sem as traves. Todos estes três elementos estão precisando de manutenção, mas em virtude do macro projeto de urbanização ao longo do rio Maranguapinho, em execução pelo Governo do Estado do Ceará, em virtude da participação de Fortaleza nos eventos da COPA 2014, nenhuma benfeitoria está sendo feita. Ao contrário, está previsto a demolição de construções do conjunto, que são a escolinha, o mercado comercial e parte das casas. No conjunto foi instalado um sistema de drenagem para coleta das águas pluviais, que correm para o rio. No momento de visita ao local, a pesquisadora se deparou com a execução de um serviço pelos técnicos da concessionária local que estavam contendo um vazamento na rua, e percebeu-se que a água se acumulava nas sarjetas e drenava em direção ao rio.

A iluminação do conjunto está deficitária, o que tem contribuído para atos de vandalismo no conjunto, e os refletores da área verde estão sem funcionamento, tornando esta área perigosa. Outro local inseguro no conjunto são os becos. Esses foram idealizados no projeto como áreas de circulação exclusiva para pedestres, no entanto, não recebeu calçamento e nem iluminação, à noite, fica inviável andar por estes espaços estreitos e escuros. No local foi encontrado lixo proveniente da construção civil.

Em relação ao passeio, percebeu-se que os moradores têm o costume de andar pelas ruas, pois os passeios estão obstruídos de várias formas: presença de mato; avanço de construção; degraus para acesso a casa; e usando-a como estacionamento de automóvel. Em contrapartida, em calçadas mais largas, moradores colocam cadeiras e ficam sentados, observando a paisagem e descansando. A falta de manutenção no calçamento no conjunto é um problema generalizado que ocorre no passeio da área verde; tem ruas que estão com defeito no calçamento; e passeios em que estão faltando reposição de material.

Dos edifícios públicos implantados no conjunto, apenas dois estão sendo utilizados, os demais se encontram subutilizados. O prédio que está em melhor estado de conservação e de uso é a escolinha infantil. Conquanto tenha-se identificado problemas de infiltração nas salas de aula e na biblioteca. Durante a visita, a direção da escola informou que já solicitaram a visita de um técnico para fazer reparo na estrutura, demonstrando, com isso, zelo pelo patrimônio público. Aliás, este prédio pertenceu à comunidade, mas a ingerência da construção fez com que a Secretaria de Educação da Prefeitura assumisse a responsabilidade total pela escola. O segundo prédio que tem sido utilizado e que tem sinais positivos de uso e manutenção é o prédio da associação comunitária. O atual presidente fez uma manutenção na parte interna do prédio para promover as atividades sociais. Fez também com que a rua da associação recebesse iluminação e sinalização horizontal e vertical. Entretanto, o prédio tem marcas de vandalismo como pichação e lixo espalhado em suas calçadas. Diante da insegurança que assola os moradores, as grades do muro do prédio da associação foram substituídas por alvenaria conotando uma 'fortaleza' dentro de Fortaleza. Essa reforma no muro cancelou a ideia de integração do prédio com o conjunto, já não é possível olhar de dentro para fora e ver as pessoas passando e convivendo nas ruas.

Os dois prédios que foram criados para fomento da geração de emprego e renda, estão subutilizados. O centro comercial está com os boxes fechados e parte do prédio está sendo usada pelos recicladores da ARAN, que têm guardado, nos boxes, material reciclável. A estrutura física do prédio denuncia o abandono e a necessidade de manutenção no telhado, na pintura do prédio, nas esquadrias e a necessidade de limpeza. O prédio também se encontra pichado. A situação do galpão de pré-moldados é similar a do mercado comercial. Embora este tenha menos acúmulo de lixo.

Em suma, percebeu-se que, em ambas os casos, os problemas são similares. No entanto, os moradores do Jardim das Paineiras não avançaram em atitude pró ativa para zelar pela conservação e melhoria do espaço público onde moram reivindicando da Prefeitura as melhorias. Cada um permaneceu no seu espaço individual e o ganho social – o acesso a moradia e a um espaço urbano infraestruturado - que tiveram não foi suficiente para a

mudança de postura política, embora os entrevistados afirmassem que receberam capacitações tanto para contribuir no zelo do lugar quanto para ser cidadãos. Deve-se também levar em conta que, o fenômeno da especulação imobiliária chegou ao conjunto, e que com isso, vem ocorrendo à venda das casas com certa frequência. Então, a chegada de novos moradores, que não conheciam a proposta, vai fragmentando a ideia original de organização social, visto que estes não receberam as capacitações realizadas. Assim, esta dinâmica social não vem favorecendo uma melhor organização social, ao contrário, somada à violência no conjunto, os moradores estão se tornando indiferentes frente aos problemas do conjunto. É importante ressaltar que os moradores dos conjuntos não pagam o IPTU, por estarem localizados em conjuntos habitacionais de baixa renda.

Em contrapartida, no Bom Sucesso, até o momento, percebeu-se que houve uma maior apropriação de uma postura política para solução de problemas coletivos através das capacitações realizadas pela Cáritas em se tomarem cidadãos críticos e ativos frente à realidade que os cercam. Os entrevistados afirmaram que batalharam por melhorias físicas nos espaços urbanos por anos nas assembleias do Orçamento Participativo, mas a intervenção estatal do Macro Projeto do PAC ligado ao evento da COPA 2014, em relação à urbanização da área verde, sendo esta a maior área pública no conjunto, demonstra que o desejo da comunidade em parte foi atendido. No entanto, a ameaça de transferência de moradores para outros bairros mais distantes e periféricos estão preocupando-os, já que eles não detêm uma força política para frear a execução desse projeto do governo do Estado. Embora que militantes e organizações sociais existentes em Fortaleza estão mobilizados e lutando pela permanência de famílias nas áreas de origem. Vale complementar que, por ser o grupo social que tem mais tempo de existência, os antigos moradores se encontram cansados do embate das lutas políticas na busca dos direitos sociais, visto que este desgaste se deve a morosidade do retorno da Prefeitura na execução de ações políticas reivindicadas pelos moradores no Orçamento Participativo. No entanto, a crise interna na associação, o conflito ideológico entre o líder do conjunto e os moradores tem intensificado a crise de participação social, tanto na associação quanto nos espaços democráticos do Orçamento Participativo atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que vimos no **Capítulo 01**, na construção do conceito de Tecnologia, mostrou a sua inter-relação com os conceitos de técnica e ciência e revelou delimitação conceitual clara entre estes, apenas a partir da Revolução Industrial e da consequente expansão urbana.

A tecnologia que se desenvolveu em um ambiente capitalista foi vista como “uma caixa preta”, em que o controle é feito pelo agente dominante e não faz parte do conhecimento de todos que a operam. Diante desta constatação, a Tecnologia Social (TS) se revelou como um caminho paralelo de desenvolvimento para a sociedade e, como tal, a sociedade deve ter conhecimento e exercer sua participação em relação ao controle social da tecnologia, em que o retorno beneficia a todos os envolvidos no seu processo de produção.

A TS surgiu ancorada em movimentos sociais, a exemplo da Tecnologia Apropriada, como uma proposta de inovação e de transformação social para solução de problemas de grupos sociais vulneráveis como estratégia para vencer a miséria e a pobreza. Percebeu-se que este aspecto limita a atuação da TS, a qual poderia ser utilizada por outros grupos sociais, conforme afirma Dagnino (2010). Vê-se que as instituições que desenvolvem TS a interpretam como Empreendimentos Econômicos Solidários, limitam-na a esse rótulo, porém, é notório que a TS poderia ser mais potencializada por outros grupos sociais fora deste critério.

Foi possível identificar que o conceito de TS tem sido amplamente utilizado no Brasil e na América Latina, principalmente em países em fase de desenvolvimento. Diante disso, percebeu-se que a questão do controle social da tecnologia e do empoderamento social revelaram-se como aspectos chaves do conceito de TS. Entretanto, ao analisar os conceitos em voga no país, identificou-se a fragilidade conceitual em relação à proposta de controle social da tecnologia e do empoderamento de grupos sociais.

Feenberg (2010), e Dagnino (2010) se diferenciam neste universo. Eles afirmam três aspectos fundamentais para a TS: i) a participação de todos os envolvidos no controle e no desenvolvimento da tecnologia (cooperação e autogestão do processo); ii) simplicidade na aplicação da tecnologia para que venha a ser reaplicada em outro lugar e por outro grupo social; e iii) uma opção paralela (e não substituta) de desenvolvimento social e econômico em relação à tecnologia baseada no capitalismo.

Em síntese, constatou-se que a TS terá sustentabilidade se este conceito for compreendido na essência, ou seja, quando ocorrer o controle do processo e a tomada de decisão democrática no processo de produção tecnológica pelo grupo interessado. Caso contrário,

será apenas um indicador de uma boa intenção conceitual que pretendia mudar a realidade de grupos excluídos. Se não houver compartilhamento do poder no controle do processo de produção tecnológica, de maneira participativa, em um ambiente descentralizado, a TS não cumprirá o seu papel. Ficará na esfera do imaginário do que poderia ser e não se efetivou na prática, daí o risco da TS conotar certo sentido fantasioso e superficial. Do ponto de vista pragmático, esse é um aspecto chave para que a TS se desenvolva no país, para que se torne uma estratégia de mudança, seja qual for o campo de atuação que este conceito for aplicado.

Considerando o que vimos no **Capítulo 02**, em que o conceito de TS foi abordado em relação à produção da habitação social associada à política brasileira, a partir do momento da redemocratização do país até a fase atual da gestão da Presidenta Dilma, percebeu-se que os quatro agentes do desenvolvimento urbano exerceram poder sobre a política habitacional e que, atualmente, houve um significativo avanço da política de habitação estar integrada à política de desenvolvimento urbano. Este é um ganho histórico em relação à política habitacional brasileira. É neste contexto social, que a TS ganha expressão. Este trabalho compreendeu que a TS aplicada à habitação vai ocorrer de maneira mais apropriada com a atuação dos movimentos sociais que lutam pela moradia digna no país.

Na década de 1980, a formação e a consolidação dos movimentos sociais e das organizações não governamentais levantaram a bandeira de reivindicação no âmbito do direito à cidade e à habitação pressionando o Estado por melhoria no setor e, como resultado, conquistaram políticas essenciais para a gestão urbana de maneira participativa e descentralizada, a exemplo, da criação do Ministério das Cidades; os marcos regulatórios legais e os instrumentos urbanísticos (Estatuto da Cidade e Plano Diretor Participativo) como a criação do Plano Nacional de Habitação; o Sistema do Fundo de Habitação de Interesse Social e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); e os mecanismos de controle social como o Conselho Gestor do FNHIS, do Conselho das Cidades e da Conferência das Cidades.

Entretanto, apesar deste esforço social em prol da democracia, estamos diante de um paradoxo na política habitacional brasileira: os recursos financeiros para os recentes programas federais Programa Minha Casa Minha Vida e Programa de Aceleração de Crescimento não têm passado pelos mecanismos de controle social. Esses recursos estão sendo controlados pela Caixa Econômica Federal, órgão que sucedeu o Banco Nacional de Habitação. Esta situação possibilita enxergar que vivemos atualmente um impasse político, em que os mecanismos de controle social estão sendo ignorados pelo governo, o que nos leva a compreender que temos uma produção social da moradia com participação social do tipo “faz de conta”, ou seja, sem o mínimo de controle por parte da sociedade.

Essa concentração de poder demonstra uma contradição na execução da política habitacional recém-desmontada com o PMCMV. Todo o trabalho de controle social construído democraticamente - PLANHAB, PEHIS e PLHIS – perdem o sentido enquanto instrumentos de políticas públicas diante do montante de recursos destinado à habitação por meio dos agentes de mercado. Revela também que o poder decisório sobre a produção da habitação está na mão dos agentes dominantes, conservadores e do governo que manipulam a política conforme seus interesses. Essa situação demonstra o porquê da bandeira de luta dos movimentos sociais reivindicarem este direito social a partir dum nível de participação cada vez mais elevada e numa luta cada vez mais acirrada. Haja vista que as maiores conquistas de democratização no país são fruto dessa árdua mobilização e manifestações sociais, as quais foram reconhecidas neste trabalho, como exemplo de TS na habitação.

Diante desta conjuntura política exposta neste capítulo, adotou-se enquanto conceito a proposta da Produção Social do Habitat (PSH) e da moradia adequada definida por Rolnik (2009) que se compatibiliza com a ideia de PSH. Por sua vez, a ideia da PSH possui uma sinergia com o conceito de TS por ver de maneira integrada à questão da habitação ligada aos demais temas da política urbana como infraestrutura, transporte, acessibilidade a equipamentos públicos e serviços urbanos. Percebeu-se que, apesar do avanço no campo da arquitetura e urbanismo sobre habitação social, ainda se faz casas com baixa qualidade construtiva e na periferia urbana das cidades brasileiras. No âmbito do conceito da tecnologia social aplicada à habitação, seria produzir casas com melhor qualidade construtiva, numa melhor localização na cidade, com acesso aos serviços urbanos e infraestrutura e com a participação efetiva dos moradores em todo o processo de produção da sua habitação entendida como a integração das políticas urbanas.

O exemplo do mutirão, como uma produção habitacional autogestionária por grupos sociais, tipifica um exemplo de tecnologia social, desde que este ocorra de uma forma que todos participem do processo, tomem as decisões compartilhadas e exerçam o seu papel como agente transformador da sua realidade, visto este aspecto, como protagonista social, característica essencial da tecnologia social. Haja vista que as críticas aos mutirões como sobrecarga de trabalho ainda é uma realidade frequente no Brasil, esta situação não espelha o conceito de TS. Enfim, a TS na habitação se configura como um ambiente de aprendizado, de tomada de decisões, de liberdade, de troca e de geração de conhecimento e de reivindicação por melhorias habitacionais e urbanas.

Considerando o que vimos no **Capítulo 03**, em relação à apresentação descritiva dos dois casos selecionados para análise, foi demonstrado que no tocante a cidade, o conjunto habitacional do Jardim das Paineiras foi o pioneiro e até bem pouco tempo, era o maior

conjunto público implantado em Arapiraca. Os atuais programas habitacionais tem repetido o modelo de implantação de conjuntos na franja urbana da cidade. O erro de implantação na periferia urbana cometido com o conjunto Jardim das Paineiras não tem sido fator de análise crítica e de mudança de critério na produção da moradia social. Os problemas decorrentes do processo habitacional do Jardim das Paineiras não serviram de reflexão para a Prefeitura mudar a sua concepção de produção de habitação social.

O mesmo caso se dá com o Bom Sucesso, num grau de exclusão e indiferença maior, em que o governo estadual negou a existência do projeto e incluiu a área num macro projeto de intervenção que nega a proposta social implantada pelo esforço da sociedade civil organizada e do terceiro setor, em virtude de tornar a área atrativa para o mega evento esportivo, a Copa 2014. A área do conjunto Bom Sucesso encontra-se nas imediações do estádio de futebol de Fortaleza e por esta razão deverá passar por uma intervenção na estética da paisagem urbana. Portanto, em ambos os casos, percebeu-se que os dois conjuntos habitacionais implantados refletem a problemática habitacional das suas respectivas cidades e simbolizam a prática geral da produção de moradia na atualidade pelos gestores públicos. Reproduzem habitação, ainda hoje, sem uma conexão com a cidade.

Ainda neste Capítulo 03, através das entrevistas realizadas foi possível identificar temas que refletem a existência de TS nos casos estudados, no Jardim das Paineiras (AL) e no Bom Sucesso (CE), os quais serão sintetizados a seguir: a) as intervenções urbanísticas e a questão tecnológica; b) a mudança sociocultural; c) os vínculos sociais; e d) o conhecimento adquirido e praticado coletivamente.

Em relação às intervenções urbanísticas e à questão tecnológica, constatou-se que o benefício físico e social foi feito, como a inclusão social de pessoas que tiveram mudadas a sua condição social por terem acesso à habitação, a equipamentos urbanos e serviços públicos. Em relação à questão tecnológica, em ambos os casos, houve uma discussão acerca do emprego de tecnologias construtivas alternativas ou convencionais. Entretanto, em nenhum dos casos, adotou-se uma tecnologia diferenciada, o que indica uma escolha social da tecnologia.

No caso do Jardim das Paineiras, houve uma discussão simplificada ou mesmo pode não ter havido em relação à escolha tecnológica, isto porque houve uma clara contradição entre as falas da liderança e dos técnicos em relação à participação social na escolha da tecnologia para produção da moradia. Segundo líderes comunitários, não foi possibilitada a escolha democrática da tecnologia, embora os técnicos tenham afirmado.

No caso do Bom Sucesso, houve uma participação efetiva dos beneficiados na análise e na escolha da tecnologia habitacional. Este foi um ganho de aprendizagem coletiva para este

grupo, que conheceram as experiências de outros mutirões e puderam coletivamente tomar a decisão do sistema construtivo a ser empregado. Também participaram do processo da execução da obra, através do sistema de mutirão, e fizeram o controle do material na obra, a compra, a gestão da obra e a vigilância do local para que não houvesse invasão ou roubo de material.

Constatou-se que, apesar do processo participativo e dos benefícios trazido pelas intervenções, segundo apontou entrevistados do Bom Sucesso, em torno de 30% das famílias não se adaptaram às mudanças trazidas pelas propostas e devido a problemas pessoais optaram pela venda da casa. . Esta situação ocorreu com mais frequência no Jardim das Paineiras, segundo os entrevistados, em torno de 50% das famílias não se apropriaram da nova habitação, visto que foram deslocados do centro da cidade para a periferia urbana.

A crítica consolidada no universo teórico da habitação relacionada ao urbanismo, de que o deslocamento de grupos sociais para áreas periféricas criam as 'deseconomias urbanas', conforme afirmou Ermínia Maricato, ocorreu esta prática em Arapiraca. Como resultado, o recurso público investido não resolveu o problema do déficit habitacional local. À expulsão dos moradores do centro como diretriz de projeto foi ineficiente para resolver a situação. Apesar de toda a infraestrutura e acesso aos serviços públicos no conjunto na periferia urbana, segundo os entrevistados, não foram atrativos suficiente para a maioria das famílias, pois ao chegar ao conjunto não tiveram condições de se sustentar, venderam a sua casa de maneira informal e voltaram para áreas no entorno centro da cidade e do mercado público.

Essa situação, revelada através das entrevistas, demonstrou a fragilidade da intervenção. Essa prática dos gestores em relação aos programas habitacionais públicos precisa ser revista nos atuais programas, fato que também tem se reproduzido no 'Programa Minha Casa, Minha Vida' conforme sinaliza os estudiosos sobre o tema. Este fato demonstrou a capacidade técnica limitada da gestão pública habitacional de Arapiraca em estar produzindo habitação através do conceito ultrapassado e excludente de lançar as famílias pobres para a franja urbana.

A lógica perversa do capital nos empreendimentos habitacionais vem sendo operado pelos seus agentes de maneira socialmente injusta em Arapiraca, haja vista a intensa especulação imobiliária quando da escolha do terreno e a justificativa técnica que favoreceu a remoção das famílias do centro para fora da urbe. No caso do Bom Sucesso, é de se surpreender que as famílias que construíram a sua casa em regime de mutirão não se apropriaram dela e, ao final do processo, venderam-na. Essa situação evidencia a existência da especulação imobiliária em conjuntos habitacionais populares e sinaliza a necessidade de haver

mecanismos de controle social no ato do cadastramento das famílias pelos gestores do projeto (poder público ou instituições sociais) e a necessidade de fiscalização na fase de pós-ocupação. Este fato demonstra também que está havendo uma especulação imobiliária que vem se dando de maneira informal, visto que nenhum dos casos encontra-se regularizado.

Em relação à mudança sociocultural, a promoção de capacitações para geração de conhecimento para promoção de emprego e renda, para cuidar do meio ambiente, do espaço coletivo e público e cooperar na conservação da moradia foram basicamente transmitidos. Houve mudança social quando eles migraram de uma situação de miséria e se estabilizaram no conjunto. Entretanto, houve famílias que não se adaptaram ao novo estilo de vida sociocultural trazido pelas propostas. A mudança sociocultural trazida não foi suficiente para que as famílias se transformassem efetivamente, isto porque, no caso do Bom Sucesso, eles saíram da miséria e continuaram na pobreza, convivendo com realidades espaciais semelhantes em seu entorno. Como disse o Doutor Renato Pequeno (2012), da Universidade Federal do Ceará, a criação do conjunto habitacional Bom Sucesso foi uma gotinha de transformação dentro de um universo de maiores problemas socioespaciais - a periferia urbana de Fortaleza. Então, não teria como apenas as famílias, somente com a casa e os benefícios urbanos recebidos, terem condições suficientes para mudar o quadro para uma melhor expectativa de vida.

No Jardim das Paineiras, foi constatado também que não adiantou somente dar a casa, mas faltou maior ênfase na proposta em relação à necessidade de oportunizar condições para as famílias sobreviverem, sustentarem-se e de se produzir. Não foram permitidos usos mistos nas casas nem permitido a criação de espaços comerciais e de serviços no conjunto. A ausência de comércio no conjunto dificultou a adaptação inicial das famílias no local, pois tudo era longe, então, dificultou a manutenção da vida. Esse fato revelou que a questão da habitação precisa ser vista integradas as políticas de uso e ocupação do solo com a questão da sobrevivência no espaço. Hoje, com a ausência da fiscalização da Prefeitura, é perceptível o uso misto nas habitações e casas que se transformaram em comércio.

Já no Bom Sucesso, houve a implantação de estruturas físicas comerciais como o mercado comunitário e o galpão de pré-moldados, que pretendiam enfrentar essa problemática de emprego e renda, entretanto, houve um mau gerenciamento desses espaços produtivos pelos presidentes da associação comunitária do conjunto que não valorizaram essas oportunidades, tornando os espaços obsoletos. Segundo os entrevistados, muitos dos presidentes da associação se apropriaram de maneira indevida do bem coletivo para benefício próprio. Torna-se evidente a necessidade da habitação social estar estrategicamente resolvida em relação à infraestrutura, a localização urbana adequada e o

estabelecimento de usos como comércio e serviços para fomentar a economia local. Outra questão que se tornou relevante é a necessidade de promoção de efetivas ações de geração de emprego e renda ser o foco de atuação dos projetos sociais em conjuntos populares. Se não, a venda da habitação se torna um meio de sobrevivência imediata.

Em relação aos vínculos sociais, o estudo revelou outro tipo de vínculo, o vínculo com o lugar e não somente entre as pessoas. No caso do Bom Sucesso, como as famílias mudaram para um terreno próximo, verificou-se que, neste caso, os vínculos entre os integrantes do grupo social foram fortalecidos durante o processo do mutirão, mas, na fase de pós-moradia, houve tanto o fortalecimento do vínculo quanto o arrefecimento dos laços sociais, principalmente referente à forma de relacionamento do atual presidente da associação com as antigas lideranças advindas da intervenção.

No caso do Jardim das Paineiras, representa uma clássica intervenção urbanística em que as famílias migraram do centro para a periferia da cidade, o que gerou o desvinculo socioespacial, houve a quebra dos laços sociais existentes, impactando negativamente no modo de vida, levando a não apropriação de boa parte das famílias as habitações do conjunto. É sabido também que novos vínculos sociais foram criados durante a execução da obra e pós-moradia, mas que não teve a força social que se pretendia implantar no conjunto. Em síntese, percebeu-se que essa condicionante reconhecida no campo acadêmico, na prática, ainda não tem sido respeitada pelos governantes e nos escopos dos programas habitacionais públicos brasileiros.

Em relação ao conhecimento adquirido coletivamente, percebeu-se, no Jardim das Paineiras, segundo as entrevistas realizadas, a falta de vontade coletiva das famílias em colocarem em prática o aprendizado adquirido durante as capacitações na fase de intervenção, em relação à cidadania, à manutenção do patrimônio público, à geração de renda e ao meio ambiente. Embora tenha havido o esforço de alguns técnicos em falar numa linguagem simples, ainda assim, houve a apropriação de poucos, haja vista a omissão de muitos no zelo pelas estruturas físicas do espaço coletivo e público. Os entrevistados alegaram que, em ambos os casos, atualmente, as famílias se acomodaram e pouco tem reivindicado por seus direitos. Cabe ressaltar que não se trata da comunidade assumir o papel do governo em gerenciar a manutenção dos espaços públicos. O que se analisou em relação à conservação da habitação foi que os grupos sociais se mobilizassem para efetivar os seus direitos sociais e manter as melhorias coletivas recebidas ou lutar por melhorias das condições de vida no conjunto e da habitação. Vale a pena considerar também a chegada de novas famílias que não participaram das formações e que desconhecem a proposta original.

No Bom Sucesso, o ganho político que receberam foi suficiente para conseguirem

reivindicar seus direitos no início da fase de pós-ocupação. Em ambos os conjuntos, aprenderam que o político se promove em conjuntos habitacionais populares, entretanto, essa discussão foi mais madura no Bom Sucesso, onde os entrevistados mostraram um nível de politização e maior crítica a respeito das trocas da casa por voto. Um aspecto inovador no Bom Sucesso foi à mudança de papel social, pois, de excluídos que eram, se assumiram como cidadãos e exerceram esse papel na política local. Verificou-se também a necessidade de que os profissionais que atuam neste tipo de projeto de intervenção urbanística tenham sensibilidade social, para conduzir processos com grupos sociais marginalizados para que as intervenções realmente surtam o efeito esperado.

Considerando o que vimos no **Capítulo 04**, foram apresentadas as análises obtidas a partir da sistematização das entrevistas decupadas e, também, a análise da pesquisadora em relação à conservação da parte externa da habitação e dos espaços públicos e coletivos. Em relação ao protagonismo das famílias nos conjuntos para resolver os problemas da habitação de maneira coletiva, viu-se que, ocorreu com menos reivindicação no Jardim das Paineiras, já que os moradores não vêm participando da associação comunitária. No Bom Sucesso, as assembleias do Orçamento Participativo possibilitaram que os moradores se mobilizassem através da associação comunitária para trazer melhorias para o conjunto, embora que em muitas reivindicações o governo respondeu negativamente.

No momento da realização desse estudo, em ambos os casos, percebeu-se o enfraquecimento dos grupos sociais. No Jardim das Paineiras, o atual líder não está conseguindo a parceria dos moradores que costumavam participar das ações coletivas. No Bom Sucesso, o conflito de visão ideológica e política entre o atual líder e os moradores têm interferido nas ações pela associação comunitária. Como saída deste problema, no Jardim das Paineiras tem havido pequenas ações de alguns moradores que se preocupam com o coletivo. E também, a ação de outra associação no conjunto tem contribuído para a autonomia de alguns moradores em relação à geração de renda através da arte do mosaico. No Bom Sucesso, também se percebeu-se a ação paralela da associação de reciclagem que age sem a parceria com a associação comunitária. Esses fatos revelam que em ambos os casos, a presença de líderes comunitários são fundamentais para a manutenção e na busca de melhorias e de reivindicação sociais no campo da habitação.

Em relação à manutenção dos espaços coletivos e públicos no entorno da moradia como prática social, percebeu-se claramente que a conservação dos espaços públicos e coletivos no Jardim das Paineiras vem sendo feito pelo órgão público de forma satisfatória, segundo os entrevistados. No que diz respeito ao papel cidadão das famílias em conservar a sua habitação, percebeu-se que há aqueles que zelam pela sua habitação, enquanto há aqueles que prejudicam a vida coletiva ao jogar lixo em locais inadequados e ao promover atos de

vandalismo, como a pichação, o uso de drogas e a depredação do patrimônio público do conjunto.

No Bom Sucesso, percebeu-se que ocorre a prática similar ao caso do Jardim das Paineiras. Ainda no Bom Sucesso, há ações isoladas de famílias que procuram fazer uma melhoria social no conjunto, ao invés de ser conduzido pela associação comunitária. Da mesma forma, no conjunto Jardim das Paineiras, a conservação dos prédios públicos tem sido feita pelo governo municipal, enquanto a comunidade se acomodou em reivindicar melhorias para o espaço urbano atualmente. O ganho social que receberam com o benefício da intervenção não foi suficiente para se manterem unidos a ponto de reivindicarem uma melhoria na conservação dos espaços coletivos e públicos.

Entretanto, no Bom Sucesso a realidade tem sido outra. Os moradores aprenderam a reivindicar os seus direitos sociais nas assembleias do Orçamento Participativo. Então, o conhecimento adquirido no processo de intervenção sobre cidadania e política foi um ganho social importante para a mudança da realidade local, o que confirma que o mutirão do Bom Sucesso se caracteriza como um grupo com mobilização social ativa. Mesmo diante da crise entre as lideranças atualmente, eles têm um entendimento político e crítico da realidade que foram despertados a partir de uma nova consciência de viver coletivamente. No caso do Jardim das Paineiras, apesar de ter havido mobilização social na fase da implantação do conjunto, esta também não foi suficiente para permanecer mobilizada e, de fato, representa um caso de baixa mobilização social porque se acomodaram em receber a casa e não tem avançado em termos de organização coletiva.

Portanto, o estudo dos dois casos revelou a evidência de uma dinâmica urbana nestes conjuntos habitacionais populares que extrapolam o universo local. Como são famílias que lutam pela sua sobrevivência, essa dinâmica tende a ser mais intensa do que famílias que têm uma vida socialmente mais estruturada com emprego formal e uma moradia numa melhor localização no tecido urbano. A dinâmica urbana em programas habitacionais sociais é uma realidade e uma variável nestas grandes intervenções urbanísticas que não se podem congelar nesses espaços urbanos, entretanto, o governo ou instituições sociais precisam aprender a lidar com essa realidade social nos conjuntos habitacionais. Este é o ponto chave para a sustentabilidade da conservação urbana.

Não basta somente construir estruturas físicas como a casa e infraestruturar o espaço urbano. O ganho social vai além disso. Está aliada à promoção de uma vida coletiva e social que contribua na conservação de uma moradia e de um urbanismo integrados a uma proposta de sobrevivência humana. Não se pode mudar a cultura de um grupo social em curto prazo, ainda mais em se tratando de indivíduos que passaram uma grande parcela de tempo das suas vidas sobrevivendo na miséria, morando de forma extremamente precária e

que possuem pouca instrução.

É necessário um tempo maior de acompanhamento técnico para implantar projetos que demandem mudança social e de educação social na fase de pós-moradia no sentido de fortalecer tanto o vínculo com o lugar como também promover um fortalecimento social capaz de gerir a manutenção do espaço coletivo e público com eficiência e possibilitar uma adaptação ao local e a sustentabilidade em termos de oportunidades de emprego e renda.

Se esta prática continuasse a ser cobrada dos moradores e pelos novos que chegassem para compreenderem a filosofia do lugar e da vida coletiva, certamente, os resultados seriam melhores em termos de vida social e conservação dos espaços coletivos e públicos. Esta proposta seria algo inovador em se tratando de operacionalizar a TS no campo da habitação social, visto que, no país, a preocupação com a moradia está em erradicar o déficit habitacional e é focada, com ênfase, a questão qualitativa e menos em relação à qualidade da manutenção desses espaços criados. Assim, esse aspecto revela um gargalo de visão, de concepção e de enfrentamento do problema habitacional brasileiro na política que necessitam ser revistos.

E, por fim, em relação à estrutura da vida organizativa da comunidade por meio da associação comunitária que decide a respeito de melhorias para o conjunto habitacional, percebeu-se que está ocorrendo o fenômeno de crise social na organização. Em ambos os casos, quando as famílias passaram a morar no conjunto, cada família passou a cuidar de suas necessidades particulares, acomodaram-se, apenas poucos continuaram com os ideais coletivos. Migrou do social que se pretendia para um individualismo de cada família.

Outra atitude que ficou evidenciada nas intervenções é que, mesmo com a ideia disseminada pelos executores da proposta em cada conjunto ter sua autonomia na tomada de decisões, as famílias se viram dependentes das instituições, principalmente no Jardim das Paineiras. Não conseguiram amadurecer para a autonomia e o empoderamento sociais, com exceção de alguns moradores que atuam como líderes comunitários e cidadãos engajados nos movimentos de luta da comunidade.

Já no Bom Sucesso, cada líder representa uma semente de mudança num universo periférico. Eles ainda lutam por melhorias nos serviços urbanos locais. O conflito de poder entre as lideranças e interesses diferentes criou uma divisão social no Bom Sucesso. Isto porque muitos líderes que passaram pela associação comunitária reproduziram o estilo centralizador do poder estatal, no sentido de praticarem a corrupção e de promoverem seus interesses particulares em detrimento do coletivo.

Em ambos os casos, após a ocupação da moradia, as famílias não conseguiram consolidar sua participação na associação comunitária. Ao contrário, ocorreu um retrocesso na

participação e um comodismo por parte das famílias no Jardim das Paineiras. Com a conquista da casa, a preocupação das famílias é com relação ao emprego e à renda. A preocupação com os espaços públicos e coletivos ficaram em segundo plano.

Assim, através das entrevistas, foi possível identificar que a tecnologia social para habitação ocorreu mais na fase da construção do que na fase de implementação, ou seja, na fase de pós-moradia das famílias no conjunto. No caso do Bom Sucesso, a participação na associação comunitária na busca da conquista de melhorias vem ocorrendo até o momento, mesmo em meio ao conflito ideológico entre o atual líder comunitário e os moradores.

O protagonismo social em relação à manutenção dos espaços das estruturas físicas da moradia e dos espaços coletivos e públicos como tema de reivindicação social é um aspecto relevante a ser considerado com mais ênfase em conjuntos habitacionais populares. Constituem-se em problemas da habitação que precisam de soluções sociais inovadoras.

Em relação à mobilização social para cuidar dos espaços coletivos e públicos, em ambos os conjuntos, está ocorrendo à anulação da força social existente. É uma força social em crise. Se os grupos sociais dos conjuntos participassem de maneira decisória nas associações, ao passo de resolverem seus problemas coletivamente referentes aos espaços da habitação, seriam na prática, exemplos típicos de TS no âmbito da habitação social em fase de pós-ocupação. Essa ideia corresponde a uma proposta de reinvenção social nos casos e que poderia trazer respostas positivas na vida de grupos sociais.

Em suma, em relação à participação do poder público na produção da habitação social no Jardim das Paineiras, verificou-se que a atuação, conforme os entrevistados, poderia ter sido mais eficiente, se tivesse proporcionado maior acompanhamento social das famílias e proporcionado estratégias de sobrevivência. Ou seja, com o deslocamento das famílias, a Prefeitura gerou um problema social de sobrevivência que afetou na dificuldade de adaptação e de apropriação dos beneficiados pela casa. Mesmo com toda a infraestrutura implantada, a questão social e de renda se mostraram aspectos chaves que a Prefeitura não conseguiu resolver. A Prefeitura resolveu o problema da moradia, entretanto, gerou outro problema, o de acesso à cidade.

A atuação ineficiente do poder público municipal como parceira na execução do projeto, no caso do Bom Sucesso, também foi uma clara realidade exposta pelos entrevistados. A Prefeitura teve um papel omissivo em não cumprir a sua parte na execução de obras estruturantes em relação à infraestrutura local, o que fragilizou e dificultou a plena realização do projeto em relação aos espaços de convivência coletiva e de geração de emprego e renda que poderiam ter sido potencializados. Então, apesar do conjunto implantado, o estigma de conjunto marginalizado e excluído na periferia de Fortaleza permaneceu.

Por fim, se refletirmos em relação à mudança de vida proporcionada pela intervenção, se analisarmos a questão da tecnologia social no tocante a habitação, pode-se afirmar que houve sim uma mudança física em relação a ambos os casos, entretanto, a mudança social esperada, a mudança de mentalidade ainda precisava ser conduzida de uma forma especial no Jardim das Paineiras. Pode-se evidenciar como principal transformação social que a intervenção trouxe para o caso do Bom Sucesso foi à mudança de mentalidade dos moradores, a postura social e política, que de fato se transformaram em cidadãos. Mesmo em meio a uma política participativa em Fortaleza, foi revelado que também tem ocorrido a negação do poder público em responder as necessidades dos moradores do Bom Sucesso e estes aprenderam a lutar por seus direitos de maneira organizada.

Já no Jardim das Paineiras, essa mudança de mentalidade não ocorreu de maneira tão efetiva como no caso do Bom Sucesso e nem possuem canais públicos de participação a exemplo do Orçamento Participativo para reivindicarem. Apesar do esforço do presidente da associação comunitária, este permaneceu sozinho batalhando pela melhoria do conjunto. A mudança de mentalidade que favoreça o viver coletivo não é uma realidade da comunidade do Jardim das Paineiras. A transformação física foi maior do que a transformação social das famílias beneficiadas.

Ainda no âmbito social, os fenômenos da violência, das drogas e da prostituição de menores tem sido uma forte realidade que tem tornado o lugar um espaço de conflito e de fomento da marginalidade no Jardim das Paineiras. No caso do Bom Sucesso, a disputa entre gangues por território e a violência em virtude da droga tem sido fator de medo que vem imperando entre as famílias. Então, ao que parece, os entrevistados apontaram que a violência tem sido o pior fator social que tem incidido no local e que os moradores estão se vendo como impotentes na busca de solução deste problema.

A Produção Social do *Habitat* e a concepção de moradia digna proposta por Rolnik demonstram a necessidade de se produzir urbanidade, ou seja, habitação integrada à cidade e vale adicionar a promoção do empoderamento e do protagonismo de grupos sociais que batalhem por melhorias urbanas contínuas como fundamental para dar sustentabilidade aos conjuntos habitacionais populares.

Como proposta de desdobramento futuro desta pesquisa, sugere-se um estudo da análise da Tecnologia Social em relação ao direito a moradia, onde se pretende refletir sobre o controle do processo de decisão das prioridades das lutas coletivas. Desta forma, evidencia-se o conceito de TS na habitação e mostrará de maneira dinâmica os conflitos e avanços através das experiências de grupos socialmente organizados na busca por moradia e pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Augusto A.; ROMÃO, Simone Rachel L. Os programas sociais tratam a habitação como produto da tecnologia social?. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS. Construir, Reconstruir, Desconstruir: Morte e Vida dos Centros Urbanos. CAPES DINTER – UFBA/UFPE/UFPB/UFRN/UFAL; PPGEUA. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

ANDRADE, Gabriel V. M. **Políticas Habitacionais Brasileiras: Uma Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em suas duas edições.** 2012. 86f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10004918.pdf>> Acesso em: 29 ago.2013.

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto Lucio. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Porto Alegre: ANTAC, 2007. p.13-41.

BLAY, Eva A. Habitação: a política e o habitante. In: BLAY, Eva A. (Org.). **A Luta pelo Espaço** – Textos de Sociologia Urbana. Petrópolis: Vozes, 1979. p.75-86.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CARDOSO, Adauto. Programa Minha Casa Minha Vida está fora do Sistema de Habitação de Interesse Social. abril.2009. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/busca.php?b=Programa+Minha+Casa+Minha+Vida&x=6&y=6>>. Acesso em: 10 set.2013.

CÁRITAS BRASILEIRA; CEARAH Periferia; CDPDH; Associação dos Moradores Santa Edwiges; Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Intervenção nas áreas urbanas de risco** – Um exemplo de “Bom Sucesso” em Fortaleza-CE. Fortaleza, CE, 2002.

CARVALHO, Horácio M. Tecnologia Socialmente Apropriada: Muito Além da Questão Semântica. Consultoria Técnica. **Fundação Instituto Agrônomo do Paraná**, Londrina, PR, 1982.

CÔRREA, Raquel Folmer. **Tecnologia e Sociedade: Análise de Tecnologias Sociais no Brasil Contemporâneo.** 2010. 149f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29579/000777420.pdf>>. Acesso em: 05 ago.2013.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2.ed. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio C.; NOVAES, Henrique T. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2.ed. Campinas, SP: Komedi, 2010. p.71-111.

DOMINGUES, Leonardo de Lucas da S. Um olhar social sobre a produção tecnológica: alguns debates teóricos. **Revista Urutáguia – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM**. n.26, p.159-174, 2012. ISSN 1519-6178.

DOS SANTOS, S. M. **A experiência com o esporte e educação do Instituto Bola pra Frente**: de projeto à tecnologia social. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2178>>. Acesso em: 24 jul.2013.

FASE. ConCidades: necessária pressão política. maio.2012. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3689>>. Acesso em: 10 set.2013.

FBB (Fundação Banco do Brasil). **Conceito de TS**. 2009. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/tecnologia-social-1/>> Acesso em: 19 ago.2013.

_____.Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/quem-somos/como-atuamos/>>. Acesso em: 20 ago.2013.

FEENBERG, Andrew. Ciclo de Conferências. In: Neder, Ricardo T. (org.) **Andrew Feenberg**: Racionalização democrática, poder e tecnologia. Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Série Cadernos Primeira Versão. A construção crítica da Tecnologia e Sustentabilidade. v.1, n.3, Brasília, 2010. ISSN 2175.2478.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. In: 2º FÓRUM DE SOCIOLOGIA, Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído da International Sociological Association (ISA). Buenos Aires. 01 a 04.ago.2012. p.01–18. Disponível:<http://web.observatoriodasmetroles.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf>. Acesso em: 29 ago.2013.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. Manifesto em Defesa da Democracia e da Participação Social. 25 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3613>>. Acesso em: set.2013.

GAMA, Ruy. **A Tecnologia e o Trabalho na História**. São Paulo: Nobel : Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

GOHN, Maria da Glória M. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HERRERA, Amílcar O. La generación de tecnologías em las zonas rurales. In: 1981; **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. DAGNINO, Renato (Org.). Campinas, SP: Komedi, 2010. p.23-51.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS). Reflexões sobre a construção do conceito de da tecnologia social. In: LASSANCE JR., A. et al. (Orgs.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

_____. **Tecnologia Social no Brasil: Caderno de Debate**. São Paulo: Editora Raiz, 2004.

ITCP-FGV. Disponível em: <<http://itcpfgv.org.br/quem-somos-nos/>>. Acesso em: 20 ago.2013.

LIMA, Erich Celso de M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil (1930-2005): Marcos Históricos e Institucionais**. 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

MARICATO, Ermínia. É preciso repensar o modelo. **Revista AU – Arquitetura e Urbanismo**, ano 24, n.186, p. 62–64, set.2009. Entrevista concedida a Rosa Symanski e Alberto Mawakdiye.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MCTI (Ministério de Ciências, Tecnologia e Informação). **Conceito de TS**. 2013. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/308089/Descricao.html>>. Acesso em: 19 ago.2013.

MORA, Luis de la (Coord.). **Produção Social do Habitat**. Cartilha (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Habitat para a Humanidade – Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.habitatbrasil.org.br/biblioteca/publicacoes/cartilha.pdf>>. Acesso em 05 abril. 2011.

MORAES, Demóstenes A. **Habitat para a Humanidade: Apontamentos sobre reforma urbana e produção social do habitat**. 11 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=135:apontamento-s-sobre-reforma-urbana-e-producao-social-do-habitat&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68>. Acesso em: set.2013.

MOREIRA, Edison M. **Política econômica** - Um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, RS, v. 40, n.3, p.21-32, 2013. 19 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2845>>. Acesso em: ago.2013.

MOTOYAMA, Shozo (Coord.). **Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

MOTOYAMA, Shozo; GALVAN, Cesare G.; BARCELOS, Eduardo D.; MARQUES, Paulo Q.; CAPOZOLI, Ulisses. Novas Tecnologias e o Desenvolvimento Industrial Brasileiro. In: MOTOYAMA, Shozo (Coord.). **Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994. p.315-351.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael de B. Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. Campinas, SP: Komedi, 2010. p.113-154.

OLIVEIRA, Nathalia C. Breve reflexão sobre a crise, o pacote habitacional federal de 2009 e os movimentos dos sem-teto. **Cadernos CEMARX - Centro de Estudos Marxistas**. IFCH/UNICAMP, São Paulo, SP, n.06. p.205-221, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/1100>>. Acesso em: ago.2013.

_____. Os movimentos dos sem-teto frente aos governos Lula. In: UEL, GT 5, Lutas sociais urbanas: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. ANAIS DO IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, PR. p.135-144. ISSN: 2177-9503. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt5/13_NathaliaOliveira.pdf>. Acesso em: ago.2013.

POSTMAN, Neil. **TECNOPOLIO: A rendição da cultura à tecnologia**. São Paulo: Nobel, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA/Unidade Executora Municipal. **Programa Habitar Brasil/BID: Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais**. Arapiraca, 2002.

ROLNIK, Raquel. Relatora da ONU para direito à moradia critica ausência de política fundiária no programa. Abril. 2009. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3106>>. Acesso em: set.2013.

_____. Nosso déficit não é de casas, é de cidade. BRASIL DE FATO. 09 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=625:nosso-deficit-nao-e-de-casas-e-de-cidade&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68>.

Acesso em: set.2013.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional, **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, SP, n.20, Ano 2, março.2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461>>. Acesso em: set.2013.

RTS. 2013. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/>>. Acesso em: 20 ago.2013.

SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é ser Pequeno** (SMALL IS BEATIFUL) – Um Estudo de Economia que leva em conta as pessoas. 4.ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1987.

SILVEIRA, Rogério Leandro L da. **Cidade, corporação e periferia urbana**: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SINGER, Paul. Apresentação. In: BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p.08-09.

TASCHNER, Suzana P. Política Habitacional no Brasil: Retrospectivas e Perspectivas. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação. Série Habitação Popular. Universidade de São Paulo, SP, n.21, 1997.

VALLADARES, Licia do P. **A invenção da favela**: do mito da origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARGAS, Milton (Org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 3. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2005.

APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Conjunto Habitacional Jardim das Paineiras – Arapiraca - AL

NOME	CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NA SISTEMATIZAÇÃO	ATUAÇÃO
Alberto de Oliveira Nascimento	Entrevistado 7 (E7)	Líder comunitário referencial do Manoel Teles e cidadão engajado nas ações de desenvolvimento social no Conjunto Jardim das Paineiras (CJP).
Antonio Teles da Silva	Entrevistado 3 (E3)	Presidente do Conselho Local de Saúde do Conjunto e morador no CJP.
Evanilson Duarte	Entrevistado 4 (E4)	Diretor da Escola de Tempo Integral do CJP.
Irami Bezerra Duarte	Entrevistado 5 (E5)	Vice-Diretora da Escola de Tempo Integral do CJP.
José Paulo da Silva	Entrevistado 1 (E1)	Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Conjunto Jardim das Paineiras e morador no CJP.
Maria Edileuza da Silva Santos	Entrevistado 6 (E6)	Cidadã engajada no movimento de luta da comunidade e moradora no CJP.
Marta Lúcia de Arruda Pereira	Entrevistado 2 (E2)	Presidente da Associação Alagoas Presente e moradora no CJP.
Nilda Rosa dos Santos	Entrevistado 8 (E8)	Cidadã engajada no movimento de luta da comunidade e moradora no CJP.
Paula Rosimar A. Carvalho Oliveira	Entrevistado 10 (E10)	Psicóloga do Projeto – HBB/BID-Arapiraca.
Rosa Maria Ângelo de Oliveira Lira	Entrevistado 11 (E11)	Coordenadora do Programa HBB/BID-Arapiraca.
Rosângela B. Oliveira Carvalho	Entrevistado 9 (E9)	Arquiteta e Urbanista do Projeto HBB/BID-Arapiraca.

APÊNDICE B - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Conjunto Habitacional Bom Sucesso – Fortaleza - CE

NOME	CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NA SISTEMATIZAÇÃO	ATUAÇÃO
Ana Maria de Freitas	Entrevistado 4 (E4)	Técnica e Representante da Rede Cáritas.
Cristina França	Entrevistado 7 (E7)	Coordenadora do Projeto Bom Sucesso (PBS) pela Rede Cáritas.
Jean Pierre Kuhn	Entrevistado 9 (E9)	Arquiteto da ONG CEARAH Periferia responsável pelo acompanhamento da execução do PBS.
José Rigoberto Monteiro de Paula	Entrevistado 8 (E8)	Presidente Comunitário da Associação dos Moradores Santa Edwiges do Conjunto Bom Sucesso (CBS) e morador no bairro.
Maria da Conceição da Silva Sousa	Entrevistado 5 (E5)	Presidente da ARAN - Associação dos Recicladores Amigos da Natureza e moradora no CBS.
Maria da Silva Alves	Entrevistado 10 (E10)	Antiga Presidente da Associação Comunitária, Cidadã engajada no movimento de luta da comunidade e moradora no CBS.
Maria Gorete Fernandes Nogueira	Entrevistado 3 (E3)	Representante da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e representante no Conselho das Cidades (CONCIDADES).
Luis Renato Bezerra Pequeno	Entrevistado 2 (E2)	Consultor da Rede Cáritas para o PBS e Professor da Universidade Federal do Ceará.
Raimundo Nonato Lima	Entrevistado 6 (E6)	Articulador e Membro da ONG CEARAH Periferia.
Tereza Hilda Bezerra Costa	Entrevistado 1 (E1)	Presidente da ONG CEARAH Periferia.
Vera Lúcia de Lima Silva	Entrevistado 11 (E11)	Antiga Vice-Presidente da Associação Comunitária, Cidadã engajada no movimento de luta da comunidade e moradora no CBS.

APÊNDICE C – DECUPAGEM DA ENTREVISTA COM DÉBORA CAVALCANTI

Tempo Inicial: 0:00	Tempo Final: 3:31
<p>Projeto Casa Melhor [previa] subsídio, assistência técnica, e poupança (importante para área habitacional), pouco trabalhado no Brasil. [Para construir] as pessoas tem que fazer esforço [de juntar dinheiro necessário] e essa coisa de dar casas não é [a] melhor solução. [Com o mutirão ocorre a] mobilização social para construção da casa. [O Programa previa a] parceria com a Prefeitura para dar crédito [financeiro], de maneira coletiva, [para um] mínimo de 10 pessoas/grupo (...). [A] equipe fazia projeto técnico (planta) e planilha orçamentária; e compravam material de construção mais barato [e] economizava de várias maneiras. Quase 3 mil famílias [contempladas]. Projeto continua [sendo desenvolvido pelo] Banco do Nordeste. [Existe] a ideia de trazer para Alagoas [através da] nova Lei da Assistência Técnica.</p>	
Tempo Inicial: 3:32	Tempo Final: 6:40
<p>O problema CEARAH [hoje é que] está sem arquiteto. [Está] voltado mais [para a] política pública do plano diretor, não está construindo mais [habitação], não se organizaram para o PMCMV. Questiona-se a qualidade da habilitação, mas não faz proposta boa, equilibrada, [em relação a] arquitetura, urbanismo, ao material e ao conforto para viabilizar a construção. Isso, conseguimos fazer, não adianta só criticar é importante propor. Sou quase a única que pensa HIS não amarrada, porque na ONG éramos livres para pensar, ter ideias. O grande problema dos projetos habitacionais é a descontinuidade. Começa, organiza, o povo se anima: 'vamos lá construir'. Aí, daqui a pouco não vem material, ai daqui a pouco acabou o dinheiro, isso desmobiliza. Exemplo da enchente [no caso de habitação do Programa de Reconstrução de Alagoas] foi dinheiro jogado fora: terreno caro para o projeto, fizeram acampamento, construíram 2 milhões, [investiram] 7 mil em cada banheiro, só roubaram. Em vez de levar um ano, leva quatro anos para fazer a casa.</p>	
Tempo Inicial: 6:41	Tempo Final: 7:36
<p>Maceió tem muito discurso de participação com poucos [resultados] (...). A participação é uma rotina, é algo que você tem que trabalhar com as pessoas, você tem que aprender a participar, (...) e depois que acaba aquela organização, vão embora, se desorganizam, vendem a casa, não tem nenhuma relação de pertencimento, de [cuidado] daquele espaço, isolados na maior parte das vezes, isolados totalmente desconectados da cidade. Política de habitação de Maceió continua a mesma coisa: expulsar e esconder. [Há] muitos erros [na condução].</p>	
Tempo Inicial: 7:37	Tempo Final: 9:03
<p>O que é importante observar na experiência de Fortaleza é que obviamente tem o tempo, é muito complicado o tempo para este tipo de trabalho [mutirão]. As coisas se estragam, às vezes, as pessoas não tem o recurso para manter, então, rapidamente e também às vezes, não foi o nosso caso, mas usa material de segunda, o conjunto habitacional vira uma favela.</p>	
Tempo Inicial: 9:04	Tempo Final: 16:32
<p>O primeiro trabalho foi o Mutirão 50 (que levou ao Programa Comunidades). Foi na época da primeira prefeita do PT no Brasil, Maria Luiza Fontinelli. Ela conseguiu uma relação com o GRET (Grupo de Investigação e de Intercâmbios Tecnológicos), uma ONG francesa e eles vieram fazer esta experiência Fortaleza. Tinha um desenho interessante: uma praça no centro comercial, casas, creche, oficina onde se produziu todos os vasos sanitários, que é chamado de galpão produtivo. A ideia do centro comercial que são umas lojinhas alugadas e esse recurso [aluguéis das lojas] ia se reverter para manutenção no conjunto. A praça é virada para outro conjunto, a ideia é [que] isso construiu uma relação com o entorno, que integrasse com o bairro. Isso foi final dos anos 80 para início dos anos 90, foi uma das formas de se pensar urbanisticamente em termos de produção, em termos sociais; a partir dessa</p>	

<p>experiência fez-se um acordo. Essa [experiência] era municipal: o Mutirão 50, no bairro Marechal Rondon. O governo estadual fez acordo com o GRET, com a agência internacional e CEARAH Periferia. Nós fazíamos [uma] espécie de laboratório do laboratório, que foi o Castelinho, foi um piloto para ver como as coisas acontecem, trabalhamos as 8 fases da inovação. [A área de intervenção] é [em] Fortaleza quase Caucaia. Todos os projetos [estão] na região metropolitana, 30 a 40 km [da capital], que faziam parte do [Programa] Comunidades – era um programa de inovação em várias áreas: tecnológica, social, econômica e ambiental (reaproveitamento de água para casa); blocos de pedra, pré moldados leves, kits hidráulicos, caixa de descarga de pouca capacidade que eram o que trabalhado nos galpões produtivos. Em cada área se definiu um componente para construção. No Euzébio era marcenaria, todas as portas e janelas de todos os mutirões [foram produzidos lá]. Fizeram uma primeira encomenda para eles começarem a se organizar. Depois era ferragem, grade, era outra área. Cada mutirão tinha uma especialização [produtiva].</p>	
Tempo Inicial: 16:33	Tempo Final: 17:47
<p>É um processo misto [do protagonismo da proposta], porque o Mutirão 50 foi iniciado pelo PT, esse tem relações próximas da comunidade, já organizado. Eles, na maioria dos casos, menos o Castelinho, criaram uma associação para fazer o projeto, e nós do CEARAH Periferia éramos muito contra. Nunca foi nossa opção de incentivar a criação de novas associações, mas que pudéssemos trabalhar com as já existentes. Porque se cria a associação e vêm pessoas de lugares diferentes, não tem nenhum laço e acaba não funcionando.</p>	
Tempo Inicial: 17:48	Tempo Final: 22:16
<p>[O Projeto habitacional do] Castelinho foi com a cooperação belga, mais ou menos no mesmo tempo que o Programa Comunidades. O Castelinho teve participação do CEARAH Periferia como responsável frente à cooperação belga. O Mutirão 50 e o Programa Comunidades foi o GRET, fomos coadjuvantes, ajudando-os. O Castelinho foi um trabalho com a população, este trabalho nasceu da comunidade, porque havia associação na área, ocuparam [o terreno público] e ajudamos [a] fazer [o] projeto através [do] desenho participativo. É um projeto circular, como casa de índios e [eles] queriam olhar um para outro e no centro fizeram uma praça. Fizemos a maquete e [eles] andavam com ela para conseguir financiamento [e conseguiram o] apoio da cooperação belga. Esse era [um projeto] da Prefeitura. A Prefeitura [deu o] terreno, as infraestruturas, financiamento, 70% do material de construção, materiais da praça pública, coordenação, dois trabalhadores, duas assistentes sociais e um engenheiro. (...). Pelo CEARAH Periferia, os locais e infraestrutura técnica da equipe de projeto e duas assistentes sociais para missão de apoio, foi justamente o que pedimos para Bélgica que financiou parte do material para construção de 50 casas, com 35m², custou 1.400,00 dólares em material de construção [cada casa]. Era barato. Se colocar atravessadores, engenheiro, empresa, construtora, fica mais caro, você não consegue resolver. O material dos equipamentos comunitários eles [cooperação belga] pagaram a creche e o centro comercial.</p>	
Tempo Inicial: 22:17	Tempo Final: 24:24
<p>Fizemos [um] protótipo das placas cerâmicas [de taipa]. Só que eles [as famílias beneficiadas] não quiseram fazer. O protótipo era importante para eles entenderem. Toda mulher sabia taipar. Não quiseram a taipa por estar associada à pobreza. Só que ela é fácil de construir, boa em termos climáticos [e] racionais. Em algumas lojas fizemos de placa com taipa melhorada. Vieram especialistas de várias partes do mundo para dar apoio técnico.</p>	
Tempo Inicial: 24:25	Tempo Final: 26:31
<p>Como foi o estudo de escolha de uso da técnica no Programa Comunidades? [O] GRET – Grupo de investigação e de Intercâmbios Tecnológicos - eles tem mais de 40 anos de experiências na Ásia, na África, (...). O corpo técnico dos governos e da ONG discutem aquelas apropriadas para o Brasil [e] se tem [material] disponível</p>	

no Brasil. Exemplo: a taipa melhorada não era uma coisa de força, foi vendo realidade local, a história deles, se era apropriada discutia-se com eles, e definia o que fazer em termos de tecnologia.	
Tempo Inicial: 26:32	Tempo Final: 30:23
A comunidade participou em todos os momentos. (...). No Castelinho tinha várias comissões: comissões de construção, de economia (buscava alternativa de renda para as pessoas), quando o assunto era mais geral, juntavam todos para discutir. Mas trabalhava diretamente com essas comissões, pensando, discutindo todos os projetos [de maneira] participativa. (...). Uma coisa que era muito importante: sempre respeitamos os processos sociais. [Exemplo de diálogo do técnico com a comunidade]: 'a DRAK, associação belga, financiou uma tecnologia e agora vocês querem fazer com tijolo comum, com alvenaria comum? Como é que pode?' Discutíamos, mostrávamos, construíamos um protótipo, mas a população optou por isso. Discutimos prós e contras entre tecnologia convencional e apropriada, mas a população escolheu a convencional. Respeitamos o processo social e o tempo. Não é impor porque sabemos. Mas se discutiu, se viu, eles participaram, quiseram, fez, e eles não quiseram mais, não tem o que fazer, escrevemos e justificamos. Eles [a DRAK] sabem, tem anos de experiência com isso, sabe que o projeto é uma coisa e a realidade é outra. Você quer que as pessoas participem, tenham consciência, mas as pessoas começam a ser radicais, [aí] você não consegue diálogo, é um perigo que a gente tem. Tinha também o problema político.	
Tempo Inicial: 30:24	Tempo Final: 32:21
As pessoas que estão trabalhando no mutirão são famílias, não são funcionários. Se chegar bêbado [não] manda embora como [na] empresa. São famílias que vem de um sofrimento de vida, que não tem educação, não compreendem as coisas, que tem um imediatismo muito grande, não quer saber da reunião, não dá valor para o espaço da participação, quer logo a casa, o próprio técnico e as coisas entram no ritmo lento, as pessoas tem uma urgência. [A execução do projeto do] Castelinho durou 2 anos, quando vinha a chuva, (...) lembrava do pessoal nos barracos, ficávamos [os técnicos] preocupados por causa dos processos envolvidos.	
Tempo Inicial: 32:22	Tempo Final: 35:50
A experiência implantada levou a publicação no livro Habitat II. (...). Foi feito um concurso internacional com as melhores práticas, e cada país apresentava. No nível nacional foram 400 projetos, depois 100, 40 e 12, e fomos um dos 12 [projetos selecionados], comunidades, escola de planejamento [e] conselho de integração. O que está no livro foi o que foi premiado no Brasil. A gente foi premiada internacionalmente pela experiência toda. Foi muito interessante. Vai depender da gestão política; mesmo que algumas coisas não continuaram foi fruto para muita coisa. Primeiro projeto de moradia antes do PT ser governo, pegou muito dessa experiência, que era o Instituto do Lula na época. E hoje, muitas cidades vêm resgatando, ainda não chegou perto do que fazíamos (...). O Mutirão 50 e o Castelinho foram estudos e projetos de microurbanização integrada do Castelinho e Mutirão 50 apresentados em Istambul. (...).	
Tempo Inicial: 35:51	Tempo Final: 39:34
(...). Formei em 86, trabalhei em Xingó, no Chile e com a indicação da Universidade, no jornal, teve seleção, fui selecionada pela Cooperativa Belga, para fazer mestrado. Fui para Bélgica, fiz Mestrado lá e conheci o pessoal de Fortaleza, me convidaram para ser arquiteta do Castelinho durante o primeiro ano, vim para Maceió, e me mudei para Fortaleza em 2004. Trabalhei nas comunidades e no Castelinho. Convidaram-me para ser Secretária Geral da ONG CEARAH Periferia, houve mudança no estatuto, [houve] eleição, [e] fui Diretora Executiva por 4 anos, [por] 2 gestões. Fui selecionada para Nações Unidas, tive problema e não fui, voltei para Maceió, para fazer Doutorado.	
Tempo Inicial: 39:35	Tempo Final: 43:44

[A ideia desenvolvida no Mestrado de Débora]: A rua do habitat popular e as suas formas de apropriação. [Era] Como as pessoas se apropriavam do seu espaço público. Onde você escolhesse o trabalho de campo, eles patrocinavam, fui para o México, queria ir para África. Fui para o México, [era] mais parecido do Brasil e tinha [um] acolhimento semelhante] ,trabalhei com arquitetura popular e nossos trabalhos na direção para apoiar a ação. Importante na sua análise dar subsídio para uma discussão para melhoria do que é feito em Arapiraca e é sempre importante retornar a informação. Nos anos 92, houve uma explosão no centro de Guadalajara, engoliu ônibus, fez buraco de 60 metros quase 2 mil pessoas morreram de tubulação por questão de corrupção estavam jogando gasolina nas tubulações de drenagem [que por estarem] tampados, explodiu. Essa ONG Taiê de arquitetura popular, trabalhava com essas famílias, o resgate da maneira do viviam, fui observar [a] rua porque [o] mexicano vive na rua, ninguém come em casa, [come] na rua e esse material foi subsídio para eles reconstruírem essa [área]. (...).	
Tempo Inicial: 43:45	Tempo Final: 44:08
[O tema do Doutorado desenvolvido por Débora]: Lutando por um espaço na cidade políticas sociais e a ação pública em Maceió. Eu fiz 75 histórias de vida de moradores de favela (...).	
Tempo Inicial: 44:09	Tempo Final: 45:23
[O Programa Comunidades] eram dispositivos completos. O GRET e o CEARAH Periferia (...),publicavam [revistas] chamadas de Ritmos Urbanos. (...). Aqui, [o] Joaquim do projeto Palmas, responsável pelo projeto ganhou muitos prêmios. Tem Banco de dados da cidade, tem projeto de memória dos bairros, as vozes do silêncio, recuperando história dos bairros e avaliação da experiência.	
Tempo Inicial: 45:24	Tempo Final: 46:52
[O] fundo comunitário [e] mecanismos financeiros econômicos [são] muito importantes, porque as pessoas não pagavam a casa, mas pagavam um valor ao fundo, investiam no fundo para eles emprestarem para quem [precisasse] de uma urgência, exemplo: morreu uma pessoa, era uma questão que desestruturava a família; acabou o gás; era um recursos para ajudá-los a se organizarem. É um pouco, o que é o Banco Palmas, nasceu daí também.	
Tempo Inicial: 46:53	Tempo Final: 48:54
[As] publicações do [Programa Comunidades] eram amplamente distribuídas para [as] pessoas. [Era editada em] português e [em] francês. (...). [Assuntos abordados nas publicações]: (...) projetos da produção [social] e habitação; capacitação (...) coordenados [pelo] GRET; a produção [habitacional] – (...) os estudos técnicos para construção [de] mil moradias, [o] trabalho social, [as] inovações tecnológicas, [os] 15 protótipos, [a] apropriação de custos, [as] atividades econômicas, [os] galpões produtivos [dos] centros artesanais [e as] unidades do habitat de produção; [os projetos] - área de serviços unidades coletivas, centros comerciais, mecanismos de apoio, rede de consultores locais, oficinas populares para emprego, rede de microempresário, treinamento e estudo (...) [da] gestão micro empresa; [a questão] comunitária, tecnológica e organizacional do trabalho de mutirão; [as] técnica urbanas populares; a gente trabalhou com escola técnica, [criamos] um curso técnico para [os] técnicos urbanos populares (...); Informação, capacitação, apoio a pesquisa e troca de experiência. Todo ano recebíamos 15 [estudantes] europeus que vinha fazer pesquisa [nas comunidades de intervenção], fazer parte do trabalho, assim como eu fiz na Bélgica, a dissertação era um dispositivo.	
Tempo Inicial: 48:55	Tempo Final: 51:08
[Os estudantes europeus davam retorno social dos trabalhos]: todos, antes de sair, (...) apresentavam. Uma [estudante] fez [um] protótipo de saída de água do chuveiro e da roupa para bacia sanitária. Cada um desenvolvia uma forma diferente. [Ideias que se inter-relacionam] habitação, inovação financeira, sociais e formação. (...). [As inovações sociais que foram ganhos para o projeto]: o que tinha de inovação social	

<p>era a própria organização social que a gente fomentava, a organização de maneira geral e o tipo de relação que estabeleceria com eles, muito de igualdade de respeito, espaço de comunicação, informações disponível sempre que eles precisassem e toda parte de desenvolvimento econômica também e ajudá-los a conseguir uma ocupação de aprender e investir também. Fizemos sorveteria comunitária, ajudamos a construir máquinas para ateliê de costura e para ajudá-los a saírem da pobreza. [Houve] troca de experiência [e a realização de] seminários.</p>	
Tempo Inicial: 51:10	Tempo Final: 52:13
<p>[Sobre a inovação tecnológica e a organização social]: (...) não [me] lembro. [Houve] organograma do projeto de capacitação, [realização de] atividades (...), seminários, integração técnico social [e] a questão do engenheiro com assistente social. [A relação de trabalho do] arquiteto com [a] assistente social dava problema (...).</p>	
Tempo Inicial: 52:14	Tempo Final: 1:13:09
<p>Em poucas palavras [os projetos previam]: melhorar o existente, massificar inovações, trabalhar com os excluídos, facilitar a descentralização municipal, respeitar a cultura popular, experimentar sistema de produção e gestão social de bairros populares (os fundos comunitários tinham uma gestão social também), reforçar autonomia das entidades comunitárias, aprimorar métodos de gestão do Estado, reforçar o papel da ONG, das Prefeituras, organização das comunidades, conselho de integração, localização dos diferentes projetos, as áreas de intervenção, aprender a produzir, construir bairros, cidades. A questão de produzir não só um bairro, mas uma cidade, construir pedaços de cidade. Reforçar a ligação com bairros próximos. Dotar cada bairro com infraestrutura mínima. [A questão do] fundo comunitário para reforçar a autogestão comunitária. Geração de emprego e renda: o galpão, microdistrito industrial, o centro comercial, hortas, linha de crédito para microempresário, 500 empregos, renda para associações. Habitação: estudos, projetos, experimentação e introdução de inovações tecnológicas, financeiras, sociais, institucionais, introdução de metas de racionalização. Componentes de capacitação: pequena equipe de animação. Você vê que é um dispositivo bem completo, complexo e que tem muita coisa. (...).</p> <p>[Em relação aos fundos comunitários de habitação]: o modelo teórico do fundo comunitário é bem interessante: (...) [era] contribuição dos sócios, comunitários, aluguéis das lojas, das oficinas, taxa de transferência das casas [exemplo:] você quer se mudar, então, vai pagar alguma coisa para a comunidade, porque foi a partir da comunidade que se conseguiu e a comunidade fica atenta porque sabe que terá aquele recurso. Se alguém quer vender na surdina é pego, é taxa de retorno e doações voluntárias. Como era usado? Para benfeitorias comunitárias, créditos habitacionais para melhorar casa, créditos eventuais para emergência e emprestava para microempresário. (...).</p> <p>No final do projeto, discutia com eles um Manual de Convivência, um regimento da comunidade, [que diziam] como é que eles fazem uso dos espaços coletivos, [os] direitos e obrigações dos mutirantes, [o] fundo comunitário de habitação, termo de comodato, para direito de uso, modelo de contrato de aluguel, processo para doação de terrenos como operam e quem participa dos fundos comunitários, modelo teórico do fundo, apoio a construção tipo Casa Melhor. Era um manual para gestão de microurbanizações. (...).</p> <p>[Crítica à atuação social dos arquitetos] hoje somos irrelevantes. Ter ou não arquiteto o que muda na cidade? [O arquiteto] poderia fazer discussão nos bairros, fazer disk denúncia (jogar lixo na rua, construção errada), discutir uma cidade melhor, uma cidade sustentável, [ou seja] trabalhar na prática. Trabalhar com a comunidade, conversar com as pessoas, falta muito nos arquitetos esse contato [social]. Os arquitetos que fazem trabalho de habitação social tem que chegar mais perto das pessoas e entender que há um saber popular, as pessoas sabem muito, vivem ali, eles podem dizer o que querem e não querem e dar soluções magníficas, muito do que a gente trabalhou na parte da inovação, veio da própria família, [da] comunidade.</p>	

O Banco Palmas construiu inovações na ideia que deveria consumir e produzir localmente. Eles criaram um cartão, criaram dinheiro [comunitário], (...). Para mim o arquiteto é irrelevante, não tem contribuído socialmente. Não tem contribuído como deveria ser. Temos cidades ruins arquitetônico e urbanisticamente no Nordeste.	
Tempo Inicial: 01:13:10	Tempo Final: 01:15:35
[Débora mostra o documento do Doutorado, fala da população do Denisson Menezes, que é uma favela construída pelo Estado]: fiz em 2003 [o Doutorado], [e] em 2013, fará trajetória após 13 anos, o que aconteceu com elas [os entrevistados]? E quero fazer livro para Pós Doutorado.	
Tempo Inicial: 01:15:36	Tempo Final: 01:15:57
[Como nasceu ideia tema investigação do Doutorado]: queria fazer para Alagoas, (...) [porque] Maceió não existe no mapa. [Tive] muitas disciplinas com sociólogos. [Meu orientador dizia] abra seu mapa, [a] sua mente. [A] ideia [principal] constitui de como o Estado vê o favelado e como o favelado vê o Estado. Pretendia ver [a] história de vida dos pobres e [dos] planejadores urbanos. Enquanto os pobres eram abertos e [os técnicos] não, ninguém quer se mostrar fraco. Como essas coisas se reproduziam: trabalhando tratando mal [e] faz distância e não funciona.	
Tempo Inicial: 01:15:58	Tempo Final: 01:25:36
Participo do Movimento Sem Teto (Maceió), eu sou a única universitária, cadê os estudantes de arquitetura para participar da experiência, para ajudá-los nas reuniões, a processar esta experiência? Convidei alguns alunos, poucos foram. Trabalhar a solidariedade [é algo difícil entre os arquitetos]. O trabalho do arquiteto é pedagógico, explicar, esse é o nosso papel, as pessoas são ignorantes, não conhecem. Temos que explicar o que é viver na cidade, urbanismo, viver na urbanização. Gente educada joga lixo no chão, essa convivência a gente precisa amadurecer. O arquiteto tem que estar perto.	
Tempo Inicial: 01:25:37	Tempo Final: 01:28:05
Acho que Tecnologia Social (TS) para habitação são processos sociais válidos e que são importantes para dar salto de qualidade e ajudar a sistematizar essa informação, mas que esta informação seja sistematizada a partir de quem faz a tecnologia. Trabalhar com as pessoas que no dia a dia estão fazendo isso. Desmistificar um pouco isso que é algo muito intelectual e que é algo que as pessoas fazem no dia a dia, que são estratégias de sobrevivência na realidade. Fazer um pouco contraponto com a tecnologia social como que eram chamados de estratégia de sobrevivência, Tecnologia Apropriada (...). A TS pode ser estratégia de sobrevivência como as pessoas sobrevivem e conseguem se organizar para ter uma melhor qualidade naqueles produtos que elas vão precisar para sua vida.	
Tempo Inicial: 01:28:06	Tempo Final: 01:29:07
Nosso conceito [no Programa Comunidades] era inovação, não era tecnologia. Vinha dessa história, das tecnologias apropriadas, mas fazia um casamento, um pouco com uma produção social e tecnologia social, que a própria comunidade faz da sua realidade, no seu dia a dia, é um pouco um casamento disso, e o conceito mais utilizado era inovação do que tecnologia apropriada ou tecnologia social, que é o caso de hoje.	
Tempo Inicial: 01:29:08	Tempo Final: 01:31:34
[Conceito de micro-urbanizações]: construir casas, bairros, cidades, [as] microubanizações era um pedaço de cidade, que você fazia tipo um enxerto, um espaço dinâmico para, a partir daí dinamizar, a questão social e econômica. Tudo ali poderia ser dinamizado para a comunidade em volta, tipo um efeito demonstrador, uma construção um pouco melhor, centro comercial, coisas que eles não tinham nas áreas mais próximas que poderiam a partir dali dinamizar a cidade. Eram pedaços de cidade, mas não pedaços desconectados. Pedaços de cidade que tinham uma relação entre eles. Como exemplo, o Mutirão 50. Criar solidariedade e criar laços, uma das primeiras atividades era de planejadores urbanos de apresentar teu bairro,	

com coisas boas e ruins, que é criar solidariedade, criar cidades que hoje a gente não tem. Temos cidades de muros, as pessoas estão fazendo condomínio fechados, ninguém quer morar numa cidade mais, que você circule livremente, você conhece a venda da esquina, você conhece o vizinho, nós estamos construindo esse modelo simplesmente engolido pelos arquitetos que eles vêm reproduzindo muito isso [pelo mercado imobiliário]. Essa microurbanização era um tipo de enclave aberto, dinamizador daquela região na maior parte dos casos empobrecida da cidade.	
Tempo Inicial: 01:31:35	Tempo Final: 01:32:40
[O conceito de micro-urbanização tem a ver com conceito de rede urbana]: não, porque a coisa da rede é recente. A gente fazia muita rede, porque a gente tinha uma abordagem sistêmica, de troca [e de] união sistêmica.	
Tempo Inicial: 01:32:41	Tempo Final: 01:33:32
[Como foram selecionadas as comunidades]: (...). Teve voltado para questão política, nem todo prefeito queria, [e a Prefeitura providenciava] equipe [técnica], recurso [e] terrenos (...).	
Tempo Inicial: 01:33:33	Tempo Final: 01:39:43
[Tempo de duração do Projeto Comunidades]: 5 anos ou mais ou menos. Iniciou 91-96/97 (período) porque era uma Cooperativa Internacional e tinha um período específico [de atuação]. O GRET tinha projeto em outros países, ele foi embora e o projeto continuou [em Fortaleza pelo CEARAH Periferia]. Eu não sei exatamente o que continuou em Fortaleza. O Mutirão 50 [foi] entre 88 a 90/91. (...). Período do Castelinho foi [entre] 94 a 97/98, uns 3 anos. Foi um processo lento. O Castelinho são 50 casas. É natural que as pessoas melhorem de vida, saiam [do conjunto], é difícil você [garantir permanência]. Tem que ter controle [de] quem recebe [a casa], se precisa, tem que ser caso a caso, é dinâmico, não deve condenar a [não] permanência. (...). O problema é na entrada. Lá não tinha estes problemas, as pessoas tinham que trabalhar, então, a pessoa investiu [na casa], não foi de graça, diferente das que [não] trabalharam no mutirão. Muitos vendem, violência doméstica, o homem que expulsa a mulher da casa, tem vários problemas, é caso a caso, não dá para generalizar. As pessoas da comunidade sabem quem moram lá, por isso delegar mais responsabilidades para [essas] pessoas, não é assistente social que vai uma vez por mês [vai] saber [da situação real da comunidade].	
Tempo Inicial: 1:39:44	Tempo Final: 1:40:40
A maior parte [das famílias beneficiadas] morava na área ou nas proximidades. No caso do Castelinho, eles realmente ocuparam. Foi [uma] invasão de terra do governo.	
Tempo Inicial: 01:40:41	Tempo Final: 01:43:09
A regularização fundiária não era uma grande preocupação nossa. Nem eram para as comunidades (...). Havia certa relação entre Prefeitura e comunidades [que acabava permitindo]. Porque a Prefeitura sabia [qual] era [o] papel dela, promover espaços, terrenos apropriados, e quando ela não cumpria, eles teriam que ocupar.	
Tempo Inicial: 01:43:10	Tempo Final: 01:44:18
[O objetivo geral do Programa Comunidades]: trabalhar com a população [vulnerável], beneficiar os excluídos, construir casas para os pobres, era esse o objetivo, integrá-los as cidades. Viabilizar um sistema de produção social de habitação com participação, com integração, para que as pessoas vivam as cidades, se integrem a cidade, façam exercício de poder se locomover, de ter a sua disposição suas infraestruturas, viver a cidade, ter o direito à cidade, o direito à moradia digna, não um conjunto de barracos. Era um pouco a lógica de tudo que a gente trabalhava.	
Tempo Inicial: 01:44:19	Tempo Final: 01:46:58
[Um exemplo de mudança social no Programa Comunidades]: uma mulher que todo dia jogava água no piso de barro para tirar o grosso, depois a gente colocou piso, [ela ganhou tempo] para fazer outras coisas, então, eram coisas mínimas, mas que	

[mudavam] a qualidade de vida das pessoas, isso que era importante, era transparente, não era gente ganhando dinheiro, não era empresas, era a comunidade trabalhando, profissionais trabalhando, se era empresa, eram as pequenas, que eles mesmos trabalharam com outra ideia, que a gente trabalhava a [ideia de] cooperativa, a gente tinha visão de cooperativa, era uma visão não somente de cidade, mas de sociedade, de igualdade, de inclusão, de solidariedade, então é tudo de bom que podia acontecer. Foi uma escola para todos, foi premiado e trouxe muitos frutos e mostrou que é possível construir com dignidade e fazer coisas de qualidade, mas que as pessoas tem que continuar, que não pode parar, inovando sempre, buscando, avaliando, buscando resposta vendo [e] mudando planos. Não é uma coisa engessada, como receita de bolo, o que deu certo lá, não pode dar certo em outro lugar, mesmo na mesma cidade. É algo muito dinâmico e as pessoas tem que ter uma compreensão geral do que querem fazer, e serem coerentes com aquilo e transparente com as pessoas, olho no olho. Fazer as coisas com clareza buscando o bem comum que esse era objetivo final.

Tempo Inicial: 01:46:59

Tempo Final: 01:48:14

[Teve influência do modelo indiano de Gandhi]: Não. (...).

APÊNDICE D - SISTEMATIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Como forma de organização dos resultados da pesquisa de campo, apresentam-se os quadros sistematizados com as perguntas seguida das respostas. Para facilitar a leitura dos resultados, utilizou-se do uso de cores nos quadros para fazer uma distinção entre as localidades. As respostas dos entrevistados do conjunto Jardim das Paineiras estão identificadas no quadro com fundo cinza, enquanto que as respostas dos entrevistados do conjunto Bom Sucesso estão com fundo branco.

1. Quando vocês vieram morar aqui?	
Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
A mudança para o conjunto ocorreu em 02/02/2007. Receberam a casa e parte da infraestrutura (pavimentação das ruas, saneamento básico, água, energia e o prédio da associação comunitária); os demais equipamentos públicos foram instalados depois: escola, posto de saúde, creche e praça (E1, 2012).	Participou da 2ª fase do mutirão que se iniciou em 23 de março de 1999. Em 20 de junho do mesmo ano, recebeu a casa na 7ª fiada de tijolos e cada um passou a tomar conta da sua casa. "O Projeto em si foi muito paternalista e eu questionei isso [a exemplo], de que fomos convocados para limpar a frente da casa por uma cesta básica. Acho que deveríamos fazer por obrigação e consciência. As pessoas só participavam das reuniões porque tinha lanche" (E10, 2012).
Receberam as casas em 2007. Antes, a E6 (2012) morou de aluguel no bairro Cacimbas porque a situação financeira nunca deu para comprar uma casa. Esperou pela casa desde 2000. E relembrou: "Não perdia as reuniões na Associação Comunitária do Manoel Teles sobre a casa. Um dia vim olhar o conjunto em construção e achei maravilhoso! No CAIC fomos assinar a papelada que saiu no meu nome de solteira. Teve o sorteio da casa e pensaram em dividir as duas comunidades, e eu disse 'Não adianta, somos todos iguais' e aceitaram minha ideia. Perdi três vezes o sorteio por motivo de saúde e quando teve o sorteio da minha casa novamente, eu disse para o rapaz que dava a chave: 'como é que vou acertar a minha casa, é tudo irmã gêmea'" (E6, 2012).	A E11 (2012) chegou à área em 1979 quando teve uma grande cheia do rio Maranguapinho. A cheia de 95 acabou com a casa dela: "ouviamos muitas promessas e o número de casas foi aumentando. Em 1996, a Cáritas fez acontecer". O E11 participou desde a 1ª etapa do mutirão iniciada em 1996.
"Cheguei à comunidade em 2008. À convite do Prefeito e do projeto Ateliê Aberto do SESC, foi feita uma parceria para capacitar uma comunidade para geração de renda através da arte. A proposta consistia em melhoria da qualidade de vida e amenização da prostituição infantil, evasão escolar, das drogas e delinquências, assim, nasceu o Projeto Arte Paineiras. O Projeto trabalha a identidade local e as questões ambientais na produção do mosaico, brinquedo infantil, tapeçaria indígena e reciclagem de tecido. A ideia é que cada um tenha autonomia e melhoria da qualidade de vida através da arte" (E2, 2012).	Em 1968, participou desde a 1ª etapa do mutirão iniciada em 1996 (E5, 2012).
O E4 (2012) assumiu a direção da escola em 2008. A escola possui uma gestão democrática e tem 66 funcionários. Tem turmas do 1º ao 5º ano, da faixa etária de 6 a 14 anos. Oferece o EJA para jovens e adultos. A alimentação é ponto fundamental para garantir a presença das crianças na escola. A escola recebe produtos naturais da agricultura familiar produzida em Arapiraca. Quando sobra merenda, é dado para ser refeição para pessoas da comunidade. Após 4 anos, a escola está recebendo a primeira pintura em todo prédio. O recurso para reforma provém do PMRE – Plano Municipal de Recurso para Escola – criado pelo Prefeito, onde destina um recurso financeiro para manutenção da escola (material de limpeza, hidráulico e elétrico, etc). A escola tem rampa para cadeirante, e está sendo colocadas barras de ferro para suporte. O banheiro já foi adaptado, todos feitos com recurso federal. A escola era cercada de arame farpado, agora já está toda murada, mas nunca teve problema de vandalismo (E4, 2012).	O E8 (2012) não vem do processo de mutirão. Mora no bairro Bom Sucesso desde criança. Sua casa fica bem próxima do conjunto.
Em maio de 2007 (E8, 2012).	
"Moro a 8 km do conjunto. Cheguei em 2008, e fui apresentada pela Secretária de Educação para a comunidade na Associação Comunitária. Fizemos uma limpeza para a inauguração, quando terminamos, choveu e sujou toda a escola, e tivemos que [limpá-la] novamente. No início a comunidade foi resistente à escola de tempo integral, não queria deixar o filho o dia todo na escola. Hoje já entendem e permitem" (E5, 2012).	
"Morava no Manoel Teles e cheguei ao conjunto desde a fundação, em março de 2007, já vai fazer cinco anos. No dia 1, foi entregue a parte do conjunto do BID e depois a do imóvel na planta pela Caixa Econômica Federal" (E3, 2012).	

BLOCO 01 – ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE			
Local	S	N	Mobilização Comunitária
			01) No local que vocês moravam antes pegava condução (transporte)?
			Problema
Jardim das Paineiras	x		<p>"Morava no centro da cidade" (E1, 2012).</p> <p>Tem oferta de transporte público no conjunto (E1, 2012).</p>
		x	<p>"Morava nas Cacimbas e não precisava de carro, ia a pé para o centro. Hoje, com problema de saúde, preciso de carro e não posso andar a pé" (E6, 2012).</p> <p>"Nós lutamos junto com o Paulo, que era o presidente da associação comunitária, e temos hoje duas linhas de ônibus na nossa comunidade, rodando até às 18 horas. Tem o ônibus da escola que transporta o pessoal a noite. As pessoas têm as suas motos e carro" (E6, 2012).</p>
		x	<p>A E2 (2012) não identificou problema.</p> <p>"Hoje vejo ônibus passando, acho que está bem e tem muito moto táxi" (E2, 2012).</p>
		x	<p>"As famílias moravam no centro da cidade e iam a pé. Elas foram resistentes para virem para o conjunto porque mesmo morando em barracos, estavam no centro. A polícia teve que acompanhar a mudança das comunidades" (E4, 2012).</p> <p>"Hoje no conjunto tem duas opções de ônibus coletivo que se liga ao Centro. Creio que foi iniciativa da Prefeitura e dos empresários para promover a qualidade do transporte no conjunto. Tem também um ônibus escolar gratuito que levam os estudantes do ensino médio e o motorista mora na comunidade" (E4, 2012).</p>
		x	<p>"As pessoas moravam próximas ao centro e não tinha este problema de pegar condução. O transporte virou um problema para quem trabalhava e também foi difícil para o estudante" (E8, 2012).</p> <p>A comunidade se uniu e cobrou a Prefeitura. Colocaram linha de ônibus e ônibus gratuito para estudante (E8, 2012).</p>
		x	<p>"Quase todos tem bolsa família e a passagem custa menos que R\$ 2,00, e eles podem pagar. Crianças até 9 anos não pagam. Mas tem aqueles que querem que o motorista leve de graça. Na rua principal queimaram pneu para reivindicar um quebra mola. O presidente da associação disse que era contra a este tipo de manifestação. Liguei para rádio e falei para reivindicarem sem prejudicar a escola e a creche que teve que fechar devido a fumaça. Eles não foram atendidos" (E5, 2012).</p> <p>"Se eles não estivessem pagando pelo transporte, os ônibus não circulariam por aqui e está sempre cheio. Um dia precisei de um moto táxi e ele quase não me trouxe porque o conjunto é discriminado lá fora" (E5, 2012).</p>
		x	<p>O Caboje era periferia, mas estavam próximo ao centro da cidade, e por conta da distância, muitos que trabalhavam no centro, venderam as casas no conjunto e foram morar quase no mesmo lugar (E3, 2012).</p> <p>No início, a falta de ônibus no conjunto contribuiu para a saída das pessoas. Os ônibus passaram a rodar um ano depois. Hoje já são duas linhas de ônibus que atendem o conjunto. A casa aqui é uma boa moradia, mas venderam e voltaram para área de origem (E3, 2012).</p>
Bom Sucesso	X		<p>O projeto de urbanização do mutirão previa uma pequena passarela para unir os bairros Bom Sucesso e o Granja Portugal. Como as ruas terminam na área do rio Maranguapinho, para ir para o outro lado, tem que dar a volta (E10, 2012).</p> <p>"Não mudou nada em relação ao transporte porque a gente morava do outro lado do rio. A parada e o ponto de ônibus são os mesmos". Porém fomos a Regional, cobrar a urbanização da praça e uma pequena passarela. Falaram que tinham R\$ 169 mil para fazer a passarela e nunca apareceram para fazer (E10, 2012).</p>
		X	<p>O projeto previa uma passarela para pedestre, para que as pessoas do outro lado do rio viessem para o conjunto, o que poderia melhorar a venda do mercado comunitário. Tem esse projeto exposto na Prefeitura como se estivesse sido feito, mas não se realizou. Têm moradores que não concordam com a instalação da passarela por achar que aumentará a rivalidade entre as gangues (E11, 2012).</p> <p>"No atual governo municipal nós temos mais participação devido à criação do Orçamento Participativo (OP). A Prefeitura reúne representantes das comunidades de cada bairro para apontar o que elas necessitam. Reivindicávamos todo ano a passarela no OP. Desde 2000 que reivindicávamos. A Prefeitura alegou que tinha outras prioridades mais importantes como as reformas dos postos de saúde e das escolas. Agora o novo líder não busca isso, ele não tem uma visão para o coletivo" (E11, 2012).</p>
		X	<p>O Projeto Urbanístico previu uma ponte sobre o rio Maranguapinho, que integraria o conjunto ao bairro vizinho, o Granja Portugal, mas que não foi feito pela Prefeitura. Como delegada territorial no OP, o E5 (2012) representou a comunidade na <i>Regional Três</i>, onde cobrou a ponte e a área de lazer que eram contrapartidas da Prefeitura no projeto do mutirão, mas que ainda não aconteceu.</p> <p>Em relação ao transporte, os moradores fizeram um abaixo assinado e foram contemplados há três anos, em 2009, com a mudança do ponto final da linha de ônibus que era no bairro Bom Sucesso para o final do nosso conjunto (E5, 2012).</p>
		X	<p>O E8 (2012) não identificou problema.</p> <p>"Estamos bem supridos de transporte público" (E8, 2012).</p>

BLOCO 01 – ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			02) Foi difícil pra vocês conseguirem vaga na Creche do Conjunto?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		Foi inaugurada em 2011 e está funcionando com boa qualidade (E1, 2012).	A reivindicação da comunidade e do grupo de referência surtiu efeito. A creche que era para ser apenas com três salas num projeto simples foi ampliada, por isso, a mudança do projeto levou mais tempo para ficar construída (E1, 2012).
	X		A creche pega criança de seis meses até quatro anos. São filhos de mães pobres que trabalham (E6, 2012).	“Nós lutamos muito pela creche e ela está aí. A creche é linda, tem seis turmas na creche e 4 turmas no pré, e um total de 199 crianças” (E6, 2012).
	X		“Observo que tem mãe que não bota na creche por causa de coisa pessoal, é um caso isolado” (E2, 2012).	“Não vi nenhuma reclamação. Dentro do possível a comunidade foi bem atendida. Em relação ao espaço físico, o número de salas e de criança está adequado” (E2, 2012).
	X		E4 (2012) não identificou nenhum problema.	“Eu creio que a estrutura da creche satisfaz a demanda do conjunto” (E4, 2012).
	X		Foi o último equipamento público que chegou (E8, 2012).	A creche foi para as mães que moravam no conjunto (E8, 2012).
	X		“Chegamos em 2008, e levou dois anos para creche funcionar. Não vi nenhuma manifestação para creche ser inaugurada. Eles são acomodados, e diziam ‘vai vim, vamos aguardar’”(E5, 2012).	Foi iniciativa da direção da escola em pedir a Secretária para matricular crianças de 4 a 5 anos, em final de 2009, enquanto a creche fosse concluída. A Secretária solicitou iluminação, pintura e a Secretaria de Obras entregou a obra da creche (E5, 2012).
	X		Demorou para a creche ficar pronta por conta da gestão da Prefeitura: “Falaram que entregaria junto com as casas, mas foi só promessa” (E3, 2012).	A creche tem seis meses de funcionamento, era para estar em atividade desde a fundação do conjunto. “A creche da comunidade é uma benção, não falta alimento, nem banho, a equipe está de parabéns” (A3, 2012).
Bom Sucesso	X		A creche do conjunto, prevista no projeto, virou uma escolinha infantil. A ideia do projeto era que as pessoas da comunidade trabalhassem na creche, mas não funcionou devido à falta de moradores capacitados. Apenas duas pessoas tinham o Ensino Médio num conjunto de 223 famílias (E10, 2012).	Alguns moradores ainda trabalharam na cozinha e na limpeza da escolinha infantil. Na 2ª eleição do Prefeito Juraci Magalhães, ele combinou com o pessoal para trabalharem de graça na campanha dele sob pena de perderem o emprego na escola. Quando ele ganhou, ele despediu a todos (E10, 2012).
	X		A creche que fica próxima ao conjunto não dá conta da demanda e muita criança acaba ficando solta na rua. Segundo uma pesquisa feita no bairro Bom Sucesso, 50% do bairro são mulheres chefes de família que precisam deixar a criança na creche (E11, 2012).	Tem uma escola e uma creche no bairro para crianças de 1 a 4 anos, que funciona em tempo integral. As crianças entram às 7h da manhã e saem às 17h. A creche fica uns 10 minutos do conjunto. Por falta de opção, muitos pais acabam deixando as crianças com um irmão mais velho, que também é criança (E11, 2012).
	X		Havia uma creche particular que fechou com a morte da sua dona. As mães levavam as crianças para o trabalho, mas o Conselho Tutelar proibiu. Já a creche do bairro dificilmente tem vagas. Dista uns 30 minutos do conjunto. É um anexo do Colégio Francisco Fernandes Magalhães (E5, 2012).	A E5 buscou a Prefeitura e o Governo Estadual, para sugerir que esta creche particular fosse adquirida pelo governo, mas nada resolveram. A E5 passa continuamente na creche do bairro para verificar se tem vaga para as mães do conjunto: “a gente se ajuda porque o líder atual da associação do conjunto não busca resolver nada para a comunidade” (E5, 2012).
	X		“É um desafio que precisamos vencer. Por negligência e incompetência dos antigos líderes da associação, eles perderam a administração do prédio da creche e a Prefeitura instalou a escolinha infantil Irmã Dulce em seu lugar” (E8, 2012).	O projeto desse conjunto de mutirão foi bem feito e havia previsto uma creche. Só que a creche virou uma escolinha infantil pública. Tinha outra creche particular no bairro, de uma senhora, essa senhora morreu, mas ninguém tomou providência, e o prédio foi vendido. Atualmente, existe um projeto para instalar uma nova creche na comunidade (E8, 2012).

BLOCO 01 – ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			03) E na Escola?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		As famílias e o grupo de referência iam a Prefeitura reclamar para que a Escola funcionasse. A reivindicação surtiu efeito: a escola ficou maior do que a que estava prevista no projeto e se tornou uma escola de tempo integral onde o aluno fica de manhã e tarde na escola (E1, 2012).	Temos uma escola de tempo integral na comunidade, onde estudam e fazem atividades. A Escola serve cinco refeições diárias. Na Escola tem o EJA (Educação de Jovens e Adultos). E no prédio da Associação Comunitária funciona o PROJOVEM Adolescente e já recebemos o material para instalação de um Telecentro (E1, 2012).
	X		A E6 (2012) não identificou nenhum problema na escola, mas apontou que nunca tinha tido a oportunidade de estudar.	“O diretor e sua esposa, que tomam conta da direção da escola, são maravilhosos. Tenho 55 anos, faço o EJA na escola e já sei escrever o meu nome completo” (E6, 2012).
	X		“Acho ruim a escola ter laboratório de informática, judô, canto e falaram para a comunidade participar, mas foram barrados por não estudarem na escola. Ele saiu da escola, é da comunidade e não tem acesso as atividades” (E2, 2012).	“Nunca vi nenhum comentário que tenha se juntado mãe para reivindicar algo, o que dizem é que não adianta reclamar” (E2, 2012).
	X		“Procuramos oferecer oportunidades para a comunidade e nunca faltou vaga. Se for necessário, a Prefeitura tomará iniciativa para acomodar a todos por aqui. Está previsto a ampliação dos banheiros pela Secretaria de Educação para que o estudante fique direto na escola. De manhã tem aula e a tarde tem as atividades socioeducativas: esporte, informática, cultura de paz, violão, karatê, flauta, xadrez, teclado, coral, os alunos decidem as atividades que querem, por isso temos bons resultados” (E4, 2012).	A escola é em regime de tempo integral. Como é um prédio feito com recursos federal e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), teve fiscalização na semana passada pela CEF (Caixa Econômica Federal) e CGU (Controle Geral da União) para certificar se o serviço foi feito. Eles comprovaram e saíram satisfeitos com o que viram. Temos 420 alunos do 1º ao 5º ano e 250 alunos no EJA. A população estimada no conjunto está entre 3.000 e 3.500 pessoas e atendemos a esta demanda (E4, 2012).
	X		Não tem problema (E8, 2012).	A escola foi o segundo equipamento público entregue a comunidade (E8, 2012).
	X		A partir do 6º ano os alunos precisam ir para outra escola (E5, 2012).	“Essa escola é a única construída para uma comunidade, os alunos são todos daqui. Sempre haverá vaga. Tem turma até o 5º ano e a noite tem o EJA” (E5, 2012).
	X		A gestão pública demorou a concluir o prédio da escola. Falaram que entregaria junto com as casas, mas foi só promessa (E3, 2012).	“A inauguração do prédio ocorreu após termos chegado ao conjunto. É acessível à comunidade. Em relação ao espaço físico, o número de salas e de alunos está adequado” (E3, 2012).
Bom Sucesso	X		“Batalhamos muito pela educação. A dificuldade continua a mesma, quando o aluno precisa ir para o colégio de ensino fundamental e ensino médio que estão distantes do conjunto. Falta incentivar as crianças a estudarem. Muitas já estão envolvidas com a droga, e nem querem mais estudar” (E10, 2012).	“Na escolinha infantil do conjunto não tem nenhuma dificuldade. Fizemos a reivindicação de um colégio de ensino fundamental e médio no OP, mas não sabemos quando vai sair”. Outra ideia é promover capacitação para os jovens porque como estão envolvidos com as drogas, não querem nem estudar nem trabalhar (E10, 2012).
	X		A escola tem uma programação de datas de matrículas, as quais são amplamente divulgadas para a comunidade. Quando uma família se muda do bairro, o Conselho Tutelar cuida da transferência para outra escola. Outra questão é que tem jovens que vão armados para escola. A Cáritas batalhou para fortalecer o vínculo comunitário, mas diante da falta de interesse dos mesmos, afastou-se. Foram poucas pessoas que assimilaram o que ela propunha (E11, 2012).	“Na época em que éramos líderes, tínhamos um grupo de capoeira que instruíamos os jovens, para não brigarem na rua e havia um intercâmbio cultural através de concursos com outros grupos. Ensinávamos artes para os jovens e as crianças (inclusive uma criança expôs um quadro no Museu do Ceará). Tinha grupo de dança; de gestante; sopão e uma sala de aula para educação dos adultos. Tínhamos mais o apoio da Cáritas do que da própria Prefeitura” (E11, 2012).
	X		E5 não indicou problema (E5, 2012).	A própria direção da escola infantil transfere o aluno para a Escola Francisco F. Magalhães. Na ausência de vagas, transfere para outro colégio (E5, 2012).
	X		E8 (2012) não apontou problema.	“Estamos bem assistidos” (E8, 2012).

BLOCO 01 – ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			04) E no Posto de Saúde?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		As famílias iam a Prefeitura reclamar para que o posto de saúde fosse inaugurado, o que surtiu efeito. A unidade de saúde era simples e estava prevista duas salinhas, um consultório, banheiro e cozinha (E1, 2012).	O projeto foi ampliado para uma UBS – Unidade Básica de Saúde para a comunidade, a qual oferece serviço básico, dentro do que ela pode oferecer (E1, 2012).
	X		No início do conjunto, o posto funcionou no prédio da associação comunitária. “A dificuldade é que o governo não manda a cota de exames e de consulta que a comunidade precisa, porque aqui tem muita gente doente” (E6, 2012).	“O pessoal do posto é maravilhoso. Na reunião do conselho de saúde, onde a comunidade participa, pedi a direção do posto para falar com a Secretária de Saúde para pedir outro médico, já que o nosso médico adoeceu e ficamos sem atendimento” (E6, 2012).
	X		“Não vejo reclamação porque notícia ruim se espalha depressa” (E2, 2012).	O serviço oferecido no posto de saúde funciona bem. Os agentes de saúde vão de porta em porta, atende a todos da comunidade, conseguem agendar as consultas e exames preventivos (E2, 2012).
	X		Tem pouco tempo de inaugurado, tem carência de médicos para idosos, hipertensos e crianças (E4, 2012).	Houve uma diminuição das verminoses através das visitas de conscientização feita em parceria do posto com a escola (E4, 2012).
	X		“Chegamos aqui e não tinha nada construído: o posto, a escola e a creche, só o prédio da associação. A comunidade cobrou para que fosse o mais rápido construído”. Foi o penúltimo equipamento público entregue a comunidade (E8, 2012).	Demorou um pouco, mas chegou. No posto de saúde temos uma equipe de agentes comunitários, que são os PACS, formado por enfermeiro, assistentes sociais, clínico geral e dentista (E8, 2012).
	X		A E5 (2012) não apontou nenhum problema.	A E5 (2012) confirma que funciona bem.
	X		A Prefeitura falou que entregaria o posto junto com as casas, mas foi só promessa. Tem falta de medicamento que depende do gestor público que diz que depende das licitações, depende da cotação de preço e tem processos administrativos que levam um ano para receber medicamentos (E3, 2012).	O posto funcionou inicialmente na associação comunitária, pois a Prefeitura demorou a entregar o prédio. Hoje, o posto é acessível à comunidade. Os funcionários se doam para atender bem. A estrutura física do posto está adequada à equipe que tem hoje. “Se formos atender outros conjuntos, será necessária ampliação” (E3, 2012).
Bom Sucesso	X		“É piada. Em 2005, fizemos um levantamento e havia 39 mil habitantes no bairro Bom Sucesso para um posto de saúde. Existe a dificuldade para conseguir uma ficha de atendimento e remédio, tem que madrugar na fila para conseguir e mesmo assim o pessoal guarda a vaga para os seus” (E10, 2012).	“No OP reivindicamos mais especialidades médicas, mas nunca saiu. O OP foi instituído pela Prefeita do PT. Nós reivindicamos para que virasse lei. Para o OP, a comunidade se organiza, reúne, define as demandas para ser levada para a assembleia da regional. Nas oficinas preparatórias, os delegados levam as propostas e a comunidade escolhe as prioridades e os delegados. Juntam-se as ideias e se discute o que há melhor para a cidade” (E10, 2012).
	X		“Deixa muito a desejar. É difícil conseguir consultas. Falta medicamento. O Posto Ricamonte Campelo fica no bairro e distam uns 20 minutos a pé do conjunto. O líder atual quis dividir a comunidade e liderança não é isso. O líder soma a comunidade com união. Ele não tem promovido assembleia com a comunidade para decidir o que deve ser feito. Como o povo estava acostumado a receber, ele conseguiu comprar a comunidade e a mesma não olhou para o nosso esforço de lutar pelo coletivo. Ele criou uma rivalidade. Nada foi resolvido” (E11, 2012).	A comunidade tem procurado atendimento nas emergências dos hospitais. Também houve reivindicação no OP como tema prioritário para a comunidade. “Na associação conseguimos uma parceria de um médico clínico geral e outra parceria com o posto de saúde. A parceria funcionou até o posto justificar que não poderia trabalhar com um médico fora do posto. Promovemos também palestras sobre DST para os jovens. Hoje estamos sem representação no OP. A comunidade se acomodou e não cobra mais nada. Os antigos líderes do conjunto uniam forças para liderar a comunidade. Ele disse que iríamos trabalhar juntos, mas ele expôs nos bingos e falava mal da antiga liderança, o que nos fez afastar” (E11, 2012).
	X		Há a necessidade de madrugar para conseguir uma ficha para atendimento ou há falta de médico no posto de saúde no bairro. “Necessitamos de um posto de saúde no conjunto” (E5, 2012).	“Fizemos um protesto na porta do posto de saúde e chamamos a reportagem. Também reivindicamos um posto de saúde no OP, mas não saiu ainda” (E5, 2012).
	X		“Temos um posto de saúde que atende o nosso bairro e o bairro vizinho, mas é muita gente” (E8, 2012).	“Consegui uma ambulância que leva os doentes do conjunto ou do bairro para receber atendimento médico”. Em relação ao posto de saúde, técnicos da Prefeitura se reuniram com os líderes dos bairros para que estes ajudem a encontrar um terreno de 1.700m ² para fazer a construção (E8, 2012).

BLOCO 01 – ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			05) Tem Agente Comunitário de Saúde? Qual a frequência que eles visitam a sua casa?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		No primeiro semestre de moradia no conjunto, quando não havia o posto pronto, as famílias do conjunto teriam que ser atendidas no posto de saúde da sua comunidade de origem e pelos agentes de saúde dessas unidades, mas houve à rejeição por parte das equipes de saúde desses postos. Com o número alto de reclamação e as necessidades de atendimento das famílias, as visitas do Grupo de Referência foram frequentes a Secretaria Municipal de Saúde – SMS (E1, 2012).	O líder da associação comunitária cedeu o espaço físico do centro comunitário para funcionar temporariamente como posto de saúde até a conclusão da obra. Nesta reivindicação do Grupo de Referência, foram solicitados agentes de saúde. A Secretaria Municipal de Saúde fez um processo de seleção de agentes de saúde para compor a equipe do posto o que resultou na contratação de seis pessoas da comunidade (E1, 2012).
	X		A E6 (2012) não apontou nenhum problema.	"Temos também agente de endemias". A SMS definiu que o agente comunitário deveria visitar as famílias nas casas uma vez por mês. "A minha agente de saúde mora perto, quando preciso vou até ela. Ela é maravilhosa" (E6, 2012).
	X		O E2 (2012) não apontou problema.	"Eu fiz uma cirurgia e a equipe do posto de saúde - agente de saúde, o médico e o enfermeiro – me visitaram após a cirurgia. Nesta situação, o meu agente me visitava toda semana. Eles são da comunidade, vivem no conjunto e sabe a situação dos doentes de cada família" (E2, 2012).
	X		O E4 (2012) não apontou problema.	Tem 10 agentes comunitários, enfermeira, assistente social e equipe de apoio. Tem os dias de atendimento no posto e as visitas domiciliares que facilita o atendimento no posto (E4, 2012).
	X		A comunidade participa muito pouco do conselho local de saúde, e se acomodou como dizem 'ganhei a casa e pronto, já acha que é tudo'. Ainda existem aqueles que criticam e nada fazem (E8, 2012).	Os agentes visitam as casas uma vez por mês. Existe o conselho local de saúde para onde a comunidade leva os problemas (E8, 2012).
	X		Fizeram cadastro de pessoas da comunidade para serem agentes, mas devido à baixa escolaridade, poucos conseguiram (E5, 2012).	"Eu acredito que a iniciativa de trazer os agentes de saúde foi da Prefeitura. No início, o posto funcionou no prédio da associação comunitária" (E5, 2012).
	X		A dificuldade é a cota baixa para exames específicos e a comunidade sofre com isso. Ultrassonografia são 20 fichas. Eletrocardiograma são duas fichas. É pouco demais para uma comunidade de 580 famílias. Tem pessoas seis meses esperando. Não tem como pressionarmos o sistema de saúde daqui que já está em 1º lugar em relação aos outros municípios alagoanos sobre o que SUS pode fornecer (E3, 2012).	"Temos seis agentes de saúde. Eles têm a obrigação de visitar cada casa uma vez por mês. Na casa que tem doente, visitam uma ou duas vezes por dia. Em relação à assistência e atendimento da comunidade estamos de parabéns. É fácil atender os exames simples (sangue, urina e estômago). O Prefeito injeta bastante dinheiro na saúde, mas melhoraria se ele investisse um pouco mais". A comunidade pressiona para melhorar (E3, 2012).
Bom Sucesso	X		"Temos agentes de saúde, porém é difícil passarem na nossa porta. Quando preciso deles, vou ao posto. Aqui eles trabalham em equipe. O posto é um PSF – Programa de Saúde da Família. A demanda é alta, a proporção é um agente para mil habitantes", assim fica inviável fazer um trabalho decente. Tem muita gente que não tem condições de se deslocar para o posto (E10, 2012).	"Eu fazia parte do conselho de saúde local e sempre colocava a questão da necessidade de aumento de agentes de saúde. Para levar a proposta para o OP havia dificuldade de levar a comunidade". Num universo de 223 famílias, apenas umas três pessoas participavam. A liderança ficava insistindo (E10, 2012).
	X		"Em 2002, reivindicamos no OP, para que os agentes realizassem a marcação das consultas, isso facilitaria para a comunidade, para que as pessoas não enfrentassem as filas das madrugadas correndo risco para marcar consulta. Porém não fomos contemplados" (E11, 2012).	Crianças (até dois anos), idosos e hipertensos recebem a visita mensal do agente de saúde. Os demais casos, precisam se dirigir ao posto, pois não tem frequência de visitas (E11, 2012).
	X		Foi um problema no início porque não tinha. "Fomos ao posto de saúde, reivindicamos e fomos contemplados em 2007, já faz uns cinco anos" (E5, 2012).	A equipe de cobertura do conjunto é a nº 04. Eles veem três vezes por mês. Eles avisam sobre as especialidades médicas, prevenção e fazem cadastro do <i>Bolsa Família</i> entre outros informes para comunidade (E5, 2012).
	X		"Somos bem atendidos, não temos o que se queixar" (E8, 2012).	Diariamente eles estão fazendo as visitas no conjunto. Cada agente tem sua área de cobertura (E8, 2012).

BLOCO 02 – ESPAÇO PÚBLICO DE PERMANÊNCIA			
Local	S	N	Mobilização Comunitária
			01) A rua é um ambiente de convívio para os vizinhos?
			Problema
Jardim das Paineiras	X		<p>“Temos dificuldade de manutenção da rua”. Apesar de ter coleta regular de lixo, a comunidade joga lixo na rua (E1, 2012).</p> <p>“A gente debateu muito na associação a respeito da limpeza pública, mas a comunidade não dá importância. Acredito que é por falta de conhecimento. Trabalhamos em parceria com o posto de saúde, escola e creche, para fortalecer as ações no conjunto” (E1, 2012).</p>
	X		<p>Três vezes por ano, o conselho local de saúde faz a limpeza das ruas e recolhe lixo nas casas. “Eu vou conversar com o atual presidente sobre o estado das ruas e para tirar o lixo de uma rua que nem dá passagem para carro, onde já está nascendo mato” (E6, 2012).</p> <p>“As ruas de todo o conjunto são maravilhosas. Tem umas que o pessoal é mais unido. Tem rua que o pessoal toma as suas pingas, mas tem outras que o pessoal senta à tarde nas calçadas. Tem ruas que tem muito lixo e estão horrorosas” (E6, 2012).</p>
	X		<p>“Não é segura. Vejo muita gente na rua fazendo o que não deve, nos pontos de droga e de prostituição, nas ruas principais e na praça”. Tem meninas grávidas com 12, 13 e 14 anos de idade. “O Conselho Tutelar falou para eu tomar cuidado porque o meu trabalho de capacitação de arte poderia ser caracterizado como trabalho infantil. Eu pergunto: como uma criança pode ser chefe de tráfico e não artesão?” (E2, 2012).</p> <p>“Eu nunca via a comunidade fazer campanha para melhorar o conjunto, como; ‘vamos limpar as nossas ruas’. As ruas também estão com problema de calçamento. Se as crianças trabalhassem, não seria essa bagunça que está aí, em relação à prostituição e tráfico de drogas. O Conselho Tutelar deveria ser responsabilizado. Questiono: cadê a segurança das ruas?” (E2, 2012).</p>
	X		<p>O projeto de educação ambiental ficou no início, onde muitos da comunidade sujam as ruas e não colaboram. Dessa ação participaram as Secretarias Municipais de: Meio Ambiente; Agricultura; Saúde; Assistente Social e Lyons Clube (E4, 2012).</p> <p>Como foi uma comunidade projetada, recebeu saneamento, calçamento, iluminação e a questão da manutenção. “Fizemos um trabalho em parceria com o Lyons Clube e Secretarias Municipais para recolher lixo nas ruas”, conscientizando para não sujá-las, e as crianças plantaram árvores. Cada rua do conjunto leva o nome de uma árvore (E4, 2012).</p>
	X		<p>A violência sempre existe em alguns setores da cidade. “Aqui teve assassinato, como também ocorre em outros bairros” (E8, 2012).</p> <p>“Não tem o que falar. É tranquilo”. A violência não tem impedido das pessoas estarem nas ruas (E8, 2012).</p>
	X		<p>“Se a comunidade cuidasse cada uma da sua porta e fosse organizada, teríamos ruas limpas”. Muitos ainda têm a consciência de que estão morando numa favela (E5, 2012).</p> <p>“Quando a gente passa na rua, tem sempre alguém na porta sentado, crianças brincando na rua e no campinho” (E5, 2012).</p>
	X		<p>Nas reuniões da Prefeitura falaram que teriam uma árvore e jardim nas calçadas em frente a cada casa, mas não aconteceu. Só tem a calçada, com espaço de terra e sem grama. A grama foi muito cobrada pela Nilda, mas como não foi via ofício, não tem como comprovar. Não tem uma rua com árvores dos dois lados. Faltou apoio das assistentes sociais para fazer acontecer. Em relação à convivência, “na rua que eu moro são poucos que ficam na rua, mas em outras ruas, as pessoas ficam nas ruas conversando”. A noite é mais difícil, você vê homens conversando e usuários de drogas. O calçamento está precisando de manutenção, o paralelepípedo da rua da Associação Comunitária está solto, foi um trabalho mal feito (E3, 2012).</p> <p>Sobre o calçamento, o presidente e a comunidade tiveram a iniciativa de cobrar do Secretário de Obras para tapar os buracos no final do conjunto. “Terá uma reunião do conselho local de saúde, quando vamos fazer um ofício para fortalecer a reivindicação iniciada. Vejo que a Prefeitura trabalha sobre pressão. Se ligar pra rádio, em até quatro dias eles fazem o serviço”. A praça está com os postes apagados, que foi muitas vezes reivindicado a Secretaria de Iluminação e já vai fazer seis meses isso. “Solicitamos a SELIP gari para fazer a varrição das ruas, poderia destinar dois garis que moram no conjunto, mas jogaram a responsabilidade para comunidade. A comunidade não tem consciência”. O posto de saúde, a creche, escola e associação pretende fazer quatro varrições do conjunto. Tem que bater na mesma tecla que a educação é para uma vida (E3, 2012).</p>
Bom Sucesso	X		<p>“Não é mais. Não podemos ficar conversando fora de casa porque de vez em quando tem tiroteio. Tem uns meninos perigosos que não respeitam os vizinhos. É difícil o relacionamento com o vizinho. Não podemos mais confiar nas pessoas. Temos medo”. Após a casa pronta, a comunidade não avançou, em termos de organização social, para tomar conta da rua e dos espaços públicos. “Cada um foi viver a sua vida e ficamos sozinhos na associação” (E10, 2012).</p> <p>Outra questão é a falta de calçamento no conjunto. “Batalhamos no OP para fazer o calçamento do conjunto não de asfalto, para amenizar o calor, já que aqui é muito quente. Reunimos um grupo de pessoas da comunidade para votar no calçamento e eles preferiram o asfalto. Reivindicamos em 2006 e saiu agora em 2009. O atual líder da associação propaga que foi ele quem conseguiu, mas não é verdade” (E10, 2012).</p>
	X		<p>Hoje não é mais. “A gente tinha o costume de colocar a cadeira na calçada. Por conta da violência, as pessoas tem medo e não ficam mais”. Ainda se vê crianças na rua brincando, mas o tráfico de drogas tem feito às comunidades ficarem apavoradas e se esconderem dentro de casa (E11, 2012).</p> <p>“Outra questão era a falta de calçamento das ruas quando nos mudamos para o conjunto. Através do OP, conseguimos asfaltar as ruas do conjunto. A proposta que levamos era que não fosse asfalto, já que esquenta mais e dificulta a drenagem das ruas, porém a comunidade votou no asfalto e assim aconteceu” (E11, 2012).</p>
	X		<p>“Todos se conhecem e se ajudam”. O único problema era a falta de asfalto na rua (E5, 2012).</p> <p>“Nós reivindicamos através de um abaixo assinado no OP e foi aprovado”. Hoje o conjunto contém calçamento (E5, 2012).</p>
	X		<p>Na comunidade tem muitos vândalos, a ponto de cada esquina ter uma boca de fumo (E8, 2012).</p> <p>“Hoje teve um pouco de melhoria, a ponto de a gente sentar na calçada para conversar, o cidadão se aproxima, senta com a gente. Consegui junto a Prefeitura a sinalização horizontal e vertical em</p>

			frente à associação. É a única rua sinalizada do conjunto e do bairro" (E8, 2012).
--	--	--	--

BLOCO 02 – ESPAÇO PÚBLICO DE PERMANÊNCIA																										
Local	S	N	Mobilização Comunitária																							
			02) E a praça também?																							
			<table border="1"> <thead> <tr> <th>Problema</th> <th>Solução</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X</td> <td>A praça é um ponto de lazer da comunidade, mas a depredação é grande (E1, 2012).</td> <td>"A gente debateu muito com a comunidade, mas ela não dá importância devido à falta de conhecimento ou acham que a responsabilidade não é deles" (E1, 2012).</td> </tr> <tr> <td>X</td> <td>A praça está entregue as baratas, tem uns cinco cavalos comendo a grama do jardim. Não tem ninguém tomando conta da praça. A maioria das plantas foi arrancada pelas crianças. Quebraram os lixeiros da praça, o parque infantil, já é o segundo que foi instalado. Não são as crianças, mas os vândalos de fora e da comunidade que quebram (E6, 2012).</td> <td>"A gente já falou para o presidente da associação para ter uma pessoa para limpar a praça. Quando vieram quebrar o parque, ouvi a zuada e a praça estava toda escura. Sabe por que disso ter acontecido? Porque a comunidade deixou. Tivemos medo de falar, então quem tem que resolver é a polícia" (E6, 2012).</td> </tr> <tr> <td>X</td> <td>"Era o ideal, mas o movimento que ocorre na praça é de motoqueiro que traz a droga e os drogados ficam na praça ouvindo música de apologia ao crime. Quem vai para uma praça dessas? As meninas cobram R\$ 1,00 por carro que passa e levam elas". A praça é ponto de drogas e de prostituição (E2, 2012).</td> <td>A própria Prefeitura faz reunião com as lideranças, conselho local de saúde, escola e com o presidente da associação. Dizem que vai ter um posto policial na praça. "Eu não vejo polícia atuando aqui. Por que não botam a polícia de dia e de noite na praça?" (E2, 2012).</td> </tr> <tr> <td>X</td> <td>A E4 (2012) não identificou nenhum problema.</td> <td>O E4 (2012) apontou que a praça é também local de convívio.</td> </tr> <tr> <td>X</td> <td>Muito pouco. A praça está precisando de cuidados. Falta arborização, a grama está morta porque não tem ninguém para aguar (E8, 2012).</td> <td>"Eu não sei dizer se o presidente da associação está fazendo alguma coisa. A comunidade não está fazendo nada" (E8, 2012).</td> </tr> <tr> <td>X</td> <td>A E5 (2012) não identificou nenhum problema.</td> <td>"Na praça, eles ficam sentados, tomam cafezinho lá" (E5, 2012).</td> </tr> <tr> <td>X</td> <td>"É local de convívio até às 17h. Vou com minha esposa e filha para praça, para andar de bicicleta. Se fosse mais arborizada e cuidada seria lotada. Hoje é um ponto de encontro para usar outras coisas. Com o posto policial na praça, ela será um lazer mesmo, vai encher de gente, de criança; agora sem policiamento não dá" (E3, 2012).</td> <td>Tem um rapaz da SELIP que dá manutenção na grama, mas não está direto. "Queria ver aquele verde na praça. A praça está suja, mas intacta. O Conselho Local de Saúde fez dois mutirões no ano passado em relação a dengue e para deixar o ambiente da praça limpo do lixo para uso da comunidade. Neste ano pretendemos fazer também" (E3, 2012).</td> </tr> </tbody> </table>	Problema	Solução	X	A praça é um ponto de lazer da comunidade, mas a depredação é grande (E1, 2012).	"A gente debateu muito com a comunidade, mas ela não dá importância devido à falta de conhecimento ou acham que a responsabilidade não é deles" (E1, 2012).	X	A praça está entregue as baratas, tem uns cinco cavalos comendo a grama do jardim. Não tem ninguém tomando conta da praça. A maioria das plantas foi arrancada pelas crianças. Quebraram os lixeiros da praça, o parque infantil, já é o segundo que foi instalado. Não são as crianças, mas os vândalos de fora e da comunidade que quebram (E6, 2012).	"A gente já falou para o presidente da associação para ter uma pessoa para limpar a praça. Quando vieram quebrar o parque, ouvi a zuada e a praça estava toda escura. Sabe por que disso ter acontecido? Porque a comunidade deixou. Tivemos medo de falar, então quem tem que resolver é a polícia" (E6, 2012).	X	"Era o ideal, mas o movimento que ocorre na praça é de motoqueiro que traz a droga e os drogados ficam na praça ouvindo música de apologia ao crime. Quem vai para uma praça dessas? As meninas cobram R\$ 1,00 por carro que passa e levam elas". A praça é ponto de drogas e de prostituição (E2, 2012).	A própria Prefeitura faz reunião com as lideranças, conselho local de saúde, escola e com o presidente da associação. Dizem que vai ter um posto policial na praça. "Eu não vejo polícia atuando aqui. Por que não botam a polícia de dia e de noite na praça?" (E2, 2012).	X	A E4 (2012) não identificou nenhum problema.	O E4 (2012) apontou que a praça é também local de convívio.	X	Muito pouco. A praça está precisando de cuidados. Falta arborização, a grama está morta porque não tem ninguém para aguar (E8, 2012).	"Eu não sei dizer se o presidente da associação está fazendo alguma coisa. A comunidade não está fazendo nada" (E8, 2012).	X	A E5 (2012) não identificou nenhum problema.	"Na praça, eles ficam sentados, tomam cafezinho lá" (E5, 2012).	X	"É local de convívio até às 17h. Vou com minha esposa e filha para praça, para andar de bicicleta. Se fosse mais arborizada e cuidada seria lotada. Hoje é um ponto de encontro para usar outras coisas. Com o posto policial na praça, ela será um lazer mesmo, vai encher de gente, de criança; agora sem policiamento não dá" (E3, 2012).	Tem um rapaz da SELIP que dá manutenção na grama, mas não está direto. "Queria ver aquele verde na praça. A praça está suja, mas intacta. O Conselho Local de Saúde fez dois mutirões no ano passado em relação a dengue e para deixar o ambiente da praça limpo do lixo para uso da comunidade. Neste ano pretendemos fazer também" (E3, 2012).
Problema	Solução																									
X	A praça é um ponto de lazer da comunidade, mas a depredação é grande (E1, 2012).	"A gente debateu muito com a comunidade, mas ela não dá importância devido à falta de conhecimento ou acham que a responsabilidade não é deles" (E1, 2012).																								
X	A praça está entregue as baratas, tem uns cinco cavalos comendo a grama do jardim. Não tem ninguém tomando conta da praça. A maioria das plantas foi arrancada pelas crianças. Quebraram os lixeiros da praça, o parque infantil, já é o segundo que foi instalado. Não são as crianças, mas os vândalos de fora e da comunidade que quebram (E6, 2012).	"A gente já falou para o presidente da associação para ter uma pessoa para limpar a praça. Quando vieram quebrar o parque, ouvi a zuada e a praça estava toda escura. Sabe por que disso ter acontecido? Porque a comunidade deixou. Tivemos medo de falar, então quem tem que resolver é a polícia" (E6, 2012).																								
X	"Era o ideal, mas o movimento que ocorre na praça é de motoqueiro que traz a droga e os drogados ficam na praça ouvindo música de apologia ao crime. Quem vai para uma praça dessas? As meninas cobram R\$ 1,00 por carro que passa e levam elas". A praça é ponto de drogas e de prostituição (E2, 2012).	A própria Prefeitura faz reunião com as lideranças, conselho local de saúde, escola e com o presidente da associação. Dizem que vai ter um posto policial na praça. "Eu não vejo polícia atuando aqui. Por que não botam a polícia de dia e de noite na praça?" (E2, 2012).																								
X	A E4 (2012) não identificou nenhum problema.	O E4 (2012) apontou que a praça é também local de convívio.																								
X	Muito pouco. A praça está precisando de cuidados. Falta arborização, a grama está morta porque não tem ninguém para aguar (E8, 2012).	"Eu não sei dizer se o presidente da associação está fazendo alguma coisa. A comunidade não está fazendo nada" (E8, 2012).																								
X	A E5 (2012) não identificou nenhum problema.	"Na praça, eles ficam sentados, tomam cafezinho lá" (E5, 2012).																								
X	"É local de convívio até às 17h. Vou com minha esposa e filha para praça, para andar de bicicleta. Se fosse mais arborizada e cuidada seria lotada. Hoje é um ponto de encontro para usar outras coisas. Com o posto policial na praça, ela será um lazer mesmo, vai encher de gente, de criança; agora sem policiamento não dá" (E3, 2012).	Tem um rapaz da SELIP que dá manutenção na grama, mas não está direto. "Queria ver aquele verde na praça. A praça está suja, mas intacta. O Conselho Local de Saúde fez dois mutirões no ano passado em relação a dengue e para deixar o ambiente da praça limpo do lixo para uso da comunidade. Neste ano pretendemos fazer também" (E3, 2012).																								
Bom Sucesso	X	Nessa área tem violência e a comunidade tem medo de ir para lá. Os usuários de drogas também vão pra a área do campinho que fica a margem do rio (E10, 2012).	Á área era para ser uma praça para o lazer da comunidade que estava prevista no Projeto e à tarde as crianças se reúnem na beira do rio (E10, 2012).																							
	X	A praça tinha bancos, as pessoas iam vender lanche, pipoca, mas devido à violência, tudo acabou inclusive roubaram os refletores da área. A área de lazer tinha um campinho improvisado e era iluminado. "Hoje não temos praça" (E11, 2012).	"Tínhamos campeonato de futebol de todas as idades na área e era divertido. Reivindicamos no OP a construção da praça, do campo de futebol (os jovens queriam) e brinquedos para as crianças, mas não fomos atendidos" (E11, 2012).																							
	X	Era (E5, 2012).	A comunidade ainda não encontrou solução (E5, 2012).																							
	X	A preocupação maior era que as crianças não se envolvessem na violência e no tráfico de drogas do bairro. Aqui tem o problema entre gangues de bairros e, onde jovens insultam outros jovens de bairros vizinhos. "Muitos são filhos de amigos meus que vi criança, envolvidos com drogas" (E8, 2012).	Para o lazer, as pessoas do bairro se reúnem numa piscina num bairro vizinho. Já para os jovens, o lazer são a capoeira (oferecida pela associação comunitária) e o esporte. "Tenho o projeto de fazer a praça da televisão em frente à associação. Os projetos são muitos, porém os recursos são poucos. Tenho investido do meu recurso próprio nas ações para a comunidade" (E8, 2012).																							

BLOCO 02 – ESPAÇO PÚBLICO DE PERMANÊNCIA				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			03) Vocês já tiveram/tem problema na praça? O que fizeram/fazem para resolvê-lo?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		A praça é pouco frequentada para o lazer devido à presença de vândalos e o pessoal sente medo de ficar a vontade na praça (E1, 2012).	As lideranças reivindicaram e foi aprovada uma base policial comunitária. "Estamos no aguardo e acredito que será instalado em 2012". A iniciativa é uma parceria entre a Prefeitura, Governo do Estado de Alagoas e do GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal (E1, 2012).
	X		Os meninos ficam puxando droga. "A gente vê esse mato, tinha um funcionário da Prefeitura que limpava, mas não veio mais. Os pés de mangueira são bonitos, mas quando brota a flor, os meninos jogam pedra. No domingo à tarde, as crianças brincam na praça e os jovens que vem de fora correm de moto. Temos medo" (E6, 2012).	"A comunidade não está fazendo nada porque a gente já reivindicou para o presidente da associação, que levava para a Secretaria e nunca teve resposta. Já briguei muito com os meninos. Se eu fosse reivindicar a Prefeitura, pediria para plantar outro tipo de pé de árvore. O presidente da associação trouxe três vezes o pessoal da polícia que deixou número telefônico para gente ligar" (E6, 2012).
	X		"Já vi uns seis cavalos e boi comendo grama da praça. Quando um carro vem aguar a grama da praça aparecem uns 50 meninos para tomar banho. Essa praça é encontro dos drogados. Por que é que a polícia sabe que tem tráfico de armas, de drogas, e que a praça é o centro de convivência deles, eles fumam e traficam abertamente e ninguém toma providências? Eu queria que o poder público me respondesse" (E2, 2012).	"A última mobilização que vi da Prefeitura, de presidente de associação, conselho local de saúde e escola foi para comunicar que haveria um posto policial aqui, mas até agora nem posto e nem polícia tem. Isso foi ano passado (2011) no projeto <i>Viva Arapiraca!</i> Acredito que com isto, a praça se torne um ambiente de convívio. Todo mundo sabe aqui quem mata e quem morre e não toma providência. A polícia é conivente com eles" (E2, 2012).
	X		E4 (2012) não apontou problema.	E4 (2012) não apontou solução.
	X		Tem problema de manutenção (E8, 2012).	E8 (2012) não apontou nenhuma solução.
	X		E5 (2012) não apontou problema.	A comunidade não reivindicou a respeito de qualquer problema (E5, 2012).
	X		O E3 (2012) apontou o problema de segurança pública. "Está para ser implantando um posto policial na comunidade, mas não sabemos quando, estamos esperando para que chegue. Outra questão é que fizeram a praça e ninguém toma conta". Os gestores falaram para a comunidade tomar de conta, mas não toma, a praça está se acabando.	"Já foram solicitadas várias vezes a Prefeitura. Este ano vamos fazer um Fórum de Segurança, vamos convidar polícia para sabermos o dever deles e o da comunidade. Com o posto policial na praça vou poder andar com minha esposa e filha, porque quando chega as 18h, tenho que sair da praça. Ninguém respeita a praça, ainda não temos esta cultura de trabalhar de graça para cuidar da praça" (E3, 2012).
	Bom Sucesso	X		"Não temos uma praça com infraestrutura. Essa praça, que estava prevista no Projeto, era de responsabilidade da Prefeitura, mas esta deixou pendente". Outra questão é que o atual projeto da Prefeitura de urbanização da área prevê a demolição do centro comercial e da escolinha infantil. A comunidade não sabe o que vai acontecer realmente com estes espaços públicos que foram instalados através do projeto do mutirão (E10, 2012).
X			O E11 (2012) destacou o problema da violência.	Houve a reivindicação no OP para que a área recebesse infraestrutura, mas a comunidade não foi atendida (E11, 2012).
X			Tem o problema da violência que acontecia nos eventos comemorativos (Paixão de Cristo) na área da praça, ao lado do rio, por isso, "deixamos de ir". E também a violência promovida pelas gangues de bairro (E5, 2012).	A comunidade está procurando uma solução para o conjunto (E5, 2012).
X			"Não temos área de lazer". No bairro havia três praças que foram destruídas por vândalos (E8, 2012).	"Temos um campo de futebol, mas que está interdito por conta do projeto de urbanização do rio. Estamos cobrando da Prefeitura a restauração das três praças" (E8, 2012).

BLOCO 03 – CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E COLETIVO				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			01) Vocês têm problema de abastecimento de água?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		"Não temos cobramos muito a falta de água porque compreendemos que é um problema geral da cidade" (E1, 2012).	"A comunidade cobrou, então, ligamos para programa de rádio". Tem água dois dias e faltam entre quatro ou cinco dias (E1, 2012).
		X	São três dias com água e três dias sem água. Quem sofre mais com a falta d'água são a escola e creche porque as caixas de água são pequenas e secam logo (E6, 2012).	O diretor chama o carro pipa para abastecer as caixas d'água (E6, 2012).
		X	"Acho que o povo não tem o que reclamar. Aqui falta água um ou dois dias. Não tenho conhecimento se a comunidade se juntou para resolver o problema" (E2, 2012).	Existe caixa d'água, onde todas as casas estão ligadas diretamente ao reservatório; tem pessoas que já mudaram a caixa d'água para um tamanho maior e tem várias opções de se fazer reserva de água (E2, 2012).
	X		Apesar da falta de água na escola, "nosso mandamento era não mandar o aluno pra casa", assim, evitaria que eles fossem para a rua (E4, 2012).	"Pelos trabalhos desenvolvidos na escola, temos o respaldo da Secretaria de Educação que imediatamente nos atendeu com o pedido de instalação de um poço e de uma caixa d'água o que resolveu o problema da escola" (E4, 2012).
	X		O problema é a falta de água. "Aqui temos água de quatro em quatro dias. Tem comunidades que a água chega entre 10 a 15 dias, então, estamos privilegiados" (E8, 2012).	Arapiraca está crescendo e a tendência é o rodízio. Só se colocar uma nova adutora. "Não vejo mobilização da comunidade para resolver o problema junto ao governo" (E8, 2012).
	X		Falta água em toda Arapiraca, a população cresceu e tem racionamento em todas as ruas. "Tinha semanas que sofríamos com falta de água na escola e tínhamos que mandar os alunos para casa" (E5, 2012).	"Partiu da direção da escola solicitar a Secretaria de Educação e fomos atendidos com um poço artesiano, só que a água era salgada e não dava nem para limpeza. Após solicitamos a caixa d'água de 20mil litros para a escola e nunca mais suspendemos as aulas. A caixa d'água chegou em 2010" (E5, 2012).
		X	Faltou água durante cinco dias. "Vivemos uma crise de água". Tem problema quando estoura um cano (E3, 2012).	"Está normal, temos quatro dias com água e quatro sem, já estamos preparados". Quando falta água, e demora chegar, a comunidade vai direto para rádio. O presidente da associação descreditou dele mesmo, não trouxe mais nada para a comunidade e a comunidade se acomodou (E3, 2012).
Bom Sucesso		X	Não temos problema com abastecimento de água (E10, 2012).	"Nossa situação está resolvida" (E10, 2012).
		X	O único problema que a comunidade reclama é do preço da taxa conjugada entre água e esgoto. "Pagamos 100% e acharíamos que poderia ter o valor reduzido. Tentamos junto a Prefeitura e a CAGECE, inclusive até os políticos prometeram que ia conseguir a diminuição da taxa para contemplar toda a cidade, mas se eles não conseguiram, imagine uma associação de bairro?" (E11, 2012).	O abastecimento de água no conjunto funciona normalmente. "Quando vai faltar água por conta de manutenção do sistema, a CAGECE divulga na rádio e na televisão para que a gente abasteça as nossas caixas d'água" (E11, 2012).
	X		O conjunto é dotado de sistema de abastecimento de água. No mês passado faltou água e a CAGECE demorou em atender o conjunto no mês de janeiro de 2012 (E5, 2012).	A comunidade organizou a seguinte estratégia: todos ficaram ligando, insistentemente, dizendo que se não viesse, a comunidade faria um furo no cano principal da rede para abastecer a comunidade. A pressão funcionou, eles vieram e fizeram o conserto necessário no sistema (E5, 2012).
		X	Os líderes anteriores deixaram um débito de água e esgoto de R\$ 30 mil dos prédios de uso coletivo que pertencem à associação (o prédio da associação; o centro comercial e o galpão pré-moldado). Eles passaram 14 anos de forma clandestinos, sem pagar as taxas de água e de energia elétrica. "No prédio do centro comercial, parte dele está sendo usado pela líder dos recicladores, por isso não tenho como mandar cortar água" (E8, 2012).	"Até resolver este débito, o qual devo negociar junto a CAGECE, cavei uma cacimba no terreno da associação e instalei uma bomba para puxar água. A água é boa, é do tipo mineral. A energia da associação eu já paguei a conta. Como a comunidade passou este tempo enganada pelos líderes anteriores, eles não querem cooperar financeiramente para a associação. Eu tenho a colaboração de apenas cinco sócios que me ajudam com R\$ 3,00 por mês. No momento parei as atividades de reforço escolar e merenda por falta de recurso financeiro" (E8, 2012).

BLOCO 03 – CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E COLETIVO				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			02) Vocês têm problema com coleta de esgoto?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		A comunidade não usa o sistema corretamente. A caixa coletora que fica no quintal, tem sido quebrada com frequência e eles deixam cair lixo nela causando entupimento (E1, 2012).	O saneamento é tratado, onde toda a rede de esgotamento sanitário passa por uma estação de tratamento. Quando ocorre um entupimento, a comunidade informa a equipe de manutenção da Prefeitura, responsável pelo conjunto, que vai ao local e resolve o problema (E1, 2012).
	X		No início, as fossas das casas estouravam. É uma fossa para duas casas. “Quando joga o que não se deve vai entupir a caixa de gordura e prejudicar o meu vizinho”. A dona de casa varre e joga lixo na boca do esgoto. Também deixavam pano entupir no lavador de roupa (E6, 2012).	O Conjunto é saneado, tem uma usina de esgoto. “Os problemas aconteciam e a gente ia cobrar ao Paulo. Quando Paulo e a equipe passaram a fazer a manutenção do esgoto, não tivemos mais problema”. Hoje está normalizado. A comunidade foi instruída pela Prefeitura como deveria ser usado o sistema (E6, 2012).
	X		Aqui não tem problema de entupimento. O problema é que a equipe de manutenção começa o serviço e não se conclui: abre-se um buraco e não se fecha. A parte mais precária é o final do conjunto (E6, 2012).	Apesar de o conjunto ser saneado, existe uma equipe de manutenção só para isso. Paulo, o presidente da associação, é o chefe e ele te uma equipe. “Não tenho conhecimento, nunca ouvi comentário e nem manifestação” (E6, 2012).
	X		O conjunto foi bem planejado e estruturado e não tem esse problema nem nas casas nem na escola (E4, 2012).	Tem no final do conjunto uma usina de processamento. Quando tem entupimento, tem uma equipe da Secretaria de Obras, conduzida por Paulo e equipe que resolve o problema de imediato e que também fazem a manutenção da usina (E4, 2012).
	X		E8 (2012) não apontou problema.	“Está legal, o conjunto é saneado e temos a usina de tratamento. Temos também o pessoal que faz a manutenção do conjunto” (E8, 2012).
	X		E5 (2012) não apontou problema.	E5 (2012) não apontou solução.
	X		No conjunto foi instalado um cano de 100, tipo de cano que é instalado em condomínio de classe alta, que sabem que não se pode jogar nada na privada. “Mas no conjunto tem pessoas que jogam absorventes e calcinha num cano de desse, o que vai acontecer? Vai estourar a rua” (E3, 2012).	“Nos primeiros seis meses de moradia no conjunto estourou um cano e a CASAL não quis ajudar, então, com o dinheiro da mensalidade dos sócios da associação, compramos uma picareta para desentupir os esgotos. No início da moradia no conjunto tínhamos mais problemas, mas o Paulo tem uma equipe que ajeita sem demora. Eu achava que as pessoas tinham mais consciência, mas está do mesmo jeito. A equipe quando detecta a fedentina e entupimento partem para resolver. As pessoas não tem consciência” (E3, 2012).
Bom Sucesso	X		O sistema de coleta de esgoto estava previsto no projeto do conjunto. Agora que a CAGECE começou a instalar no bairro, mas ainda não funciona (E10, 2012).	Este é o único conjunto de mutirão no bairro Bom Sucesso que tem saneamento. Nós temos uma estação de tratamento (E10, 2012).
	X		“Antes o nosso esgoto era direto no rio ou as pessoas cavavam fossa, quando enchia chamava carro pipa para tirar o esgoto ou pagava as pessoas que manualmente limpavam as fossas” (E11, 2012).	“Hoje, quando viemos morar aqui, passamos a ter sistema de esgotamento sanitário, inclusive ao redor do conjunto não existe esgotamento sanitário. Quando ocorre um problema de entupimento, a gente liga para a CAGECE e ela vem resolver o problema” (E11, 2012).
	X		O E5 (2012) não apontou problema.	“A gente tem o sanear e paga junto com a água” (E5, 2012).
	X		O E8 (2012) não apontou problema.	Este é primeiro conjunto de mutirão do bairro que possui esgotamento sanitário (E8, 2012).

BLOCO 03 – CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E COLETIVO				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			03) Vocês têm problema de coleta de lixo? O que fizeram para resolvê-lo?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		A coleta de lixo é feita regularmente em três dias da semana: 2 ^{af} , 4 ^{af} e 6 ^{af} . Quando não colocam o lixo para o carro coletar, eles jogam na rua e em qualquer lugar. Não cooperam na organização do lixo (E1, 2012).	É de grande importância ampliar o serviço social e ambiental na comunidade, através de palestras, qualificação e trazer oficinas. “Aqui tem catadores de reciclagem não qualificados e se recebesse incentivo traria uma melhoria para a comunidade” (E1, 2012).
	X		O pessoal joga lixo na frente da casa do vizinho e em terreno alheio. “O pessoal tem que entender que não é assim”. As pessoas ainda não aprenderam a colocar o lixo no lixeiro (E6, 2012).	O caminhão de lixo passa três vezes por semana. “Hoje uma das coisas que a gente mais reivindica é a limpeza do conjunto porque aqui tem muito lixo e a própria comunidade não ajuda” (E6, 2012).
	X		O problema é que o morador não é educado para colocar o lixo na porta corretamente. Ele coloca muito entulho de construção (E6, 2012).	“A coleta de lixo é ótima. É feita na 2 ^{af} , 4 ^{af} e 6 ^{af} . Segundo me disseram, eles foram capacitados pela Prefeitura sobre o cuidado com o lixo” (E6, 2012).
	X		O carro do lixo passa três vezes por semana recolhendo o lixo da comunidade, no entanto, falta à comunidade ter consciência qual o tipo de lixo que o caminhão pode levar. O presidente da associação trouxe o Secretário Municipal de Limpeza e ele ficou mal visto pela comunidade (E4, 2012).	À pedido do presidente, duas vezes por ano, a Secretaria faz um mutirão de limpeza geral no conjunto, traz caçamba e patrol. O líder solicitou que os garis que moram na comunidade ficassem responsáveis pela limpeza do conjunto, mas o Secretário negou (E4, 2012).
	X		O problema é que as pessoas acumulam lixo em terreno baldio. Nos mutirões de conscientização é muito difícil conscientizar os moradores, apenas dois ou três moradores vão recolher o lixo e os demais ficam olhando (E8, 2012).	A coleta de lixo é normal, feita três vezes por semana. “Fizemos vários mutirões de conscientização, caminhada pela rua e pelas casas, recolhendo lixo do quintal das pessoas e limpando. É uma experiência boa”. Todo ano se faz este movimento (E8, 2012).
	X		A última rua do conjunto está cheia de lixo. As pessoas ainda não se conscientizaram para colocar o lixo no dia que o caminhão passa. Ainda tem pessoa que joga o lixo na rua. Tem ruas limpas e outras sujas. As pessoas não acordaram que o lixo prejudica a saúde (E5, 2012).	O caminhão passa 2 ^{af} , 4 ^{af} e 6 ^{af} , por volta das 15h. Se o trabalho de conscientização fosse levado a sério, o conjunto não estaria tão sujo. Um aluno da escola quebrou o lixeiro e teve que trazer outro. “Eles sabem que quem quebrar, vai pagar. Eles jogam lixo no terreno da escola. Tiramos oito sacos de lixo que eles jogaram” (E5, 2012).
	X		“Sobre o lixo no conjunto eu fui levar o ofício na Secretaria para fazerem a limpeza. Sempre foi reivindicado, mas a comunidade não apoia, só sabe cobrar. A gente trabalhou o tema da coleta de lixo no conselho local de saúde e no posto”. A comunidade não tem educação sanitária. Se fala tanto sobre o lixo e ainda jogam o lixo na rua (E3, 2012).	Paulo e Nilda reivindicou pela Associação o serviço de coleta de lixo. Hoje a coleta de lixo está legalizada, o caminhão passa três vezes por semana: 2 ^{af} , 4 ^{af} e 6 ^{af} , por volta das 13:00 as 13:30h. Tivemos quatro focos de dengue em 2011 e o número de pessoas com dengue foi alto. De dois em dois meses vem a Supervisão da unidade (E3, 2012).
Bom Sucesso	X		Sem problema (E10, 2012).	A coleta de lixo é regular (E10, 2012).
	X		Não, a coleta é feita três vezes por semana, todas pela manhã e em todas as ruas do conjunto, inclusive no feriado eles recolhem. A comunidade coloca o lixo na calçada, porém alguns se esquecem. As pessoas acham mais fáceis jogar no rio, sabendo que nas enchentes vai prejudicar quem mora próximo (E11, 2012).	Apesar de ter sido feito um trabalho educativo, as pessoas continuam jogando lixo na beira do rio. “Em 2004, fizemos uma pesquisa com as crianças para saber quem sujava mais o conjunto. Pelo recolhimento do lixo, se descobriu que os adultos sujavam mais. Fizemos oficinas com adultos explicando a reciclagem. Vieram instrutores da Cáritas, mas a comunidade não deu importância. Alguns mudaram de atitude. Antes colocavam seu lixo no lado do vizinho, agora colocam para o caminhão de lixo levar e não prejudicam mais o vizinho” (E11, 2012).
	X		Em relação à prestação de serviço não tem problema. O caminhão passa três dias na semana. O problema é a existência de alguns moradores do conjunto e de moradores de bairros vizinhos que jogam na margem do rio (E5, 2012).	“Nós colocamos placas na área ao lado do rio dizendo ‘Proibido colocar lixo’. A Prefeitura passou o trator e limpou a área”. A Associação ARAN coleta lixo selecionado (papel, papelão, plástico, vidro e ferro) com os catadores. A Regional três construiu um galpão para ser o Centro de Triagem e Reciclagem da ARAN do conjunto (E5, 2012).
	X		O caminhão de lixo passa três vezes na semana. Ainda tem o mau costume de jogar lixo no rio e de colocar lixo em frente à associação comunitária. Na beira do rio havia concentração de lixo e assalto. A Prefeitura também deveria ter uma cobrança mais rígida, inclusive a aplicação de multa (E8, 2012).	“Estamos educando as pessoas, já houve uma ligeira mudança de hábito. Passamos a divulgar em nossa rádio comunitária amadora que colocasse o lixo em frente a sua casa. Na área da beira do rio, cobrei da Prefeitura que viesse fazer a limpeza da área. Com isso, as pessoas começaram a se reunir novamente e as crianças correndo para jogar bola” (E8, 2012).

BLOCO 03 – CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E COLETIVO				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			04) Vocês têm problema de segurança? O que fizeram para resolvê-lo?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		Temos poucas rondas de polícia no conjunto, de vez em quando passa uma viatura (E1, 2012).	Quando ocorre um problema, alguém liga chamando a polícia. A comunidade está no aguardo da instalação da base policial comunitária (E1, 2012).
	X		"Tivemos um posto policial e foi tirado. Hoje eles fazem a ronda e vão embora. Semana passada pra cá tem dado mais polícia, não sei se é fruto de reivindicação" (E6, 2012).	"Eu gostaria de falar com o Prefeito ou Coronel para que instalem um posto policial aqui, assim as coisas iriam se acalmar mais. Precisamos de um posto de polícia efetivo" (E6, 2012).
	X		"Que segurança? Só a de Deus ou a segurança paga. Falta segurança pública. A notícia hoje é que os bandidos vão tomar conta do Jardim das Paineiras. É natural aqui você ver uma pessoa com cabeça estourada, sangrando. Todo mundo sabe do movimento, mas ninguém toma providência" (E2, 2012).	"Eu não vejo nada e não me chamam e nem me dizem nada. Existiu o seu Cícero Cordeiro que resolvia a segurança na comunidade e nem levava o caso a polícia, ele mesmo resolvia. Ele queria alugar a minha casa para o Tenente Cavalcante, mas ele foi assassinado" (E2, 2012).
	X		"Como cidadão, devemos ter cuidado aqui ou em outros bairros". Com a saída da subdelegacia, o conjunto ficou vulnerável. Existem os índices de crimes que apontou a comunidade como violenta e a necessidade de uma base policial comunitária no conjunto. Com a existência de base policial e o policiamento comunitário vai melhorar muito a comunidade (E4, 2012).	"Aqui é tranquilo. Na escola temos quatro vigilantes, são dois por dia. Nunca a escola foi roubada, pixada ou arrombada. A comunidade paga uma equipe de vigilantes. Hoje tem polícia de repressão, que quando liga, ela vem com um aparato como se tivesse indo para uma guerra". O presidente da associação já participou de reuniões com o comando policial de Arapiraca a respeito da instalação da base policial (E4, 2012).
	X		Passa a viatura, mas acontece a violência (E8, 2012).	Já foi cobrada uma subdelegacia e marcaram a praça. Existe o projeto. Quem cobrou foi alguns moradores junto com a associação. Teve reunião, vieram o comandante e os policiais. "Estamos aguardando até hoje" (E8, 2012).
	X		Teve uma subdelegacia no conjunto, seria interessante que voltasse. O número de militares e viaturas é insuficiente para atender Arapiraca. Deveria partir do Estado esta iniciativa de colocar mais policial na rua (E5, 2012).	"Aqui na escola nunca tivemos problema. Na escola, as crianças traziam armas (vidro, punhal, faca, revolver, estilingue), para se defenderem quando arengavam com outro. Fomos conscientizando os alunos e os pais e hoje é raro a gente estar tomando arma na escola. Começamos a trocar a arma por brinquedo e esta negociação com eles funcionou" (E5, 2012).
	X		A demanda de viatura para Arapiraca é pouca para a população e para cidade (E3, 2012).	Ultimamente a viatura passa mais vezes, mas antes só vinham quando acontecia alguma coisa. "Teve uma reunião de segurança, que informou que teremos um posto policial". É algo que a comunidade pede muito (E3, 2012).
Bom Sucesso	X		A comunidade está assustada com a droga. Estamos vendo os jovens morrendo, nem chegando aos 20 anos. As crianças servindo de aviãozinho levando droga (E10, 2012).	"Eu gostaria que alguém do poder público se mobilizasse para esta questão. Que houvesse uma conscientização para ao menos diminuir a violência e a droga. A gente do terceiro setor leva as demandas, mas não temos poder de executar" (E10, 2012).
	X		"A gente tinha um GPM (Guarita de Policiais Militares) que nos atendia 24 horas. Era só ligar que logo apareciam, mas foi extinto. Hoje temos a Ronda do Quarteirão, promovida pelo governo estadual, mas com o GPM sentíamos mais seguro". O espaço do antigo GPM, construído no beco da casa de um líder da associação comunitária, com material e mão de obra da comunidade foi vendido pelo líder. Ele fez a doação do terreno só de boca. Hoje foi construído um duplex em seu lugar (E11, 2012).	A segurança melhorou, mas a violência aumentou. "Reivindicamos para criar um GPM no prédio da associação, mas eles alegaram que era inadequado porque necessitaria ter uma cela e certamente conflitaria com as atividades sociais com as crianças e jovens desenvolvidas na associação". Na comunidade tem vigia noturno que os moradores pagam R\$1,00 para fazer a segurança. No final da semana, eles passam recolhendo de casa em casa (E11, 2012).
	X		Os policiais que fazem a ronda de moto agridem ou até chegam a espancar os jovens (E5, 2012).	Já foram feitas várias reuniões e nada. "O atual líder da associação é policial, e poderia fazer alguma coisa" (E5, 2012).
	X		Quem faz a segurança do bairro é a 4ª Cia. do 6º Batalhão, que fica no conjunto Ceará. Além desse policiamento, o governador criou a Ronda do Quarteirão, e destinou mais viaturas. Hoje soube que iriam tirar as viaturas dos bairros (E8, 2012).	"Precisamos de um policiamento mais frequente. Acho que deveriam aumentar e não tirar as viaturas dos bairros. Eu tenho o projeto de pegar uma sala da associação comunitária e implantar o GPM. Vou fazer um abaixo assinado para colher umas três mil assinaturas" (E8, 2012).

BLOCO 03 – CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E COLETIVO				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			06) Vocês têm problema de iluminação pública? O que fizeram para resolvê-lo?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		A comunidade avisa quando as lâmpadas queimam e onde estão localizadas (E1, 2012).	É feito um relatório contendo o levantamento dos problemas, faz-se um ofício pela associação e entrega na Secretaria Municipal de Iluminação ou em mãos da Secretária. Após fica no aguardo da Prefeitura fazer a manutenção (E1, 2013).
	X		Tem ruas que tiraram os braços dos postes. Na praça tem um bocado de poste quebrado. A rua da escola está escura e na esquina ficam rapazes daqui e de fora também. O conjunto no escuro fica a mercê da violência (E6, 2012).	“Uma das nossas principais reivindicações é a energia, mas a própria comunidade não ajuda. Gostaria que a comunidade se unisse e pedisse ao presidente de bairro para fazer alguma coisa. A Deyse, do posto de saúde, já mandou um ofício a Secretaria, estamos no aguardo” (E6, 2012).
	X		Tem algumas lâmpadas da praça apagadas (E2, 2012).	“Já escutei que o presidente mandou ofício e não foi atendido. A comunidade em si não faz nada” (E2, 2012).
	X		Alguns alunos usam o estilingue para danificar as lâmpadas. Muitos não vêm estudar por conta das ruas escuras (E4, 2012).	“Na escola, a gente orienta para não fazer isso, porque prejudicam eles mesmos, sua família e comunidade. Enquanto escola, se fizermos um ofício, a Secretaria de Iluminação vem e atende” (E4, 2012).
	X		A E8 (2012) apontou o problema de postes sem lâmpadas.	“A gente anota o número dos postes que está faltando energia, leva para a Secretaria e faz a cobrança. A Secretária veio e confirmou a escuridão. No outro dia repôs as lâmpadas. A gente cobrou umas cinco vezes para sermos atendidos” (E8, 2012).
	X		À noite as ruas da comunidade ficam no escuro, por conta do vandalismo (E5, 2012).	As lâmpadas são repostas, mas tem gente que gosta de quebrar (E5, 2012).
	X		“Falta braço dos postes e lâmpadas. Quando queima uma lâmpada a gente já está na Secretaria. Está com cinco meses que colocaram. Se eu pago uma taxa pública de iluminação de R\$7,50 por mês por que eles demoram dois meses para consertar? Dinheiro tem, o que fazem é um mistério” (E3, 2012).	O presidente da associação foi ativo nas reivindicações, quem não cumpria era a Prefeitura. A Secretaria justifica que está esperando uma remessa de material chegar. Outra atitude é que o presidente da associação fez um trato com as crianças, trocou chimbra por peteca, já que elas estavam estourando as lâmpadas (E3, 2012).
Bom Sucesso	X		O problema está em arranjar dinheiro para fazer o pagamento da taxa que é cara (E10, 2012).	E10 (2012) não apontou solução.
	X		Só falta iluminação na área de lazer porque roubaram os refletores. Sem a iluminação, os viciados consomem drogas área (E11, 2012).	“Quando a gente estava na associação, sempre reivindicávamos, e a CENTERLUZ vinha fazer o serviço. Mas agora, não tem quem reivindique, lá está no escuro há três anos” (E11, 2012).
	X		“Tivemos ausência de iluminação no campinho onde os meninos jogavam bola”. Este campinho localiza-se na área que foi destinada para ser a praça do conjunto (E5, 2012).	“Fizemos um abaixo assinado e levamos para a Regional Três do OP. Conseguimos que a Prefeitura colocasse postes para iluminar o campinho onde os meninos jogam bola” (E5, 2012).
	X		“Somos bem assistidos, quando ocorre um problema, ligo para o Supervisor da COELCE que vem fazer o reparo”. A área de mais conflito que precisa de iluminação é à beira do rio (E8, 2012).	“Eu pedi a Prefeitura para colocar refletores no campo, na beira do rio e agora está iluminado”. Esta área está em desuso devido ao projeto de urbanização do rio, por isso não se pode fazer nenhum benefício (E8, 2012).

BLOCO 04 – POSSE E REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL				
Local	S	N	Mobilização Comunitária	
			01) Você acha que o povo corre o risco de perder a casa?	
			Problema	Solução
Jardim das Paineiras	X		<p>"Temos a casa, mas não a posse do imóvel. Quando a Prefeitura tirou algumas famílias da lama para um lugar melhor, muitas dessas famílias não se adaptaram com as mudanças de vida, mas as que permaneceram tiveram uma mudança de vida 100% para melhor" (E1, 2012).</p>	<p>"Acredito que os que ficaram no conjunto não perderão as casas, mas os que adquiriram de forma inadequada através de terceiros, a gente torce que a Prefeitura e o Ministério das Cidades possam ver que os que vieram depois, vieram com a visão de moradia, inclusive já ampliaram a sua casa e são pessoas com melhor comportamento" (E1, 2012).</p>
	X		<p>"Peço a Deus que não". Os mais perigosos foram se embora, trocaram ou venderam a casa (E6, 2012).</p>	<p>"Já estamos aqui há cinco anos, já construí a minha área, meu muro, e se eu perder a minha casa é muita falta de sorte" (E6, 2012).</p>
	X		<p>"Vai tomar a casa de um policial, funcionário público ou dos pobres que compraram com sacrifício a sua moradia? Não acredito. Teve gente que saiu daqui porque não ganhava cesta básica toda semana. Teve gente que mudou de casa, mas a cabeça continua a mesma: 'sou miserável e vou ficar miserável até o fim'" (E2, 2012).</p>	<p>A Prefeitura já anunciou que vai regularizar a casa com quem estive morando, mas que aqui tem muita casa alugada. Tem gente que tem 4 a 5 casas aqui, tem gente que vendeu, foi para os Cazuzinhas porque ganhou outra casa lá e já está vendendo de novo. A Prefeitura precisa fazer um controle disso (E2, 2012).</p>
	X		<p>O E4 (2012) não apontou problema.</p>	<p>"Houve cadastro e tem um processo para entrega do documento, eu creio que será breve. Já houve várias reuniões" (E4, 2012).</p>
	X		<p>"Sairam muitas famílias daqui. Creio que uns 70% do conjunto são famílias novas. Nas reuniões falaram que quem tinha casa própria iria receber o documento de posse com três anos; e os que moravam em casa de aluguel com cinco anos, mas até agora nada ainda" (E8, 2012).</p>	<p>"Eu creio que os que estão desde o início não terão problema, mas os que venderam não sei como vai ficar. Uma ou duas pessoas cobram, eu vou lá cobrar. Falaram que seria no final desse ano (2012), mas o ano está indo e nada ainda" (E8, 2012).</p>
	X		<p>O E5 (2012) não apontou problema.</p>	<p>O E5 (2012) não apontou solução.</p>
	X		<p>"Esta ação está complicada. Nada foi feito. A maioria não é o dono da casa e quem comprou vai querer perder o que pagou? Técnicos da Prefeitura passaram aqui há sete meses dizendo que faria um cadastro e estamos aguardando" (E3, 2012).</p>	<p>"Ninguém aqui tem medo disso, nem mesmo os que compraram. Com o documento na mão o valor para venda da casa vai aumentar. Faz uns três meses que fizeram uma reunião. Se demorarem muito, vamos fazer uma parceria (posto de saúde, associação, creche e escola) para reivindicar" (E3, 2012).</p>
Bom Sucesso	X		<p>A pessoa corre risco de perder da seguinte forma: tem uma pessoa que já tem oito casas no conjunto, como a Prefeitura vai ter coragem para regularizar esta situação? Ele compra, reforma e aluga. Em época de eleição, sempre vem algum candidato político para fazer a promessa. A Prefeitura que tem o compromisso de regularizar só fica na promessa também. Existe um projeto de lei que o mutirante com cinco anos de ocupação teria direito ao documento de posse, mas nunca se concretizou. O Cearah Periferia fez várias reuniões, numa delas causou polêmica, quando muitos da comunidade entenderam que a casa não era do mutirante. Precisa tratar deste assunto numa linguagem que eles possam entender. Isso foi em 2006 e até agora nada (E10, 2012).</p>	<p>O atual líder não quer diálogo com o Cearah Periferia e nem com a Cáritas, e ele não tem o foco no trabalho social. Outra questão: quando a primeira casa foi vendida no conjunto, deveria ter sido combatido, porque muita gente ficou sem casa. Muitos receberam a casa e venderam. E voltaram para a margem do rio. Em 2005, priorizamos a retirada de 61 famílias. A Prefeitura os levou para outros conjuntos em outros bairros. Em pouco tempo, eles venderam a casa lá, e construíram o barraco na margem do rio novamente. "Acionamos a Regional Três e a Defesa Civil que tiraram estas famílias. Avisávamos: 'Não pode mais construir casa aí'. Não se acaba nunca com esse déficit. A moradia é uma questão que o governo não pretende acabar, por que quando vierem às eleições, como eles vão fazer? É esse povo quem vota neles" (E10, 2012).</p>
	X		<p>"Tentamos ter o papel da casa para ter mais segurança". A Prefeitura ficou de fornecer o documento de uso e concessão, mas se eles precisarem da área seria removido. Com a ausência de um documento legal, ocorreram às vendas de algumas das casas. Outra questão é que a escolinha infantil, o mercado comunitário e algumas casas do conjunto estão marcados para ser demolidos. Nessa área será implantado o projeto de urbanização do rio Maranguapinho. "A minha casa foi demarcada também, embora exista a possibilidade dela ficar fora da área do projeto No começo fiquei apavorada com esta ideia" (E11, 2012).</p>	<p>A Secretaria da Cidade está à frente do projeto de urbanização do rio Maranguapinho, que prevê ciclovia, rodovia, calçadão, área verde e de lazer ao longo do percurso do rio. A previsão de conclusão da obra é para 2014, antes da copa, já que a área fica próxima do estádio de futebol do Ceará, o Castelão. Obras foram iniciadas em 2006. Morar em casa é melhor porque tem quintal, mais espaço do que nos duplex oferecidos pelo PMCMV. As famílias que tem se mudado pra lá tem reclamado do barulho da família que mora em cima do duplex. Eles preferem dar a casa ao invés de indenizar porque as pessoas podem gastar o dinheiro e ficar sem moradia. "Não pretendo sair daqui do conjunto porque tenho vínculo com a comunidade, pessoas amigas que se ajudam" (E11, 2012).</p>
	X		<p>O acordo inicial foi que a comunidade entrasse com o mutirão e com cinco anos receberia a documentação de posse do imóvel pela Prefeitura. Já ao longo desses 13 anos de ocupação, ocorre o fenômeno da coabitação através da adição de mais casas no terreno. Tem muito mais casa</p>	<p>"Temos medo. Nós participamos de várias reuniões no Cearah Periferia e nada ainda foi feito. Agora que estamos em época de eleição, a Prefeita ficou de entregar a documentação da casa, já entregou para algumas comunidades". Na Regional do OP, o terreno do conjunto consta como área verde, como se a comunidade tivesse invadido e ainda não temos nem CEP e nem</p>

		dentro do conjunto. Outra questão é a presença de um morador que já possui oito casas no conjunto para locação (E5, 2012).	endereço oficial. O cadastro do terreno feito pela Prefeitura está no nome da mulher (E5, 2012).
	X	Nem aqueles que ocuparam áreas verdes estão perdendo. Acho que foi um comodismo da Prefeitura não ter regularizado, pois estas casas já têm 15 anos de ocupação (E8, 2012).	As famílias que moram as margens do rio estão ganhando apartamento ou casa para morar. A Prefeitura está dando o documento de posse da casa para várias comunidades em Fortaleza. "Se eu tenho a documentação da minha casa é mais valorizada. Vamos trazer o pessoal do HABITAFOR para fazer uma reunião aqui na associação e cobrar o documento da Prefeitura" (E8, 2012).

BLOCO 04 – POSSE E REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL			
Local	Mobilização Comunitária		
	02) Como as pessoas compram e vendem as casas aqui?		
	<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th style="width: 50%; text-align: center;">Problema</th> <th style="width: 50%; text-align: center;">Solução</th> </tr> </thead> </table>	Problema	Solução
Problema	Solução		
Jardim das Paineiras	O dono da casa acerta um valor com o comprador. "Vendem como se tivessem vendendo banana na feira" (E1, 2012).	"Sentamos com a Prefeitura mais de uma vez. Primeiro acertou que se faria um novo levantamento das famílias, que era para ter sido feito até 2011". A entrega da obra do conjunto do PMCMV Brisa do Lago atrasou a regularização do conjunto Jardim das Paineiras (E1, 2012).	
	A pessoa está com a casa para vender, negocia, o comprador paga dinheiro e entra na casa para morar. Teve gente que vendeu por R\$ 2mil, R\$ 1.500,00 no início e até trocaram por cesta básica. Agora aumentaram: R\$ 30 mil, R\$ 40mil. Tem uma ali pra vender por R\$ 15mil. Você me dá o dinheiro e eu te dou a casa pra você morar. Quem não gostou ou não precisava vendeu a casa (E6, 2012).	"Acho errada a venda das casas. Éramos para termos uma escritura. Na lateral da casa está construindo casa, o que não era para fazer". Se fizerem é porque sabem que não haverá problema. A Prefeitura não veio resolver o problema porque não querem. Nunca ninguém veio regularizar. Quem precisa da casa, limpa e cuida (E6, 2012).	
	"Com a cara e com a coragem. Desocupa a casa e o cara entra dentro porque para Prefeitura, dono é quem está dentro da casa. A comunidade não interfere na negociação, é um ato individual. Quando a gente vem tomar conhecimento, já foi vendida" (E2, 2012).	"Quando cheguei aqui, mais de 300 casas já tinham sido vendidas, então, por que é que eu teria que ser o exemplo? O Procurador mandou devolver a casa pra mim. Partindo desse princípio eu não fiz nada errado, porque quem vendeu a casa é porque não precisava. E eu estou beneficiando a comunidade" (E2, 2012).	
	"É algo natural, é fácil comprar casa aqui. Se eu sair procurando, vou achar casa para vender ou trocar até por uma feirinha". Está difícil assegurar a permanência dos moradores no conjunto. Tem famílias com saídas bruscas do conjunto devido a problemas de comportamento, e outros vendem mesmo por R\$2mil, R\$2.500,00 e vão morar com o MST na Sementeira, perto da UFAL. Vão morar de favor na casa de parentes; vão para municípios pequenos; e até políticos está comprando casa no conjunto pra fazer comitê (E4, 2012).	Creio que os que ficaram, valorizam a casa que ganharam e agradecem. Acho que das 582 casas feita para famílias oriundas da periferia, umas 300 famílias permaneceram. Muitos vendem, trocam, negociam por nada, não valorizaram a forma como receberam, se tivesse dado algum pequeno valor financeiro, teria dado mais valor (E4, 2012).	
	Tem casa para vender e passa o crachá. Teve casa que já teve uns 5 donos. Não dá valor ao que recebe porque não sabe o quanto custa, se tivesse lutado para comprar material e construir, dariam mais valor (E8, 2012).	Vendem a troco de nada. No início, teve pessoas que trocou a casa por cachaça, cesta básica, drogas, vendeu para pagar débito de drogas, e hoje vive morando na rua, num quatinho de aluguel, e a maioria sem ter onde morar (E8, 2012).	
	"Muitos não valorizaram a casa, trocou, vendeu, abandonou porque achavam que aqui era o fim do mundo e que no conjunto não tinha lixo para catar e sobreviver, diziam 'jogaram a gente aqui e vamos morrer de fome', muitos acabaram voltando para o local de origem" (E5, 2012).	Foi iniciativa de a Prefeitura construir um lugar digno para morarem (E5, 2012).	
	Há dois anos, se desse R\$ 2mil, sabia que estava perdendo dinheiro por conta da fiscalização que havia, hoje não tem mais medo disso. Tem casa pra vender ali por R\$10 mil, R\$12 mil. Você chega com o dinheiro e compra. Não tem nem recibo de compra e venda. O governo nem acompanha. Muitos que vieram, voltaram para o Manoel Teles, das 580 casas, se tiver 200 famílias da origem são muitas, as outras negociaram (E3, 2012).	Teve fiscalização só no início. A mesma coisa vai acontecer no conjunto Brisa do Lago (PMCMV). Se houvesse fiscalização acirrada, os responsáveis estarem no conjunto semanalmente e com divulgação diminuiria. Se as assistentes sociais tivessem dado mais assistencialismo à comunidade desde o início, dando alimentação e apoio na geração de emprego, as pessoas não teriam saído. Infelizmente tem pessoas que nasceram para ser miserável, traçou o seu destino na miséria (E3, 2012).	
Bom Sucesso	"Eles vão ao cartório e fazem um documento de compra e venda. O cartório deveria ser processado por isso. Essa negociação não passa pela associação". Exemplo: a pessoa que tem 8 casas no conjunto regularizou tudo em cartório, para comprovar que pertence a ela. Às vezes, ele compra a casa de moradores que estão com débito de água e luz (E10, 2012).	Nenhuma solução apontada pela E10 (2012).	
	No início, por não ter ideia de preço, vendiam por qualquer valor como R\$ 4 mil, R\$ 5 mil, e compravam outra na margem do rio. Quando viemos para casa, a nossa casa ficou avaliada em R\$ 25 mil. Eles acharam que era muito dinheiro e passaram a vender por R\$ 8mil, R\$10 mil (E11, 2012).	"Não está tendo nenhum movimento, desde quando deixamos a liderança da associação. Deixamos de frequentar a Prefeitura e não ouvi falar mais nada a respeito de regularização da situação" (E11, 2012).	
	O dono da casa vende para outro e nem se quer comunica a associação (E5, 2012).	A E5 sempre reclamou dessa ação, e defendia nas reuniões da associação, a ideia de que deveria ter um regime interno na associação onde o morador-vendedor da casa tivesse que dar satisfação. Essa ideia não se concretizou (E5, 2012).	
	"Tem um cidadão aqui que tem 10 casas de aluguel. Hoje ele está construindo um duplex na comunidade. Como será a regularização dessa situação?". As pessoas vendem as casas e voltam para a área de risco. Virou um vício. E voltam para a mesma área para ganhar outra casa. Muita gente ganhou dinheiro negociando casas (E8, 2012)	"A comunidade não reage e eu não posso fazer nada. Quem deveria cobrar e fazer a fiscalização é a Prefeitura, mas esta foi omissa. O projeto do rio está acompanhado de uma fiscalização rigorosa". Se vender a casa, perdeu o direito. Hoje está acabando porque as obras nas margens dos rios têm acabado com as casas, e um controle governamental para evitar novas ocupações (E8, 2012).	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**1. Quais as principais lutas da comunidade?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
<p>É a luta por organização interna da comunidade por questões da limpeza, de iluminação, de saneamento, de escola e de saúde, e também, a manutenção e conservação dos edifícios públicos e das próprias residências. Outros dois itens vulneráveis na comunidade que também precisa de solução: a necessidade de geração de renda e a segurança (E1, 2012).</p>	<p>“Tínhamos uma luta muito grande em relação à desnutrição infantil. Conseguimos uma parceria com a ONG IPREDI que acompanhou o desenvolvimento das crianças e ofertou sopão para as famílias. Tínhamos uma parceria com a ONG <i>Só é Vida</i>, que trabalhou com as gestantes. Mas a comunidade não entendeu o papel de um líder, achava que era a minha obrigação. A luta de hoje é contra as drogas, porque as crianças que a gente cuidava na associação, após 13 anos, são na maioria traficantes”. Adultos honestos e trabalhadores da reciclagem no mundo das drogas. Se os pais não tem cultura e nem educação, o que darão ao seu filho? ... As pessoas aqui esperam muito pelos governantes. Em tudo tem que haver contrapartida. Outra questão é que os prédios do projeto (centro comercial, galpão de pré-moldados e associação) gerassem algum tipo de renda para a comunidade (E10, 2012).</p>
<p>“A gente luta para o bem da nossa comunidade. Reivindicamos: polícia, segurança, iluminação e que cuidem do seu lixo. Faz vergonha o lixo espalhado pelo conjunto”. Todo ano a escola e o posto de saúde se juntam com pessoas da comunidade, fazem uma caminhada para recolher o lixo e no outro dia está do mesmo jeito. O que mais a nossa comunidade precisa é de orientação (E6, 2012).</p>	<p>Hoje a principal luta da comunidade é ter uma Casa de Recuperação para Dependentes Químicos, pois são muitos que precisam. Enquanto eles estão lá, se regeneram, mas quando retornam a comunidade, ocorre à decaída e voltam à prática. Outra luta é que a associação de moradores deveria ter novos líderes que reivindicassem os interesses legítimos da comunidade, que pensasse para o bem do coletivo e tentasse unir a comunidade novamente. Ter uma nova diretoria que pensasse o conjunto. Fazer a comunidade a sentir o gosto de fazer pelo outro, não pensando só em si mesmo (E11, 2012).</p>
<p>“A principal luta da minha associação é que a comunidade entenda que viemos para somar, trazer benfeitoria porque a proposta é a melhoria da qualidade de vida através da arte e que a casa é um espaço aberto para pesquisa. Pretendo transformar a casa num ponto de memória que conte a história da comunidade, a saída deles da favela, a mudança e a chegada aqui. Tem muito artista aqui, artesão, músico, mosaicistas, o que gostaria era de fazer um levantamento cultural. O que eu trouxe não é assistencialismo, eu não dou o peixe, eu ensino a pescar. Quero que cada um tenha autonomia para melhorar a sua vida através da arte. Somente uma meia dúzia de crianças e alguns poucos adultos entenderam esta ideia. Gostaria que muitos adultos aprendessem a técnica do mosaico que vai desde um caquinho a uma arquitetura, a exemplo dos trabalhos que realizamos na Pizzaria Mil Graus, na VOX ROOM, na tenda da Praça da antiga Prefeitura, entre outros. Soube que Dona Josefa fez um banheiro lindo com mosaico” (E2, 2012).</p>	<p>Os prédios da associação (como galpão de pré-moldados, centro comercial e o prédio da associação) deveriam pertencer à comunidade, mas esta não possui o documento de posse desses imóveis. Nem a Cáritas, nem o Cearah Periferia e a Prefeitura conseguiram resolver este impasse junto à comunidade. Outra questão é o problema de gestão desses imóveis, que fica num impasse de quem deveria usar. Com exceção do prédio da associação que está em uso, os demais se encontram fechados. Esses prédios deveriam estar gerando emprego e renda para a comunidade, assim como ocorre em Palmeiras onde a comunidade instituiu o Banco Palmas. Eles produzem e consomem localmente, comprando com um dinheiro e cartão de crédito reconhecido pela comunidade (E5, 2012).</p>
<p>A luta da escola em relação à comunidade é a permanência do aluno na escola e que eles tenham sucesso. Outra dificuldade é de aprendizagem. Muitas famílias não colaboram para que eles permaneçam na escola. Os pais são os primeiros a desacreditar na capacidade do seu filho. “Nossa luta também é para melhorar índice do IDEB e diminuir a evasão. A associação comunitária tem apoiado e valorizado as ações da escola. Em relação à comunidade em si, a principal luta é a questão do trabalho, a oferta de cursos profissionalizantes. Esta também é a visão do presidente da associação, e estamos nesta parceria para que cheguem oportunidades para a comunidade. Teremos oferta de cursos profissionalizantes para jovens e adultos à noite na escola: garçom, pintor, pedreiro, eletricitista, encanador e vendedor”. Em 2008, teve o curso de mosaico dado por Marta onde o pessoal tem conseguido ganhar dinheiro. Aqui falta uma cooperativa, uma empresa para eles trabalharem (E4, 2012).</p>	<p>A principal luta hoje é ainda a moradia, saúde e segurança pública. “Precisamos ofertar cursos profissionalizantes para os jovens desocupados. Minha preocupação é ocupar esses jovens. Implantar três cooperativas que gerem emprego e renda para a comunidade. Melhorar a oferta do reforço escolar para as crianças. Quero três ambulâncias grandes para oferecer socorro para todo o bairro. E investir na rádio comunitária como um instrumento de comunicação com os moradores” (E8, 2012).</p>
<p>Para melhorar a vida da comunidade precisa: segurança, saúde (mais especialidade médica), meio ambiente e a geração de trabalho e renda. Tem pessoas que ainda tem carrinho de mão, vai do conjunto ao mercado a pé, estão se virando. “Logo no início foi mais difícil, eu creio que já se acostumaram com as dificuldades” (E8, 2012).</p>	
<p>“Seria a geração de emprego e renda através da cooperativa de reciclagem, porque muitos viviam disso. Como aqui é distante do comércio, cerca de 5 km, muitos vão catar ou esmolar. Tem muito homem desocupado. Eles estão acomodados como eles viviam antes. Temos o EJA e muitos não vem estudar, a maioria são analfabetos. Em compensação, temos visto a transformação das crianças e da comunidade com o trabalho feito na escola, e desejamos que as crianças sejam homens e mulheres de bem” (E5, 2012).</p>	
<p>As principais lutas da associação comunitária são: o muro de arrimo que não foram feitos em muitas casas; a falta de emprego e o vandalismo. Para o conselho local de saúde que objetiva o bem da comunidade e trabalha com o controle social, reivindica por melhorias da oferta médica no posto de saúde (mais médico, dentista, consultório odontológico móvel). O conselho tem observado também os problemas de urbanização, saneamento básico e de iluminação. “Somos um órgão fiscalizador e se alguém da comunidade tem algum problema, é discutido no conselho, não resolvendo, vai para discussão na Secretaria e no Conselho Municipal” (E3, 2012).</p>	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**2. Quais as organizações comunitárias existentes atuantes aqui (pergunta um-a-um): Clube de Mães; Associação de Moradores; Igrejas; ONG; Movimentos Sociais; Grupo de futebol; Outros.**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
<p>Tem: o do Conselho Local de Saúde; a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Jardim das Paineiras; a Escola, a Creche e a Associação do Projeto Arte Paineiras; Duas igrejas evangélicas que funcionam nas casas; as celebrações da missa da igreja católica ocorrem na escola. A Prefeitura já doou um terreno no conjunto para construção da igreja católica. O padre está cuidando da documentação. A comunidade entrará com recursos para construção e mão de obra para o mutirão da construção. "Temos também o Esporte Clube J. D. P. (Jardim Das Paineiras), onde jogam jovens e adultos". Na escola tem grupos de futebol infantil. O Programa da Secretaria de Agricultura do Estado tem beneficiado 192 famílias com doação de leite (E1, 2012).</p>	<p>No conjunto tem: a Associação de Moradores Santa Edwiges; a Associação de Reciclagem que faz a gestão da rede no Estado do Ceará, mas a líder dos recicladores é vitalícia. Tem igrejas católicas e evangélicas nos arredores do conjunto. Tem grupinhos de futebol dos próprios moradores que se juntam para jogar, mas sem estrutura de time. No bairro Bom Sucesso, que é um bairro pequeno, composta de 39 mil habitantes, existe por volta de 100 associações. Essas são criadas para benefício próprio do líder, que não atendem as necessidades da comunidade (E10, 2012).</p>
<p>Tem: Associação Comunitária; Quatro igrejas evangélicas; a igreja católica celebra a missa na escola e também conduz o grupo de casais todo sábado; a Associação do Projeto Arte Paineiras; Grupo de futebol; tinha o A.A. (Alcoólicos Anônimos) mas o pessoal se afastou e fechou; teve a Pastoral da Criança no início, mas também não tem mais (E6, 2012).</p>	<p>Tem a Associação de Moradores e a Associação de Recicladores. No bairro tem várias igrejas católicas, mas nenhuma no conjunto. Dentro do conjunto tem as igrejas evangélicas (E11, 2012).</p>
<p>Tem: Associação de Moradores; Associação Alagoas Presente; igreja evangélica; tem grupo de futebol masculino e feminino; tem um conjunto de sanfoneiros (E2, 2012).</p>	<p>Tem: a Associação de Moradores Santa Edwiges; a ARAN – Associação de Recicladores Amigos da Natureza; Igrejas católicas de Santa Terezinha na comunidade e a de São João no bairro do Bom Sucesso. No conjunto há várias igrejas evangélicas. ONG só teve no início do projeto. "Movimento Social éramos nós que defendíamos os interesses da comunidade no OP". Têm grupos de futebol <i>society</i>. Os jogadores fazem cotinha de R\$ 2,00 para alugar a quadra. Esses jovens também se reúnem para comprar material para seu time (E5, 2012).</p>
<p>Tem: Associação de Moradores; O projeto da Marta Arruda pela Secretaria de Assistência Social; Três igrejas evangélicas atuando nas casas; a igreja católica atua na escola; Lyons Clube atua aqui; e um time de futebol. Tem o coral infantil 'Flores da Paineiras' formado por crianças de 7 a 14 anos, um total de 22 crianças. Teve o A.A. (Alcoólicos Anônimos) por três anos, mas a comunidade foi deixando de participar e fechou. A escola é aberta para a comunidade (E4, 2012).</p>	<p>A Associação de Moradores é o movimento social do bairro. Aqui é o bairro que mais concentra igrejas evangélicas. "No momento o nosso grupo de futebol está praticando o futebol <i>society</i> porque o nosso campo está inserido nas obras de urbanização do rio Maranguapinho" (E8, 2012).</p>
<p>Tem: Associação de Moradores; Associação do Projeto Arte Paineiras; Cinco igrejas evangélicas; igreja católica funciona uma vez por mês na escola e tem grupo de louvor; no início teve a ONG Candeeiro Aceso, hoje não atua mais aqui; tem grupo de futebol infantil, adulto e feminino. Na época junina tem dois arraiais aqui, que foram iniciativas da comunidade: o São João das Paineiras que participa do evento cultural VIVA JOÃO ARAPIRACA, o maior evento junino de Arapiraca. E o outro é o Viva a Roça. Ambos são tradição cultural no conjunto. Na escola tem a banda da escola e o coral infantil (E8, 2012).</p>	
<p>Tem: Associação de Moradores; três igrejas evangélicas atuando nas casas; a igreja católica e o grupo da Renovação Carismática que atuam na escola; o Grupo que faz o sopão na escola para a comunidade de três em três meses; Lyons Clube atua aqui; e um time de futebol. Tem a atuação do Conselho Tutelar devido a adolescentes grávidas envolvidas com prostituição por conta da pobreza e querem ganhar dinheiro fácil. Quando a gente percebe algo estranho na escola, chamamos os pais, eles negam e a gente aconselha (E5, 2012).</p>	
<p>Tem: a Associação de Moradores; a Associação Alagoas Presente; três igrejas evangélicas; membros da igreja católica se reúnem na escola; tem um time de futebol; e o conselho de saúde. Aqui tem conselho escolar e atuação do conselho tutelar (E3, 2013).</p>	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**3. Quando foi criada a organização comunitária?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
A Associação Comunitária foi criada em 2008 (E1, 2012).	A Associação de Moradores foi criada em 30/11/1996 (E10, 2012).
A Associação Comunitária foi criada em 2008, um ano após a chegada das famílias no conjunto (E6, 2012).	A E5 (2012) não se lembra da data de criação da Associação Comunitária Santa Edwiges. Quanto a ARAN, ela informou que foi criada em dezembro de 2002 e que a mesma faz parte da Rede de Catadores do Estado do Ceará.
A Associação Alagoas Presente existe há 16 anos, já atuou em 26 municípios e em vários estados brasileiros e desde quatro anos atrás vem atuando no conjunto. O E2 (2012) não sabe quando a associação comunitária foi criada.	A Associação de Moradores foi criada em 30/11/1996 (E11, 2012).
A associação comunitária foi criada em 2008. E o conselho escolar foi criado em 2009 (E4, 2012).	Ela completou 15 anos em 30/11/2011 (E8, 2012).
Em 2007, logo no início da moradia no conjunto (E8, 2012).	
A associação comunitária foi criada em 2008 (E5, 2012).	
O E3 (2012) não sabe da criação da associação, mas informou que o conselho local de saúde foi criado no segundo semestre de 2009.	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**4. Como foi criada a organização comunitária?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
Foi iniciativa da Prefeitura e da comunidade, porque as assistentes sociais teria tempo limitado de atuação no conjunto e pensou-se em deixar a associação para que a comunidade andasse com autonomia (E1, 2012).	A E10 (2012) não sabe como foi criada a associação de moradores, porque quando chegou ao conjunto, à associação já tinha três anos de existência.
Líderes da comunidade se ajuntaram no início porque precisavam definir um líder que representasse a comunidade e assumisse a associação comunitária. As assistentes sociais do Projeto orientou a comunidade referente à eleição, então, a comunidade elegeu o Paulo para ser o primeiro presidente da associação comunitária (E6, 2012).	“Foi iniciada com a Cáritas, porque não tínhamos noção de nada, vivíamos excluídos. A Cáritas nos ensinou que o trabalho iniciado por ela deveria ter continuidade pela comunidade. Tivemos várias oficinas de capacitação para compreendermos a proposta de fortalecimento comunitário através da associação”. Explicaram o que seria uma associação comunitária. Após houve o processo das eleições (E11, 2012).
O E2 (2012) não soube informar como a associação comunitária foi criada. Informou que em 2008 foi convidada pelo Prefeito para desenvolver um projeto em uma comunidade carente e devido à receptividade inicial da comunidade escolheu o Jardim das Paineiras. A Associação Alagoas Presente fez uma parceria com o Projeto do SESC chamado Ateliê aberto à comunidade e a Prefeitura, assim, nasceu o Projeto Arte Paineiras que significa trabalhar a identidade cultural local com foco na natureza.	A E5 (2012) não relatou como foi criada a associação de moradores. Ela relatou que já existiam pessoas no conjunto que viviam da catação, então, sugeriu para que todos se reunissem para juntar o material para reciclagem para vender por um preço melhor. Essa atitude gerou uma união entre os catadores e a criação da ARAN – Associação dos Recicladores Amigos da Natureza.
O E4 (2012) não soube informar como a associação comunitária foi criada. No entanto, informou que o conselho escolar foi criado para descentralizar o poder na tomada de decisões em relação à gestão escolar e para gestão dos recursos federais e municipais para manutenção da escola.	O E8 (2012) não sabe como foi criada a associação comunitária. Mas acha ter sido uma falha a criação de uma associação de um conjunto não atender o bairro Bom Sucesso. Pensa que todo bairro deveria ter seu centro comunitário para fazer um trabalho social (E8, 2012).
A FACOMAR (Federação das Associações Comunitárias de Arapiraca), que é o órgão das associações, fez o cadastro dos moradores, para ter o direito de votar, depois aconteceu a eleição. Teve dois candidatos e o Paulo ganhou e passou quatro anos. Teve nova eleição. Na disputa entre Paulo e Conrado, umas 500 pessoas votaram e Conrado venceu (E8, 2012).	
O E5 (2012) não sabe como a associação foi criada. Informou que o conselho escolar foi criado para receber os recursos federais como forma de descentralização da gestão escolar. Ele também vai passar a ser responsável pela compra da merenda.	
O E3 (2012) não sabe como a associação foi criada. Informou que o conselho local de saúde foi iniciativa do poder público porque só vem verba para o posto se tiver o conselho formado.	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**5. Quando as reuniões comunitárias acontecem?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
As reuniões acontecem bimensalmente, sempre no segundo domingo do mês, pela tarde ou noite. “Nas reuniões, a comunidade apresenta os problemas (saúde, iluminação, segurança, etc), preparamos os ofícios e encaminhamos para as devidas Secretarias Municipais”. A participação depende se o assunto é de interesse da comunidade e se passa o carro de som anunciando a reunião. A média de participação é entre 35 a 40 pessoas. Mas teve uma reunião sobre regularização do imóvel, que era interesse de todos, compareceram 300 pessoas na reunião (E1, 2012).	No período de execução do projeto, as reuniões eram de oito em oito dias. Muita gente vinha participar, de várias partes da cidade, e cada um queria uma casa. Mas quando recebeu a chave da casa, muitos venderam, e foi diminuindo a participação das pessoas nas reuniões até acabar. Hoje não sei dizer, acho que as reuniões não acontecem mais (E10, 2012).
“Não sei dizer. Desde que o novo líder assumiu, eu não fui convidada para nenhuma reunião” (E6, 2012).	“Na nossa época tínhamos assembleia uma vez por mês, onde se prestava contas, colhia as contribuições financeiras e ideias. Chegamos a criar um fundo comunitário para pagar as contas de água e luz do centro comunitário. As pessoas deixaram de contribuir, porque só queriam receber. Hoje eu não sei como está sendo” (E11, 2012).
“Não faço reuniões da Associação aqui, convido todos a participarem das atividades. Fizemos uma exposição e convidamos o pessoal da comunidade para ver os trabalhos; promovemos passeios para fazer turismo cultural para outros municípios, visitando ateliê e artistas, com almoço e transporte, toda despesa pela associação” (E2, 2012).	A E5 (2012) disse que desde que o atual líder assumiu a associação, ninguém se reuniu mais. Já as reuniões da ARAN ocorrem quinzenalmente. Reuniões emergenciais são marcadas quando existe um problema que exige que os catadores se reúnam.
As reuniões da associação comunitária ocorrem uma vez por mês. Esse mesmo critério se estende para o conselho escolar, quando necessário tem reunião extraordinária (E4, 2012).	O E8 (2012) disse que as reuniões ocorrem quinzenalmente, mas sem dia certo e que gosta de se reunir com a comunidade através do bingo que fica cheio de gente a associação.
“Era reunião mensal, hoje não sei como acontece porque estou distante da associação comunitária” (E8, 2012).	
E5 (2012) não respondeu a pergunta.	
E3 (2012) não informou sobre as reuniões da associação comunitária, mas disse que as reuniões do conselho local de saúde ocorrem na terceira semana de cada mês, e quando tem imprevisto ocorre na 4ª semana.	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**6. Onde acontecem as reuniões da comunidade?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
No Centro Comunitário (E1, 2012).	No centro comunitário (E10, 2012).
“Aconteciam no centro comunitário, hoje eu não sei” (E6, 2012).	No salão comunitário que tem capacidade para mais de 100 pessoas. “As reuniões na época da nossa gestão eram participativas, tínhamos o livro de atas que tinham registro de todos os participantes” (E11, 2012).
E2 (2012) não sabe onde as reuniões da associação acontecem. Informou que no ano passado, as atividades do Projeto Arte Paineiras era no prédio da associação comunitária, mas hoje acontecem na casa que comprou no conjunto.	E5 (2012) não informou onde as reuniões acontecem, entretanto, as reuniões da ARAN que antes era no centro comercial, hoje ocorrem no novo galpão da Prefeitura.
As reuniões da Associação ocorrem no centro comunitário e as reuniões do conselho escolar ocorrem nas salas da escola (E4, 2012).	No salão principal da associação comunitária (E8, 2012).
No centro comunitário, onde também acontecem as aulas do PROJOVEM Adolescente (E8, 2012).	
E5 (2012) não informou quando as reuniões da associação acontecem, entretanto, informou que as do conselho escolar ocorrem na escola.	
As reuniões acontecem na associação, porém ninguém participa. As pessoas participam se receber algo em troca, como beneficiamento de alimento. Se houver reunião sobre o documento da casa, aí a participação é maciça. Já o conselho local de saúde se reúne na sala de reuniões do posto de saúde (E3, 2012).	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**7. Quantos líderes comunitários têm no conjunto?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
"A gente considera como liderança, os sete líderes atuantes: o diretor da escola; a diretora da creche; o diretor do posto de saúde; o presidente do conselho local de saúde; o presidente da associação comunitária; a Nilda e a Marta Arruda" (E1, 2012).	Temos dois líderes: o presidente da associação de moradores e a presidenta da reciclagem (E10, 2012).
Tem Dois: o presidente da associação e a Marta Arruda (E6, 2012).	Dentro do conjunto somente dois (E11, 2012).
Liderança é ter compromisso, é ter um ideal e ir à luta, só a Dona Nilda que tem liderança (E2, 2012).	Dois (E5, 2012).
E4 (2012) considera: Paulo, presidente da associação; Nilda; Dona Edleuza; Deyse do posto de saúde; e Luciene da creche. "Quase todos são funcionários públicos, porque a comunidade acha mais fácil a gente encabeçar as reivindicações". A comunidade não ousa reivindicar.	Um (E8, 2012).
Hoje, acho que tem uns 5 a 6 líderes (E8, 2012).	
E5 (2012) não respondeu a pergunta.	
Temos dois: a líder nata que é a Nilda Rosa e o Paulo por conta do cargo de presidente da associação (E3, 2012).	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**8. Como o pessoal escolhe os líderes?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
Através de votação. O regimento diz que qualquer sócio ativo com mais de um ano de participação pode se candidatar a diretor ou presidente. Formam-se as chapas e a votação ocorre nas cédulas (E1, 2012).	"Na minha época era através da eleição. Hoje não sei como é a eleição, porque o atual líder mudou o estatuto da associação de moradores" (E10, 2012).
"Eu escolho pelo que ele faz ou luta pela comunidade. Aqui é escolhido por votação" (E6, 2012).	Por meio de eleição. As chapas dos candidatos são formadas. No dia da eleição os sócios aparecem com a carteirinha de associado e com um documento de foto na associação, pega um cédula, vota e deposita-a na urna. "É emocionante o dia da eleição, os sócios ficam em frente à associação, na espera do resultado. O presidente da mesa saia e diz a chapa vencedora" (E11, 2012).
"Eu nunca me propus a isso. Aqui tem miliciano que toma conta da área; um diretor da escola, que o que ele disser é lei; um presidente da associação eleito pela comunidade, aonde vou entrar? Vou competir? Não é essa a minha proposta aqui. Pretendi trazer benfeitorias para a comunidade" (E2, 2012).	Através de votação tanto na Associação Comunitária quanto na Associação dos Recicladores Amigos da Natureza (E5, 2012).
Para Associação através de eleição. Já o conselho escolar, quem escolhe os 12 conselheiros é o conselho municipal escolar. Quem vota é a diretoria executiva (E4, 2012).	Através de eleição. Estava com muitos anos que não havia eleição. "Só ocorreu porque eu cobrei e ganhei. Eles estavam 13 anos no poder, e tirei quase o dobro de votos" (E8, 2012).
Por votação (E8, 2012).	
E5 (2012) não respondeu a pergunta.	
Na Associação ocorre a eleição a cada dois anos. Cada um lança a sua chapa e ocorre a votação. No Conselho Local de Saúde também é por eleição onde a votação pode ser aberta ou fechada. As assistentes sociais da Prefeitura detalham a função de cada membro e se escolhe os conselheiros e entre os selecionados, escolhe-se o presidente (E3, 2012).	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**9. O mandato do líder é de quanto tempo?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
Existe um regimento das associações de bairro, de uns seis anos para cá, que diz que é de quatro anos, podendo ser reeleito por igual período (E1, 2012).	“Na minha época era de dois anos com direito a reeleição. Com a mudança do estatuto, o líder alterou para quatro anos, podendo haver reeleição” (E10, 2012).
É de quatro anos podendo ser reeleito por mais quatro anos (E6, 2012).	O mandato era de dois anos. Desde a liderança do Artêmio que ele mudou para quatro anos. 2013 é ano de eleição (E11, 2012).
“O Paulo termina agora em março/2012. No meu caso, ainda tenho um ano. Existe uma Diretoria e haverá eleição” (E2, 2012).	Segundo E5 (2012) o mandato do líder da Associação Comunitária é de 4 anos, podendo ser reeleito, porém o atual líder já disse que ninguém o tira da presidência e que mudaria o estatuto da associação. Mas se a comunidade se reunir, tira ele dessa posição sim. “Eu já disse para ele ser mais humilde. Mas, quem vamos colocar lá?. Ele difamou as antigas lideranças, as quais se desinteressaram. A gente ajudava de um lado e ele pisava de outro. A comunidade está arrependida por ter colocado ele. Tem gente que vai à associação e ‘escolhamba’ com ele. As pessoas da comunidade têm procurado os antigos líderes para resolverem seus problemas. Uma hora ele vai precisar da comunidade e a comunidade vai virar as costas e isso está acontecendo a cada dia que passa”. Na ARAN, o mandato do líder também é de quatro anos, podendo ser reeleito. O edital já foi publicado há quinze dias e não apareceu ninguém.
Para o presidente da associação comunitária são três anos. Para o Diretor da Escola é de dois anos, para atuação no biênio 2009-2011. Pode haver reeleição (E4, 2012).	“É de quatro anos e eu pretendo disputar novamente a eleição. Tem pessoas que dizem que não saio mais porque estamos fazendo um bom trabalho. Quero trazer cursos profissionalizantes para os jovens como: primeiros socorros; hidráulica; eletricidade; corte e costura para as mulheres” (E8, 2012).
De quatro anos em quatro anos (E8, 2012).	
E5 (2012) não respondeu.	
O mandato do líder da associação é de dois anos, podendo ser reeleito. Já do presidente do conselho de saúde é de um ano, podendo ir para reeleição (E3, 2012).	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**10. Qual a composição de formação da organização comunitária? Como são escolhidos?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
A chapa é composta por 16 pessoas sendo: presidente e vice; 1º e 2º Secretário; 1º e 2º Tesoureiro; e o conselho fiscal formado por cinco conselheiros titulares e cinco suplentes. Essas pessoas são escolhidas no ato da formação da chapa. Quando ocorre a renúncia do presidente, o vice assume. Na renúncia desse, cada um vai subindo um cargo até chegar na presidência. Quando todos já assumiram o cargo máximo, assume o sócio mais velho da associação até ter uma nova eleição (E1, 2012).	Eram 12 pessoas, depois com a mudança no código civil, passou para sete membros. “A gente fez acordo de convivência com os membros, mas não deu certo, a participação era diminuta. As pessoas eram convocadas, fazíamos convite para assumir algum cargo e em alguns casos, as pessoas eram escolhidas quase a força” (E10, 2012).
Formada por 16 pessoas para trabalhar para a comunidade: presidente e vice; secretário e vice; e tesoureiro e vice. Esse grupo é escolhido quando se elege o presidente. Se elas não fazem nada, o presidente fica sozinho, e foi o que aconteceu com o Paulo (E6, 2012).	Tanto a Associação de Moradores como a Associação de Recicladores possuem seis membros sendo Presidente, Tesouraria e Secretária e seus respectivos vices. São escolhidos em assembleia geral, com exceção do presidente e seu vice. Dá à oportunidade das pessoas se candidatarem, quase ninguém quer, alguns acham que é fácil, mas é fundamental ter disponibilidade de tempo (E11, 2012).
A Associação Alagoas Presente tem 11 integrantes sendo: Presidente; 1º e 2º Tesoureiro; 1º e 2º Secretário; o Conselho Fiscal formado por três conselheiros e três suplentes (E2, 2012).	A ARAN possui a seguinte composição: Presidente, Tesoureiro e Secretário e mais três pessoas para fiscalizar o trabalho da Diretoria. Todos são escolhidos por eleição. Tem que se pensar quem coloca nos cargos, para não ocorrer desavença. Este grupo tem desentendimentos, mas aprenderam a superar os conflitos e manter a união (E5, 2012).
O E4 (2012) não sabe sobre a Associação, mas pensa que sua composição é semelhante a da escola: presidente e vice; secretário e vice; tesoureiro e vice; o	A associação tem o Presidente e o Vice; o 1º e 2º Secretário; o 1º e o 2º Tesoureiro. “A diretoria

conselho fiscal e os suplentes. Na associação pensa que os associados que estão em dia podem ocupar um cargo. Na ausência de uma diretoria executiva, qualquer um desses pode atuar. Na escola, quem escolhe são os pais e os alunos.	da associação é composta de 12 membros, mas somente eu atuo. Eu me acostumei com a ausência dos antigos líderes, não sinto falta. A própria comunidade não sente falta deles" (E8, 2012).
A Associação é composta de 16 membros: presidente e vice; 1º e 2º Secretários; 1º e 2º Tesoureiro que formam a diretoria executiva e o conselho fiscal (E8, 2012).	
E5 (2012) não respondeu.	
A Associação de Moradores é composta de 16 pessoas sendo: presidente e vice; 1º e 2º Secretário; 1º e 2º Tesoureiro; e o conselho fiscal. Quem desistiu do cargo, não assinou nada na FACOMAR, só rompeu verbalmente, por isso, continua ativo. Já o Conselho Local de Saúde é composto por oito pessoas, sendo: presidente e vice; secretária; e cinco conselheiros que são pessoas da comunidade, funcionário público, da escola e do posto (E3, 2012).	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

11. Quantos políticos têm influência na comunidade?

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
"Em tempo de eleição, são tantos que nem sei quantificar". Esses são visitantes políticos em período eleitoral. Mas a vereadora mais presente na comunidade que auxilia nas reivindicações é Gilvânia Barros. Independente de período eleitoral, ela levava o presidente da associação para falar com Prefeito e Secretários (E1, 2012).	"A nossa gestão não apoiava políticos na comunidade. Essa orientação foi ensinada pela Cáritas e Cearah Periferia. A gente tinha os nossos candidatos, mas não levávamos para a associação" (E10, 2012).
"Aqui tem muitos, acho que uns 30. O mais influente e presente não só durante a campanha eleitoral é a Gilvânia Barros. É a vereadora que participa da nossa comunidade e nas datas comemorativas (Dia da Criança, dos Pais, das Mães, o que for). Os outros políticos, eu não conheço" (E6, 2012).	"Na nossa gestão não trabalhávamos com políticos, porque ele promete te ajudar e depois você não pode cobrar. Já nessa atual gestão, o político vem, promete, o líder apoia, para as pessoas votarem nele. Daí o político some e não faz nada pela comunidade. Se o líder não buscar, político não faz acontecer". Atualmente, quatro políticos influenciam a comunidade (E11, 2012).
Uma política atuante na comunidade é Gilvânia Barros. "Ela me levou para falar com Prefeito, é uma pessoa iluminada. O resto dos políticos só aparece em período de eleição. Não tenho conhecimento de quantos aparecem" (E2, 2012).	O E5 (2012) identificou sete políticos: o Valdeck Vasconcelos; o policial Cabo Nei; Ana Cavalcante; Raquel Marques; um rapaz que não se lembrou do nome; Tim Gomes e seu sobrinho vereador Paulo Gomes.
"Não vejo nenhum político atuando e mudando a vida da comunidade. Como este ano é político eles vão achar brecha para entrar aqui. Nunca vi político reivindicando algo para a comunidade" (E4, 2012).	E8 (2012) acredita que esta associação não foi pra frente porque a comunidade se vendia para os políticos. Com os antigos líderes, aposto num dez ou mais. Aqui tinha um deputado e um médico que dominava e que manipulavam as pessoas da comunidade. Outra questão é que esta comunidade é muito acomodada, só quer receber. "Na minha gestão, nenhum político. Os políticos deles mandaram me chamar. Um deles queria se promover na comunidade. Eu disse que se trouxesse benefício, antes da eleição, ele apoiaria, mas eles somem".
Um político presente, independente de período eleitoral, na comunidade é Gilvânia Barros. Na época política têm vários batendo nas portas que dá agonia. Hoje tem: Dogi do Queijo, Sérgio do Sindicato, o presidente esteve ao lado dele apoiando (E8, 2012).	
E5 (2012) não respondeu.	
E3 (2012) não quis responder.	

BLOCO 5 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**12. A organização é registrada na prefeitura?**

Jardim das Paineiras	Bom Sucesso
<p>Não. A Associação Comunitária é um órgão representativo da comunidade registrada na FACOMAR – Federação das Associações de Moradores de Arapiraca (E1, 2012).</p>	<p>A Associação de Moradores é regularizada, mas tem documentos vencidos, a exemplo do CNPJ. “Eu não entendia dessas questões burocráticas. Faltou alguém que me orientasse para poder legalizar. Quando você vai atrás de um projeto, a associação precisa estar com a documentação em dia e nós não tínhamos, mesmo assim, arranjávamos roupas, donativos, entre outras ajudas. Hoje, o líder atual mudou o CNPJ e o estatuto. Acredito que esteja regularizada, mas não sei. Já a Associação de Recicladores é organizada, tem estatuto e CNPJ” (E10, 2012).</p>
<p>É registrada e legalizada no cartório e na FACOMAR (E6, 2012).</p>	<p>É registrada na Prefeitura, toda legalizada e com CNPJ. “Na nossa gestão tínhamos o cuidado de guardar o material” (E11, 2012).</p>
<p>Foi registrada em 2003. A Associação Alagoas Presente tem: inscrição municipal e registrada na Prefeitura; CNPJ, paga taxa de localização; declara Imposto de Renda; certificação digital; todas as atas estão registradas em cartório; tem estatuto; mantém um contador; e tem um currículo de tudo que foi feito (E2, 2012).</p>	<p>Quanto a Associação Comunitária, a E5 (2012) não soube informar devido às mudanças em curso no estatuto comunicada pelo atual líder. Já a ARAN é registrada na Prefeitura.</p>
<p>A Associação Comunitária é registrada em cartório e tem vínculo com a FACOMAR. Já a escola, no ato da eleição do conselho escolar, encaminha ata para cartório, em duas vias, e leva para o Banco do Brasil para receber o recurso. Tem CNPJ e despesa com escritório de contabilidade. Esse ano terá um livro de registro de todo o patrimônio da escola (E4, 2012).</p>	<p>“Na Prefeitura não, porque nestes 13 anos eles nunca registraram. Era tudo na informalidade Eu estou tomando as providências para regularizar a situação da associação. Eles registraram na Receita Federal, só que o CNPJ estava errado. Teve que ser feito novamente” (E8, 2012).</p>
<p>A Associação tem estatuto e é registrada na FACOMAR, a qual tem um modelo único para todas as associações comunitárias (E8, 2012).</p>	
<p>E5 (2012) não respondeu.</p>	
<p>A Associação é registrada na Prefeitura, tem CNPJ, regulamento interno e está legalizada. O Conselho Local de Saúde é registrado na Prefeitura, tem estatuto e livro de ata (E3, 2012).</p>	

APÊNDICE F

CONJUNTO HABITACIONAL DO BOM SUCESSO – FORTALEZA - CE

Álbum Fotográfico para Avaliação
pelo Pesquisador

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

01. AMBIENTE : Contribuição dos conjuntos/casa/lote

Fonte: Autora, 2012.



Foto 01



Foto 02

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 01 – exemplo de uma casa chapiscada com ampliação da área construída ocupando toda a área do lote. Ao lado, uma casa que mantém recuo frontal diferenciado.

Foto 02 – de um lado da rua, construções que ocupam todo o recuo frontal e do outro lado, foram mantidas as árvores existentes no terreno como área verde prevista no projeto urbanístico.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

02. AMBIENTE : Aberturas externas: janelas, portas, cobogós, etc.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 03



Foto 04

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 03 – exemplo de uma casa original que manteve as aberturas originais: uso de cobogós para melhoria da ventilação no telhado e como aberturas externas do banheiro e da cozinha.

Foto 04 – aberturas externas (janelas e porta) originais.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

03. AMBIENTE : Revestimento

Fonte: Autora, 2012.



Foto 05



Foto 06

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 05 – uso de pintura como revestimento original da fachada principal. O projeto não contemplou pintura para as demais paredes.

Foto 06 – outro exemplo de pintura original da fachada principal da casa.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

04. AMBIENTE : Delimitação do lote (muro/grade)

Fonte: Autora, 2012.



Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 07 – uso de grade no corredor lateral. Fachada original da casa sem muro.

Foto 08 – exemplo recorrente no conjunto é casa sem delimitação de muro.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

05. AMBIENTE : Muro de arrimo (contenção) – não se aplica a este estudo de caso.

06. AMBIENTE : Contribuições dos recuos laterais

Fonte: Autora, 2012.



Foto 09



Foto 10

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 11

LEGENDA

Foto 09 – recuo lateral original.

Foto 10 – terreno baldio sem manutenção. Parede lateral da casa pixada – sinal de vandalismo.

Foto 11 – recuos laterais que foram utilizados para ampliação da construção.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

07. AMBIENTE : Contribuição dos recuos frontais

Fonte: Autora, 2012.



Foto 12



Foto 13

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 14

LEGENDA

Foto 12 – no projeto urbanístico original, as árvores existentes no terreno foram mantidas no recuo frontal de algumas casas, formando um conjunto paisagístico.

Foto 13 – detalhe de um banco embaixo das árvores (referência a foto 12).

Foto 14 – recuos frontais das duas casas em destaque na foto utilizados para coabitação.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

01. AMBIENTE : Drenagem

Fonte: Autora, 2012.



Foto 15



Foto 16

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 17

LEGENDA

Foto 15 – rio Maranguapinho corresponde a cota de drenagem mais baixa do terreno.

Foto 16 – execução de um serviço pela equipe técnica da concessionária local para conter um vazamento de água. Água servida acumulada a margem do passeio.

Foto 17 – água escorrendo em direção a cota mais baixa do terreno .

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

02. AMBIENTE : Limpeza

Fonte: Autora, 2012.



Foto 18



Foto 19

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 18, 19 e 21 – exemplos de acúmulo de lixo em várias partes da área de lazer, a margem do rio Maranguapinho.

Foto 20 – acúmulo de lixo ao lado da mini praçinha de convívio dos moradores.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 20



Foto 21

Fonte: Autora, 2012.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

03. AMBIENTE : Iluminação

Fonte: Autora, 2012.

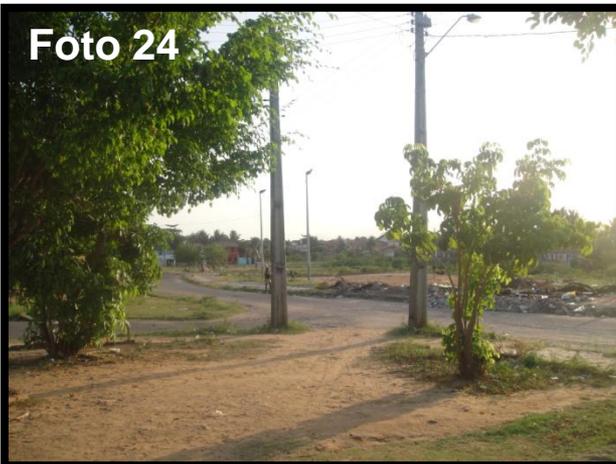


Foto 23



Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



LEGENDA

Foto 22 e 23 – refletores instalados para iluminar o campo de futebol e a área de lazer a margem do rio.

Foto 24 – outros postes de iluminação instalados na rua da área de lazer do conjunto.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

04. AMBIENTE : Segurança – sem registro visual.

05. AMBIENTE : Área Verde Coletiva

Fonte: Autora, 2012.



Foto 25



Foto 26

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 27



Foto 28

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 25 e 27 – únicos equipamentos públicos implantados na área de lazer: refletores, campo de futebol e passeio.

Foto 26 – visão geral da área vazia onde deveria ter sido implantado o projeto da área de lazer para a comunidade.

Foto 28 – maquete da área de lazer do projeto paisagístico e urbanístico: área verde, passeios, quadras, parque infantil e a passarela para pedestre.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

06. AMBIENTE : Passeios

Fonte: Autora, 2012.

Foto 29



Foto 30



Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.

Foto 31



LEGENDA

Foto 29 – passeio interrompido, precisando de manutenção.

Foto 30 – passeio utilizado pelos moradores ficarem sentados. Em frente, um passeio sem revestimento de piso.

Foto 31 - três tipos de obstrução do passeio: arbustos que avançaram para área do passeio; passeio com mato e sem revestimento; e o carro em cima do passeio. As pessoas caminham na rua.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

07. AMBIENTE : Ruas e Becos

Fonte: Autora, 2012.



Foto 32



Foto 33

Fonte: Autora, 2012.

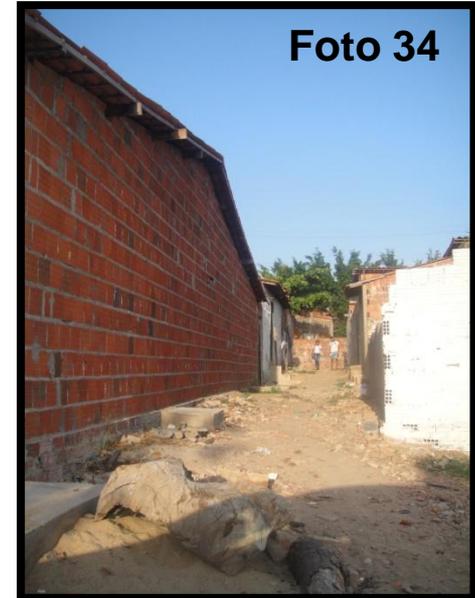


Foto 34

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 35

LEGENDA

Foto 32 – rua asfaltada e lixo espalhado pela via.

Foto 33 e 34 – o projeto previu becos para circulação somente de pedestres, porém ficaram sem calçamento.

Foto 35 - dois problemas na rua: acúmulo de lixo e rua com problema de asfalto.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

01. AMBIENTE : Associação Comunitária

Fonte: Autora, 2012.



Foto 36



Foto 37

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 38

LEGENDA

Foto 36 – antiga entrada principal. Hoje está fechada.

Foto 37 – prédio da associação no centro da bifurcação das duas ruas principais.

Foto 38 - todas as aberturas do muro foram vedados. Hoje o prédio lembra uma fortaleza – cuidado com a segurança.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

01. AMBIENTE : Associação Comunitária (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 39

Foto 40



Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 41

LEGENDA

Foto 39 – deficiência de iluminação na rua da associação. Sinalização ao lado do muro da associação.

Foto 40 – entrada principal da associação comunitária.

Foto 41 - aula de capoeira no salão principal da associação.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

02. AMBIENTE : Centro Comercial

Fonte: Autora, 2012.



Foto 42



Foto 43

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 44

LEGENDA

Foto 42 – área verde sem manutenção em frente ao centro comercial.

Foto 43 – fachada lateral pixada e com lixo acumulado no passeio.

Foto 44 - parte da fachada principal pixada e com lixo acumulado.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

02. AMBIENTE : Centro Comercial (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 45



Foto 46

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 47

LEGENDA

Foto 45 – fachada principal com os boxes comerciais fechados, lixo na entrada e sem manutenção.

Foto 46 – problema de telhado na fachada principal. Reciclador saindo do prédio.

Foto 47 - interior do centro comercial. Problema de manutenção do telhado. Boxes utilizados para guardar material para reciclagem.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

03. AMBIENTE : Escolinha Infantil

Fonte: Autora, 2012.



Foto 48



Foto 49

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 50



Foto 51

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Fotos 48 e 49 – fotos antigas mostrando a área central utilizada como área de lazer infantil da creche-escola.

Fotos 50 e 51 – fotos atuais da mesma área, sendo utilizado como parque infantil para as crianças da escolinha. As colunas rústicas de madeira que contornam o pátio (ver fotos 48 e 49) foram substituídas por colunas em metal (ver fotos 50 e 51).

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

03. AMBIENTE : Escolinha Infantil (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 52



Foto 53

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 52 – área coberta usada para apresentação de trabalhos infantis e atividades com televisão.

Foto 53 – cozinha da escola.

Foto 54 – sala dos professores e de reuniões.

Foto 55 – dispensa alimentar.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 54



Foto 55

Fonte: Autora, 2012.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

03. AMBIENTE : Escolinha Infantil (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 56



Foto 57

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Fotos 56, 57, 58 e 59 – exemplos de salas infantis de várias idades. Problema recorrente de infiltração nas paredes das salas de aula.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 58



Foto 59

Fonte: Autora, 2012.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

03. AMBIENTE : Escolinha Infantil (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 60



Foto 61

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 60 – sala de informática.

Foto 61 – fachada principal da escola pixada, sinal de vandalismo.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

04. AMBIENTE : Galpão de Pré Moldados

Fonte: Autora, 2012.



Foto 62



Foto 63

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 62 – vista da fachada lateral do galpão. Sem revestimento.

Foto 63 – visão geral da rua do galpão.

Foto 64 – fachada principal do galpão pixado. Encontra-se fechado e subutilizado.

Foto 65 – o galpão ocupa um lote triangular que bifurca duas ruas de entrada no conjunto. Nota-se que encontra-se murado devido a insegurança no bairro.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 64



Foto 65

Fonte: Autora, 2012.

APÊNDICE E

CONJUNTO HABITACIONAL DO JARDIM DAS PAINEIRAS – ARAPIRACA - AL

Álbum Fotográfico para Avaliação
pelo Pesquisador

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

01. AMBIENTE : Contribuição dos conjuntos/casa/lote

Fonte: Autora, 2012.



Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 01 – exemplo de uma ocupação total do lote por uma nova construção de uso misto (comercial e residencial).

Foto 02 – duas casas com modelo arquitetônico sem modificação mantendo a implantação original da casa no lote.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

02. AMBIENTE : Aberturas externas: janelas, portas, cobogós, etc.

Fonte: Autora, 2012.



Fonte: Autora, 2012.



Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



LEGENDA

Foto 02 (página anterior) – aberturas externas originais.

Fotos 03 e 06 – casas com ampliação e a presença de aberturas externas (porta e janelas) similar ao modelo original.

Fotos 04 e 05 – cobogó empregado como abertura no banheiro.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

03. AMBIENTE : Revestimento

Fonte: Autora, 2012.



Foto 07



Foto 08

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 09



Foto 10

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 07 – revestimento original de pintura.

Foto 09 – nova pintura após a ampliação da casa.

Fotos 08 e 10 – casa em processo de reforma e ampliação. Nota-se as antigas paredes pintadas em amarelo.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

04. AMBIENTE : Delimitação do lote (muro/grade)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 11



Foto 12

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 13



Foto 14

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 11 e 14 – muros implantados com abertura da porta principal.

Fotos 12 e 13 – muros implantados com a presença de mais aberturas para a rua.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

05. AMBIENTE : Muro de arrimo (contenção)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 15



Foto 16

Fonte: Autora, 2012.

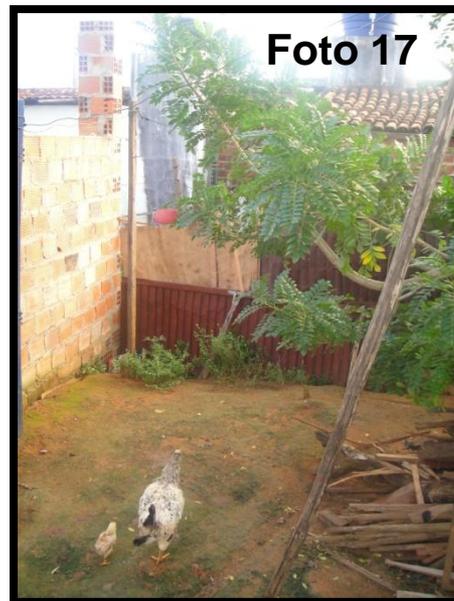


Foto 17

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 18

LEGENDA

Fotos 15 e 18 – muros de arrimo inacabados.

Fotos 16 e 17 – inexistência de muros de arrimo.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

06. AMBIENTE : Contribuições dos recuos laterais

Fonte: Autora, 2012.



Foto 19



Foto 20

Fonte: Autora, 2012.

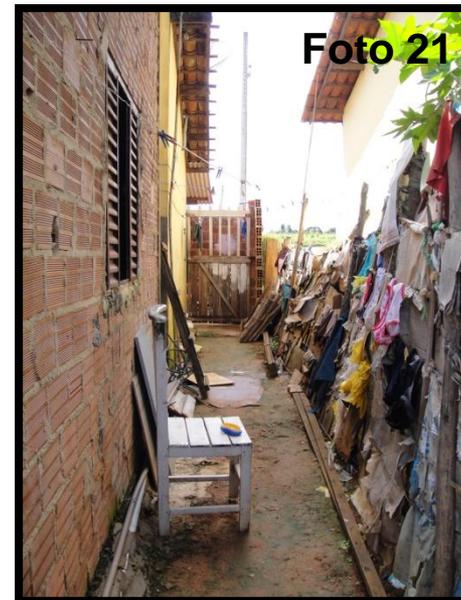


Foto 21

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 22

LEGENDA

Foto 19 – coabitação.

Fotos 20 – recuo lateral usado como jardim.

Fotos 21 e 22 – recuo lateral em seu uso original como lavanderia.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA

07. AMBIENTE : Contribuição dos recuos frontais

Fonte: Autora, 2012.



Foto 23



Foto 24

Fonte: Autora, 2012.



Foto 25

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 26

LEGENDA

Foto 23 – recuo utilizado como local de trabalho.

Fotos 24 e 26 – recuo transformou-se em varanda.

Foto 25 – recuo usado como habitação improvisada para animais.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

01. AMBIENTE : Drenagem

Fonte: Autora, 2012.



Foto 27

Fonte: Autora, 2012.

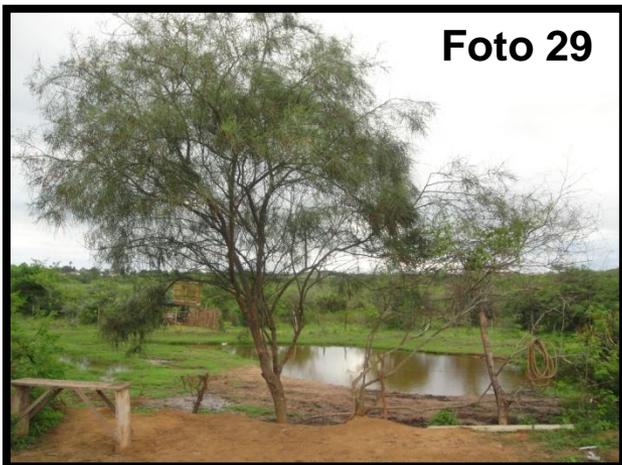


Foto 29



Foto 28

Fonte: Márcio Moura, 2012.

LEGENDA

Foto 27 e 28 – água drenando para a cota mais baixa do terreno.

Fotos 29 – a cota mais baixa do conjunto corresponde a área ambiental abandonada.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

02. AMBIENTE : Limpeza

Fonte: Autora, 2012.



Foto 30



Foto 31

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 32



Foto 33

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 30 – lixo jogado em terreno baldio.

Fotos 31, 32 e 33 – lixo espalhado na última rua do conjunto; na rua no centro do conjunto e no estacionamento do posto de saúde.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

03. AMBIENTE : Iluminação

Fonte: Autora, 2012.



Foto 34



Foto 35

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 34 – iluminação deficiente em ruas principais do conjunto.

Foto 35 – poste implantado na rua.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

04. AMBIENTE : Segurança – sem registro visual.

05. AMBIENTE : Área Verde Coletiva - Praça

Fonte: Autora, 2012.



Foto 36



Foto 37

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 38



Foto 39

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 36 – visão geral da praça.

Fotos 37 e 38 – convivência dos moradores na praça.

Foto 39 – destaque para a área de ginástica junto ao pórtico verde.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

05. AMBIENTE : Área Verde Coletiva – Praça (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 40



Foto 41

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 42



Foto 43

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Fotos 40 e 41 – destaque para as áreas ajardinadas e bancos da praça.

Foto 42 – visão geral da praça.

Foto 43 – crianças brincando no parque infantil.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

06. AMBIENTE : Passeios

Fonte: Autora, 2012.



Foto 44



Foto 45

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 46



Foto 47

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Fotos 44 e 45 – exemplos de obstruções no passeio.

Foto 46 – passeio livre de um lado e passeio obstruído do outro.

Foto 47 – exemplo de modelo original de passeio com placas pré moldadas e espaço para grama.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

07. AMBIENTE : Ruas

Fonte: Autora, 2012.



Foto 48



Foto 49

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 50



Foto 51

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 48 – problema no calçamento da rua.

Foto 49 – obstrução da rua com material de construção.

Foto 50 – calçamento da rua principal e de todo o conjunto com paralelepípedo.

Foto 51 – mato entre o passeio e a rua.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

08. AMBIENTE : Baias

Fonte: Autora, 2012.



Foto 52



Foto 53

Fonte: Autora, 2012.



Foto 54

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 55

LEGENDA

Foto 52 – uso da baía animal como local de brincadeiras para as crianças.

Foto 53 – uso da baía animal como jardim.

Foto 54 – placa de advertência impedindo a colocação de lixo nas baias de animais.

Foto 55 – baía animal com mato crescido e sem manutenção.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

01. AMBIENTE : Área Ambiental

Fonte: Autora, 2012.

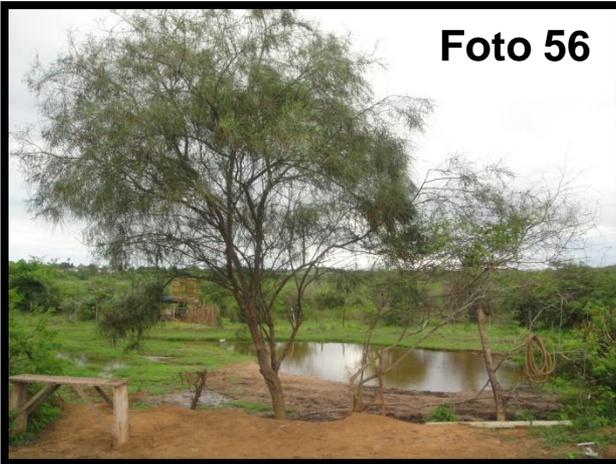


Foto 56



Foto 57

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 58

LEGENDA

Foto 56 – área ambiental no final do conjunto.

Fotos 57 e 58 – concentração de lixo no entorno da área ambiental do conjunto.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

02. AMBIENTE : Associação Comunitária

Fonte: Autora, 2012.



Foto 59



Foto 60

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 59 – fachada principal do prédio da associação comunitária.

Foto 60 – detalhe da entrada principal do centro comunitário.

03. AMBIENTE : Creche

Fonte: Autora, 2012.



Foto 61



Foto 62

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 61 – fachada principal da creche.

Foto 62 – muro azul da creche e lixo sendo recolhido na frente da edificação.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

04. AMBIENTE : Escola de Tempo Integral

Fonte: Autora, 2012.



Foto 63



Foto 64

Fonte: Autora, 2012.



Foto 65

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 66

LEGENDA

Foto 63 – fachada principal da escola de tempo integral.

Foto 64 – jardim dentro da escola. Detalhe da arte de mosaico nas colunas.

Foto 65 – sistema de drenagem de água pluvial no interior da escola.

Foto 66 – pátio interno.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

04. AMBIENTE : Escola de Tempo Integral (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 67



Foto 68

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 69



Foto 70

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 67 – sala de jogos e instrumentos musicais.

Foto 68 – Biblioteca da escola.

Foto 69 – armas recolhidas na escola trazidas pelos alunos.

Foto 70 – roupa natalina do coral infantil da escola.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

04. AMBIENTE : Escola de Tempo Integral (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 71

Fonte: Autora, 2012.



Foto 73



Foto 72

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 71 – mesas para merenda escolar.

Foto 72 – despensa escolar.

Foto 73 – cozinha da escola.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

04. AMBIENTE : Escola de Tempo Integral (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Foto 74



Foto 75

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 76

LEGENDA

Foto 74 – sala de informática.

Foto 75 – guarda dos jogos na sala de informática.

Foto 76 – chuveiros improvisados.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

05. AMBIENTE : Posto de Saúde

Fonte: Autora, 2012.



Foto 77



Foto 78

Fonte: Autora, 2012.



Foto 79

Fonte: Autora, 2012.

Fonte: Autora, 2012.



Foto 80

LEGENDA

Foto 77 – fachada principal do posto de saúde.

Foto 78 – recuo dos fundos do posto.

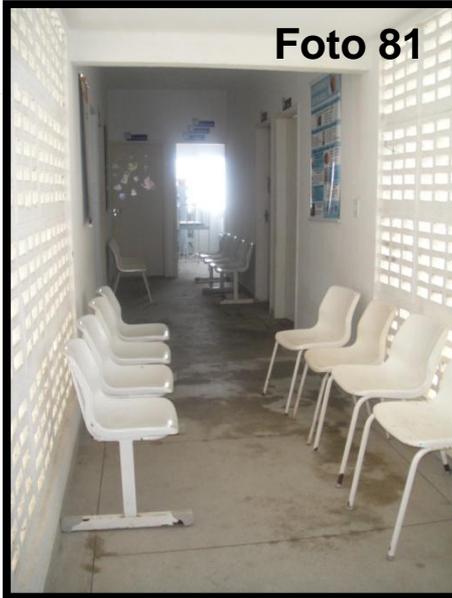
Foto 79 – sistema de drenagem pluvial.

Foto 80 – recepção geral.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

05. AMBIENTE : Posto de Saúde (continuação)

Fonte: Autora, 2012.



Fonte: Autora, 2012.



Fonte: Autora, 2012.



Fonte: Autora, 2012.



LEGENDA

Foto 81 – corredor de espera.

Foto 82 – sala da pré-consulta.

Foto 83 – farmácia do posto.

Foto 84 – consultório odontológico.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

06. AMBIENTE : Festa Junina

Fonte: Autora, 2012.



Foto 85



Foto 86

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 85 – tenda musical do arraial.

Foto 86 – visão geral do arraial junino.

07. AMBIENTE : Serviço de Coleta de Lixo

Fonte: Autora, 2012.



Foto 87



Foto 88

Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Fotos 87 e 88 – caminhão de lixo passando no conjunto.

REGISTROS VISUAIS - AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS SEMI PÚBLICOS

08. AMBIENTE : Uma das vias principais de acesso ao conjunto

Fonte: Autora, 2012.

Foto 89



Foto 90



Fonte: Autora, 2012.

LEGENDA

Foto 89 – poças d'água na via de barro.

Fotos 90 e 91 – movimentação de transportes variados sentido Jardim das Paineiras.

Foto 92 – entrada no conjunto Jardim das Paineiras.

Fonte: Autora, 2012.

Foto 91



Foto 92



Fonte: Autora, 2012.

APÊNDICE G – MODELOS – QUESTIONÁRIO E QUADROS AVALIATIVOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL

MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO *DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO* – FAU/DEHA

Data da entrevista: ____/____/____

Comunidade: _____

Entrevistado: _____

QUESTIONÁRIO

1. Quando vocês vieram morar aqui?

BLOCO	Nº	PERGUNTA	S	N	MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	
					Problema (Descrição)	Solução (O que fizeram para resolver?)
1. ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE	1	No local que vocês moravam antes pegava condução (transporte)?				
	2	Foi difícil pra vocês conseguirem vaga na Creche do Conjunto?				
	3	E na Escola?				

	4	E no Posto de Saúde?				
	Nº	PERGUNTA (cont.)	S	N	MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	
					Problema (Descrição)	Solução (O que fizeram para resolver?)
5	Tem Agente Comunitário de Saúde Qual a frequência que eles visitam a sua casa?					
2. ESPAÇO PÚBLICO DE PERMANÊNCIA	1	A rua é um ambiente de convívio para os vizinhos?				
	2	E a praça também?				
	3	Vocês já tiveram/tem problema na praça? O que fizeram/fazem para resolvê-lo?				
3. CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E	1	3.1) ÁGUA E ESGOTO Vocês têm problema de abastecimento de água?				
	2					

		Vocês têm problema com coleta de esgoto?				
	Nº	PERGUNTA (cont.)	S	N	MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	
					Problema (Descrição)	Solução (O que fizeram para resolver?)
	3	3.2) COLETA DE LIXO Vocês têm problema de coleta de lixo? O que fizeram para resolvê-lo?				
	4	3.3) SEGURANÇA / ILUMINAÇÃO Vocês têm problema de segurança? O que fizeram para resolvê-lo?				
	5	Vocês têm problema de iluminação pública? O que fizeram para resolvê-lo?				
4. POSSE E REGULATIZAÇÃO	1	Você acha que o povo corre o risco de perder a casa?				

	2	Como as pessoas compram e vendem as casas aqui?				
--	---	---	--	--	--	--

BLOCO 05) ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

1. Quais as principais lutas da comunidade?
2. Quais as organizações comunitárias existentes atuantes aqui (pergunta um-a-um): Clube de Mães; Associação de Moradores; Igrejas; ONG; Movimentos Sociais; Grupo de futebol; Outros.
3. Quando foi criado a organização comunitária?
4. Como foi a criada a organização comunitária?
5. Quando as reuniões comunitárias acontecem?
6. Onde acontecem as reuniões da comunidade?
7. Quantos líderes comunitários têm no conjunto?
8. Como o pessoal escolhe os líderes?
9. O mandato do líder é de quanto tempo?
10. Qual a composição de formação da organização comunitária? Como são escolhidos?
11. Quantos políticos têm influência na comunidade?
12. A organização é registrada na prefeitura?

MODELO 3 - Formulários para Avaliação da Conservação da Parte Externa da Casa e do Espaço Público pelo Pesquisador**WALK THROUGH - QUADRO DE AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA CASA**

Nº	AMBIENTE	AVALIAÇÃO	
		VISUAL	NUMÉRICA
01	Contribuição dos conjuntos / casas / lotes		
02	Aberturas externas: janelas, portas, cobogós, etc.		
03	Revestimento		
04	Delimitação do lote (muro / grade)		
05	Muro de arrimo (contenção)		
06	Contribuições dos recuos laterais		
07	Contribuição dos recuos frontais		

WALK THROUGH - QUADRO DE AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Nº	AMBIENTE	AVALIAÇÃO	
		VISUAL	NUMÉRICA
01	Drenagem		
02	Limpeza		
03	Iluminação		
04	Segurança		
05	Área Verde Coletiva		
06	Passeios		
07	Ruas		

LEGENDA DA AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO	VISUAL	NUMÉRICA
ÓTIMO		1
BOM		2
REGULAR		3
RUIM		4
PÉSSIMO		5